

H.G.

28728

148

HISTORIA

— DAS —

NAÇÕES EUROPEIAS

(Os ultimos cem anos)

Antecedentes da grande conflagração actual

POR

AGOSTINHO FORTES



Edição da BIBLIOTECA D'EDUCAÇÃO NACIONAL

Casa editora e tipografica de FRANCISCO LUÍS GONÇALVES
12, Rua do Mundo, 14
LISBOA

COMPRA

R. 161931

H. G.
28728

Ao

Ex.^{mo} Sr. Francisco Mantero

e

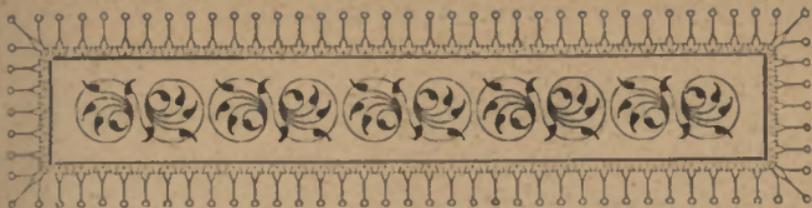
o seus filhos

os srs. Antonio Belard Mantero, Francisco Belard
Mantero e Carlos Belard Mantero

Como testemunho de muita estima
e consideração.

H. G.

28728.



INTRODUÇÃO

A maior e mais adiantada porção da Europa arde hoje na mais extraordinária guerra que o mundo tem presenciado. Campos talhados, aldeias incendiadas, cidades arrasadas, montões de cadáveres juncando o solo, a terra, o mar e os ares vomitando mortífero fogo, eis o triste espectáculo que, em 1914, é dado presenciar ao homem.

× Guerra temerosa, sem treguas nem quartel, envolverá, porventura, ainda todas as nações europeias, por mais que as que directamente não entradas em acção, queiram poupar-se aos horrores da conflagração; quiçá, também, para além dos lindes europeus o incendio alastrará na sua furia devastadora até que os combatentes caiam exaustos e a humanidade tenha de recommençar uma obra ingente de progresso e de remodelação. E, no fundo, qual a causa de conflito tão horrendo que os povos, com razão considerados mais prestimosos nas incruentas luctas da scien-

2

cia, parecem apostados, pelos horrores que praticam, pela hediondez das façanhas, a provar que a civilização nenhuma influencia benéfica exerce na suavisação dos costumes? Será ele a resultante apenas da necessidade imperiosa, que parece solicitar a *besta humana* a expandir de tempos a tempos os instintos fundamentais da fereza, que as convenções duma civilização quasi exclusivamente material, mal conseguiram dissimular?

Evidentemente, não. A guerra que ora confrange todos os corações bem formados, que arranca ao trabalho pacífico e productivo os melhores braços e os mais poderosos cérebros, que enegrece a terra com camadas sobrepostas de sangue que a morte depressa faz congelar, tem, como todos os fenómenos coléctivos, ainda os mais simples, causas diversas e complexas, que, para o efeito, se conjugaram, e um incidente, um indivíduo, factores perfeitamente accidentais, fizeram actuar.

Karl Marx, o profundo pensador socialista, na sua concepção materialista da historia, considerava todos os fenómenos sociais como condições ou resultantes dum fenómeno primacial, o económico. Como todos os que se apaixonam por dada concepção, Marx deixou-se levar de vencida por um critério simplista que só lhe permitia vêr nos fenómenos um aspecto.

Porque a verdade é que, até á época em que tão brilhantemente elle deu curso ás suas doutrinas,

nada havia, como hoje não ha, nem, porventura jámais haverá, razões suficientes para dogmaticamente se afirmar que o factor economico, cuja importancia, de resto, ningnem ousará contestar, é a unica determinante da vida social. Todavia, nenhuma colisão guerreira poderá talvez, melhor do que esta, filiar-se nas questões economicas, cada vez mais imperiosas, de dia para dia mais brutais nas suas horriveis e inadiaveis exigencias.

De feito, a Alemanha, na expansão verdadeiramente prodigiosa das suas industrias e do seu commercio, no augmento tão acentuado da sua população, nos encargos pesadissimos da manutenção dum exercito e duma armada sobre os quais pretende assentar toda a sua grandeza material, viu-se forçada a procurar mercados por toda a parte, a estabelecer nucleos dos seus filhos por todos os pontos do globo. Systematicamente, na execução d'um plano maduramente concebido, a Alemanha encheu o mundo d'uma nuvem de caixeiros viajantes, instruidos, habéis e pertinazes, que conquistaram os mercados mundiais em detrimento bem sensivel dos outros povos, cuja concorrência ia sendo batida de ano para ano.

De começo, poucos perceberam quão prejudicial lhes seria esta conquista serena e pacifica dos mercados, este açambarcamento de todas as fontes de riqueza, por gente para quem o impossivel no mundo industrial e comercial parecia

não existir. Mas a invasão dos proprios mercados nacionais fez despertar os povos; a Inglaterra via-se batida nalguns productos que julgava exclusivos seus e o *made in Germany* era como o som tetrico duma nova trombeta de Jericó a anunciar-lhe a perda mais ou menos remota, mas fatal; o ininterrupto augmento de unididades navais de combate por parte da Alemanha mostrou-lhe tambem quanto risco ela, Inglaterra, *a senhora indisputada dos mares*, corria de vêr-se um dia apeiada desse logar preponderante, que lhe assegurava, mais que qualquer outro, preponderancia, prestigio e riqueza. A França, com o espelho de 1870 ainda a fazê-la sangrar, vendo as suas escolas invadidas pelos pensadores de Além-Reno, que, por intermedio de suas obras iam afirmando de hora para hora superioridade intelectual, arrancando-lhe o papel tão simpatico de orientadora no mundo das ideias, assoberbada pelas exigencias sempre crescentes da sustentação duma força armada que lhe sugava o melhor dos seus recursos, batida comercial e industrialmente até na propria capital, eujas manufacturas universalmente couhecidas por *artigos de Paris* eram já em grande quantidade alemãs, sentiu bem quanto a guerra era a ultima razão para se restabelecer um equilibrio que lhe assegurasse o desenvolvimento pacifico e sereno de todas as suas faculdades e aptidões. A Russia, apenas saída agora duma fase atrazada de civilização,

querendo continuar a sua obra de expansão e preponderancia entre todos os slavos, viu ao cabo claramente quão perigoso era para os seus destinos historicos o vizinho alemão que tambem a não esquecera na invasão pacifica dos seus productos comerciais e industriais.

Pois, apesar de tudo isto, não obstante ser esta a primeira guerra que, propriamente, podemos considerar como determinada mais directamente por interesses comerciais e industriais postos em jogo, ainda assim não foi tão sómente o factor economico que a determinou. Razões de ordem politica, motivos de natureza ethnica, toda a serie de factores historicos, que consideramos determinantes de phenomenos sociais, para ella contribuíram.

O imperialismo, essa monstruosidade que tanto tem enlutado a humanidade, é, quiçá, embora sob uma nova modalidade, um dos principais determinantes do pavoroso conflicto. A' velha concepção teologica de que no cen ha só um Deus, soberano senhor, correspondeu em politica a ideia de que na terra só deve existir um soberano, seja este um homem, seja um povo, a que todos os outros se subordinem, numa obediencia cega e servil. Roma já conseguira realisar o seu sonho imperialista, quando, apesar do seu politeismo religioso, gison nesse mesmo campo a ideia de unidade, um pouco vaga, é certo, mas já concretisada na concepção da densa Roma e até do despotico Jupiter, pai ce-

leste e criador dos deuses e dos homens. Mais tarde, barbaros, ascendentes de povos que hoje se encontram em luta, tambem proeuraram renovar em seu favor a unidade imperialista. O ostrogodo Theodorico, na Italia, o franco Carlos Magno, nos territorios que hoje são teatro da guerra, tentaram realizar o sonho politico do imperialismo; Carlos V, em pleno seculo XVI, auxiliado pelas concepções que a Renascença mais uma vez trouxera a lume, ainda ensanguentou a Europa enlevado na doce visão do mando universal, que havia de desfazer-se como fumo, como a *vanitas vanitatum*, na frieza duma cela de S. Justo; Napoleão, qual outro Cesar, filho do espirito revolucionario, atraçoando a Revolução de que saíra, não menos se deixou enamorar do imperialismo, a febre fatal que o havia de arremessar para os penhascos de Santa Helena, o rochedo perdido no Atlantico, que ficou como marco indestructivel da victoria da humanidade contra os grandes bandoleiros a quem a ambição do mando perverte.

Hoje, o Kaiser, essa estranha e extravagante figura dum degenerado, na vesania que dele se apossou e a que jungiu um povo que ha de acordar para a grande luz da verdade, mais uma vez pretende efetivar o sonho que tantas mentes ha transviado. Personagem sobremaneira curiosa, digno do estudo dos mais abalisados psicologos e alienistas, o Kaiser é um tipo puramente medieval vivendo em pleno seculo XX,

quando todas as condições mesologicas parecem antagonicas da sua maneira de ser.

E nisto reside a sua grandeza; *cavaleiro do cisne* das velhas baladas do norte da Europa, ele supõe-se a incarnação dos altos designios duma Providencia que para ele assume as proporções gigantescas e indestructiveis do *ananke* helenico e do *fatum* latino, e, confiado, procura realisar o que representaria o maior dos absurdos, a mais repelente monstruosidade historica e social, que possivel fosse conceber-se.

O imperialismo germanico ha de desaparecer, como tem desaparecido todos os outros que o precederam. Em todos os tempos o imperialismo se tem apoiado na força brutal das armas; o gladio romano, o frankisk, godo e franco, a cavalaria e o pesado arcabuz seiscentista, o canhão napoleonico e a grande massa disciplinada, mas hirta e fria do alemão de hoje, tem sido as suas colunas de apoio. Todas, porém, tem deruido, como hoje desaparecerá, batida em toda a linha, a formidavel organização militar alemã, a mais grandiosa, a mais scientifica, que de todos os tempos tem existido. E' que, superior á força brutal das armas, muito mais valiosa que as mais possantes baterias, ha uma força intangivel, que anima a humanidade, que a fortalece contra todas as grandes crises que a assoberbam.

A humanidade, por muito que os pessimistas digam o contrario, avança; a sua marcha progressiva para uma época de paz, de concor-

dia e de amor, é incontestavel, embora as apparencias, não raro, para espiritos superficiaes, façam parecer o contrario. A actual conflagração pela sua fereza, pela sua brutalidade que traz a lume sentimentos primitivos, que ha muito nos pareciam sepultados por inumeros sedimentos de civilisação, é, porventura, o passo mais gigantesco que a caminhio da paz se tem dado. Será o ultimo? Não; ao imperialismo germanico, ha de succeder o slavo, como a este ha de seguir-se, se o não acompanhar, o amarelo. Mas, depois, quando, dissipados os ultimos fumos da embriaguez brutal da humanidade, todos os povos se convencerem de que a vida na terra tem de ser obra de cooperação e solidariedade, a PAX perduravel, magestosa e sem macula, espalhará a flux sobre a terra todos os seus bens. Até lá, porém, ainda o homem terá de ciuentar o grandioso edificio da sua euancipação com muita dôr, muitas lagrimas e muito sangue.

As razões de ordem politica mais proximas de nós, que prepararam a tremenda guerra de 1914, datam precisamente de ha cem anos, de 1814. Esta a causa que nos levou á publicação do modesto trabalho em que procuraremos dar noticia sucinta da vida historica dos povos europeus nos ultimos dez decénios.

Indispensavel é, porém, que antes apresentemos uma noticia rapida do que para a politica geral da Europa representou o ano de 1814; só assim encontraremos a explicação historica de

mnitos factos a que hoje assistimos e que, á primeira vista, se nos afigurariam estranhos, desconexos ou meros filhos do acaso; só assim veremos com toda a nitidez como a luta entre um passado retrogrado e aviltante da dignidade humana e um futuro cheio de esperanças e de liberdade se tem travado até que um dia, que oxalá as circumstancias permitam não vir longe, a liberdade exista sobre a terra sem sofismas nem hipocrisias, e os homens, dum extremo a outro do orbe, pela vez primeira, se abracem como bons irmãos.

A megalomania imperialista de Napoleão Bonaparte, retalhando os povos á mercê dos seus caprichos de vencedor, dando a perceber em todos os actos que a sua ambição era incomensuravel, suscitara contra ele, mais do que propriamente contra a França, a resistencia de toda a Europa, incitada pela Inglaterra cuja tenacidade belicosa só descansou quando viu o insaciavel corso completamente abatido. A 31 de março de 1814, depois de, sem resultado, Napoleão ter querido voar em socorro de Paris, sériamente ameaçada, os aliados anti-napoleonicos, levando á frente das suas tropas o tzar e o rei da Prussia, entraram victoriosos na capital franceza, e ali como senhores, dispuseram a abdição de Napoleão e restauraram os Bourbons que a Revolução expulsara.

Em seguida a diplomacia europeia renne-se em Viena para remodelar o mapa da Europa

tão profundamente alterado e, ao cabo, de muitas conferencias, pelo acto final do que ficou conhecido na historia por *Congresso de Viena*, resolveu o seguinte:

A França ficava reduzida ás fronteiras anteriores a 1789; a Inglaterra adquiria, além de Malta e das ilhas Jonicas no Mediterraneo, todas as colonias que, durante a guerra havia conquistado não só á França, como á Holanda e á Hespanha, quando estas haviam mantido aliança com os francêses; a Prussia ficou enriquecida com parte da Polonia, com um terço da Saxonia, com a Westphalia e alargou-se para o occidente até ás fronteiras renanas da França, passando assim a constituir uma potencia de primeira ordem; a Austria, embora perdesse definitivamente a Belgica em favor da Holanda e cedesse á Baviera alguns territorios a oeste da Alemanha, era largamente recompensada com a Lombardia e a antiga republica de Veneza, com a Dalmacia e Ragusa e ainda com a presidencia da *Confederação germanica*, cuja capital ficava sendo a cidade de Francfort; a Russia ganhava a Finlandia tirada á Suecia, a Bessarabia á Turquia e o grão-ducado de Varsovia elevado á categoria de reino da Polonia. Estas eram as cinco grandes potencias que assim, com excepção da primeira, tratavam de tirar da guerra o maximo proveito.

Não foi, porém, apenas do seu augmento territorial que se occuparam; quizeram ainda or-

ganisar o resto da Europa conforme mais conviesse aos seus interesses, subordinando toda a politica europeia á sua acção, tendente a evitar o engrandecimento da França e a propagação das ideias da liberdade e emancipação dos povos, que os soldados saídos da Revolução, até mesmo involuntariamente, espalhavam por toda a parte começando a fazer oscilar os tronos por mais seguros que estes se considerassem.

Para fóra, pois, das fronteiras das cinco grandes potencias a que nos referimos, a Europa ficou assim organizada. O reino dos Paizes Baixos constituído pela Holanda e pela Belgica; a Confederação suíça com desanove cantões, formando um estado absolutamente neutral; o reino da Sardenha com a Saboia, Nice, o Piemonte e Genova; o reino da Baviera, eriado por Napoleão, augmentado com Landau e Spira; o reino da Saxonia, diminuido em favor da Prussia; o reino de Hanover, eriado em proveito da casa reinante da Inglaterra; a Confederação germanica, a que já aludimos, constituída por trinta e oito estados alemães, os unicos que subsistiam dos trezentos e sessenta existentes em 1792, no momento em que estalou a reacção das monarchias europeias contra o revolucionarismo francês; os Estados da Igreja novamente dados ao Papa; o reino de Napoles; o reino de Hespanha e o de Portugal. No norte a Dinamarca perdeu a Noruega que foi anexada á Succia como reconhecimento dos serviços que

o francês Bernadotte, elevado ao trono sueco, prestara aos aliados contra Napoleão que tanto o protegera.

Os mais poderosos monarcas, aqueles que se julgavam para sempre arbitros dos destinos dos povos, ainda tiveram algum receio de que a sua obra não vingasse ao haverem noticia da aventureira fuga de Napoleão da illha de Elba, que irrisoriamente lhe haviam cedido para exercer a soberania com o titulo que, certamente, por zombaria lhe conservavam e reconheciam de imperador. O susto, porém, rapidamente passou, que, tendo ainda todos os seus exercitos em armas, facilmente fizeram abortar a audaciosa façanha do *governo dos cem dias* com a tremenda derrota de Waterloo.

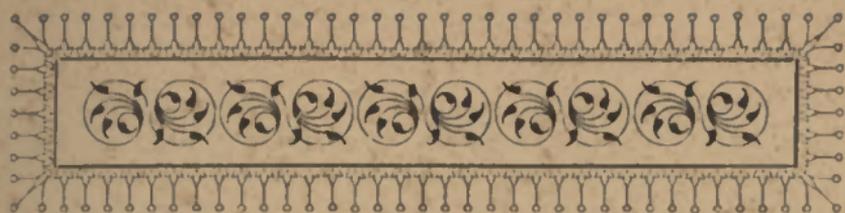
Como todas as obras que não correspondem ás aspirações dos povos, a do Congresso de Viena estava destinada a curta vida. Os descontentamentos começaram a manifestar-se immediatamente; os povos abriram os olhos e perceberam que haviam sido retalhados em holocausto a interesses dinasticos e ao verem que os reis haviam, para mais facilmente os esmagarem, concluido a Santa Aliança, prepararam-se para de per si levantarem os maiores obstaculos ao trabalho de reacção politica que se havia levado a cabo.

As ambições dos dinastas combinadas com o mal estar dos povos vieram, tambem, por sua vez, contribuir não pouco para que novas luctas

estalassem, para que o equilibrio europeu, restabelecido em obediencia a principios politicos que já haviam feito a sua epoca, se rompesse.

De todas essas luctas que passaremos a historiar, quem mais eficazmente ganhou, quem mais e melhor aproveitou, foi, sem duvida, a Alemanha que, á custa de aliados de vespera, conseguiu unificar-se, conseguiu em proveito da Prussia organizar-se de maneira que constituiu e constitue um perigo grave para o desenvolvimento pacifico das demais nacionalidades. Mas a Alemanha ha de sofrer o merecido castigo da sua paixão militarista, da vesania do imperialismo que faz dela o horror de todos os homens que sentem e, depois desse castigo, quando a luz da verdade a iluminar e a voz da justiça seja por ela ouvida, ha de entrar decididamente no campo cada vez mais lato das grandes e incruentas conquistas do pensamento, as unicas verdadeira e sãmente humanas. E é por isso que nós, a poucos dias audados da actual guerra, quando os exercitos alemães numa furia irreprimivel, que parecia levar tudo de vencida, se julgavam os filhos dilectos da vitória, dissémos, sem pretensões a profeta, numa conferencia publica: E' preciso que a Alemanha seja vencida para felicidade da propria Alemanha.

E assim será, porque a causa sacrosanta da Humanidade, na ascensão impávida para a perfectibilidade, é invulneravel aos tiros despedidos pelos mais poderosos canhões.



ALEMANHA

A Alemanha, na sua organização actual, data de 1871 e é uma consequencia immediata da guerra franco-prussiana, que a França arrebatou parte importante do territorio da Alsacia-Lorena. Comtudo o sonho da unidade alemã, gisado por poetas e pensadores como Goethe, Schiller, Ruckert, Uhland, Tieck e tantos outros, por politicos como Stein e Bismarck, por estrategicos como Moltke, Roon e Guilherme I da Prussia, não chegou nunca a ser uma realidade e já agora já-mais o será porque a *maxima Alemanha* real está muito longe de corresponder á *maxima Alemanha* idealisada, que deveria abranger territorios que nunca politicamente foram alemães, embora falem a lingua alemã. Ora o ideal para a maxima Alemanha era ser patria alemã todo o dominio da lingua alemã, ideal que se casava perfeitamente com a teoria, por muito tempo em favor, de que a cada lingua deveria corresponder uma nacionalidade.

Não correspondendo, portanto, ás aspirações tão queridas da parte intelectual da Alemanha, o imperio alemão actual é um artificio que não poderá manter-se por muito tempo, tal como está. O imperio alemão significa apenas um desvio da antiga concepção da Alemanha una, levado a effeito em

favor e proveito exclusivo da Prussia, a qual, por seu turno, se engrandeceu em beneficio da casa de Hohenzollern que, de simplez senhora dum pequeno territorio, chegou a cingir na cabeça do seu representante uma coroa real e, ao cabo, a imperial.

Fazer a historia da Alemanha nos ultimos cem anos o mesmo é que fazer-se a historia da Prussia, de todos os estados alemães, aquele que, na realidade, conseguiu por acção pertinaz e ininterrupta exercer a supremacia incontestavel sobre todos os outros.

A conferencia de diplomatas ou o Congresso de Viena em 1815, ao remodelar a organização politica da Europa, tão profundamente alterada pelas guerras napoleonicas, fizera dos trinta e oito estados alemães, numero a que Napoleão reduzira os trezentos e sessenta outróra existentes, a Confederação germanica, a cuja frente se encontravam um presidente, o imperador da Austria, e uma *Dieta*, constituída pelos representantes dos soberanos confederados, cujas reuniões se deviam celebrar em Francfort, cidade designada para capital da confederação. Os inconvenientes da organização saída do cerebro dos diplomatas, que pouco se importaram com os interesses naturais dos povos, começaram immediatamente a fazer-se sentir e os patriotas partidarios da unidade, recrutados principalmente entre estudantes e professores, organizando uma associação a *Tugend Bund* ou *Liga da virtude*, lançaram-se ardentemente na lucta, orientando o sentimento nacional para a unidade alemã e, simultaneamente, contra a França que temiam como ameaça permanente contra a sua expansão e engrandecimento. A Universidade de Berlim, fundada, em 1825, pelo barão de Stein, politico de largas vistas, veiu trazer a este movimento a forte disciplina scientifica, que lhe asseguraria, tanto quanto possivel, o triumpho.

Em obediencia á corrente unitaria que, de dia para dia, mais fortemente se acentuava, os estados alemães, com excepção da Austria, organisam o *Zollverein* ou *União aduaneira*, que, iniciada em 1819 e completada em 1836, produziu notabilissimos resultados economicos, manifestados em larguissimo desenvolvimento comercial e industrial que, com o andar dos tempos, daria á Alemanha uma situação preponderante nos mercados mundiais, que chegou a inundar com os seus productos em guerra aberta com todos os outros paises.

A situação politica da confederação era, porém, cada vez mais precaria e a lucta entre os partidos liberais, todos eles partidarios do unitarismo, e os diversos soberanos que se haviam confederado, ia manifestar-se por movimentos mais ou menos importantes de character revolucionario, dos quais a Prussia habilmente se aproveitaria para a realização dos seus designios.

Ao organizar-se a confederação todos os soberanos alemães haviam, mais ou menos formalmente, prometido a outorga de constituições que viessem satisfazer os liberais. As esperanças destes foram, porém, iludidas porque a Santa Aliança dos reis, cuja alma damnada era o austriaco Metternich, a todo o transe impedia a concessão de quaisquer liberdades ou franquias populares. Assim, a Prussia, á semelhança da Austria, mantinha o regimen absoluto; só os estados do sul, cuja psicologia colectiva tem, por vezes, antagonismos irreductiveis com os alemães do norte, tinham adoptado, na Baviera e no Wurtemberg, instituições de regimen constitucional, embora sem grande expansão de sentimentos acentuadamente liberais.

Já em 1819 e em 1830, neste ultimo como reflexo da revolução de julho que na França mandara Carlos X para o exilio, alterações graves da ordem publica mostravam bem claramente o descontenta-

mento que lavrava; mas só a partir de 1846 esse descontentamento, levando de vencida todas as medidas repressivas de Metternich, explodiu com maior intensidade.

Os liberais da Alemanha do sul, em 1847, reuniram-se de motu-proprio nas proximidades de Mogúncia e assentaram em pedir a criação d'um parlamento alemão e um governo comum para todos os estados que faziam parte do Zollverein. Entusiasmados com a revolução de fevereiro, que deu á França a sua segunda republica, cincoenta e um liberais alemães, reunidos em Heidelberg, nomearam uma comissão de sete membros encarregada de convocar para Francfort um parlamento que, pondo de parte os representantes dos soberanos na dieta federal, resolvesse de vez a questão politica. Nada menos de quinhentos individuos, todos eles parlamentares nos diversos estados, acorreram ao chamamento e, por um acto verdadeiramente revolucionario, determinaram a convocação dum *parlamento constituinte* cujos deputados deviam ser eleitos em toda a Alemanha, sem distincção de estados, por sufrágio universal e na proporção de um por cada grupo de cincoenta mil habitantes.

A este parlamento, cuja primeira reunião se effectuou em 18 de maio se deveu uma tentativa de organização do imperio, que não teve, todavia, seguimento, apesar da simpatia popular apoiar por toda a Alemanha não só o parlamento como toda a sua obra. A primeira medida do parlamento constituinte foi a criação dum poder central provisório a que chamou o *Vigariado imperial*, confiando as funções de vigario ao arquiduque João, tio do imperador de Austria. Passava-se isto a 29 de junho e a 12 de julho a Dieta abdicava todas as suas funções em favor do parlamento.

Não encontrando os parlamentares opposição por parte dos diversos soberanos, impossibilitados de

reagir eficazmente contra o que supunham a mais ultrajante afronta aos seus direitos dimanados directamente de Deus, promulgaram a 28 de março de 1849 a Constituição que formava de todos os estados alemães um imperio federal.

A Constituição saiu do parlamento constituinte, da qual como deputado da Prussia fazia parte Bismarck, o politico astuto e brutal por excelencia, que teremos mais tarde ensejo de apreciar, determinava que o poder legislativo seria confiado a uma assembleia nacional, eleita por suffragio universal, e o executivo a um imperador hereditario dos alemães com ministros responsaveis.

Uma questão grave, porém, surgira no seio do parlamento, qual era a da determinação dos estados que se confederariam no imperio. Dois grandes partidos se degladiaram; um, defensor da *grande Alemanha*, queria que a Austria fosse um dos estados confederados, continuando, portanto, o imperador austriaco a função de chefe dos outros principes alemães; o outro, pugnando pela *pequena Alemanha*, esforçava-se por impedir que a Austria, que apenas tinha nos seus subditos minoria de alemães, entrasse na nova organização. Este ultimo grupo que favorecia incontestavelmente os interesses da Prussia, conseguiu vencer os adversarios e, por quarenta e oito votos de maioria, elegeu imperador o rei da Prussia Frederico Guilherme IV.

O imperador da Austria, sentindo-se amesquinhado com as resoluções do parlamento de Francfort, ordenou que dele se retirassem os deputados austriacos; os reis da Saxonia, da Baviera, do Hanover e do Wurtemberg, seguindo o exemplo do imperador, recusaram-se a aceitar a constituição. Em presença destes factos, o rei da Prussia, que se manifestára favoravel ao parlamento, recusou a corôa imperial, que apodou de *lama e pau*, e, em harmo-

nia com a sua nova attitude, ordenou tambem a retirada dos representantes da Prussia.

Aqui e ali, principalmente na Saxonia e no grão ducado de Baden, o povo revoltou-se contra os soberanos que se opunham á realisação da obra parlamentar; mas as tropas bem depressa afogaram pela força todos esses protestos. O parlamento, já reduzidissimo no numero dos representantes, procurou lutar até o ultimo extremo e, não podendo sustentar-se mais em Francfort, foi continuar os trabalhos em Stuttgart. Foi o seu ultimo arranco; o rei de Wurtemberg mandou prender parte dos representantes, dispersou os restantes pela força armada, acabando, por esta fôrma, a 19 de junho de 1849, com o espectro do que fôra o primeiro parlamento imperial alemão.

A vida interna politica da Prussia não corria no entretanto muito serena. Eram constantes as dissensões entre o rei, ferrenho absolutista que ás constituições chamava *folhas de papel*, e o povo que, a todo o custo, queria uma constituição que lhe assegurasse intervenção directa na administração do estado. Frederico Guilherme IV, apoiado no auxilio que Metternich sempre prestou ao absolutismo, reagiu contra todas as pretensões populares, encerrando mesmo o Landtag, a 24 de junho de 1847, como resposta ao pedido que lhe fôra feito da camara reunir periodicamente. Todavia, mercê do movimento revolucionario que estalára em Viena e derubára do poder a Metternich, mais uma das beneficas consequencias que para a liberdade dos povos produzira a revolução franceza de 1848, o rei prussiano, por uma destas reviravoltas muito vulgares em espiritos grosseiros e rasteiramente ambiciosos e cobardes, converteu-se ao liberalismo e manifestou a opinião de que não só era necessario refundir-se a confederação por entendimento amigavel dos soberanos e dos povos, mas indispensavel tambem

que o regimen constitucional se estabelecesse definitivamente em todos os estados.

Um mal entendido entre o povo, que se dirigia em massa ao palacio real para aclamar o rei e agradecer-lhe sentimentos tão generosos, e um official deu azo a um recontro sangrento com as tropas que juncaram de cadaveres as ruas de Berlim. Acabado o conflito, por intervenção do rei, este continuou o seu novo papel de rei liberal e declarou-se partidario acerrimo da unidade alemã, passeiando ostentadamente pelas ruas de Berlim com um laço tricolor, preto, vermelho e dourado, as côres do imperio, no braço. Passavam-se estes acontecimentos em março e a sua consequencia foi a convocação de uma assembleia constituinte, que elaborasse a constituição do reino da Prussia.

O *liberalismo* do rei não tardou, porém, a desmascarar-se e, não contente em mandar evacuar a sala das sessões da Assembleia, acabou por dissolver esta em 5 de dezembro de 1849. E' certo que, no dia seguinte, o rei de motu proprio outorgou uma constituição que criava duas camaras, a dos senhores, nomeada pelo rei, e a dos deputados, eleita pelo povo; mas, para que possa avaliar-se o espirito absolutista que animava o rei, basta lembrarmos que, prestado por ele o juramento de obediência e respeito á constituição que ele mesmo elaborara, acrescentou: *Na Prussia é necessario que o rei governe, e eu governo porque tal é a vontade de Deus.*

Acicatado agora mais uma vez pelo desejo de cingir a corôa imperial, Frederico Guilherme IV da Prussia propôs aos restantes soberanos alemães, sem para tal ouvir a Austria, cujos interesses procurava ferir, que, *para a segurança interna e externa da Alemanha*, se organisasse uma nova confederação de que ele assumiria a presidencia, ficando exclusivamente a seu cargo os assuntos

diplomaticos e militares. Só os pequenos estados e os reis da Saxonia e do Hanover aceitaram o alvitre, de fôrma que a sonhada confederação ficou reduzida, por intervenção eficaz da Austria, á União Restricta, na qual não chegaram mesmo a entrar a Saxonia e o Hanover, que de começo se lhe haviam mostrado favoráveis.

A União Restricta, devido á acção de Schwarzenberg, primeiro ministro da Austria, dissolveu-se dentro em pouco, e, mercê da entrevista de Olmutz, em 28 e 29 de setembro de 1850, a confederação reorganizou-se em favor da preponderancia austriaca, o que representou para a Prussia um tão grande desastre e tamanha humilhação que a Austria pagaria duramente todas as afrontas de que os prussianos se julgavam vitimas.

O vingador da entrevista de Olmutz que tanto ofendera os brios nacionais da Prussia, cujos desaires foram motivados pelo procedimento inconsequente de um rei, havia de ser o irmão deste, o principe Guilherme, que, regente desde 1858, havia de em 1861 subir ao trono por morte de Frederico Guilherme.

Guilherme, tomando a peito o engrandecimento do seu reino, compenetrrou-se de que só poderia realisar os designios que, de ha muito tinha em mente, convertendo a Prussia em potencia militar de primeira ordem. Por isso, e porque desde muito novo fôra entusiasta pelas cousas militares, as atenções do novo rei dirigiram-se logo para a organização militar, que, levada a cabo com toda a presteza, elevou o effectivo do exercito prussiano de 215:000 homens em pé de guerra, que era, a 450:000.

Era opinião do novo rei que quem quisesse governar a Alemanha teria de a conquistar e que a conquista não se fazia com frases. O augmento gravissimo de despêzas que a nova organização

acarretava, levantou grande opposição na camara dos deputados, a qual, num arranco contra os planos reais, regeitou absolutamente o orçamento militar para o ano de 1862. Perante esta attitude Guilherme pensou em abdicar, abandonando de vez todos os sonhos de grandeza; impediu-o, porém, de dar este passo que, sem duvida, teria imprimido orientação muito diversa á politica da Prussia, o então barão de Bismarck, o inimigo irreductivel da *ignominiosa democracia*, que, elevado a presidente do ministerio, aconselhou ao desanimado rei uma ditadura. Esta, de feito, exerceu-se durante quatro anos aproveitados sem descansos nem desfalecimentos na organização militar, para a qual contribuíram com todo o seu saber e aptidões Roon e Moltke.

Guilherme e Bismarck que, d'ora avante, caminhariam sempre unidos para a consecução dum plano commum, tinham á sua disposição um exercito de respeitavel efectivo e de incontestaveis qualidades guerreiras. O queurgia agora era aproveitá-lo, era fazer d'elle o instrumento preciso, obediente mathematicamente ás ordens do mais notavel estrategico moderno o marechal conde de Moltke, não só para o engrandecimento territorial do reino mas para a desafronta das humilhações inflingidas pelo austriaco. Pretextos arranjar-se iam; preconceitos, respeito pelos tratados, considerações humanitarias, eram *tolices* que, no dizer de Bismarck, se deviam afastar com o bico da bota.

Ferro et igne, pelo ferro e pelo fogo, era o meio pratico, unico sensato e razoavel de resolver todas as questões e, em concordancia com o que para eles constituia dogma, os dois dirigentes da politica prussiana provocaram guerras, cujo objectivo supremo era a unificação da Alemanha em proveito da casa de Hohenzollern, delegada de Deus no senhorio da Prussia.

Tres foram essas guerras de que os prussianos saíram sempre vencedores e com vantagens materiaes de vulto. A primeira d'essas guerras, em que a lealdade prussiana correu parellhas com a tão falada fé punica, que os escritores latinos apresentavam como o tipo da mais requintada hipocrisia, teve por objectivo a Dinamarca, cujo rei exercia a soberania dos tres ducados de Lauenburgo, de Schleswig e de Holstein, o primeiro e ultimo dos quais faziam parte da confederação germanica.

Bismarck, arrastando tambem a Austria para a guerra, mandou invadir por um exercito de noventa mil austriacos e prussianos a Dinamarca que, dispondo apenas de trinta e cinco mil homens, se viu forçada a pedir paz a 27 de julho de 1864, convencida da inutilidade da resistencia que vinha oferecendo desde 1 de fevereiro desse mesmo ano. A convenção de Gastein, em 1865, determinou que dos tres ducados a Prussia ficasse com o de Lauenburgo e os outros fossem condominio da Austria e da Prussia, embora esta administrasse só por si o Schleswig e aquella o Holstein. O porto de Kiel, embora situado no Holstein, ficava com uma guarnição prussiana, o que bem provava que Bismarck conseguira pela sua politica que á Prussia coubesse a parte do leão na divisão da presa.

Mas para Bismarck a Austria era o pesadelo; a Alemanha não chegava para dois, por isso era forçoso que a Austria cedesse o lugar á Prussia. Só a guerra, custasse o que custasse, poderia derimir a contenda e a guerra seria tanto mais segura para os prussianos quanto mais isolados os austriacos se encontrassem. A diplomacia ás ordens do futuro chanceler de ferro trabalhou nesse sentido e o pretexto para fazer estalar o conflito armado far-se-ia aparecer com facilidade.

De feito, Bismarck, acusando a Austria de administrar o Holstein de fôrma que prejudicava os in-

teresses comuns dos dois codominantes, mandou invadir o ducado por um exercito prussiano. A invasão deu-se no dia 8 de junho de 1866 e, logo dois dias depois, Bismarck apresentava á Dieta da Confederação um novo projecto de organização federal, que excluía a Austria. Esta retorquiou exigindo e conseguindo que a Dieta ordenasse a mobilisação das forças da confederação contra a Prussia, ao que esta respondeu iniciando imediatamente a campanha, para a qual se encontrava de ha muito sufficientemente preparada.

Tão rápida foi a acção do exercito prussiano que os soberanos confederados nem sequer tiveram tempo para concentrar as suas forças, e Dresden e Hanover, respectivamente capitães dos reinos da Saxonia e do Hanover, foram occupadas pelo inimigo no dia seguinte ao da declaração de guerra. Inutilisados os principes alemães desafectos á causa da Prussia, carregou sobre a Austria todo o peso da contenda.

Sadowa foi o golpe de misericordia vibrado na resistencia dos austriacos e, como complemento de uma campanha que pouco mais durou que um mês, tão impetuoso fôra o ataque das forças do rei Guilherme, assinou-se o tratado de Praga pelo qual a Austria se conformava com a dissolução da confederação, em que exercera o papel preponderante, e reconhecia todas as anexações territoriaes que a Prussia se julgasse no direito de efectuar.

Esmagada a Austria e extincta a antiga confederação, organisou-se, em 1867, a Confederação da Alemanha do Norte, cuja direcção ficava para a Prussia, que já arredondára os seus territorios com a anexação do Schleswig, do Holstein, do Hanover, do Hesse eleitoral e de Francfort sobre o Meno, aproveitando-se, assim, largamente do direito que a Austria se vira forçada a reconhecer-lhe no tratado de Praga. A constituição da nova

confederação estatuaia que a direcção dos negocios fosse confiada a um parlamento, o *Reichstag*, constituido por deputados eleitos por sufragio universal, por um conselho federal, o *Bundesrath*, em que estivessem representados todos os soberanos dos estados confederados, e por um *presidente hereditario*, que seria o rei da Prussia, auxiliado por um chanceler federal, que estava naturalmente indicado que fosse Bismarck, o executor pertinaz e pouco escrupuloso de todo este plano. O rei da Prussia, como presidente, tinha o comando supremo de todas as forças militares dos estados da confederação, forças que tinham de ser organisadas conforme as da Prussia; ficava, por esta fórma, o rei prussiano ás suas ordens com um exercito de cêrca de oitocentos mil homens a que Moltke havia de imprimir o cunho inconfundivel das suas grandes e extraordinarias aptidões militares.

Os estados alemães do sul não viam com bons olhos o rapido e impetuoso incremento da Prussia que pouco simpatica lhes era e, certamente, essa má disposição constituiria obice quasi insuperavel para a hegemonia prussiana, se as traças de Bismarck houvessem tido quem, percebendo-lhe claramente os intuitos, as combatesse com vontade. Mas quem mais as poderia contrariar, porque nisso ia muito para o país que representava, era Napoleão III. Este, porê m, com insania verdadeiramente criminosa, deixou que a Austria ficasse esmagada, não calculando na sua balofa cegueira que seria elle quem, dentro em pouco, haveria de sofrer o choque formidavel dos exercitos das bandas d'Além-Reno.

Da segunda guerra, a austriaca, obteve, como vimos, a Prussia vantagens ainda mais preciosas que da primeira; senhora de toda a Alemanha do norte, faltava-lhe sómente agora orientar a politica de maneira que pudesse alastrar a sua influencia á Alemanha meridional. A imbecilidade de Napoleão

muito auxiliou Bismarck, mais uma vez, na prosecução do plano tão maduramente elaborado e tão seguramente executado.

O habil e astuto chanceler alemão denunciou aos reis da Baviera e do Wurtemberg a proposta que recebera de Napoleão para uma aliança entre a França e a Prussia, baseada na dadiwa á primeira de grande parte de territorios bavaros da margem esquerda do Rheno e na mais lata liberdade de acção para a segunda na conquista e subordinação dos estados alemães do sul. Tanto bastou para que o sul, desesperado com o torpe designio de Napoleão, cuja politica tinha seguido, se enchesse de colera contra a França e começasse de vêr na Prussia o baluarte da sua independencia.

Bismarck jogava, pois, mais um golpe de mestre, preparando o espirito de todos os alemães para uma luta contra a França, cujo esmagamento se lhe afigurava indispensavel para de vez se libertar da intervenção, quasi sempre irritante, na politica internacional de Napoleão III, que assumia ares de verdadeiro arbitro dos destinos europeus. A'lerta ficava, pois, o prussiano, de arma ao hombro, para aproveitar o menor ensejo para uma guerra contra a França ou para o forjar, se as circumstancias lho não fornecessem.

Andavam nessa epoca os principaes homens publicos hespanhoes procurando por toda a parte quem quisesse aceitar a coroa de Hespanha, que pouco havia tinham arrancado da cabeça voluntariosa e despotica de Isabel II. Um dos candidatos que, durante certo tempo, andou em voga foi Leopoldo de Hohenzollern, primo do rei Guilherme da Prussia. Napoleão, vendo nessa candidatura uma ameaça para a preponderancia que até então fruira na politica europeia, fez saber oficialmente ao governo da Prussia que não consentiria na subida de Leopoldo de Hohenzollern ao trono hespanhol e que

exigia do rei Guilherme o compromisso solene de nunca permitir que qualquer príncipe de sangue alemão se sentasse no trono dos reis católicos. Bismarck exultou com o facto; vinha ao seu encontro o pretexto tão anciosamente desejado dum rompimento com a França. E, para que não se lhe escapasse, para que ele não pudesse ficar ludibriado, percebendo que as negociações entabuladas sobre o caso iam a caminho de serem resolvidas pacificamente, não hesitou um momento e, adulterando um telegrama, precipitou os acontecimentos e fez estalar a guerra, que todos os alemães, magnificamente preparados pelo trabalho bismarckiano, aceitaram com alegre fervor por a considerarem movimento essencialmente nacional.

Em França houve um entusiasmo louco pela guerra e as ruas de Paris viram passar uivante a multidão que gritava: a Berlim! a Berlim! convencida de que a lucta não seria mais do que um passeio militar e triumphal, que rapidamente levasse as armas francesas á capital do inimigo. As vozes sensatas que procuravam ainda sustar a guerra eram cobertas de improperios; os politicos mais achegados ao imperador viam numa victoria sobre a Prussia o penhor dum novo periodo de esplendor para o imperio que os republicanos, dentro e fóra da França, combatiam com ardor cada vez maior; os generaes afirmavam com criminosa inconsciencia, testemunho irrefragavel do seu desleixo e impericia, que o exercito francês estava tão bem organizado e tão pronto para a guerra que nem um botão faltava no fardamento de qualquer soldado.

A 18 de julho de 1870 o embaixador francês em Berlim apresentava ao governo da Prussia a declaração formal da guerra, abrindo-se as hostilidades no dia 2 de agosto. A acção dos exercitos alemães foi, por assim dizer, fulminante; os franceses derrotados em Wissemburgo, Froeschviller, Forbach,

Borny, Rezonville e Saint-Privat capitularam em 2 de setembro em Sedan. A 27 de outubro, Bazaine que, durante dois meses, se immobilisára em Metz, rendeu-se quando ainda dispunha de cerca de cento e oitenta mil homens, mil e quinhentas bocas de fogo e duzentas e cinquenta mil espingardas.

Paris sofreu um dos mais horrorosos cercos de que reza a memoria dos homens; mas, não obstante todo o heroísmo da resistencia, apesar dos esforços extraordinarios que o governo da defesa nacional envidava para lhe levantar o sitio, a 28 de janeiro de 1871, teve de ceder, aceitando as duras condições impostas por Bismarck.

Esta guerra, para a qual, como dissémos, a Prussia se encontrava esplendidamente preparada, serviu de cupula ao edificio da unidade alemã; em novembro os estados da Alemanha do sul adheriram á Confederação do norte, que bem depressa desapareceu para ser substituida pelo imperio alemão. Foi a 18 de janeiro de 1871 que, em Versailles, Guilherme da Prussia recebeu o titulo de *imperador alemão* hereditario.

O imperio ficou constituido por quatro reinos, Prussia, Baviera, Saxonia e Wurtemberg; por sete principados, Lippe, Reuss-antigo, Reuss-moderno, Schwarzburgo-Lippe, Schwarzburgo-Rudolstadt, Schwarzburgo-Sondershausen e Waldeck; seis gran-ducados, Baden, Hesse, Mecklemburgo-Schwerin, Mecklemburgo-Strelitz, Oldenburgo e Saxe-Weimar; cinco ducados, Anhalt, Brunswick, Saxe-Coburgo-Gotha, Saxe-Altenburgo e Saxe-Meiningen; tres cidades livres, Hamburgo, Bremen e Lubeca e uma provincia imperial a Alsacia-Lorena, constituida pelos territorios arrancados á França pela força das armas. Com uma superficie de quinhentos e quarenta mil quilometros quadrados e uma população de cerca de setenta milhões de habitantes a Alemanha tem tido, depois da guerra de 1870,

e mercê, em parte, da pesadissima contribuição de guerra de cinco biliões de francos que impôs á França, largo desenvolvimento commercial, industrial e intellectual, acompanhado do engrandecimento constante da força armada quer de terra, quer de mar, que fizeram dela a primeira potencia militar e obrigaram todos os estados europeus a manterem em armas grandes efectivos que gravosamente pesam sobre a economia de cada um deles.

Levada a cabo a unificação alemã em favor da Prussia, Bismarck, o seu principal executor, foi desde então o dirigente da nova organização, applicando toda a sua habilidade em ir apagando as ultimas e já bem fracas manifestações particularistas, que alguns estados ainda procuravam manter. Grandes foram as lutas que o chanceler teve de travar em pleno parlamento, mas de todas as difficuldades saiu vencedor auxiliado pelos nacionaes-liberaes, de todos os partidos politicos o mais decidido defensor da unidade.

Os maiores obstaculos levantados á politica de Bismarck partiram dos catholicos, representantes dos estados do sul e dos socialistas. Bismarck, que attribuia a Roma e aos jesuitas um odio inextinguivel contra a Prussia, e que dizia convencidamente que a vitoria da Alemanha só seria definitiva e completa quando Roma ficasse esmagada, levou o parlamento imperial a votar medidas contra o catholicismo e, muito especialmente, contra a companhia de Jesus, que fulminou com a expulsão. O combate porfioso, que ficou conhecido na historia da Alemanha pelo nome de *Kulturkampf* ou luta pela civilização, trouxe ao parlamento um maior numero de deputados catholicos, que, unidos aos antigos conservadores e aos irreconciliaveis, como os polacos e os alsacianos, determinaram Bismarck, sempre apoiado pelos nacionaes-liberaes, a estabelecer o registo civil obrigatorio, a dissolver as congregações religio-

sas e a eliminar do orçamento as verbas destinadas ao culto catolico. Ao cabo, surgindo dificuldades cada vez mais insuperaveis, o chanceler de ferro viu-se forçado a ceder, revogando-se muitas das disposições tomadas contra os jesuitas, cuja estada na Alemanha, embora não legal, foi consentida. O mais denodado combatente em prol do catolicismo foi Windthorst que durante bastante tempo foi o arbitro das discussões e resoluções parlamentares, obrigando Bismarck e os seus mais fervorosos partidarios a cederem, para que não se desmoronasse o edificio que tanto lhes havia custado a erguer.

O outro inimigo com que Bismarck teve de defrontar-se foi, como dissémos, o socialismo. As doutrinas socialistas de ha muito vinham captando adeptos na Alemanha, devido não só á acção de Karl Marx, cujos continuadores foram incapazes de manter integra a doutrina do grande defensor do internacionalismo, mas principalmente á de Lassalle, espirito grandemente organisador, que muitas vezes, cômto, teve entendimentos com Bismarck.

Houve, depois da morte destes dois grandes representantes da escola socialista, acentuado afrouxamento na expansão do socialismo, motivado não só pelo desenvolvimento de estreito e acanhado nacionalismo, mas ainda pela pouca simpatia de que durante algum tempo gosaram os chefes socialistas Liebknecht e Bebel que levantadamente haviam protestado contra a guerra de 1870 e contra a anexação da Alsacia-Lorena, e pelo pavor que nas classes medias, e até mesmo nas proletarias, havia causado a Comuna de Paris, cujas intenções eram propositadamente deturpadas e cujos excessos não menos propositadamente eram exagerados. Comtudo, o que se passava a dentro da burguesia alemã, o jogo desenfreado, o aparecimento de fortunas subitas cuja honestidade era assás problematica, a venalidade das consciencias e a corrupção da im-

prensa, vieram dar ao socialismo ensanchas para novamente se desenvolver. Bismarck viu o perigo que para o imperialismo representava o renova-mento do socialismo, e resolveu-se a vibrar contra ele os golpes mais profundos, sem, como era seu costume, se prender com os meios ou preocupar com os pretextos.

Hoedel, em 11 de maio de 1878, disparou contra o imperador Guilherme um tiro, mas errou o alvo; a 2 de junho do mesmo ano Nobiling repete o acto de Hoedel, ferindo gravemente o alvejado. Nenhum destes homens era socialista, mas isso não obstou a que Bismarck, exasperado pela victoria que, no ano anterior, o socialismo havia alcançado no acto eleitoral, arrancasse ao parlamento imperial, o Reichstag, a 21 de outubro do mesmo ano de 1878, uma serie de medidas que representavam uma forte perseguição contra os socialistas. De feito, o parlamento votou a supressão radical dos direitos de reunião e de associação e entregou ao arbitrio exclusivo dos ministros a sorte de todos os socialistas e dos como tais considerados.

Iniciou-se então uma epoca terrivel de perseguições, que Bismarck ainda redobrou em 1884, quando um novo atentado esteve a ponto de exterminar a familia imperial. Na lucta, que durante todo o resto da vida em que se encontrou á frente dos negocios do estado, Bismarck travou contra o socialismo, apesar de conservar sempre em vigor as leis de 1878, que só von Caprivi, pôs de parte em 1890, momentos houve em que o terrivel chanceler, contra o que era licito esperar da sua contumacia, julgou que, em vez da perseguição acintosa, seria preferivel esmagar o socialismo pela concessão ás classes trabalhadoras de determinadas regalias que minorassem o sofrimento de classes tão abandonadas. Foi a esta nova tactica de Bismarck que deveram o aparecimento a lei de protecção na

doença, promulgada em 15 de junho de 1883, a dos acidentes de trabalho em 6 de julho de 1884 e a da velhice e incapacidade de 22 de junho de 1889, elaboradas por Lohmann, Bøediker e Gamp, conselheiros intimos, por Hofmann, presidente da chancelaria do imperio, e, principalmente, por Boetticher que, fechando os ouvidos ás lamentações e protestos dos industriais, assegurou eficazmente a protecção do estado aos operarios.

Bismarck pretendia por esta fórma inutilisar a obra dos socialistas, cujo objectivo era, além da libertação economica do operario, a emancipação politica e moral do povo, emancipação que altamente repugnava ao espirito autoritario e profundamente absolutista do chanceler. Por isso, a tentativa de suborno levada a efeito pelo grande politico que o imperio teve ao seu serviço, falhou e a social-democracia de ano para ano viu aumentar o efectivo dos seus partidarios, e em 1891 o programa de Esfurt veio substituir, mais rasgadamente liberal, o velho programa de Gota. De tresentos e dez mil votos obtidos nas eleições de 1881 passaram os socialistas a alguns milhões no ultimo acto eleitoral. Tão grande expansão que causa verdadeiro pasmo, deve-se, em grande parte á acção das obras de Bebel, de Richter e muito especialmente de Schaffle que fizeram penetrar as ideias socialistas em meios sociais estranhos ás classes operarias. Hoje a propaganda socialista na Alemanha faz-se não só nos centros caracteristicamente operarios, mas nas catedras universitarias e em associações de estudos sociais honradas com a superioridade intelectual dum Schmoller, dum Brentano ou dum Knapp.

E' certo que na presente guerra os socialistas alemães, esquecendo o muito que devem aos principios internacionalistas preconizados por Karl Marx, não procuraram evitar a conflagração e, declarada

esta, marcharam a enfileirar-se nas tropas que tão tristemente estão manchando a humanidade com a pratica de violencias e barbaridades que as mais duras leis da guerra não justificam nem atenuam. Todavia, esse facto, quanto a nós, é, em grande parte, devido á acção educativa exercida nos espiritos alemães pelo imperialismo desde as escolas primarias, acção essa tão forte que o socialismo só ao cabo de muito tempo, com uma acção continua e ininterrupta em sentido contrario e desacreditado de vez o imperialismo por grande desastre politico que afecte bem sensivelmente a vida nacional, conseguirá levá-la de vencida.

Ao passo que o combate se dava entre o chanceler e os representantes do socialismo, combate que no parlamento atingia, por vezes, vigor inaudito, a Alemanha ia preparando por outros processos o papel a que aspirava de arbitro-supremo da politica europeia. Assim, lançou-se na aquisição de dominios coloniais, por um lado; e, por outro, levou a efeito alianças ofensivas e defensivas, que a habilitassem a impôr-se sem possibilidade, a seu vêr, de resistencia seria dos inimigos, quando a guerra surgisse a tolher-lhe os passos cada vez mais audaciosos. Bismarck era fundamentalmente contrario á expansão colonial alemã, por se lhe afigurar que as colonias só serviriam para o enfraquecimento da hegemonia por ele sonhada e acariciada da Alemanha sobre toda a Europa, e era com intima satisfação que via a expansão colonial da França, incitando-a até por a considerar causa de decadencia; mas os interesses de algumas casas comerciais, como a de Godeffroy, de Hamburgo, que tinham grandes capitais empregados em regiões extra-europeias, ameaçados de falencia em favor de capitais doutras nacionalidades, despertaram campanhas favoraveis ao dominio colonial. Bismarck pretendeu ainda contrariar essa corrente, mas, vendo a impos-

sibilidade de a subjugar, cedeu e fez mesmo votar no Reichstag uma serie de resoluções tendentes ao estabelecimento de grandes companhias de navegação, ao desenvolvimento de sociedades de exploração colonial e á concessão de regalias e auxilio aos alemães que fossem aplicar a sua actividade em regiões ultramarinas.

Foi, todavia, á iniciativa particular que a Alemanha deveu a criação dos seus dominios coloniais. De feito, a Associação colonial alemã, fundada em 1882, e a Sociedade de colonisação alemã, criada em 1884, e que, fundidas, em 1887, se converteram na Companhia colonial alemã, *Deutsche Kolonial Gesellschaft*, desenvolveram com as suas trezentas e trinta e uma secções e as dezenas de milhar dos seus associados a mais constante propaganda de expansão colonial de fôrma que o imperio alemão que, em 1878, apenas tinha um deposito de carvão em Juluit, no arquipelago Marshall, conta hoje mais de dois milhões e quinhentos mil quilometros quadrados de superficie, com cerca de quinze milhões de habitantes, de colonias espalhadas pela Africa, Asia e Oceania, e servidas por marinha mercante de primeira ordem, que sulca todos os mares em concorrência muito de temer para todas as outras nações.

Levado pelo desejo de isolar a França, o país de que mais receava, pela exacerbação do patriotismo tão profundamente ferido em 1870, qualquer ataque á grandesa alemã, Bismarck efectuou a triplíce-aliança, constituída pela Alemanha, pela Austria e pela Italia, esta ultima esquecida dos enormes gravames que tinha da Austria e dos beneficios incontestaveis de que á França era devedora na obra da sua emancipação e unificação. Assim, por iniciativa de Bismarck e até com grande pasmo do velho imperador Guilherme, a Alemanha, em 7 de outubro de 1879, fez um tratado de aliança com

a tradicional inimiga da Prussia, a Austria, ainda mal restaurada do tremendo desastre de Sadowa, e em 1883, conseguiu que a Italia entrasse no jogo das suas ambições politicas.

A triplice aliança obrigou cada uma das nações que dela faziam parte a aumentar os seus exercitos, e tão grande era esse aumento que Bismarck, para o justificar, teve num discurso que ficou celebre, por ele pronunciado em 6 de fevereiro de 1888, as seguintes passagens: «Estas forças que hoje vos pedimos obrigam-nos a adotar uma politica pacifista. Parecerá esta minha asserção um paradoxo, mas nada ha mais verdadeiro do que ela. Com maquinas como a que hoje representa o exercito alemão não se fazem guerras offensivas; no momento actual só é possivel uma guerra aceite por todos aqueles que nela devam tomar parte. isto é, pela nação inteira e feita com o mesmo entusiasmo que a de 1870, para a qual fomos imprudentemente provocados. Oh, mas, neste caso, em toda a Alemanha, do Reno ao Memel, haveria uma explosão formidavel de polvora; todo o pais se eriçaria de espingardas e ai do desgraçado imprudente, que ou-sasse defrontar-se com a furia germanica. Sinto-me animado, por isso, de boa vontade a convidar os estrangeiros a que renunciem ao seu sistema de ameaças; nós, os alemães, tememos a Deus, mas nada mais tememos no mundo!»

Se é certo que a palavra serve muitas vezes para dissimular a verdade do pensamento, nunca essa certeza foi mais evidente que neste discurso com promessas pacifistas pronunciado pelo homem que, mais que nenhum outro, na segunda metade do seculo xix, viu na guerra o supremo argumento em presença do qual a justiça, a razão e o sentimento deveriam calar-se. E foi com esse discurso por alguns historiadores considerado o seu testamento politico, que o chanceler de ferro conseguiu

arrancar ao parlamento imperial a votação de um empréstimo de trezentos milhões de marcos destinados ao aumento dos recursos militares.

O empréstimo foi votado por aclamação em 20 de fevereiro de 1888, e, poucos dias depois, a 9 de março, morria com noventa e um anos de idade o imperador Guilherme, aquele em cujo favor se fizera a unidade alemã. Seguiu-se-lhe no trono o filho mais velho, Frederico III, com cincoenta e sete anos de idade e atacado de doença incurável, que hora a hora lhe minava a existencia.

O novo imperador tomára parte na guerra de 1870 e quisera a fortuna que derrotasse Mac-Mahon em Woerth e Sédan, como anos antes, na guerra contra a Austria, contribuíra para a vitoria da Prussia em Königgraetz; não lhe faltava, pois, o prestigio militar, indispensavel num povo que ás armas devia toda a sua grandeza material. Mas, além disso, Frederico III gosava da simpatia dos elementos liberais, que nele viam um partidario, sinceramente amante do regimen parlamentar, sempre tão adulterado na Alemanha. Estas tendencias de liberalismo, que lhe haviam valido a frieza do pai e a de Bismarck, atribuiam-se, em grande parte, á influencia que sobre ele exercia sua esposa a princeza inglesa Vitoria.

Em tais condições a sua ascensão ao supremo poder encheu de esperanças os grupos liberais, que contavam já com a demissão de Bismarck, cuja autocracia por tão largo espaço de tempo haviam sofrido. Na realidade, Frederico III condecorára, mal subira ao trono, Bénningen, Virchow e Forkenbeck, liberais de todos os tempos, e, em seguida a um voto de censura do parlamento contra a intervenção das autoridades administrativas nas eleições, demittira Puttkamer, o ministro reaccionario por excellencia. Mas não mais além foi o imperador, e as esperanças dos liberais foram iludidas, porque Bismarck

continuou à frente dos negocios, exercendo a mesma acção decisiva que até então, dirigindo a politica, principalmente a externa, conforme melhor entendia. Assim, Bismarck opôs-se terminantemente ao projectado casamento da filha mais velha do imperador com Alexandre de Battenberg, porque via nesse casamento, que a imperatris ardentemente desejava, a vitoria da politica da imperatris Victoria a quem se attribuia o plano de estabelecer entendimentos amigaveis da Alemanha com a França para, por esta forma habilidosa e simpatica, favorecer os interesses ingleses contra a Russia. E não só o casamento se não fez, mas ainda Bismarck conseguiu que o imperador, fraca sombra de vida que a morte espreitava a cada momento, sancionasse novas medidas de rigor contra a França, exigindo passaportes a quem quer que fosse que pela fronteira francesa pretendesse entrar no imperio. Era mais um passo brutal e violento para a germanisação da Alsacia-Lorena, cujo amor pela França Bismarck não conseguiu atenuar.

Pouco tempo manteve na cabeça a corôa imperial o imperador Frederico III; a 18 de junho, do mesmo anno de 1888 em que seu pai falecera, a morte lhe arrancou todas as insignias do mando, que passaram para o até então Kronprinz, o actual imperador Guilherme II, que nessa epoca contava vinte e nove anos de idade.

O novo imperador recebera de seus mestres Hintzpeter, Stvocker e generais Stolberg e Waldersee, educação que em muito contribui para explicar grande numero dos seus actos, por vezes, inconsequentes e sempre voluntariosos. Um degenerado, como o nosso D. Sebastião, a semilhança do que com este aconteceu, tambem a orientação dos seus mestres lhe moldou o espirito de maneira que fizeram dele um místico, radicalmente convencido de que a sua missão de imperador lhe era confiada por Deus

para a realisação duma obra super-humana. O nosso D. Sebastião arrastou Portugal á extrema perdição nos areais adustos de Alcacer-quibir, a que desastre temeroso arremessará, com a sua vesania místico-militar, Guilherme II a Alemanha? Eis uma inter-rogação a que só o tempo, porventura não muito distante, nos poderá responder.

E' claro que, dotado de idiosincrasia tal, o novo imperador não podia sequer suportar a ideia de que alguém pretendesse exercer sobre ele a sombra de tutela; o choque com Bismarck, habituado a considerar-se o verdadeiro senhor dos destinos da Alemanha, não tardaria a dar-se. De feito, em opposição manifesta ao chanceler, Guilherme II não quis renovar os tratados diplomaticos com a Russia, que representavam uma quasi aliança dos dois imperios, e, porque sabia bem quanto Bismarck, como bom e grande proprietario rural que era, odiava o socialismo, convocou uma conferencia internacional para o estudo das questões operarias querendo, assim, dar tambem a perceber que os interesses do proletario lhe eram queridos.

Bismarck percebeu claramente que o poder lhe fugia das mãos e, por mais uma das reviravoltas a que estava habituado quando o seu amor proprio ferido a isso o levava, pretendeu servir-se do parlamento, que para ele fôra sempre objecto de poucas atenções, contra o imperador. Esta attitude era sobremaneira incoerente da parte dum homem que nunca hesitára em dissolver parlamentos e que tantas vezes proclamou que, perante a vontade do imperador, nada era a vontade do povo. Por isso justo foi, apesar de todos os serviços por ele prestados á Alemanha e muito especialmente á casa de Hohenrollen, que Guilherme II, a 20 de março de 1890, o demittisse do poder com a mesma semcerimonia com que qualquer patrão voluntarioso despede um velho criado, cujos serviços lhe não convenham.

A Bismarck sucedeu na chancelaria von Caprivi que pretendeu imprimir á politica geral espirito mais conciliador do que aquele de que o seu antecessor se servira. Assim, devido á acção de Caprivi, não se renovou a lei contra os socialistas, que terminou em 1890, as perseguições sistematicas contra os polacos e os alsacianos foram postas de parte ou muito atenuadas, os catholicos viram conceder-se aos seus estudantes de teologia a isenção do serviço militar e os nacionais liberais receberam com agrado a realisação de muitos tratados de commercio. Guilherme II, ao demittir Bismarck, dissera que *o caminho a seguir seria o mesmo*, Caprivi mostrou que a sua orientação era bem diversa, o que, dado o temperamento voluntarioso e inconsequente do imperador, agora cada vez menos affecto a modificações de character liberal, faria não muito duradoura a estada de Caprivi na chancelaria.

Com effeito, em 1893 e, principalmente, em 1894, por ocasião do tratado do commercio com a Russia, os proteccionistas alemães combateram denodadamente o chanceler a quem accusavam de preparar a ruina do imperio, entregue sem defeza á invasão dos cereais estrangeiros; mas, embora houvessem captado a simpatia do imperador, não conseguiram por então derrubar Caprivi apoiado por uma grande maioria parlamentar e por grande parte da nação. Neste mesmo ano, porém, os adversarios do chanceler tiveram ensejo de o acusar de benevolo para com os revolucionarios, e Guilherme, em outubro, proferiu em Koenigsberg um discurso no qual apelava para a união da nobreza e de todos os elementos conservadores contra os inimigos da ordem e da religião; Caprivi, não traiu os seus sentimentos liberais e julgou desnecessarias novas medidas de repressão, pois que nos codigos alemães havia bastante para perseguir aqueles que constituissem ameaça de alteração na ordem publica. Valeu-lhe

esta attitude o ser demittido, confiando-se a chancelaria ao principe de Hohenlohe.

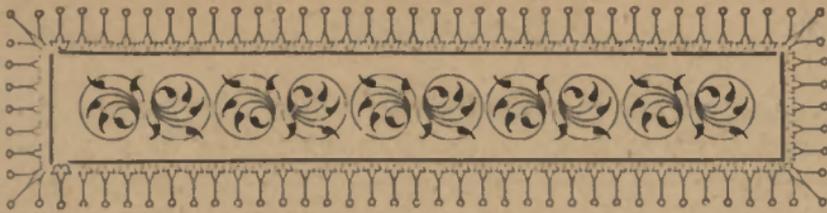
Representava este facto uma vitoria para os elementos conservadores e reaccionarios, se bem que essa vitoria não desse immediatamente os resultados que esperavam. A lei contra as manifestações subversivas *Umsturlvorlage*, a que Caprivi se opusera e fôra novamente apresentada, foi rejeitada pelo parlamento, o que soltou as indignações dos elementos retrogradados, dos quais o imperador se ia aproximando cada vez mais, por vêr neles os partidarios mais decididos do aumento das forças militares, em que se empenhava a ponto de demittir de ministro da guerra a Schellendorf, pouco favoravel á expansão militarista, para o substituir pelo general von Gossler que, á semelhança do imperador, desejava que o exercito absorvesse toda a actividade e todos os recursos da nação.

No entanto a obra da unificação continuava e á unidade politica seguiu-se a unidade juridica pela votação, em 1896, dum codigo civil para todo o imperio, o qual entrou em vigor em 1900; em 1897 o parlamento imperial votou um codigo comercial tambem com applicação em toda a Alemanha. A prosperidade alemã afirmava-se de fôrma incontestavel e alguns actos de character pacifista, como a construção do canal de Kiel que liga o mar do Norte com o Baltico, a simpatia manifestada pelo imperador pelos boers que a Inglaterra combatia, cercaram a Alemanha duma certa boa vontade dos outros povos e proporcionaram a Guilherme uma grande corrente de favor nos seus estados.

Não tardou, todavia, muito que os ares se turvassem. A' conferencia da paz convocada pela Russia respondeu o imperador com o aumento dos efectivos militares, pela autorisação que, não obstante a opposição dos liberaes e dos socialistas, conseguiu obter do parlamento; aos progressos cada vez mais

iniludíveis do socialismo respondeu o governo imperial com a lei das casas de correcção repleta de disposições verdadeiramente draconianas e, sob pretexto de levantar a moralidade publica, com o projecto de lei de Heinze que submetia todas as produções intellectuais e artisticas á mais ultrajante das censuras. A *Liga de Goethe*, constituída pelas mais altas cerebrações da Alemanha e auxiliada fortemente pelos socialistas, agitou por tal fórma a opinião publica que o projecto de lei, obra da reacção religiosa, tanto catolica como protestante, teve de ser retirado em abril de 1900.

Hohenlohe teve tambem de abandonar a chancelaria, em que foi substituido por Bulow, e desde então a vontade imperial tem-se afirmado cada vez mais exclusiva e irreductivel na direcção dos negocios publicos, procurando subordinar todas as vontades á sua, chegando o imperador ao paroxismo da vesania de se considerar não o mais alto mas o unico representante de Deus sobre a terra. E neste duelo curioso entre os restos de tendencias liberais do povo alemão e a vontade soberana do seu impulsivo imperador, a vitoria de momento, pelo menos, coube a este. Todos os partidos politicos são escravos submissos da vontade imperial, todos eles procuram pela força material das armas impôr ao resto do mundo a sua supremacia; só os socialistas, que com Liebknecht, perderam um dos seus mais coerentes chefes, e com Bebel e Kautzky, marxistas puros, podiam contrabalançar a acção dos socialistas oportunistas, sequazes de Vollmar, Singer, Schoesilank, Bernstein e outros, deviam servir de freio nos exageros imperialistas. A sua attitude na presente guerra veio comtudo provar como eles tambem se deixaram levar de vencida pelo absurdo de, em pleno seculo xx, se pretender esmagar a vontade dos povos e travar a marcha pacifica da humanidade.



AUSTRIA

A E. I. O. U., *Austriae est imperare orbi universo*, (A' Austria cabe o imperio do mundo), tal é a divisa altaneira da casa de Hapsburgo, senhora dum imperio que, em nossos dias, representa o maior disparate politico, cujo equilibrio, certamente, está em vespervas de se desfazer. Tipo perfeito das monarquias absolutas, a Austria tomou parte activa nas guerras que a Europa monarchica promoveu contra o espirito revolucionario, que em França tão irresistivelmente se manifestou em 1789, e ainda, como continuação, nas lutas travadas contra Napoleão, que lhe inflingiu as mais estrondosas derrotas.

Foi na sua capital que se reuniu a diplomacia europeia quando, em 1815, depois de bem seguro o curso, que com os seus triumphos significava a mais sarcastica ironia ás monarquias de direito divino, quis remodelar o mapa da Europa e subjugar os povos á vontade omnipotente dos reis, fazendo assim perder todas as conquistas que a liberdade politica havia conseguido.

O Congresso de Viena, obra da Austria, por esta dirigido por intermedio de Metternich, o diplomata da restauração, tinha, na opinião de Gentz, por objectivo *dividir pelos vencedores os despojos*

arreatados aos vencidos, pois que, ainda segundo o mesmo testemunho, as grandes frases de reconstrução de ordem social, regeneração do sistema politico da Europa, paz duradoura assente numa justa repartição, eram apenas proferidas para iludir os povos e imprimir ao acto dignidade e grandesa. Metternich, o homem que, em nome da Austria, orientou de 1815 a 1822, a politica europeia, preparou a Santa Aliança dos reis, compromisso tomado pelos imperadores da Russia e da Austria e pelo rei da Prussia, a que mais tarde aderiram os restantes principes e reis, de não consentirem nos seus estados a mais pequena manifestação de ideias liberais, arrogando-se o direito de intervirem á mão armada sempre que em qualquer estado se dessem factos contrarios ao que julgavam um atentado execrando contra o direito divino dos reis, em presença do qual o direito dos povos nada era.

Metternich caracterisou toda a sua obra pelo mais entranhado odio contra a revolução e contra o parlamentarismo; para ele, a revolução era a doença, o vulcão, o incendio devorador, a hidra de boca hiante para engulir a ordem social; o parlamentarismo o regimen do *tira-te lá tu para me pôr eu*. Vaidoso em extremo, considerando-se um lugartenente de Deus sobre a terra, um facho de cuja luz todos os politicos deviam servir-se, a coluna inabalavel a que os soberanos haviam de apoiar-se, Metternich, se não queria que qualquer país gosasse de instituições liberais, muito menos podia admitir que na *sua Austria* a lepra do liberalismo pudesse penetrar. Por isso, a Austria, após a epoca revolucionaria que agitou a Europa até 1815, continuou com a antiga organização, dividida a população em classes e esmagados os habitantes dos campos com os mais pavorosos tributos e as mais cruciantes extorsões. E, para que nada pudesse abalar o edificio que tanto o desvanecia, Metternich, durante o go-

verno dos imperadores Francisco I e Fernando I, dos quais foi verdadeiro tutor, negou sistematicamente quaisquer regalias aos povos que constituíam o imperio, cobriu o país com uma nuvem de espiões e policia secreta, arvorou como processo normal de governo a mais apertada censura sobre livros, sobre jornais e até sobre o ensino ministrado nas universidades, e chegou ao extremo de não permitir a saída de qualquer austriaco para o estrangeiro, sem licença prévia do governo concedida por um passaporte de difficilima obtenção.

Pensava assim o mais ferrenho ministro que o absolutismo tem tido ao seu serviço, isolar a Austria de qualquer contacto nocivo, levantando contra a possivel invasão do liberalismo a mais formidavel muralha da China politica. Mas tudo foi baldado, pois que as ideias liberais, através de imensos perigos, conseguiram ir-se insinuando no espirito popular, devido á propaganda que os estudantes, em convivencia intima com o povo, faziam, principalmente em Viena, entre as classes operarias e a pequena burguesia. A este movimento veiu juntar-se o da autonomia nacional, que se alargava a todas as nacionalidades heterogeneas, desde o italiano ao tcheque e ao croata, que faziam parte do imperio.

Os revolucionarios, como era natural, juntaram os seus esforços contra o inimigo comum e, ao saber-se da revolução de 1848 em Paris, por todo o imperio austriaco rebentaram insurreições que Metternich não poudo abafar. Em 3 de março os magiares e os tcheques reclamaram a autonomia da Hungria e, a 11 do mesmo mês, a da Bohemia, exigindo para cada um dos antigos reinos ministerios nacionais responsaveis para com dietas privativas; em Viena, de 13 a 15 de março, a revolução popular, correndo á solta e impetuosa, obrigou o orgulhoso Metternich a fugir ás ocultas, o Lombardo-Veneto tambem pegou em armas e o imperador

assaltado por toda a parte viu-se coagido a ceder, consentindo a reunião duma assembleia nacional constituinte em Viena, assembleia que, a 31 de agosto, decretou a abolição do regimen feudal na Austria, tendo antes outorgado aos magiares e tcheques a fruição de ministerios proprios.

O imperador, porém, espreitava o primeiro ensejo favoravel para poder castigar severamente a audacia dos que tinham ousado levantar-se contra a sua autoridade. Em Praga reunira-se um congresso de todos os slavos submetidos ao dominio austriaco e a irreductibilidade que os animava contra os opressores, provocou alguns motins e rebeliões. Tanto bastou para que a cidade fosse bombardeada e se cassassem todas as regalias concedidas aos tcheques; Viena, a capital, foi egualmente bombardeada e as suas ruas inundadas de sangue, porque, tendo aí rebentado um movimento popular destinado a impedir a saída dos regimentos contra os magiares, a exaltação do povo foi ao ponto de enforcar Lator, ministro da guerra, num candieiro da iluminação publica. Ao bombardeamento de Viena seguiram-se actos de monstruosa carnificina, sendo tratada a cidade com todos os rigores da guerra. Com grande pasmo de todos o imperador Fernando que, devido á violencia dos seus exercitos, se podia considerar senhor da situação, abdicou, sucedendo-lhe no trono, em virtude da renuncia de seu irmão e herdeiro presuntivo, um sobrinho, Francisco José, o actual imperador da Austria, a quem a historia ha-de amarrar ao pelourinho da execração por, á beira da sepultura, ter assinado o *ultimatum* á Servia, que veiu lançar a Europa na mais horriavel das guerras.

Francisco José manifestou-se desde logo partidario acerrimo do absolutismo e, contra a corrente que então alastrava por todo o imperio, mostrou-se desfavoravel ás autonomias nacionais para poder do

imperio fazer-se antes um estado só, grande, uno e indivisivel. A Hungria era a parte mais directamente ameaçada pelo projecto do novo imperador e, por isso, baseando-se nos direitos que já havia adquirido, recusou-se a reconhecê-lo como rei, visto que, pela sua constituição, o seu rei só podia abdicar com consentimento do pais, facto este que se não dera com a abdição do imperador Fernando I que para os húngaros era o rei Fernando V.

A Hungria continuou a bater-se pelas suas isenções e, para dirigir os negocios, criou-se uma comissão executiva de defesa, cuja presidencia foi dada a Kossuth, o grande e destemido patriota, que pela sua envergadura intelectual conseguira despertar as energias adormecidas dos seus concidadãos.

A casa dos Hapsburgos foi declarada destituída do trono húngaro e, como a Itália, sempre irrequieta e a caminho já da sua emancipação, exigia a permanencia de grandes forças, os revoltados húngaros obtiveram algumas vantagens e, certamente, conseguiriam firmar então a sua independencia, se em mais alguma conta tivessem outros povos que, como eles, se sentiam oprimidos pelo despotismo imperialista do austriaco.

Dissenções entre os chefes militares e politicos dos húngaros tambem vieram, por sua vez, contribuir para a perda da causa húngara. Recebendo auxilio da Russia, cujo czar, Nicolau, receava que os polacos integrados no imperio seguissem o exemplo dos húngaros, diminuida a resistencia dos italianos, pela victoria de Rudetzky sobre os sardos, o melhor corpo das tropas austriacas sob o comando de Haynau, o sanguinario que merecera o triste cognome de *hiena de Brescia*, entrou em campanha contra os húngaros. A derrota, apesar de todos os esforços de Kossuth, que, ao cabo, teve de procurar o exilio para escapar à morte, era fatal para os revoltosos e, de feito, a 13 de

agosto de 1849, em Vilagos, Görgey, que, depois da retirada de Kossuth, assumira o papel de ditador, rendeu-se aos russos com vinte e tres mil homens, e a 27 de setembro, Klapka, o ultimo que se conservava ainda em armas, abandonou a fortaleza inexpugnavel de Komorn, sendo-lhe concedidas, todavia, todas as honras de guerra ás quais a valentia lhe déra jus.

Seguem-se, para o imperio tão violentamente unificado, dez anos do mais desenfreado absolutismo; o liberalismo tivera apenas uma existencia efemera. Por morte de Schwarzenberg, chefe do governo imperialista, aquele que conseguira humilhar a Prussia em Olmutz, assumiu a direcção do governo Bach, cujo sistema tinha dois objectivos capitais: a abolição dos direitos feudais não em favor do povo, mas em favor do imperador e do militarismo que fôra, e continuaria, agora, com mais vehemencia, a ser, o sustentaculo do regimen absolutista, e a extinção completa do dualismo austro-hungaro.

De 1849 a 1859 todos os vastos e heterogeneos dominios da casa de Austria gemeram sob a maior opressão e foi com intensa ategria que todos receberam a noticia da queda de Bach, o homem funesto que soubera concitar contra si todos os odios, desde os dos slavos que não lhe perdoavam as tendencias e as medidas germanisadoras, até os mesmos alemães que não podiam suportar-lhe o desmarcado absolutismo.

Francisco José, avaliando o perigo que corria, mas não querendo por nenhuma fórma reconhecer a soberania popular, resolveu ir ao encontro dos acontecimentos, que os dez anos de absolutismo deviam fazer mais terriveis, e, por um acto da sua vontade absoluta, concedeu aos seus estados uma organisação constitucional. O imperador encontrava-se, todavia, perplexo sobre se adoptaria o prin-

cipio federativo, se o centralista, pois que um e outro causariam embaraços, por não conquistarem a simpatia de todos os elementos do imperio. Assim, primeiramente, experimentou o federalismo, o que menos agradavel lhe era; mas, em presença dos protestos violentos dos alemães e dos húngaros, cada grupo dos quais queria exercer a hegemonia politica em detrimento dos outros povos, substituiu a constituição ou *Patente*, que outorgara por uma *Patente complementar*, em 1861, orientada nos principios centralistas.

Se esta resolução agradou aos alemães, que, por ela, se consideravam senhores da politica do imperio, desagradou extraordinariamente aos húngaros, aos croatas, aos transilvanios e aos tcheques, que, para bem exteriorizarem o desagrado, não mandaram deputados ao parlamento de Viena. As condições da politica interna eram, pois, bem pouco agradaveis e o imperador procurava por meio de negociações levá-las a bom termo, quando rebentou a guerra de 1866 com a Prussia sob o pretexto da questão dos ducados do Elba.

Em 1859 as tropas austriacas, empenhadas em luta com o Piemonte auxiliado pela França na obra da unificação italiana, haviam sido duramente escarmentadas em Magenta e em Solferino; em 1866, Guilherme da Prussia inflingiu-lhes a memoravel derrota de Sadowa. Não eram, pois, as circunstancias de molde a permitirem a Francisco José uma politica de resistencia irreductivel, que poderia acarretar-lhe males insanaveis, por ter bastante abalado o prestigio militar, aquese que mais querido lhe era e o unico em que sempre confiara para impôr a sua vontade discricionaria e esmagar quaisquer tentativas de rebelião dos seus povos cada vez mais inquietos e mais irreductiveis nas suas aspirações antagonicas. Levado pela dificuldade da situação, que fazia quasi impossivel uma

administração regular, o imperador tratou de se harmonisar com os húngaros, e dos esforços empregados resultou o *Compromisso* de 1867, negociado por Beutz, chanceler do imperio, e Francisco Deak, chefe do partido moderado na dieta hungara.

O *Compromisso* era feito por dez anos, mas renovavel, findo esse prazo, por acordo das duas partes. Nesse documento, que é a base do dualismo austro-hungaro, mercê do qual os estados dos Hapsburgos ficaram divididos em países transleitianos ou da corôa da Hungria e cisleitianos ou austriacos, assentou-se que a Hungria era um reino absolutamente independente, ficando a corôa hereditaria na casa dos Hapsburgos. O rei que devia ser coroado em Budapest, exercia o poder executivo por intermedio dum ministerio constituido exclusivamente por húngaros e responsavel perante o poder legislativo conferido a uma Dieta composta de duas camaras: a dos magnates de nomeação regia e a dos deputados de eleição popular. Mas, como a Hungria reconhecia que tinha interesses comuns com os outros estados da casa d'Austria, consentia na criação dum ministerio comum que, dirigisse os negocios da politica externa, os da força armada e os das finanças na parte respeitante aos encargos militares, que Francisco José intransigentemente quis que ficassem unidos.

A Constituição de dezembro de 1867 veio completar a Patente de 1861, concedendo a cada nacionalidade o direito de manter e cultivar a sua lingua; mas não pôde apaziguar as dissensões agravadas pelo *Compromisso*, que apenas satisfizera alemães e húngaros. Na Hungria, os croatas manifestaram-se violentamente contra a dependencia em que ficavam e só se contentaram quando, em 1868, se estabeleceu entre eles e os húngaros um *compromisso* identico ao da Austria e da Hungria; na Austria, os tchecos, pela *declaração* de agosto de 1868, proclama-

ram os seus direitos á autonomia e retiraram do parlamento todos os seus deputados.

Tão assoberbado se viu Francisco José com este movimento que chegou a conceder aos tcheques um outro compromisso, reconhecendo a independencia da Bohemia, mas tão grande foi, por outro lado, a opposição dos húngaros, ciosos de que qualquer outra nacionalidade fruisse regalias como as suas, e dos alemães que por todas as fôrmas queriam impedir os slavos da obtenção de qualquer beneficio, que o imperador recusou e pôs completamente de parte o compromisso.

Em 1871 ascendeu ao poder, como presidente do ministerio, Adolfo Auersperg, membro do partido liberal alemão, o qual, satisfazendo assim as reclamações do seu partido, se deu pressa em reformar a lei eleitoral, facto este que lhe assegurou a maioria parlamentar e deu um golpe profundo na politica de abstenção, até então adotada pelos grupos insubmissos, por autorisar o governo a preencher as vagas que se dessem, mandando para esse fim proceder immediatamente a eleições que suprissem os lugares abandonados. Os homens do partido liberal alemão eram, por tradição, essencialmente anti-clericais, por isso aproveitaram a denuncia da Concordata para poderem fazer triunfar os seus principios. Na abertura da sessão parlamentar de 1874, Stremayr, ministro dos cultos e da instrução, apresentou quatro projectos de lei sobre a fiscalisação do estado nas igrejas, sobre as ordens religiosas, sobre os rendimentos ecclesiasticos e sobre o reconhecimento das associações religiosas. O imperador não permitiu ao ministerio que nas suas propostas fosse muito contrario á religião catolica, e recusou mesmo a sanção ao projecto votado pelo parlamento sobre as ordens religiosas, simplesmente porque essa lei criava algumas difficuldades ao estabelecimento de novas ordens.

Ao passo que a questão politica se complicava, a economica tambem se apresentava com aspecto terrivel. Para a melhorar promoveu-se em Viena uma exposição universal de que se esperavam resultados muito favoraveis para o desenvolvimento industrial; mas, mal se acabava de proceder á sua inauguração, deu-se, a 9 de maio de 1873, um dos mais terriveis *krachs* em Viena; durante um mês as falencias multiplicaram-se e reduziram ás mais precarias circumstancias o commercio e a industria. Se o descalabro não foi mais doloroso deveu-se á acção energica do ministro das finanças, que não cedeu ás instancias dos especuladores que, sob capa de patriotismo, apenas queriam tratar dos seus interesses sacrificando miseravelmente o de todos os outros, arrastando o estado a ruina de que, porventura, nunca mais pudesse levantar-se.

A' testa dos negocios externos encontrava-se o hungaro Andrassy que empregou toda a sua diligente actividade em disputar á Russia a simpatia e preponderancia nos estados balkanicos vassallos da Turquia, e em sujeitar esta a todas as humilhações. Assim, por ocasião da visita dos soberanos dependentes da Turquia á exposição de 1873, Andrassy ostensivamente recebeu esses principes com honras tão extraordinarias que o sultão não pode occultar o despeito e viu-se obrigado a protestar, embora inutilmente, contra o facto da Austria haver feito directamente com os estados balkanicos convenções commerciaes, sem para nada querer saber da suzerania do sultão. Aproveitando habilmente a intervenção da Europa na questão do Oriente, Andrassy consegue que, no Congresso de Berlim de 1878, para diminuir a influencia da Russia, a Bosnia e a Herzegovina, povoadas de gente servia, embora nominalmente ficassem pertencendo á Turquia, fossem occupadas militarmente pela Austria, que ficava incumbida da manutenção da ordem,

A ocupação, porém, não se fez tão facilmente como ele esperara; mal os austriacos tinham acabado de proceder á occupação que não lhes custára um combate sequer, os muçulmanos insurreccionaram-se e acolhendo-se ás montanhas obrigaram os occupadores a empregar um exercito de duzentos mil homens e a fazer tais despesas que o parlamento austriaco e o hungaro se levantaram contra os ministerios que haviam machinado similhante aventura. Andrassy teve de abandonar o ministerio, deixando, todavia, já assente a aliança austro-alemã que o seu successor Haymerle havia de assinar como confirmação da luta que a Austria estava firmemente decidida a travar contra a influencia russa no oriente.

O imperador chamou então para o poder Taaffe, que se encarregou da pasta do interior para dirigir o acto eleitoral, de que devia sair uma maioria docil, que nem por sombras se manifestasse contra a vontade do imperador que, a todo o custo, queria manter a occupação das duas provincias arrancadas á Turquia, e se esforçava por aumentar constantemente o exercito de que contava servir-se, como até então, manejando-o qual instrumento submisso a todas as suas vontades e caprichos. Pelo longo periodo de quatorze anos, que vai de 1879 a 1893, conseguiu Taaffe impôr-se, contando com o apoio do parlamento e o aplauso do imperador, de quem fez a unica força efectiva do estado.

Na realidade, o parlamento austriaco desceu á maior das abjeções; era um verdadeiro mercado em que cada um procurava vender melhor a sua cooperação a um governo que, sem preconceitos de nenhuma ordem, apenas tinha em mira, embora conservando formulas de constitucionalismo, estabelecer o absolutismo do imperador-rei. E' certo que o ministro das finanças, o polaco Dunajewski, conseguiu extinguir o *deficit* cronico do orçamento imperial, sendo o orçamento de 1889 o primeiro

que na Austria apresentou saldo positivo. Para um tal resultado o ministro aumentou todos os impostos directos e indirectos até então existentes e criou outros que contribuíram para satisfazer os encargos da reorganização militar em que o imperador cada vez mais empenhado se mostrava.

O ministerio Taaffe procurou tambem captar as simpatias das classes trabalhadoras, a respeito das quais tinha a opinião de que elas careciam de *pão e pau*.

Seguindo a escola de Bismarck, decretou Taaffe os seguros operarios; porém, tomando como pretexto alguns atentados atribuidos a anarquistas, mas, na realidade, executados por individuos comprados para esse fim, pôs em execução uma serie de medidas repressivas, que representavam a mais franca das regressões, como foram a da restrição aos agricultores de dividirem e hipotecarem a pequena propriedade e a do restabelecimento das corporações de artes e officios com todo o formulario medieval para os artistas.

Perante a attitude do governo os partidos das nacionalidades, unicos que até então se haviam degladiado, viram aparecer a disputar-lhes o campo os partidos de character economico. Os socialistas uniram-se e, efectuando, em 1888, em Hainfeld, o seu primeiro congresso geral, reclamaram a secularização do estado, a insirução obrigatoria e gratuita e o sufragio universal. Dirigidos pelo clero, cuja influencia já era enorme, e pelos grandes proprietarios rurais, surgiram mais dois agrupamentos politicos, o agrario e o cristão-social, francamente reaccionarios e dispostos a auxiliarem todas as tentativas de character anti-liberal. A' frente do grupo cristão-social, que, com o anti-semitismo por tabo, provocou as mais duras e estupidas perseguições contra os judeus, colocou-se o advogado Lueger, um transfuga da democracia, que atraçouu vil-

mente os principios que professara e ganhou, assim, inconfessaveis favores do governo.

Desde então o conservantismo mais estreito e acanhado presidiu aos destinos da Austria, o que acendrou o amor á liberdade por parte daqueles a quem a venalidade, arvorada em sistema governativo, ainda não pervertera. Os catolicos, de dia para dia mais senhores da situação, tornavam-se audaciosos a ponto de quererem restaurar as escolas confessionais; mas na Bohemia, ciosa de haver sido a patria do grande rebelde contra a igreja, João Huss, o partido dos jovens-tcheques, a cuja frente se encontrava Gregr, apresentou-se a combate como grupo democratico-radical, inimigo dos feudais e da aliança com a Alemanha.

Ardentes, dotados de actividade febril, os jovens tcheques viram-se acompanhados na luta contra o absolutismo imperial pelo *partido operario social democratico*, que reclamava o sufragio universal e o estabelecimento do dia normal de oito horas de trabalho. O imperador, vendo o ascendente que os jovens-tcheques iam tomando, exprimiu publicamente o seu desgosto e desrespeito, dizendo que eles eram uma sociedade extravagante contra a qual era preciso reagir. O ministerio de Taaffe, servo humilimo dos desejos do imperador, que afirmava de momento para momento a sua intervenção pessoal na politica, tentou reagir por meio de habilidosas combinações, mas os adversarios ripostaram-lhe por tal forma que Taaffe, percebendo que lhe era impossivel sustentar-se no parlamento, apesar de todas as suas manhas e do descredito a que o parlamentarismo chegára, apressou-se a pedir a demissão.

Na Hungria a resistencia contra o espirito reaccionario de Francisco José não foi menor, e o ministerio presidido por Wekerle, levando de vencida a opposição dos magnates, do clero catolico e do imperador-rei, conseguiu em 1894 a aprovação do re-

gistro civil e auxiliou o fortalecimento do espirito nacional, permitindo as mais extraordinarias e eloquentes manifestações de sentimento por Kossuth que falecera em março desse mesmo ano.

Cada vez mais complicada a politica interna, acirradas as paixões nacionalistas pela irreductibilidade de alguns elementos, os ministerios Badeni e Thun viram-se a braços com difficuldades quasi insuperaveis no parlamento, onde se deram verdadeiras desordens entre os deputados, cuja sanha teve de ser reprimida pela força armada.

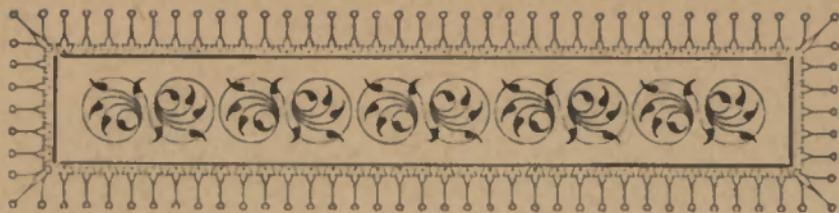
A igreja é hoje senhora absoluta nas regiões officiais da Austria e, com o assentimento do imperador, tem procurado estabelecer o mais intratavel conservantismo contra o qual apenas se levantam os democraticos avançados e os socialistas. Autoritario em extremo o velho e gasto imperador-rei ainda tem a velleidade de imprimir á politica do oriente europeu o cunho da sua vontade pessoal, contrariando a expansão do slavismo na região balcanica.

A Bosnia e a Herzegovina, apoiadas pelos servios, mostravam-se sempre irrequietas e obrigavam os austriacos a manterem nos territorios violentamente anexados forças importantissimas. D'aí a má vontade contra a Servia; d'aí a imposição brutal feita pelo governo austriaco a esse pequeno, mas valente povo, sob o pretexto de se vingar a morte do arquiduque herdeiro; d'aí a guerra feroz que o imperialismo, para vergonha da civilisação, desencadeou na Europa.

Perdido o prestigio do imperador, posto de parte como uma velharia inutil o lealismo dinastico que, por muito tempo obstou a reformas mais radicais nos países governados pelos Hapsburgos, o imperio austro-hungaro entrou no ultimo periodo da agonia.

Os povos, que durante tanto tempo teem vindo

preliando pela sua liberdade e autonomia, verão ao cabo realizadas as suas mais queridas aspirações e a Bohemia que foi o foco de que irradiou a mais tenaz campanha contra o absolutismo imperial da casa de Austria, verá, em dia, talvez, não muito distante, reconhecida toda a sua vitalidade e afirmará a sua independencia com a republica, aspiração dos seus filhos mais avançados.



BELGICA

Os coligados europeus contra Napoleão, derrotado este, procuraram cercar a França de estados que a impedissem de mais uma vez lançar pela guerra a perturbação na Europa, e de pelo pensamento agitar as ideias de liberdade e emancipação dos povos, que irradiavam do país onde se levára a efeito a mais portentosa das revoluções. Este plano, executado em 1815, não era novo; já, em 1805, o abade italiano Piatoli suggerira a ideia da criação dum reino das Duas-Belgicas, em favor da casa de Orange, mas em virtude das vitórias napoleônicas não pôde ele realizar-se, muito embora houvesse sido muito bem aceite pelos governos da Russia e da Inglaterra.

Em 1814, lord Castlereagh propôs aos aliados a junção da Belgica e da Holanda e dessa proposta, bem acolhida por todos os que se julgavam no direito de remodelar a Europa em harmonia com os seus interesses, resultou, após varias combinações, o reino dos Países-Baixos, oficialmente reconhecido por quatro tratados concluidos em Viena, a 31 de maio de 1815, entre a Austria, a Inglaterra, a Prussia e a Russia, tratados estes que foram incluídos na Acta final do Congresso reunido na capital austriaca.

O novo reino, que devia servir de esplanada contra a França, ficou constituído pelas antigas províncias holandesas e belgas, pelo bispado de Liége e pelo grão-ducado do Luxemburgo, continuando, todavia, este a fazer parte da confederação germanica e passando a ser considerado propriedade pessoal do rei dos Países-Baixos, como compensação da cedencia que este fizera dos territorios de Nassau. Um pouco mais tarde, a 20 de novembro de 1815, pelo segundo tratado de Paris, o novo reino recebeu mais os territorios de Filipeville e Marienburgo e o ducado de Bouillon, tirados á França depois de Waterloo.

O novo reino, criado pela diplomacia europeia, poucas ou nenhuma condições de perdurabilidade oferecia, dadas as diferenças de lingua, de religião e de aspirações, que separavam as duas principais partes componentes, as províncias do norte, a Holanda, falando um dialeto alemão e seguindo o protestantismo, e as do sul, a Belgica, cuja lingua era o francês e a religião o catolicismo.

Só uma politica habil, que não melindrasse nenhum desses elementos, só uma distribuição equitativa de beneficios e de encargos poderia concorrer para que o artificio diplomatico criasse raizes e pudesse vingar. Mas o rei, Guilherme I, homem avesso a quaisquer concessões, senhor absoluto da sua vontade, dispensando conselhos de homens de valor como o barão de Hogendorp, Falck, Van Nagel e outros, para apenas se cercar de individuos pouco escrupulosos como Van Maanen e Van Streekerk, servos dos seus caprichos, era a personalidade menos capaz de realizar semelhante obra.

Assim, logo ao tratar-se da revisão da lei fundamental, para a harmonisar com o novo estado de cousas, revisão de que fôra encarregada uma commissão composta de onze holandeses e onze belgas, presidida por Hogendorp, o antagonismo entre uns

e outros manifestou-se a cada passo, e o rei, para acabar com a opposição que os belgas faziam á approvação da Constituição que, de resto, era o menos liberal possível, serviu-se duma habilidade eleitoral, que lhe ganhou a antipatia dos belgas que consideraram a Constituição como *um golpe d'estado permanente*.

Os holandeses, bem longe de suavisarem estas asperezas, pareciam apostados a torná-las ainda mais sensíveis e contundentes; concentraram toda a vida politica nas suas cidades, alardeavam desprezo pelos que êles chamavam *brabanções*, e chamavam a si quasi todos os cargos publicos quer civis, quer militares. Entrados neste caminho viam com agrado os holandeses a iniciativa do seu rei para que a lingua holandesa fosse obrigatoria para o desempenho de cargos publicos, e a adopção duma lei de imprensa, que estabelecia graves penalidades contra os que offendessem as autoridades constitucionais ou espalhassem boatos e noticias que pudessem excitar e alterar o publico.

A lei de imprensa visava principalmente os belgas, que viram os seus jornalistas perseguidos e condenados por tribunais, de que o juri era excluido, a multas pesadissimas e a prisão.

Os belgas, agravados ainda com medidas economicas e fiscaes inspiradas apenas no objectivo de beneficiarem os holandeses, e pela resolução dos estados gerais que, declarando a instrução publica um dos cuidados constantes do governo, introduzira a lingua holandesa nas três universidades de Liège, Lovaina e Gand, começaram de sistematizar e co-ordenar toda a opposição que até então um pouco desordenadamente haviam manifestado contra o governo central.

O rei Guilherme, sabedor de que o clero belga, irritado com o facto da Constituição reconhecer a igualdade de todas as confissões religiosas perante

a lei, fôra o causador principal da rejeição da Constituição pelos belgas, manifestou ostensivamente a sua má vontade *contra esses homens de quem a sociedade só devia esperar exemplos de tolerancia e caridade evangelicas*. Os catolicos moderados, como Méan, pouco depois arcebispo de Malines, juraram a Constituição; os exaltados, os ultra-catolicos, como Maurício de Broglie, bispo de Gand, proclamavam traidores da mais infame especie todos aqueles que jurassem um tal documento em que a religião catolica era posta em pé de igualdade com todas as outras.

Broglie, chamado aos tribunais, recusou-se a comparecer e fugiu para França; o rei ordenou que o nome do bispo insubmisso fosse colocado num poste, entre dois criminosos amarrados ao pelourinho, na praça publica de Gand em dia de mercado. Esta medida veiu acirrar os odios dos catolicos contra a soberania holandesa.

Comtudo os belgas scindiam-se em dois grandes partidos, o liberal e o catolico, que, esquecidos de que deviam unir-se contra os holandeses, se degladiavam valentemente, permitindo assim que o rei fosse continuando a sua obra de repressão. Um chefe dos clericais, De Gerbache, encontrou, porém, um meio de conciliação proclamando, a proposito de medidas governamentais que atacavam a liberdade de ensino, que esta era uma dedução logica de todas as outras liberdades, sendo, portanto, os clericais solidarios na defesa da liberdade dos cultos e da liberdade de imprensa.

Achada esta platafôrma, a intervenção dos elementos mais moderados dos dois partidos levou a efeito a fusão de todos os deputados belgas, que desde esse momento passaram a constituir nos estados gerais do parlamento um grupo oposicionista, que não se prestava ás habilidosas combinações que até aí os governos haviam empregado para vence-

rem certas resistencias, semeando a intriga e a desunião entre os belgas de facções diferentes.

Unidos, os belgas fizeram por toda a região do sul da monarquia a mais porfiosa e tenaz campanha contra tudo quanto tivesse o cunho holandês. Assim, foram acrisolando o amor patrio e despertando o sentimento de revolta num povo que todos, pelas longas e varias sujeições que sofrera, supunham incapaz de qualquer movimento emancipador. Os estados provinciais de Liège, de Namur e do Hainaut dirigiram ao rei petições para a abolição de alguns impostos que lhes eram odiosos; o rei considerou as petições como ilegais e, então, toda a Belgica, como um só homem, assinou petições no mesmo sentido.

O governo soltou a matilha dos espiões para saber quem eram os principais incitadores do movimento em que figuravam nomes da nobreza, como os dos condes de Merode e d'Outremont, o marquês de Rodriguez e o visconde de Vilain; o rei, por seu turno, num rescrito à municipalidade de Liège, apodava de *conduta infame* a dos peticionarios. Tanto bastou para que na Flandres espontaneamente se organisasse a *Ordem da Infamia*, cujos membros altiva e orgulhosamente ostentavam uma medalha, em fórma de livro, transcrevendo o direito de petição assegurado pela constituição e ainda com a legenda de *fieis até á infamia*. A imprensa, arrostando com todas as perseguições, reforçava os seus ataques contra o rei, distinguindo-se nessa campanha Luís de Potter. O rei, completamente desorientado com a luta, fundou em Bruxelas um jornal que lhe defendesse a politica, o *Nacional*; mas tão desastradamente andou que entregou a direcção a um tal Libri-Bagnano, um aventureiro de origem italiana, que, em França, fôra condenado por falsario e fôra forçado nas galés de Toulon. Bagnano, sem escrupulos nem dignidade, mais irritou

os animos com as suas brutalidades escritas, chegado a publicar, no vasadouro regio que era o seu jornal, que *os belgas precisavam de açaimo* como os cães.

Bastava uma faúlha para que a revolução re-bentasse com a violencia de incendio destruidor e impossivel de atalhar. Em julho de 1830 a revolução triunfára em Paris, expulsando do trono o absolutista Carlos X, e implantara o regimen constitucional; os belgas sentiram-se como que electrizados por este acontecimento, tanto mais que alguns, como o advogado Alexandre Gendebien, pensavam a sério em passar para a França. Devendo realizar-se em Bruxelas festas extraordinarias, comemorativas duma exposição industrial e tambem do aniversario do rei, que passava a 24 de agosto, os inimigos do governo holandês resolveram dar um golpe audacioso.

O espirito publico estava por tal fórma preparado para a revolução que nas paredes de Bruxelas apareceram grandes cartazes annunciando que o programa das festas seria o seguinte: a 23 de agosto, uma segunda-feira, fogo de artificio; a 24, iluminações; a 25, revolução. As auctoridades limitaram-se a suprimir do programa as iluminações de 24; mas, contra a sua expectativa, o numero marcado para o dia 25 não falhou e a revolução, começando pelo incendio dos escritorios do *Nacional* e da casa do ministro da justiça Van Maanen, correu á solta as ruas da futura capital e, disciplinando-se ao cabo de dois dias pela organização duma guarda civica, alastrou-se por todas as provincias belgas com tal veemencia que, quando o rei procurou entrar num caminho de conciliações e entendimentos, já era tarde, que a bandeira brabançona, vermelha amarela e preta, já fluctuava ovante como bandeira nacional pela quasi totalidade do territorio belga.

A 4 de outubro o governo provisorio, composto de Hoogworst, Rogier, Mérode, Gendebien, Van Weyer e Luís Potter que regressara de França, declarava que as provincias da Belgica violentamente separadas da Holanda constituíam um estado independente e que um congresso nacional ia ser convocado immediatamente. Este, de facto, reuniu-se em Bruxelas a 10 de novembro e, após discussões, por vezes apaixonadas, votou que o novo estado teria a fôrma monarchica. Esta resolução provocou da parte de Potter o comentario de que *não valera a pena ter-se derramado tanto sangue por tão pouca cousa.*

A verdade, porém, é que, nas circunstancias politicas da epoca, levando tambem em linha de conta que a revolução de Bruxelas era mais um golpe vibrado fundamente nas resoluções do congresso de Viena, os belgas só com essa determinação podiam assegurar o bom exito do empreendimento. A conferencia diplomatica de Londres, assoberbada com a efervescencia liberal que se manifestava em todos os povos europeus, declarou a 20 de dezembro dissolvido o reino dos Países Baixos, que quinze anos antes alguns dos diplomatas, ora novamente reunidos, fiados apenas na força das armas, haviam criado.

A luta entre belgas e holandeses continuou, nem sempre favoravel nos campos de batalha para os primeiros, até que, a 14 de março de 1838, o rei Guilherme da Holanda se decidiu a aceitar a realidade dos factos consumados. No entretanto os belgas já haviam arranjado um rei; postas de parte as candidaturas de Otão da Baviera, do duque de Leuchtenberg e do duque de Nemours, que chegou a ser eleito por 97 votos contra 95 dados a outros concorrentes, foi finalmente escolhido, a 4 de junho de 1831, para evitar complicações internacionais, o principe Leopoldo de Saxe Coburgo, que,

pelo parentesco com quasi todas as casas reinantes da Europa, muito favoreceu a causa da independencia belga.

Leopoldo I procurou desenvolver o reino e com essa mira, tratou de o organizar sob o ponto de vista militar, promoveu a expansão comercial e industrial e olhou com carinho pela instrucção, desenvolvendo a primaria e fazendo com que as universidades do Estado, em Gand e em Liège, concorressem honrosamente com as duas universidades livres existentes, a catolica em Lovaina, cujo edificio a fereza alemã acaba de destruir num acto de indesculpavel brutalidade contra o qual todo o mundo civilisado protesta, e a liberal de Bruxelas.

Os ministerios eram organizados com elementos tirados dos dois partidos que ainda hoje existem na Belgica, os catholicos e os liberaes, que, com igual patriotismo serviam a sua patria, transigindo de parte a parte, até que o desaparecimento das dificuldades que podiam fazer sossobrar o novo estado, permitiu que se pusesse de parte o sistema dos governos mistos, para se seguir o dos estrictamente partidarios, mas sobremaneira respeitadores do regimen parlamentar.

As eleições de 1847 trouxeram ás camaras uma grande maioria liberal o que determinou o rei a constituir um ministerio exclusivamente com elementos desse partido, não obstante os conselhos que Luis Filipe, rei dos franceses, lhe déra de não transigir com os avançados. Ao rebentar a revolução de 1848, a Belgica politicamente ficou indifferente porque, na verdade, gosava de regalias liberaes insofismaveis, e alguns republicanos que, partidos de França, haviam tentado alastrar a revolução pela Belgica, foram facilmente expulsos pela força armada em 28 de março de 1848. Economicamente, porém, as consequencias da revolução fizeram sentir-se com gravidade pelo grande numero de ope-

rarios que ficaram sem trabalho e pela paralisação do commercio.

O governo liberal presidido por Charles Rogier distinguiu-se por medidas fecundas de fomento nacional, entre ellas o desenvolvimento das linhas ferreas, a criação dum banco nacional e a duma caixa de reformas. Respeitou igualmente os refugiados politicos franceses, que, para escaparem ás perseguições e violencias de Napoleão III, iam procurar asilo á vizinha Belgica.

O desenvolvimento material importava grandes despezas e d'aí o aumento de impostos, que fez perder ao governo de Rogier a popularidade que até então decididamente o apoiava. As eleições parciais de 1852 foram favoraveis aos catholicos e os liberaes abandonaram o poder, que foi confiado a um gabinete ainda liberal, é certo, mas tão moderado, que começou de perseguir os emigrados e fez passar uma lei para a repressão das injurias contra os soberanos estrangeiros. Este gabinete a que presidiu De Brouckère, apenas se manteve até 1855, sendo substituido por um ministerio completamente catholico, que, devido á intolerancia com que procedeu perseguindo alguns professores universitarios por na cathedra usarem da liberdade de critica, e ainda ao favor que dispensava ás ordens religiosas cujo numero aumentava assustadoramente, teve de sair em 1857 em consequencia de motins populares em Bruxelas.

Os liberaes ascenderam mais uma vez ao poder e nêle se conservaram até 1870, sendo notavel o impulso por êles dado á vida economica, para o que não pouco contribuíram as medidas de livre cambismo, que puseram em pratica. Todavia os chamados liberaes constituíam uma amalgama de elementos diversos, apenas ligados pela opposição ao ultramontanismo; a sua união era, portanto, muito artificial para que, por muito tempo, pudesse manter-se. De

feito, logo a seguir ás eleições de 1857, os liberais cindem-se em doutrinarios e em jovens avançados ou progressistas, sendo estes os que tinham opiniões mais radicais sobre a questão do ensino e sobre a reforma eleitoral.

Factos diversos vieram ainda agravar a cisão e, em 1870, uma parte dos liberais manifestaram-se contra o governo por este haver apresentado um projecto de aumento das forças militares; em Antuerpia, catholicos e liberais, descontentes com a construção das fortalezas em torno da cidade, coligaram-se contra o governo, que perdeu muitos votos na camara.

Em presença d'este facto, Leopoldo II que sucedera ao pai, em 1865, e primava em seguir-lhe a orientação politica, deu a demissão aos liberais e chamou ao poder os catholicos. Estes governaram com acerto no que dizia respeito ao desenvolvimento material do país; mas, pelas providencias que tomaram offensivas da liberdade de consciencia, começaram a suscitar grande opposição especialmente em Bruxelas. O partido liberal ia, porê m, perdendo cada vez mais elementos, ao passo que um outro partido, o socialista, a cuja frente se encontrava, entre outros, Vandervelde, via aumentar extraordinariamente as suas fileiras e o numero dos seus representantes no parlamento.

A Belgica é, desde a sua independencia, um estado neutro, não podendo, em virtude dessa neutralidade, fazer guerras offensivas, tendo, todavia, o direito de se organizar militarmente para repelir qualquer ataque e para fazer respeitar essa neutralidade. Esta correu grave risco de ser violada por occasião da guerra de 1870, mas a attitude decidida da Inglaterra a isso obstou, e um tratado firmado entre esta nação a França e a Prussia estatuiu o mais escrupuloso respeito por essa neutralidade, contra a qual tamem Napoleão III procurava tentar apresentando á

Prússia uma proposta para a anexação da Bélgica ao imperio francês.

Na guerra actual, que a megalomania do kaiser ha tanto tempo vinha preparando, coube ao governo alemão o triste papel de quebrar essa neutralidade, desrespeitando por essa fórma compromissos que para êle deviam ser sagrados. E a Bélgica, cujos progressos eram verdadeiramente maravilhosos, viu-se inesperadamente inundada por uma horda brutal, que lhe tem arrazado fortificações, talado os campos, bombardeado as mais risonhas e prosperas cidades como Lovaina, e destruido muito da sua florescentissima industria cujas fabricas e officinas eram verdadeiramente modelares. Mas, honrosa compensação, a Bélgica impõe-se hoje á veneração de todo o mundo, pela grandeza verdadeiramente epica, com que tem sabido reprimir a bestialidade do invasor.

A Bélgica tem hoje na Africa um dominio importantissimo, o do Congo. Deve-o á iniciativa e ao temperamento aventureiro de comerciante ousado de Leopoldo II, o antecessor dos actuais reinantes. Cabe-nos, pois, a obrigação de dizermos como a Bélgica se fez nação colonial.

Em 14 de setembro de 1876, após uma conferencia de geógrafos, em Bruxelas, Leopoldo II fundou a *Associação Internacional Africana* com intuitos anti-esclavagistas, na apparencia; mas, no fundo, com fins meramente comerciais, nem sempre respeitadores do tão apregoado anti-esclavagismo. Em novembro de 1877, o *Daily Telegraph*, publicava o relatório das viagens de Stanley, reporter que esse importante jornal londrino mandara, de combinação com o *New York Herald*, em demanda do audacioso explorador Livingstone. Stanley, deu a conhecer ao mundo a região do Congo, que, de resto, nós os portuguezes, de ha muito, conheciamos.

Stanley, pôs-se ao serviço da Associação de que

Leopoldo da Belgica era o mais influente membro, e, para servir os interesses daqueles a cujo serviço se collocára, não houve insulto nem calunia que não arremessasse contra Portugal e contra os portuguezes, a quem devia os mais assinalados serviços, pois só com a boa vontade e com o auxilio sempre pronto e generoso destes conseguira levar a bom termo o seu empreendimento. A Associação Internacional Africana, foi alastrando os seus domínios e em 1884, a 22 de abril, os Estados Unidos da America do Norte reconheceram o direito de soberania sobre os territorios do Congo, a essa Associação, que, assim, criou o Estado Livre do Congo.

Em 1885, reune-se em Berlim uma conferencia europeia para assentar definitivamente a organização do novo Estado livre, que representava mais um esbulho para Portugal, abandonado por todas as outras nações, incluindo a Inglaterra a sua *tradicional e secular aliada*. Pela reunião de Berlim, o Estado Livre do Congo era considerado neutral e assegurava-se a liberdade de commercio em toda a enorme bacia do Congo; mas a verdade é que essa liberdade tem sido meramente nominal e só tem servido para favorecer monopolios.

O rei Leopoldo comprometera quasi toda a sua fortuna pessoal na exploração commercial da região africana, que a diplomacia lhe entregára, e, servindo-se da sua situação de rei da Belgica, conseguiu que este país fizesse adeantamentos e empréstimos ao estado de que êle tambem era soberano, procurando, por essa fórmula, remover as dificuldades financeiras que, por momentos chegaram a ser desesperadas.

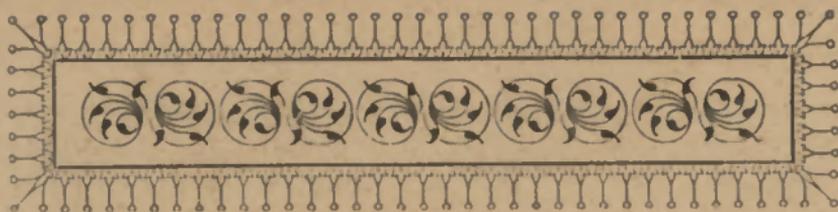
Muitas lutas tiveram os belgas de sustentar contra os povos indigenas e contra os arabes que viam nos novos ocupadores concorrentes ao trafico da escravatura, e ainda contra algumas nações eu-

ropeias, como a França e a Inglaterra, que, vizinhas do Estado livre, tiveram de reprimir-lhe as tendencias demasiadamente expansivas. Em 1890, faz-se uma convenção entre a Belgica e o Estado livre do Congo estatuindo-se que este, ao cabo de dez anos, podia ser anexado á Belgica, não podendo, porém, esta nação aliená-lo sob nenhum pretexto.

De feito, não ao cabo dos dez anos, estabelecidos na convenção, mas pouco depois, o Estado livre do Congo desapareceu para dar lugar ao Congo belga.

Embora nós tenhamos sido defraudados, embora a imprensa europeia a saldo duma associação poderosa nos houvesse coberto de vituperios, embora até fôssemos forçados a assinar uma convenção que causou á nossa provincia de Angola a mais tremenda crise economica, cujos efeitos desastrosos se farão sentir ainda por longos anos, não devemos occultar que tem sido verdadeiramente admiravel a obra executada pelos belgas, valorisando e chamando para a vida economica mundial regiões que a nossa incuria nos fez perder.

Bom será que Portugal, neste e noutros exemplos não menos elucidativos, vá aprendendo, embora á custa de muitos vexames e humilhações, que direitos historicos, sentimentalismos tolos e piegas, só proprios de sonhadores simpaticos mas nunca de estadistas, nada são, nada valem em presença da luta pela vida que hoje se desenvolve na ansia extraordinaria de se arranjam mercados e campos de actividade comercial e industrial. É triste dizê-lo, mas hoje, como hontem, a razão suprema da politica internacional, feita ainda mais pelas habilidades duma casta, a dos diplomatas, do que pelas simpatias e afinidades dos povos, é o interesse. O resto são, emquanto persistir a organização economica actual, bugigangas de que só os povos que as acolham, hão de ser victimas.



FRANÇA

TALLEYRAND, o mais manhoso dos diplomatas franceses, homem que atravessara os anos tempestuosos da revolução e a quem o imperador fizera principe de Benavente, foi quem pelas suas habilidades postas, mais uma vez, em acção, obteve que os aliados, entrados em Paris a 31 de março de 1814, sob o comando do czar Alexandre e do rei da Prussia Frederico Guilherme III, colocassem no trono de França o representante dos Bourbons. Estes foram verdadeiramente impostos ao povo francês pelos soberanos das nações, que, a todo o transe, combatendo a revolução, combatiam não menos em prol dos seus interesses, querendo tirar á França a preponderancia que na politica europeia ella gosava desde Luis XIV e que as victórias da republica e do imperio mais haviam augmentado.

Luis XVIII, forçado a outorgar uma Carta aos franceses, quis, todavia, demonstrar que não reconhecia como legais os factos que se haviam passado desde a execução de Luis XVI, pois que não só considerou como tendo reinado o delfim, filho do rei guilhotinado, mas datou os primeiros documentos do seu governo do ano dezenove do seu reinado. Estes e outros actos que denunciavam o espirito

regressivo do rei *traído na bagagem dos inimigos*, acarretaram-lhe iniludível impopularidade. O imperador que fôra obrigado a recolher-se á ilha d'Elba, conhecedor de tudo quanto se passava em França e das nenhuma simpatias de Luis XVIII, resolveu-se, num rasgo audacioso, a restaurar o perdido poder.

Desembarcando a 1 de março no golfo Juan, a 20 desse mesmo mês já se encontrava em Paris, senhor novamente do mando que tanto o desorientara. O prestigio das vitórias alcançadas atraíam-lhe por toda a parte partidarios e entusiastas em tão grande numero que Luis XVIII se viu forçado a abandonar a França, sem que para isso Napoleão tivesse disparado um tiro.

A adversidade, a melhor das mestras para todos os ambiciosos, modificara muito o genio altaneiro e voluntarioso do fugido da ilha d'Elba. Agora já êle percebia claramente que, para se manter á testa da nação, carecia de transigir com elementos que outrora despresara ou combatera, e necessitava não menos das boas graças das nações que, no seu periodo aureo, êle tivera a veleidade, qual outro Atila, de esmagar sob as patas dos seus cavalos. Por isso procurou chamar a si os elementos liberais, principalmente os republicanos, pelo *Acto adicional* á constituição do imperio, dando a este uma feição liberal, e solicitou as boas graças dos soberanos que o haviam derrubado, assegurando-lhes que desejava sincera e ardentemente a paz, porfiando apenas na luta incruenta, que tivesse por objecto a santa felicidade dos povos.

Os soberanos coligados ainda não haviam, porém, licenciado as suas tropas animadas agora pelo triumpho alcançado, e á proposta ou, melhor, aos rogos de Napoleão, responderam com a mais formal negativa. Então, porque outra solução se lhe não apresentava, o imperador lançou-se na guerra e, lem-

brando-se dos antigos tempos, tomou ousadamente a ofensiva. A 18 de junho de 1815, em Waterloo, no territorio da Belgica, que hoje tambem se encontra talado pela guerra, Wellington, o *duque de ferro*, consegue arrancar a Napoleão os louros da vitória. O vencido confia-se á generosidade da Inglaterra, quando, vista a impossibilidade de se refugiar nos Estados da America do Norte pelo apertado cruzeiro que os ingleses haviam estabelecido nas costas francesas, queria ao menos viver em liberdade nas terras d'Alem Mancha.

Os ingleses, para não mais se sentirem importunados por um inimigo que se lhes afigurava incapáz de desistir dos seus intentos de poderio, mandaram para Santa Helena o homem que fizera tremer toda a Europa. Nesta ilha escaldada e perdida no meio do Atlantico, sujeito a uma vigilancia rigorosa e acompanhado sómente dum punhado de fieis que o não abandonaram na desgraça, morreu ao cabo de seis anos, pensando, sem duvida, na inconstancia da fortuna, ainda para aqueles que, por momentos, com suas negaças, ela fazia passar por seus filhos dilétos.

Luis XVIII volta novamente trazido pelos ligados para o trono de França. Esta, sofrendo os horrores de uma segunda invasão em que as atrocidades cometidas se podem avaliar pela fereza dos prussianos que consideravam as povoações francesas como *vacas que era necessario mungir até á ultima pinga de leite*, e não queriam abandoná-la *sem que ela apresentasse o pavoroso espectaculo de ter sido devastada pelo fogo celeste*, foi esmagada pelo tratado de Paris, assinado pelos ligados, a 20 de novembro de 1815, com uma indemnisação de guerra de setecentos milhões de francos, com a obrigação de, durante cinco anos, manter á sua custa e dentro de suas fronteiras, um exercito de cento e cincoenta mil homens e com a perda de alguns

territorios, que a fizeram menor do que era antes da revolução. E se mais abatida não ficou deveu-se á Inglaterra e á Russia, que não quiseram levar as sevícias tão longe como os austriacos e os prussianos desejavam.

No congresso de Viena as negociações iam continuando entre os coligados, que desejavam fazer passar a França vencida por todos os vexames, sendo necessario que Talleyrand desenvolvesse todos os ardis e manhas em que era inexgotavel, e aproveitasse as desinteligencias que, pelo desencontrado dos interesses, já se manifestavam entre os aliados, para que êle, como representante da França ou, antes, como representante de Luís XVIII, fosse admitido e ouvido na serie de conferencias a que se convencionou chamar o congresso. Verdade seja que tanto ou mais desprezivelmente que a França, foi tratado, em Viena, Portugal que, todavia, contribuiu poderosamente para a queda de Napoleão não regateando nunca aos aliados o sangue generoso dos seus valentes soldados!

Luís XVIII, escarmentado pela dura experiencia, quis agora contemporisar com os elementos liberaes, embora continuasse a considerar a Carta como concessão graciosa, que fizera ao seu povo do qual *era rei pela graça de Deus*. A esta sua nova orientação deveu a França o não ter caído immediatamente nas mãos dos *ultra-realistas*, partido politico constituido pelos mais exaltados absolutistas, pelos emigrados que não haviam vacilado em invadir a patria em companhia do estrangeiro e que, mais realistas que o proprio rei, queriam que tudo voltasse ao estado anterior á Revolução. Assim, além de pretenderem a restituição dos bens que, lhes haviam sido confiscados ou uma indemnisação, se já os não pudessem reaver, queriam, ainda que tivessem de contrariar com isso o rei, que fossem demitidos todos os funcionarios que houvessem ser-

vido na Revolução e no imperio, que se combatessem todas as ideias dos philosophos que haviam desvirtuado o espirito nacional e que a imprensa fosse sujeita á mais severa censura. A' frente dos ultra-realistas encontrava-se o conde de Artois, irmão e sucessor do rei, homem retrogrado e capaz de tudo para *restaurar* em toda a sua plenitude a monarchia do direito divino.

Os ultra-realistas eram auxiliados pela *congregação*, agrupamento politico que, de longa data, em nome da religião, vinha combatendo pelo regresso ao antigo regimen. Na congregação encontravam-se filiados quasi todos os membros do clero e foram estes que prepararam em 1815 e 1822 as eleições que mandaram á camara uma grande maioria de ultra-realistas. A congregação desenvolveu tambem a sua guerra contra os principios modernos, criando por toda a França uma cadeia de sociedades que, denominadas dos *bons livros*, das *boas letras* e dos *bons estudos*, espalhavam as doutrinas mais reacionarias e intransigentes.

Contra a congregação lutava, porém, o partido dos independentes, composto de homens educados em principios liberais e que, recrutados nas classes mais ilustradas e mais activas da nação, constituíam um nucleo bastante numeroso para poder assegurar á França a persistencia dos principios proclamados pela revolução. Vendo a sanha com que o clero combatia as conquistas realisadas, os independentes, onde não faltavam os republicanos, declararam-se anticlericais, organisaram-se secretamente, criando a *carbonaria*, moldada pelo carbonarismo italiano, e, para em tudo manifestarem a irreductibilidade com os ultra-realistas, queriam que a bandeira franceza fosse a tricolor, que os Bourbons, apenas restaurados, haviam substituido pela bandeira branca do regimen ante-revolucionario.

Entre os dois partidos extremos formavam os

realistas constitucionais ou doutrinarios, inimigos das resoluções extremas. Para estes se inclinou Luís XVIII que, acima de tudo, suspirava por passar socegado o resto da vida no trono, sem correr o risco de sofrer mais uma vez o exilio forçado. Em 1824 os ultra-realistas sentiram-se felizes porque a morte arrebatára Luís XVIII e no trono, deixado vago por este, se foi sentar o seu chefe querido, o homem que se desvanecia de ser o *unico* que não havia mudado, desde que os acontecimentos do seculo dezoito o tinham obrigado a passar a fronteira.

A Santa-aliança dos reis, a politica tão diléta de Metternich, considerava-senão menos satisfeita que os ultra-realistas franceses. A França revolucionaria, a França dos ideiais generosos e bons, a França que levava a todos os recantos do mundo os principios de emancipação, ia, finalmente, ficar subjugada. Já os ultra-realistas batiam palmas com a certeza de que o *terror branco*, que já haviam posto em vigor transitoriamente no tempo de Luís XVIII, estaria agora na ordem do dia, com o seu cortejo de assassinatos cometidos pela população aviltada pelo clero, ou pelas autoridades constituídas as quais não haviam hesitado em mandar fuzilar o marechal Ney, o *valente dos valentes*, que, apesar das suas tergiversações, nunca olvidara que era um filho da revolução.

Villéle, ultra-realista exaltado, presidente do conselho á data da morte de Luís XVIII, continuou no poder com Carlos X, nome com que, como rei, ficou conhecido o conde de Artois. Para corresponder á orientação do novo monarca, cujo primeiro cuidado foi restabelecer o antigo e ultra-realista titulo de delfim para o herdeiro da corôa, o presidente do ministerio apresentou logo ás camaras dois projectos de leis, o da indemnisação aos emigrados na importancia de vinte vezes o rendimento

dos seus bens em 1790 e a do sacrilegio, que punia com trabalhos forçados o que roubasse os vasos sagrados, e com a pena de morte o que cometesse o mesmo crime á mão armada ou durante a noite. As propostas contra os liberais saíam constantemente da iniciativa de Villéle, o mais fiel intrepete da vontade do rei, e, se algumas não passaram, como a lei da imprensa por Chateaubriand apelidada de *lei vandala*, deveu-se á camara dos pares que, não obstante ser constituída por individuos nomeados pelo rei, tinha entre os seus membros muitos homens que a Revolução e o imperio haviam educado em principios liberais. Tantas e tão reaccionarias eram as disposições de Villéle que, ao cabo, tendo dissolvido a camara electiva por a achar já pouco submissa, viu-se forçado a abandonar o poder por as eleições a que procedera, haverem mandado ao parlamento duzentos e cincoenta deputados oposicionistas contra cento e setenta ministeriais.

O poder foi, com grande magua do rei, entregue a Martignac, realista moderado, que procurou fazer politica liberal. De feito, Martignac, arrostando com a má vontade do rei, restabeleceu quasi a liberdade de imprensa e proibiu os jesuitas e os congreganistas do exercicio do ensino. Mas, incapaz de ser rasgadamente liberal, Martignac conquistou a má vontade dos partidos extremos, da direita por esta o considerar um revolucionario, e da esquerda que o julgava frouxamente amigo da liberdade. Vencido numa votação parlamentar, o rei não deixou escapar o ensejo para o demitir e com alegria indefinivel fê-lo substituir por Polignac, não menos reaccionario do que êle e partidario tão acerrimo do absolutismo que, durante algum tempo, não quisera jurar a Carta, embora esta estatuisse, como vimos, que o rei o era pela graça de Deus.

Compreende-se que Polignac chamasse para o

novo ministerio homens que partilhassem as suas ideias. Na realidade, as pastas foram confiadas a ultra-realistas dos mais intrataveis e intransigentes, sendo a da guerra entregue a Bourmont, o general traidor que, em 1815, desertara nas vespervas da batalha de Ligny, e fôra avisar as avançadas inimigas de que as tropas francesas se aproximavam.

Era positivamente um golpe de estado o que Carlos X levara a efeito; a ninguem, a não ser ao proprio rei obcecado pela sua vesania estúpida de absolutista ferrenho, poderia escapar um tal significado e as consequencias que do caso adviriam. O proprio Metternich classificou o acto de *contra revolução* e ligou-lhe grande importancia, suspeitando, com razão, que os acontecimentos se precipitariam provocando reacção violenta da parte dos liberaes da França e, pela reflexão, tão vulgar nos fenomenos sociais, da de todos os dos outros países europeus; Talleyrand, o astuto, viu bem que para Carlos X não tardaria a soar a hora do exilio, e começou de congregar elementos favoraveis á subida ao trono da casa de Orleans, com tradições não só mais liberaes, mas até revolucionarias, visto que Filipe de Orleans, o tão conhecido Filipe *Igualdade*, como membro da Convenção não hesitara, em 1792, em votar a pena de morte contra Luis XVI.

Depois de muitas hesitações, Polignac, de acordo com o rei, resolveu convocar o parlamento para 2 de março. Era uma transigencia com a opinião publica e Carlos X tinha acessos de ira por vêr-se forçado a um tal passo. Pudera êle estrangular o povo que ousara manifestar-se contra as suas ordens, e te-lo-hia feito contente e sem remorsos; mas, como isso lhe era impossivel, desafogou toda a sua ira no discurso da corôa, lido na sessão de abertura, em que se encontravam passagens como estas:

«Pares do reino, deputados dos departamentos, não ponho em duvida o vosso concurso para se rea-

lisar o bem que eu quero fazer; estou certo de que reprováveis as insinuações perfidas, que a malevolencia procura espalhar. Se manobras criminosas levantassem ao meu governo dificuldades o que eu nem sequer quero admitir, eu teria a força bastante para as levar de vencida na resolução firme em que me encontro de manter a paz publica, na justa confiança dos franceses e no amor que êles sempre mostraram pelo seu rei.»

Era um desafio brutal o que Carlos X fazia ao parlamento, desafio a que este respondeu altivamente convidando o rei a demitir o ministerio. Os campos definiam-se cada vez mais, e a 19 de março o rei mandava ler nas duas camaras uma ordenação sua, que adiava o parlamento para setembro, ordenação que a 16 de maio foi substituida pela da dissolução. Os absolutistas ferrenhos estavam perfeitamente dementados e nada havia já que os pudesse chamar ao caminho da razão.

No entretanto, para desafronta da honra francesa o ministerio organisava uma expedição contra o bey da Argelia, e, como os soldados franceses haviam levado a cabo a conquista da cidade de Alger, julgou o rei e o ministerio que a façanha, refletindo-se sobre êles, lhes daria força e prestigio para se imporem á corrente cada vez mais impetuosa da opposição.

Os liberais, magnificamente organisados e fortemente disciplinados, promovendo por toda a parte banquetes politicos abertamente contra o rei, caminhavam seguros da vitória na luta hercúlea que em prol da liberdade vinham travando. Todos, mesmo os que não viviam em França, apreciavam o perigo que a corôa de Carlos X estava correndo; o proprio czar que se considerava o mais legitimo representante do absolutismo, reconheceu a necessidade de soluções conciliadoras, que aconselhou. Só o rei e o seu ministro dilecto nada percebiam e julgavam-se em sua cegueira absolutamente seguros.

À efervescencia popular, de dia para dia mais alterosa, respondeu o rei com quatro ordenações, a primeira abolia a liberdade de imprensa, mandando que os jornais ficassem sujeitos á censura prévia, a segunda dissolvia a camara electiva, a terceira alterava a lei eleitoral restringindo extraordinariamente o numero dos eleitores, a quarta marcava o dia das novas eleições e o da convocação de camaras. Com estas medidas a colera popular trasbordou e Paris, durante quatro dias, 26, 27, 28 e 29 de julho, esteve em franca revolução, dirigida por antigos officiais do exercito, que o absolutismo colocara na disponibilidade, por um grupo de republicanos intransigentes e por algumas dezenas de estudantes da Politecnica, que fizeram surgir por encanto barricadas por toda a cidade.

O rei, depois duma resistencia contumaz, resolveu ceder, revogando as ordenações; mas era *já muito tarde*, que, á hora a que a Paris chegou a noticia da sua attitude conciliadora, já êle estava deposto e a bandeira tricolor substituíra por toda a parte a branca. Contra a vontade dos republicanos, aqueles precisamente que com mais valentia se tinham batido nas barricadas, o duque de Orleans foi eleito rei dos franceses, sob o nome de Luis Filipe.

Não obstante a luta pertinaz que no estrangeiro se travava por parte dos governos absolutistas contra as ideias liberais de que a França parecia o foco inextinguivel, a revolução de julho alastrou os seus efeitos por toda a Europa. Em todos os povos o regimen constitucional levou de vencida o absolutismo, ora fazendo substituir ministerios, como na Inglaterra, ora provocando insurreições, como na Belgica, ou substituindo reis como em Portugal.

Luis Filipe governou propriamente com a burguesia e adoptou uma compostura simplez e afavel, que lhe captava as simpatias dos burgueses endinheirados, dos remediados e até de operarios a

quem, muitas vezes, êle, nos seus passeios a pé por Paris, apertava ostensivamente a mão. Todavia, embora tivesse jurado a carta constitucional que, orientada pelos principios da revolução, reconhecia a nação como fonte de toda a soberania, Luís Filipe era, fundamentalmente, tão cioso das prerogativas regias como qualquer dos seus antecessores e só esperava o momento propicio para impôr a sua politica pessoal o que, na realidade, conseguiu em 1840.

Os republicanos comtudo não desarmavam e, organisando-se em associações secretas, obedecendo ao espirito romantico, que se assenhoreava de todos os espiritos, alastravam a sua acção por toda a França captando o maior numero de adeptos nas profissões liberais, aquelas que mais gente contavam. Governando com os endinheirados, pôde dizer-se que Luís Filipe, ou a monarquia de julho foi, nos seus primeiros anos, de character acentuadamente plutocratico. Contra essa tendencia se manifestavam os republicanos que, no entusiasmo pelas suas ideias, se lançaram impensadamente em dois movimentos revolucionarios, o de 1832 e o de 1834 em que sacrificaram grande numero de victimas em holocausto á liberdade sã e pura a que aspiravam.

Estava ainda decorrendo o *processo monstro* dos cumplices no movimento de 1834, quando o atentado pessoal de Fieschi contra o rei veio dar ensejo para que se promulgassem leis atentatorias da dignidade pessoal, que não só consideravam um delicto o declarar-se alguém publicamente republicano ou falar-se na restauração dos Bourbons, como tambem a discussão do principio de propriedade.

A medida contra os que ousassem discutir a propriedade, justificava-se num regimen plutocratico pelo incremento que os principios socialistas, na modalidade comunista, iam adquirindo por toda a França.

O socialismo francês começára de manifestar-se no tempo da primeira republica com Gracchus Babeuf, que na guilhotina foi pagar a ousadia de apregoar ideias de agrarismo, nome que, mercê do prurido de imitação da velha Roma, se deu ás primeiras teorias do socialismo moderno. Mas a Babeuf sucederam Saint-Simon e Fourier que, embora falhos de disciplina scientifica pela deficiencia da sociologia, então ainda incipiente, exerceram profunda acção no mundo das ideias economicas e contribuíram para que outros, como Blanqui, Louis Blanc e Lamennais, seguindo-lhes a esteira, propagassem as doutrinas da remodelação economica das sociedades nos meios operarios, já então em luta com a miseria, cada vez mais agravada, das condições de vida.

Esmagadas as veleidades revolucionarias dos elementos avançados, o combate entre estes e o rei deslocou-se para o parlamento, onde o rei, aproveitando-se das divisões dos partidos, pretendeu impôr a sua politica pessoal, desistindo apenas transitoriamente do intento em presença da coligação parlamentar, que contra essa tentativa se formou.

A partir de 1840, Luis Filipe, servido dedicadamente por Guizot, conseguiu realizar as suas mais queridas aspirações de dirigir a politica conforme a sua vontade pessoal, achando que a carta era um tropeço muitas vezes, senão sempre, incómodo e importuno para um verdadeiro rei.

Guizot, que entendia no seu doutrinarmismo que *o trono não podia ser uma cadeira sem ninguem*, ao contrario de Thiers, um outro doutrinario, que sustentava que *o rei reina mas não governa*, era o politico mais competente para satisfazer as veleidades de Luis Filipe de quem, até á queda, foi o confidente e conselheiro por excelencia.

Mais uma vez a França assistiu ao espectáculo deprimente de se arvorar a corrupção como meio

de governo. Guizot, para fazer do parlamento instrumento docil dos caprichos régios, lançou mão dos meios degradantes da venalidade e da corrupção, ora comprando os deputados, ora concedendo bons contractos com o estado aos que dispusessem de influencia eleitoral, ora enchendo a camara de funcionarios civis ou militares a quem seduzia com melhoria de situação e acessos ou ameaçava com a demissão e perseguições se, porventura, ousassem recalcitrar contra as suas ordens, eco fiel da vontade do rei.

E' claro que semelhante processo de administração publica não podia durar muito, porque a grande maioria da nação, embora privada do direito de intervir directamente nas questões politicas, por ser extraordinariamente restricto o numero de eleitores, se divorciava completamente do parlamento, dos ministros e do rei. E para aumentar ainda mais a impopularidade do *rei pera*, como um jornal satirico do tempo chamava a Luís Filipe representando-o caricaturalmente sob a forma de pera, vieram alguns vexames na politica externa, que muito magoaram o espirito nacional.

Já em 1840, no governo de Thiers, que precedera o de Guizot, por causa da insurreição do vice-rei do Egipto, Mehemet-Ali contra a suzerania da Turquia, a França recebera a afronta de não ser ouvida, ela que se mostrava favoravel á attitude do vice-rei do Egipto, no entendimento celebrado em Londres, a 15 de julho, entre a Inglaterra, a Austria, a Prussia e a Russia, para se regularisar a questão suscitada entre o egipcio vassálo e o turco suzerano. Thiers magoado e sentindo bem o opróbio que para o brio nacional o facto representava, ainda tentou provocar a guerra; mas todos os esforços foram baldados porque o rei, acima de tudo, presava o doce socego da paz. Em 1841 o reconhecimento do direito de visita dos navios de guerra de todas as nações, es-

pecialmente da Inglaterra, aos navios mercantes sob o pretexto de se reprimir a escravatura, e, em 1844 a baixesa de oferecer uma indemenisação aos ingleses como satisfação do processo movido ao inglês Pritchard que revoltara os indígenas da ilha de Tahiti contra os franceses que dela se haviam aposado, mais acirraram contra o rei e contra os ministros o orgulho francês, muito embora o parlamento, com o seu servilismo habitual, tudo sancionasse dando-se por plenamente satisfeito e honrado com as explicações dadas por Guizot. E todas estas manifestações sofria-as Luis Filipe unicamente para obter do governo inglês o restabelecimento do *entendimento cordial*, que com êle tivera, nos primeiros anos do reinado, para contrabalançar a má vontade que sabia nutrirem por êle todos os soberanos que mais a peito haviam tomado a Santa-aliança.

Socegado, ainda que á custa de vexames, pelo que dizia respeito á politica externa, na qual, de resto, pouco se envolveu, Luis Filipe julgou-se bastante forte para arcar com a opposição parlamentar e com a opinião publica que, indignada com a subservieneia da maioria dos deputados, exigia imperiosamente a remodelação da lei eleitoral e o estabelecimento do sufragio universal. Mas contra a intervenção pessoal do rei, cada vez mais franca e mais a descoberto na politica interna, respondeu a opposição com banquetes politicos, realizados nas principais cidades e aproveitados para a mais rude campanha contra a orientação seguida pelos mais altos poderes do estado.

O ultimo banquete devia realizar-se em Paris com a assistencia de oitenta e sete deputados, quasi toda a opposição, e estava marcado para 22 de fevereiro. Guizot, assustado com as proporções que as manifestações iam tomando, mas querendo alardear força, proibiu o banquete e um cortejo que se havia

projectado. A esta proibição respondeu o povo de Paris levantando barricadas e gritando por toda a parte: *Viva a Republica!*

O rei ainda procurou resistir; mas, faltando-lhe o apoio da guarda nacional com que sempre contara, procurou, ao menos, salvar a dinastia, abdicando em favor de seu neto o conde de Paris, que então contava apenas dez anos de idade. Mais uma vez, porém, a cedencia á revolução era já tardia e Luís Filipe, ao cabo de dezoito anos incompletos de governo, á semelhança de Carlos X, teve de seguir a caminho do exilio, indo residir na Inglaterra.

Triunfante a revolução organisou-se um governo provisório de que fizeram parte, entre outros, Lamartine, Ledru-Rollin, Louis Blanc, Arago, e um operario de nome Albert, chefe duma sociedade secreta. Ao passo que esta scena se passava na camara dos deputados, na Casa da Camara, o baluarte de todas as reivindicações populares, proclamava-se a Republica. Muitas eram as dificuldades com que o governo tinha de lutar para poder manter-se no desencontrado de opiniões que agitavam a França, incapaz ainda de receber as remodelações que os elementos mais avançados queriam levar a cabo.

Os socialistas haviam ganho bastante terreno e conseguiram o estabelecimento das *officinas nacionais*, cujos resultados foram desastrosos, porque a deslealdade propositada presidira sempre á sua organização e funcionamento. A burguesia e os elementos retrogradados, passada a surpresa da revolução e o medo que esta lhes causara, começaram de organizar-se e acabaram por se impôr, ganhando para o seu lado Ledru-Rollin, membro do governo provisório que estivera indeciso sobre o caminho que devia seguir, se a favor do socialismo ou se contra este.

Depois de muitas discussões e de motins, que em Paris especialmente assumiram uma certa gra-

vidade, a assembleia constituinte, eleita por suffragio universal, concluiu a Constituição que, ao contrario do que seria de esperar do espirito que animara o movimento que extinguiu a monarchia de julho, fazia da França uma republica presidencial dando ao presidente attribuições tão latas e tornando-o tão independente da assembleia legislativa, representante da vontade nacional, que, se a presidencia caísse nas mãos dum politico aventureiro, sem escrupulos e ambicioso, facilmente nas mãos dum homem de tal jaez se converteria na mais apertada ditadura.

De feito, estatuindo a constituição, por influencia do Lamartine, um dos aspirantes á suprema magistratura, que o presidente fosse eleito pelo suffragio universal directo, as urnas deram a maioria esmagadora a Luis Napoleão, um sobrinho de Napoleão I, que durante a restauração e o governo de Luis Filipe se conservara exilado em Londres, onde passara vida crapulosa e de expedientes, e se aproveitara da revolução de fevereiro para voltar a França e se intrometer activamente na politica,

O novo presidente ou o *principe-presidente*, tratou immediatamente de chamar a si os elementos que haviam adherido á republica apenas com o intuito de lhe embargar o progresso, e, apoiado nêles iniciou uma serie de medidas tendentes a reprimir as conquistas liberais, principalmente a liberdade de imprensa e a de associação, mandando, em virtude desta, encerrar todos os *clubs*, fiscalisar os cafés, restaurantes e todos os logares em que os partidos avançados pudessem fazer propaganda e captar adeptos. Servindo-se do prestigio que ainda gosava em França o nome de Napoleão, o presidente, foi fazendo a mais descarada politica pessoal, cercando-se do elemento militar no intuito de vibrar um golpe de estado, que o fizesse senhor unico da França.

Estabelecendo propositadamente conflitos com a Assembleia legislativa, á qual conseguira arrancar um voto para uma expedição á Italia, destinada a auxiliar o rei da Sardenha contra a Austria, mas que êle aproveitou para destruir a republica romana em favor do papa, a 2 de setembro de 1851, no dia seguinte ao da batalha de Austerlitz, vibrou o celebre golpe de estado que, revogando a Constituição no que esta tinha de caracteristicamente republicano, lhe entregou todos os poderes do estado.

A republica ainda vigorava nominalmente; mas, tendo sido dissolvida a assembleia legislativa, sendo perseguidos sistematicamente os republicanos e os socialistas, muitos dos quais, não tendo podido escurar-se no exilio contra a furia insaciavel do ditador e da matilha dos seus sequazes, foram encher as cadeias de França ou apodrecer nos presidios da Guyana, um ano depois do golpe de estado, a corôa imperial era posta na cabeça do tetrico bandoleiro, que havia de arremessar a França ao ultimo dos vexames e á mais tremenda das derrotas.

Querendo rodear-se duma côrte faustosa, a que os vinte e cinco milhões de francos que arranjava para lista civil, forneceriam os elementos de luxo, Luís Bonaparte, agora já Napoleão III, imperador dos franceses, nomeou muitos marechais e criou, a seu modo, uma nobreza muito numerosa; mas, como isso lhe não bastasse, andou tambem mendigando pelas côrtes da Europa uma princêsa de sangue que com êle quisesse partilhar a corôa imperial. As côrtes europeias, vendo, por emquanto, nele apenas um aventureiro ousado e acidentalmente feliz, recusaram-lhe a aliança pelo matrimonio, zombando até das suas pretensões, e o imperador viu-se forçado a dar-se ares de casar apenas por amor desposando Eugenia de Montijo, condessa

de Teba, uma hespanhola bonita, nova e frivola que, no dizer dos cortezãos, iria levar ás Tulherias as *virtudes* de Josefina, a primeira esposa de Napoleão I, esquecidos de que este fôra buscar a creoula Josefina para o seu tálamo aos braços dum amante poderoso, o Barras do Directório republicano.

Adoptando como principio que a liberdade não podia servir nunca para a construção do edificio social, o imperador continuou a serie de perseguições e vilanias contra os seus adversarios, atingindo principalmente os republicanos, os unicos que realmente temia, pois que dos orleanistas e dos legitimistas muitos, a troco de empregos e benesses, lhe formavam já cauda servil, sendo absolutamente inofensivos os que não queriam formar-lhe sequito, *snobs* encastelados, como estavam, numa opposição só feita nos salões aristocraticos.

Envolvendo-se na politica internacional, pois que todas as suas aspirações eram a de ser o arbitro da Europa, Napoleão III, tomou parte activa na guerra da Crimeia, em que as tropas francesas se cobriram de gloria contra os russos, procurou orientar a politica italiana á mercê dos seus caprichos, ora parecendo servir o papa, o que contrariava as aspirações dos patriotas italianos, ora inclinando-se para Victor Manuel, rei de Piemonte, em favor de quem se deveria fazer a unidade italiana, e chegando, finalmente, levado pela sua inexgotavel prosapia, a impôr ao Mexico um imperador, na pessoa do infeliz arquiduque Maximiliano, que os patriotas mexicanos, ás ordens de Juarez, se encarregaram de fuzilar, mal as tropas francesas lhes abandonaram o territorio.

A politica italiana foi, sem duvida, a que môres embaraços acarretou a Napoleão, concitando-lhe antipatias dos elementos liberais e dos reaccionarios, pela versatilidade incorrigivel de que deu provas.

Assim, em 1858, um italiano, Orsini, fanatico pela causa da unidade italiana, desesperado por Napoleão não declarar guerra á Austria, arremessou três bombas que feriram imensa gente, mas nenhum mal fizeram ao que fôra alvo do atentado. Depois, como o imperador tomasse a peito o auxiliar Victor Manuel, o que ia ferir o poder temporal do papa, condemnado a desaparecer na obra da unidade italiana, os clericais, acicatados pelo papa, Pio IX, que anos antes fôra padrinho do príncipe imperial, levantaram contra Napoleão a mais violenta das campanhas, dirigida não só pelos proprios bispos, mas pelos seculares que professavam o catolicismo mais intransigente e intratavel.

A esta opposição da egreja cada vez mais alterosa veiu juntar-se a dos industriais irritados pelo tratado de commercio assinado por Napoleão com a Inglaterra, o qual, orientado um pouco no livre-cambismo, se lhes afigurou como preparador da sua ruina pela incapacidade em que se julgavam de poder concorrer com os industriais ingleses. Por outro lado, os republicanos ganhavam sensivelmente terreno, embora só tivessem cinco representantes no parlamento; os socialistas, organisados em todos os centros industriais em que os operarios andavam a braços com a miseria, manifestavam tendencias francamente revolucionarias e iam engrossando as fileiras republicanas nas lutas contra o imperio.

O edificio, tão criminosamente levantado por Napoleão, em 1851, começava a ameaçar ruina; os travejamentos que o constituíam, a repressão, o mando pessoal e exclusivo dum só chefe que a si chamava toda a vida nacional, a venalidade, a corrupção e a versatilidade, estalavam já por todos os lados e, apesar do coro de louvores de serventuarios agaloados, os estalidos secos precursores do desmoronamento fatal fizeram-se ouvir do imperador. Foi então que este, cada vez mais combatido nos

pulpitos e nas pastoraes dos mais graduados representantes da egreja, tomou a resolução de captar os elementos liberaes, entrando no caminho das concessões que, intimamente, estava disposto a repudiar, tão depressa as circumstancias lho permitissem.

Mercê da feição um pouco mais liberal dada agora á politica do imperio, a opposição conseguiu levar á camara, em 1863, trinta e cinco deputados, dezasete dos quais eram republicanos. Como as camaras se reconheciam com mais amplas attribuições e as discussões eram mais livres, o povo começou de interessar-se cada vez mais pelos negocios publicos e a podridão do imperio a manifestar-se tanto que as populações rurais, até então o mais firme esteio do imperio, foram passando para os oposicionistas que nas camaras de 1869 foram eleitos em numero de noventa, sendo quarenta republicanos, entre êles homens da estatura de Julio Favre, Grévy e Flourens.

O duque de Morny, inteprete fiel da vontade do imperador seu amo, consegue pela venalidade arrancar das fileiras republicanas um dos seus mais espalhafatosos membros, Emilio Ollivier. Este homem, arrastado pela ambição, vendo-se já senhor do poder a que o guindaria o braço imperial, renega todo o seu passado politico e lança-se na aventura de organizar o *terceiro partido*, que pretendia estabelecer uma plataforma entre a democracia e o imperio para assegurar a dinastia napoleonica. Valeu-lhe o feito o estigma indelevel de traidor com que os republicanos, desde logo, o apontaram ao desprezo dos seus concidadãos e a historia mais tarde o chumbou ao pelourinho da ignominia.

Se a politica interna se apresentava tão tenebrosa para o homem do 2 de dezembro, a externa tambem não corria de molde a inspirar confiança, tanto mais que, pela sua inepcia, deixara que a Prussia se

tornasse uma potencia respeitavel, e a Russia ainda lhe não perdoára a intervenção a favor da Polonia. E, por entre tantos embaraços, Napoleão sonhava sempre em afirmar a sua preponderancia na politica internacional, querendo assumir o papel de arbitro supremo da politica europeia, esquecido de que, para isso, o proprio prestigio das armas francesas, unica força em que podia apoiar-se, começava a estar fortemente abalado.

Emilio Ollivier consegue, finalmente, ascender ao governo e prepara um plebiscito para dar á nova orientação do imperio uma suposta sanção popular. De feito, resultado das mais vis perseguições, das maiores ameaças dirigidas a todos os funcionários, militares, civis e judiciais, das condemnações contra os jornais mais ousados, como a *Lanterna*, de Rochefort, o panfletario que, em 1869, Paris elegera deputado como luva arremessada directamente ás faces do imperador, o plebiscito de 8 de maio de 1870 deu, em nove milhões de votantes, uma maioria de cêrca de seis milhões a favor do imperio e das medidas liberais, que, desde 1860, ele vinha adoptando.

Napoleão e toda a sua côrte lantejoulada julgaram o imperio salvo e reduzidos á inocuidade todos os adversarios. Se um grande feito militar viesse coroar a obra dos politicos corruptos, a gloria do imperio seria tão deslumbrante que nada a poderia ofuscar; demais, em 1866, pensára-se já, e o marechal Niel fôra um dos mais entusiastas advogados do plano, em declarar a guerra á Prussia para assim lhe reprimir ambições bem nitidamente manifestadas. O imperio encontrava-se agora aliado com a Austria e a Italia, a Inglaterra inclinava-se para a neutralidade e a Russia, que poderia contrariar os designios do imperador, estava longe. Que viesse, pois, a guerra trazer novamente o prestigio dos campos de batalha!

Faltava, é certo, um pretexto; mas a politica europeia andava tão revolta que, com finura, ele appareceria. Na realidade, a questão do trono de Hespanha forneceu o tão desejado pretexto. Bismarck armára o laço em que Napoleão se deixou cair; a candidatura de Leopoldo de Hohenzollern, á qual o imperador francês se opôs terminantemente, declarando ser uma vergonha para a França a possibilidade da reconstituição do imperio de Carlos V, foi o rastilho que fez estalar a tão suspirada guerra que Napoleão se apressou a declarar a 18 de julho, depois de Emilio Ollivier, quatro dias antes, não obstante a opposição de Thiers, ter arrancado ao corpo legislativo a votação dum credito de cincoenta milhões de francos para os gastos da empreza belica.

Napoleão e os partidarios da guerra contavam para a vitoria, que se lhes afigurava tão facil como qualquer passeio a Berlim, com os auxilios da Austria e da Italia e com o esforço do exercito francês. A Austria e a Italia não se moveram, alegando desculpas mais ou menos frivolas e hipocritas, como a diplomacia as sabe arranjar, sempre que preciso seja; contava, pois, o imperador, na realidade, apenas com o exercito francês contra toda a Alemanha, que se havia agrupado em torno da Prussia.

A corrupção do imperio, porém, desorganisara todo o serviço militar da França e, por isso, em vez dos quinhentos mil homens de que Napoleão e Le Boeuf, seu ministro da guerra, julgavam poder dispôr, apenas duzentos e cincoenta mil se encontravam reunidos nos primeiros dias de agosto. Mas esses mesmos encontravam-se desprovidos de tudo, embora filauciosamente o ministro da guerra houvesse declarado que nem um botão da fardeta faltava a qualquer soldado. Tudo faltava, na verdade. A desordem mais desenfreada era a caracteristica de todos os serviços; as munições escasseavam, as

viaturas não apareciam, os serviços cirurgicos estavam faltos dos mais simplez instrumentos, o estado maior, habituado apenas a trabalhos de gabinete ou á ostentação das reluzentes fardas nos salões e logares de prazer parisienses, era incapaz de arcar com as responsabilidades duma campanha. Só uma cousa não faltou, a valentia indomita do soldado francês; mas essa, só por si, não bastava para levar de vencida as legiões que a Alemanha congregára em trabalho de longos anos e de porfioso estudo contra a França.

Derrotas sucessivas, a 4 de agosto em Wissemburgo, a 6 em Froeschwiller e em Forbach, a 18 em Saint-Privat, inutilizaram o exercito do Reno, obrigando Bazaine, seu comandante depois da exonerção de Le Boeuf, a encerrar-se e imobilisar-se em Metz. O chamado exercito de Chalons, tendo á sua testa Mac-Mahon, e na força de cento e vinte mil homens, muito deles já escarmentados pela derrota, a 2 de setembro entregava-se com o imperador ao inimigo, tendo deixado no campo de batalha tres mil mortos e quatorze mil feridos, e marchava prisioneiro para a Alemanha na força de oitenta e dois mil homens.

Foi á custa de tão tremendo desastre, agravado depois com a vergonhosa rendição de Metz, que a França se libertou do imperio que a deshonorára. Conhecida em Paris a pavorosa tragedia de Sedan, o povo amotinou-se e a voz mascula de Leão Gambetta, a 4 de setembro, proclamava na Casa da Camara a queda do imperio e o advento da Republica.

Imediatamente se organisou um governo provisorio constituido por Manuel Arago, Crémieux, Favre, Ferry, Gambetta, Julio Simon, Garnier-Pagés, Glais-Bizoin, Eugenio Pelletan, Picard, Rochefort, todos deputados por Paris, e o general Trochu, que assumiu a presidencia. O imperio caíra na

lama; a Republica ia, em tão doloroso momento, tentar o mais patriótico esforço, senão para vencer, ao menos para levantar a honra da patria. Da acção do governo provisorio, e muito especialmente da de Gambetta, ia surgir a defesa nacional, praticando prodigios que só o entranhado amor á patria é capaz de produzir.

Gambetta e Carlos Freycinet, escolhido pelo grande patriota para seu auxiliar, desenvolveram tão pasmosa actividade que dentro em pouco tinham em armas seiscentos mil homens e mais de duzentas baterias; mas os novos combatentes, animados do mais ardente patriotismo, careciam de exercicio, que só a passagem das fileiras pôde dar, e toda a sua extraordinaria dedicação serviu apenas para, na hora suprema, a França não ficar infamada.

A Sedan seguiu-se o cerco de Paris que, durante quatro meses, fez sofrer á cidade das maravilhas as mais duras e horrorosas provações. As sortidas dos sitiados, as tentativas temerarias dos exercitos organisados nas provincias para irem fazer levantar o cerco, tudo foi baldado e a grande e generosa cidade teve de capitular e consentir que as patas da cavalaria alemã escarvassem os pavimentos dos Campos Elisios. Finalmente, por intermedio de Julio Favre, ministro dos negocios estrangeiros do governo provisorio da Republica, e de Thiers, estabeleceram-se combinações preliminares em Versailles com Bismarck para se assentar na paz definitiva, que foi estabelecida pelo tratado de Francfort de 10 de maio de 1870.

Foram onerosissimas as condições impostas; porventura, a Alemanha, impondo-as a quem já não estava em condições de reagir, supôs haver esmagado para sempre a França, mas esta, qual outra Fenix, resurgiu mais brilhante das proprias ruinas para continuar a sua missão benemerita de

porta-estandarte das mais humanitarias e belas ideias de emancipação.

O imperialismo estava extinto em França; ia agora começar a obra da democracia serena, pura e emancipadora, tendo de vencer muitos e muitos obstaculos que, a cada passo, lhe levantavam, ora a reacção vesga e torpe, escabujante inda nas vascas da agonia, ora os mais ardentes e exaltados, incapazes de soffrarem os impetos das suas arrancadas por uma sociedade melhor, que só uma longa evolução poderá um dia efectivar na terra.

Reunida em Bordeus, a 16 de fevereiro de 1871, a Assembleia Nacional, para cuja eleição se fizera o armistício de Versailles, foi eleito chefe do poder executivo da Republica francesa o orleanista Thiers que recebera o mandato de deputado em 26 departamentos e era um dos mais decididos partidarios da paz. Para momento mais oportuno se adiou a resolução definitiva sobre as instituições que mais conviriam á França. A Assembleia Nacional era constituída, na sua maioria, por monarchicos, que nela figuravam em numero de quatrocentos contra trezentos e cincoenta republicanos. Estes ultimos, na sua quasi totalidade, eram partidarios da continuação da guerra, por isso que Gambetta imprimira esse character a quasi todas as candidaturas republicanas.

Ratificados os preliminares da paz, o governo estabeleceu-se em Paris; mas a Assembleia, por medo do espirito revolucionario que agitava fortemente a capital, foi celebrar as suas sessões em Versailles. Passava-se isto a 10 de março e, a 18 desse mesmo mês, o povo de Paris, exacerbado pelas privações, reconhecendo na Assembleia Nacional tendencias demasiadamente conservadoras e irritado por a Assembleia haver determinado que o pagamento de dividas, o de arrendamentos e o de letras comerciais, suspenso durante o cerco, se fizesse

imediatamente como nas épocas normais, isto sem que as pessimas condições economicas se houvessem ainda modificado, proclamou a Comuna, ou governo privativo da cidade, que, alargando-se a toda a França, faria da nação, em harmonia com os principios da Revolução de 1789, uma federação de comunas ou municipios.

A' frente do governo comunal ficou um Conselho Geral de noventa membros, entre os quais figuravam Blanqui, Felix Pyat e Delescluze, que, chamando-se a si mesmos jacobinos, protestavam que queriam apenas salvar a Republica de qualquer atentado, e obviar á miseria, cada vez maior, que açoutava as classes trabalhadoras. Thiers saiu de Paris com o governo e as tropas que lhe eram fieis e foi estabelecer-se em Versailles, firmemente resolvido a atacar a capital para derrubar o governo revolucionario.

A Comuna, que tinha mais de quarenta e cinco mil homens em armas, resolveu atacar Versailles para expulsar d'ai a Assembleia Nacional. A tentativa falhou, e os federados ou comunistas, que o exercito de Versailles conseguiu aprisionar, foram passados imediatamente pelas armas por, sem processo nem julgamento, serem considerados, não criminosos politicos, mas malfeitores da peor especie. Então, em Paris, como represalia, a Comuna apoderou-se, como refens, do arcebispo de Paris, do presidente do tribunal superior Bonjean, de alguns sacerdotes e de outras individualidades de representação social.

O governo de Versailles, aproveitando as forças do exercito do Este e muitas que tinham voltado da Alemanha, onde haviam estado prisioneiras, estabeleceu o cerco a Paris, e, ao cabo de cinco semanas, conseguiu assenhorear-se da cidade *maldita* por ser o foco da revolução, que queria impedir a França de cair novamente em poder da monar-

quia. Passam-se então as scenas terriveis da semana sangrenta, 21 a 28 de maio; as ruas da cidade transformaram-se em verdadeiros campos de batalha, nas quais se combatia com o mais desesperado encarniçamento. Mais de dezasete mil vidas caíram nas ruas; os refens que os comunistas tinham em seu poder, no auge do desespero e quando a sanha dos versalheses já não dava treguas nem quartel, foram fuzilados e alguns edificios publicos foram pasto do incendio, o que deu azo a que os conservadores de todos os países lançassem sobre os comunistas os maiores vítuperios.

Vencida a Comuna, Thiers manifestou claramente os seus instintos de fera á solta, tripudiando sobre os vencidos numa furia de perseguições, de que todos os serviços que prestou á sua patria não poderão, emquanto a piedade fôr um sentimento sobre a terra, diminuir, perante a consciencia humana, a negrura e o crime.

A' custa de grandes sacrificios em que o patriotismo francês se manifestou de abnegação sem limites, conseguiu-se a libertação do territorio nacional, paga a enorme contribuição de guerra que os invasores haviam imposto.

A Assembleia Nacional, eleita apenas para sancionar a paz, prorogou o seu mandato, contra a opinião dos republicanos, e, depois de votada a lei militar de 1872, que estabelecia o serviço militar obrigatorio, os monarchicos acharam que a ocasião era propicia para vibrar o golpe de morte contra a Republica, muito embora alguns dos monarchicos mais convictos, como o proprio Thiers, se inclinassem para a republica por ser esta, em sua opinião, a unica fórma de governo que menos separaria os franceses.

A adesão de Thiers á republica era sincera e, por isso, a maioria monarchica da assembleia aprovou uma ordem do dia em que convidava o presi-

dente a fazer vingar no governo uma politica franca e decididamente conservadora ou, melhor, preparadora da restauração monarchica. Thiers, não querendo prestar-se a actos que lhe repugnavam, apresentou a demissão e a assembleia fe-lo substituir por Mac-Mahon.

Os monarchicos bateram palmas de contentamento e, para melhor assegurar o triumpho, iniciaram, sob a direcção do duque de Broglie, presidente do ministerio, uma serie de perseguições, apreendendo e suprimindo cerca de duzentos jornais republicanos, demittindo todos os funcionários administrativos, militares e judiciaes e até mesmo os diplomatas que suspeitavam partidarios do republicanism. O clero começou a desenvolver tambem a mais feroz e tenaz propaganda contra os republicanos, justificando, assim, a violenta, mas verdadeira apostrophe de Gambetta: *O clericalismo! eis o inimigo!*

Era uma republica extravagante essa, em que os republicanos, systematicamente perseguidos, eram substituidos em todos os cargos de confiança por monarchicos confessos ou por falhos de honbridade, que se diziam republicanos para melhor servirem a causa monarchica. O presidente estava ao corrente de todas as tentativas de restauração monarchica, acariciava-as e animava-as, mostrando-se pronto a ceder o lugar, que lhe era odioso de primeiro cidadão duma republica, ao primeiro pretendente que quisesse sentar-se no trono, comtanto que, *oh pruridos de honestidade*, não tomasse para estandarte nacional a bandeira branca!

Contra toda esta campanha de toupeiras, em que os clericais com os seus exageros estiveram a ponto de causar sérios embarços internacionais á patria, que ainda se sentia maltratada da ultima guerra, estava alerta Gambetta que, *caixeiro viajante da Republica*, como desdenhosamente alguns

o alcunhavam, percorria todo o país, ganhando, com a sua eloquencia vibrante ao serviço do mais acendrado patriotismo, tão grande numero de partidarios para a republica que poudo, altivamente, impôr ao presidente-cumplice do crime contra a republica, o celebre e historico dilema de *submeter-se ou demittir-se!* E Mac-Mahon, nesse momento, *submetêuse*, apesar de ter demittido o ministerio republicano, presidido por Julio Simon para o substituir por um outro presidido outra vez pelo duque de Broglie, monarchico convicto, que iniciou desde logo novas perseguições contra os republicanos, perseguições a que o povo respondeu mandando ás camaras maioria de cento e dez republicanos sobre todos os partidos monarchicos reunidos.

Estavam agora senhores do poder os republicanos, tendo na presidencia da republica Julio Grévy, eleito em substituição de Mac-Mahon, que, cansado de lutar em prol da restauração monarchica, se demittira, e na presidencia da camara dos deputados Leão Gambetta, a alma de toda a movimentação republicana no largo periodo de nove anos, que tantos foram os necessarios para se firmarem definitivamente as novas instituições.

Os governos republicanos consagraram-se desde então ao resurgimento da patria francêsa, procurando, por todas as fórmãs, reconquistar o terreno perdido. Francamente anti-clerical, a Republica libertou a instrução da preponderancia congregacionista, separou as igrejas do estado e assegurou as liberdades de reunião e de imprensa. Por outro lado, além de desenvolver todas as fontes de riqueza publica, a republica, a cujo serviço se encontravam homens da envergadura de Gambetta, Ferry, Paul Bert e tantos outros, lançou-se abertamente no caminho da expansão colonial de que sistematicamente haviam fugido os Bourbons, a monarchia de julho e o segundo imperio.

Foi no seculo XIX e, especialmente depois da proclamação da terceira republica, que a França realisou sistematicamente a sua expansão colonial, na constituição do que os seus publicistas chamam a *França maior*. Assim, em 1881, para completar a posse da Argelia e contrariar a politica italiana, que procurava exercer predominio no norte da Africa, levou-se a efeito a redução da Tunisia a protectorado francês; em 1898 completa-se a conquista do Soldão, ao cabo de quarenta anos de persistente luta de penetração ora pacifica, ora guerreira; em 1902 apossa-se a França de importantes oasis do Sahará, como em 1894, após violentos combates se assenhoreára de Dahomey e, um ano depois, de Madagascar. No oriente asiatico tambem a França conseguiu impôr a sua supremacia pela conquista de Tonquim, alcançada após uma luta de dois anos, terminada em 1884. Ao problema colonial da França ficaram ligados, entre outros, os nomes de Julio Ferry e Paulo Bert.

De 1886 a 1889 a França atravessou um periodo agudo de crises em que a republica, por mais de uma vez, esteve prestes a sossobrar pelas manobras de todos os monarchicos combinados, aos quais os republicanos mais avançados, enquanto não perceberam a cilada, prestaram apoio decidido. Foi neste periodo que appareceu o *celebrado general Boulanger*, que, por momentos, foi o homem mais popular da França e cujos entendimentos com os reaccionarios mais tarde vieram a lume, fazendo cair a venda dos olhos de muitos republicanos que ingenuamente o acompanhavam.

A reacção, sob multiplices aspectos, não deixou, por isso, de se considerar capaz de novas lutas e de levantar embaraços ao desenvolvimento do espirito democratico, que já se havia apossado das escolas primarias, um dos campos mais aproveitados, á sombra das liberdades republicanas, por to-

dos os elementos retrogradados. A sua ultima e mais estrondosa manifestação foi a questão Dreyfus, em que os odios de crenças e de raças vieram á supuração com todo o seu cortejo de infamias e de retaliações. Felizmente, o espirito de justiça e de equidade, a cujo serviço se apresentou destemida e desinteressadamente a grande figura que foi Emílio Zola, conseguiu afirmar a sua supremacia, levando de vencida as hostes que, querendo combater um principio, não hesitaram protervamente em deshonorar um homem e uma familia.

A França desde então tem continuado mais desafogadamente a sua obra de avanço, impondo-se á admiração de todos os povos e conquistando simpatias, que, nas horas de provação que está atravessando, lhe não faltam com o seu concurso moral e material. Internamente, á proporção que os partidos monarchicos vão perdendo terreno, ascendem em importancia os republicanos avançados e os socialistas que, fundamentalmente republicanos em politica, porfiam, todavia, no campo economico pela remodelação radical das condições actuais. No exacerbo da ideia, a que os franceses se entregam com a sua imaginação fertil, ardente, porventura, ás vezes, desvairada, mas sempre generosa e humanitaria, criaram eles o sindicalismo revolucionario. A dura experiencia, porém, fê-los vêr quanto ainda hoje é perigoso o ouvir-se apenas a voz do sentimento sem que lhe dê o coeficiente de correcção das conveniencias determinadas pelo momento historico que se atravessa; e o sindicalismo, ao contrario do que muitos esperavam, cumpre honradamente os deveres da solidariedade humana, não servindo de estorvo á defesa da causa da liberdade tão vilmente posta em perigo pela ambição demasiada do mais desenfreado imperialismo. Outro tanto succede aos pacifistas, sem que nem uns nem outros, façamos-lhe essa justiça, tenham menos fé nos seus princi-

pios, menos amor ás ideias de que esperam melhores condições de vida para as sociedades futuras.

Na politica externa, tão complexa em nossos tempos e revestida cada dia de importancia maior, a França conseguiu, para contrabalançar a acção da triplice-aliança que constituiu um pesadelo para a paz europeia, organizar a *triplice-entente* á custa de muita habilidade, de muita pertinacia e de muito raciocinio, pois que, não raro, os seus interesses estiveram em antagonismo com os das potencias com que estabeleceu essa *entente*.

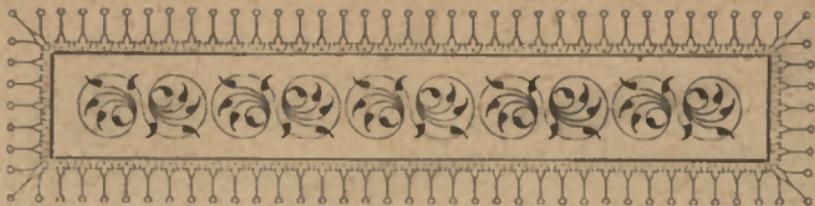
De feito, a autocracia russa era a aliança menos logica para a França tão democratica, que, cada ano que decorria, representava mais um avanço nas mais rasgadas aspirações do pensamento puro da mais sã e mais radical democracia; mas a necessidade do entendimento contra um inimigo comum, a Alemanha, que a ambas ameaçava, produziu a sua aproximação e desta fez derivar a aliança e a amizade, estrondosamente afirmadas em Paris e em Cronstadt e S. Petersburgo pelas visitas dos mais altos representantes das duas nações.

Na execução do seu plano colonial, na expansão da *maior* França, os franceses, tambem, por vezes, encontraram no seu caminho a Inglaterra. Fashoda foi incidente desagradavel entre as duas nações, cujas armas hoje lutam combinadas contra o alemão; mas a noção de interesses vitais a defender contra um inimigo, cuja expansão era perigo temeroso e grave para ambas, fez desaparecer quaisquer resentimentos e más vontades.

Embora a *triplice-entente* se houvesse constituido para assegurar a paz, a guerra estalou com todos os seus horrores, com o tetrico sequito de ferocidades sem nome, de destruições irreparaveis. A enormidade dos armamentos, que, no estado de paz armada, em que a Europa ha decenios se encontra, sugava toda a vitalidade dos povos, absor-

via todos os recursos, fazia com que este choque tremendo fosse inevitável.

Bastava um pretexto, por fútil que fosse, para que a tempestade estalasse; uma falha para que, todo o ardor bélico reprimido por quem com a guerra tudo queria subordinar á sua soberana vontade, fizesse a mais terrível explosão, depois da memória dos homens. Estamos, porém, certos de que do montão de ruínas que a guerra vai espalhando por esses campos de batalha, desse montão de cadáveres que a bestialidade humana tem sacrificado, ha-de surgir uma nova aurora de paz, de amor e de solidariedade, preparadora de gerações tão ciosas da liberdade, que apaguem as veleidades dum militarismo absorvente que só na guerra encontra a sua razão de ser.



INGLATERRA

ANIMADA de sentimentos retrogrados, que os *tories* ou partidarios intransigentes do poder real e senhores do poder favoreciam; receosa da perda da sua preponderancia nos mares e na politica internacional, a Inglaterra avocára a si o papel primacial nas lutas da Europa contra a republica franceza e contra o imperio. Fôra ella a instigadora de todas as coligações europeias contra a França e só dera por findo o duelo, em que se empenhára, quando, tendo bem guardado á vista Napoleão e tendo colocado no trono francês os Bourbons, se convenceu de que podia olhar sem sobresaltos para o futuro.

A vitoria final dos coligados sobre Napoleão assegurou aos *tories* predominio mais indiscutivel na politica inglesa, sendo raros os *whigs* que, como lord John Russell, ousavam levantar a voz contra os excessos dos que, tendo sido acerrimos partidarios da guerra contra a França, podiam vangloriar-se do bom exito obtido. Todavia a Inglaterra, a seguir ao seu triunfo guerreiro, ia vêr-se a braços com gravissimas questões internas, das quaes, mais de uma vez, resultariam choques sangrentos.

Os *tories*, cuja força assentava nos grandes

proprietarios, apenas terminou a guerra, extinguiram o *income tax*, imposto de rendimento, que incidia sobre os ricos, e, com o intuito de protegerem os seus partidarios, implantaram o mais apertado proteccionismo do qual resultou a lei dos cereais, proibitiva da importação do trigo, que, pelas terriveis consequencias que teve, ficou conhecida por *lei da fome*.

Ao passo que os senhores das terras, á custa da miseria da grande maioria dos ingleses, procuravam por todas as fôrmas aumentar os seus rendimentos, as classes operarias viam-se azorragadas pela mais cruciante miseria. A industria inglesa estava peiada no seu desenvolvimento, porque os outros paises, adoptando tambem o proteccionismo, lhe cerceavam os mercados; nestas condições, os operarios, cujo estado era quasi o da servidão, mal ganhavam para comer, pois os patrões entendiam que o unico meio de obviarem aos males que os assaltavam, era o abaixamento dos salarios e o aumento das horas de trabalho. E, porque a miseria póde levar aos maiores desesperos, o governo *tory* prevenira qualquer alteração de ordem organisando a mais severa punição contra quaisquer entendimentos que os operarios tentassem realizar para melhorarem as terriveis condições de vida em que se encontravam.

Os *whigs* mais avançados ou radicais, entre os quais se encontravam alguns aristocratas, insurgem-se contra semelhante estado de cousas, que a Cobbet merece apreciações como estas: «A guerra que restaurou os Bourbons e restabeleceu a inquisição deixou a Inglaterra em miseria tal que não encontra paralelo na historia da civilisação.» E, dirigindo-se aos lavradores ingleses: «Apesar do vosso enfatua-mento de categoria, de riqueza e de titulos universitarios, a força real dum país reside sempre no trabalho do povo. O esmagamento do trabalho pe-

los impostos que sobre ele pesam, só poderá remediar-se por uma reforma parlamentar.»

Na realidade, todos os males politicos e, como consequencia destes, os males economicos de que a Inglaterra estava sendo vitima, provinham da pessima organização do seu sistema parlamentar. Constituido por duas camaras, a dos lords e a dos commons, o parlamento inglêz não tinha no seu seio representantes do povo, por isso que o eleitorado era tão restricto que bem podia dizer-se constituir uma casta. Além disso, ainda vinha agravar o mal o facto de muitas cidades, cujo desenvolvimento datava de pouco tempo, não terem direito de eleger um deputado que fosse, ao passo que muitos burgos, alguns até já quasi despovoados, mandavam dois e tres representantes, que, nos chamados *burgos podres*, eram escolhidos á vontade dum grande proprietario, que, não raro, vendia a dinheiro de contado os logares do parlamento de que com a sanção da lei podia dispôr.

O governo *tory*, presidido por lord Liverpool, era fraco e, na corrente repressiva em que ia derivando, foi até á suspensão do *habeas-corpus*, uma das mais belas afirmações do respeito da dignidade pessoal. Essa suspensão, que Canning não conseguia justificar com todo o seu talento ao serviço dos *tories*, cuja politica professava, tivera por pretexto uma serie de manifestações tumultuosas, em Londres, Manchester, Nottingham e outros pontos, que assustaram o governo a ponto de, para maior segurança, decretar a pena de morte contra todos os organisadores de *meetings* ou comicios revolucionarios.

As condições politicas agravavam-se de dia para dia e, muito embora o *habeas-corpus* houvesse sido restabelecido, a pouco mais de um ano da sua suspensão, os radicais, indo mais além dos whigs, reclamavam o sufragio universal e, desafiando a co-

lera do governo, promoveram um comicio monstro em Manchester, o qual provocou um recontro da força armada com o povo. Nesse recontro, conhecido pela *carnificina de Manchester*, houve grande numero de mortos e feridos. Os whigs, incluindo os proprios aristocratas, acompanharam o povo nos protestos contra um governo que, no dizer do whig Tierney, *só sonhava com a força, não querendo nem conciliação, nem paz.*

A's manifestações da opinião publica respondeu o governo, arrancando ao parlamento a aprovação dos *seis actos*, verdadeiros torniquetes da liberdade, contra os quais Canning, entrando numa orientação liberal, protestára energicamente, mas sem resultado.

Passavam-se estes factos em 1819 e, em fevereiro de 1820, morre o rei Jorge III, subindo ao trono Jorge IV que, por incapacidade fisica do seu antecessor, exercera as funções de regente e apoiára com toda a decisão o grupo mais reaccionario dos *tories*, do qual já se haviam separado Canning e Roberto Peel. Correu então grave risco a monarchia inglesa; Thistlewood, um radical energico, com mais trinta conjurados, urdiu uma conspiração que tinha por fim matar o rei e os ministros. Falhada a tentativa, Thistlewood e alguns dos seus cumplices foram executados, ganhando o rei algumas simpatias nas classes adversas aos meios violentos. Todavia, a monarchia esteve ainda outra vez a ponto de sossobrar, mercê dos escandalos da côrte, que arrastaram pela lama das ruas a reputação do rei e da rainha num processo escandaloso sem precedentes na historia inglesa.

A tempestade, porém, serenou e a monarchia e os principios sustentados pelos *tories* tiveram um novo periodo de esplendor, para o qual não pouco contribuíram os escritores *lakistas*, como Wordsworth, Southey, um defendendo o governo reacio-

nário, outro pedindo a deportação para os delitos de imprensa, e Walter Scott evocando as tradições do passado na serie brilhante dos seus romances historicos ou nacionais. No extremo oposto, Byron e Shelley despediam temerosos golpes contra os partidarios da tirania e entoavam canticos fervorosos em louvor da liberdade, que Shelley dizia ter morrido na Inglaterra.

Comtudo, o que prova que a liberdade consegue progredir através de todos os obstaculos, o poder passa para as mãos dos *canningistas* ou partidarios de Canning que, embora *tories*, abraçam o liberalismo, principalmente na politica externa, libertando-se da tutela diplomatica da Santa-Alliança, manifestando simpatias pelos constitucionais que, por toda a Europa, procuravam destruir o absolutismo, reconhecendo a independencia das colonias hespanholas da America, concedendo aos negros regalias precursoras da abolição da escravatura e, arcando abertamente com a opposição do rei, declarando-se a favor dos gregos revoltados contra os turcos e preparando para a Irlanda uma epoca melhor pela concessão do direito eleitoral aos catholicos.

Ao lado de Canning combatiam Peel, Huskisson e Robinson, cujo trabalho inteligente muito contribuiu para o desenvolvimento economico da Inglaterra, começando a aplicar, embora restritamente, os principios livre-cambistas. Foi a Huskisson que os operarios deveram em grande parte a aprovação das propostas de Hume, que muito os favoreciam, e a abolição de todas as leis impeditivas da agremiação dos operarios para defesa dos interesses comuns. Essa abolição data de 1824 e a ela se deve a criação das *Trade-Unions*, a poderosa organização que tão grandes vantagens tem proporcionado ao proletariado inglês.

As intransigencias religiosas do protestantes

obstinadamente sustentadas pelo rei, vieram, depois da morte de Canning, retardar um pouco o desenvolvimento pacifico da Inglaterra, sendo necessario, para acalmar a irritação na Irlanda, que a eloquencia e a actividade de O'Connel ameaçavam converter em guerra civil, que Wellington, presidente do ministerio, apoiado decididamente por Peel, impusesse ao rei e aos parlamentares *tories* o reconhecimento das regalias que os catholicos irlandeses desejavam.

Como reflexo da revolução de 1830 em França, o partido *tory*, que, todavia, gosava da simpatia de Guilherme IV, irmão e sucessor de Jorge IV, falecido em junho desse ano, teve de ceder as cadeiras ministeriais a um governo *whig* em que, entre outros, figuravam Grey, John Russell, Palmerston e Melbourne, os quais apresentaram uma serie de medidas que, alargando o direito eleitoral e dando preponderancia politica nos centros industriais e ás cidades pela extinção dos burgos podres, atingiu mortalmente a influencia politica da aristocracia em proveito da classe media.

Os *tories*, sentindo proxima a sua perda, empregaram os mais desesperados esforços contra as medidas do novo governo, mas, ao cabo, cansados, tendo posto a Inglaterra, por mais de uma vez, ás portas da guerra civil, cederam e reconheceram lealmente a vitoria e superioridade dos adversarios. Não havia já razão, agora que a politica inglesa entrava definitivamente em nova fase, para se manterem os partidos *tory* e *whig*, que, desde o seculo xvii, vinham em duelo pertinaz, pugnando pela posse do governo; ambos tinham comprehendido a necessidade das reformas, ambos para elas haviam contribuido, embora o melhor quinhão coubesse aos *whigs*, que dispunham incontestavelmente da popularidade. E, porque assim era, os *tories* passaram a denominar-se conservadores, em opo-

sição aos *whigs*, que, reforçados com elementos novos, partidarios do radicalismo politico, tomaram para si o nome de liberaes.

A Inglaterra, que, para obter estas regalias, tivera de manifestar-se violentamente em Bristol, onde o sangue do povo correu, e em Londres, onde Wellington, retrogrado impenitente, viu, apesar de todo o seu prestigio, o seu palacio apedrejado pela multidão, ia, sob a égide do governo liberal, honrar-se com dois actos do mais levantado humanitarismo: a abolição da escravatura nas colonias e a protecção das crianças que trabalhavam nas fabricas, victimas da deshumanidade dos industriaes que exigiam a pobres crianças de dez e doze annos um trabalho de doze e quatorze horas, absolutamente exaustivo, que os liberaes reduziram a oito horas diarias até aos treze annos de idade e a sessenta e nove horas semanais até aos dezoito.

E' tambem a partir deste momento que a politica inglesa começa systematicamente a libertar-se da influencia pessoal dos reinantes, convertendo-os quasi em symbolos, que aceitam passivamente todas as deliberações parlamentares. As ideias democraticas ganhavam todos os dias terreno e, passadas algumas perturbações que os *orangistas* ou ultra-protestantes procuravam avigorar, estabelecido o registro civil como principio de libertação religiosa e facilitada a publicação de jornais e de livros que se vendiam por preços agora accessiveis a todas as bolsas, a Inglaterra pode evitar muitos dos abalos que a miude vieram ensanguentar as lutas politicas dos outros povos europeus.

Em 1837 ascendeu ao trono a rainha Vitoria, por morte do rei seu tio. A soberana contava então apenas dezoito annos, mas o seu tacto politico manifestou-se desde logo pela confiança que, guiada par lord Melbourne, concedeu aos liberaes, levando mesmo essa simpatia a ponto de não querer acei-

tar damas de honor que fossem conservadoras. Esta attitude grangeava-lhe as sympathias populares, que a recompensavam bem de alguns atentados que contra ella varios exaltados procuraram levar a cabo.

Algumas medidas uteis assinalaram tambem o começo do reinado da joven rainha, como foram a dos correios e a das escolas primarias. A Irlanda progrediu extraordinariamente sob a direcção habil de Drummond, e Palmerston, intervindo, como ministro dos negocios estrangeiros, na politica internacional, impunha com grande patriotismo o respeito dos interesses da sua patria. Comtudo, a não revogação de leis, como a da protecção aos cereais, que agravavam dolorosamente as condições de vida das classes pobres, deu azo a que se acentuasse um grande descontentamento que originou dois movimentos, um politico e outro economico.

Politicamente, um novo grupo radical, dirigido por O'Connor e Jones, porfiava pela obtenção duma *carta do povo*, que estatuisse eleições anuais, suffragio universal, escrutinio secreto, divisão eleitoral do país em circunscricções iguais, elegibilidade dos não proprietarios e subsidio aos deputados. Contra estas aspirações preliava o grande historiador Macaulay, que via nelas a subversão de toda a ordem social, considerando-as incompativeis não só com a monarchia e a camara dos lords, mas com a civilisação. Os *cartistas* provocaram motins, mas o governo liberal conseguiu restabelecer a ordem sem recorrer a meios extremos nem a medidas de excepção.

Economicamente, Ricardo Cobden, acompanhado por John Bright, organisa em 1838 a celebre liga de Manchester, que propugnava pela extincção de todas as leis que apenas serviam para mais enriquecerem os ricos proprietarios do solo, e proclamava a necessidade de se seguir aberta e francamente o livre-cambismo.

Em 1841 os liberais, assoberbados com a questão financeira, que pouca atenção lhes merecera, cederam o governo aos conservadores, dirigidos habilmente por Peel, que a seu lado contava com homens de grande valor como Aberdeen, Graham e Gladstone, este então no inicio da sua carreira politica, que tão gloriosa havia de ser. Para equilibrar as finanças, Peel impôs sacrificios a todas as classes sociais, aumentando o imposto sobre o rendimento, medida esta a que a propria rainha teve de sujeitar-se, diminuindo os direitos protecionistas e transigindo com os partidarios de Cobden pela manutenção duma escala movel de direitos alfandegarios, enquanto lhe não fosse possível satisfazer-lhes completamente as exigencias.

A luta, porém, não afrouxou, e Peel viu-se a braços com a opposição conservadora, que o acusava de não partilhar a pureza dos principios do velho partido tory, com a liberal que lhe imputava o não querer servir a democracia e com a dos livres cambistas de Cobden que, pela voz de Fox, lhe lançavam em rosto o não melhorar as condições peniveis das classes pobres pela sua persistencia em se não manifestar livre-cambista. Todavia, Peel, seguro da maioria parlamentar, promulgou algumas medidas que muito honram a sua memoria.

E' ao governo de Peel que se deve a proibição das mulheres e dos rapazes de dez a treze anos trabalharem nas minas, e ainda a dos rapazes dessa idade não poderem trabalhar mais de trez dias por semana, e dez horas apenas por dia. Em 1844, a proposito da discussão destes assuntos, aparece formado, pela primeira vez, o partido socialista, defensor do principio que ficou conhecido pelo dos tres oitos. Fielden proclamou então que, em cada dia, o homem devia ter oito horas para trabalho, oito para dormir e oito para se recrear.

A fome, porém, continuava a flagelar as classes

pobres e Peel, em 1846, conseguiu, com os votos de cento e seis conservadores e duzentos e vinte liberais, levar de vencida os ultra-conservadores agrupados em torno de Bentinck e de Disraeli, e aboliu a lei protecionista dos cereais, fazendo, assim, desaparecer para sempre da Inglaterra o espétro da fome.

Os conservadores não lhe perdoaram o que chamavam uma traição, e, abandonando o numa proposta que os liberais combatiam por a considerarem atentatoria das liberdades publicas, determinaram a queda do homem que, ao deixar as cadeiras do poder, ponde, cheio de razão e verdade, dizer: «Deixarei um nome detestado dos açambarçadores e monopolistas, que por motivos pouco honestos reclamam leis protecionistas de que só elles aproveitam. Mas é possível, tambem, que deixe um nome que algumas vezes será abençoado ou proferido com benevoleneia nas casas daqueles que ganham o pão quotidiano com o suor do seu rosto e que hão-de lembrar-se de mim, sempre que refaçam as suas forças com uma alimentação abundante e livre de impostos, alimentação que lhes será muito mais saborosa por não a amargurar qualquer sentimento de injustiça».

O livre cambismo, cuja adopção por Peel fôra a causa da queda deste homem publico, caminhava cada vez mais desafogadamente, e o ministerio Russell, que substituiu o de Peel, teve de o aceitar com grande desvanecimento da liga ou escola de Manchester. Na Irlanda, comtudo, a crise continuava assustadora e a miseria fez derivar para a America do norte grande numero dos seus naturais, acossados pela fome que a bôa vontade de Russell não podia debelar.

Em 1848, a revolução que derrubou Luis Filipe produziu na Inglaterra um movimento de reacção contra o qual nada poderam os cartistas que tentaram

agitar a opinião num movimento anti-monarquico. Dá-se, todavia, então um caso muito curioso na politica ingleza; ao passo que Russell, presidente do ministerio via com maus olhos as tentativas revolucionarias que a revolução de 1848 despertara por toda a Europa, Palmerston, ministro dos negocios estrangeiros, ostentava as suas simpatias pelos radicais, apoiando os revolucionarios europeus e oferecendo-lhes asilo seguro na Inglaterra, sempre que eram vencidos nas suas patrias, como fez a Kossuth a quem permitiu a realização de conferencias publicas em Londres. A rainha não poudes ocultar por muito tempo o seu despeito e ousou dirigir-lhe um *memorandum*, censurando-o pelo seu procedimento; Palmerston continuou, porém, a dirigir os negocios externos conforme entendia, sem se preocupar com a opinião dos seus colegas no ministerio até que estes, em 1852, a proposito da attitude extremamente favoravel por ele tomada para com Napoleão III, conseguiram alijá-lo do gabinete.

A vida do ministerio não foi, porém, muito longa e Palmerston, tendo sido posto de parte em 3 de fevereiro, já no fim do mesmo ano de 1852, entrava como ministro do interior num governo francamente livre-cambista, no qual sobraçou a pasta das finanças Gladstone. Durante o periodo de treze anos que decorreram até 1865, coube, sem duvida, a Palmerston o lugar preponderante na politica interna, ora como simplez ministro, ora como presidente do governo.

A guerra da Crimeia, em presença da qual o o governo inglêz de começo mostrara pouca energia, suscitára no povo uma corrente desfavoravel aos ministros pacifistas, corrente que os emigrados polacos, húngaros, e até italianos, procuravam engrossar no odio que votavam ao czar, para eles o mais legitimo representante do despotismo autocratico. De todos os ministros do gabinete presidido por Aber-

deen, só um, Palmerston, por partidario irreductivel da guerra contra a Russia, gosava o favôr da popularidade, e, por isso, foi ele o escolhido para presidir o ministerio que succedeu ao de Aberdeen, derrubado por um voto de censura do parlamento, em fevereiro de 1855. Palmerston encontrava-se agora á vontade para manifestar os seus sentimentos bellicôsos em tudo que não dissesse respeito á politica interna, na qual se mostrava mais sereno e menos amigo de aventuras. De feito, a Inglaterra não só caminhou ao lado da França contra a Russia e a favor da Turquia, mas fez a guerra á China, a terra dos *barbaros insolentes*, que haviam ousado afrontar o pavilhão inglês, e reprimiu com rígor a revolta dos cipaios na India, da qual tirou pretexto para arrancar a administração do grande dominio gangetico á Companhia que nela era soberana, transferindo-a para a gerencia directa da nação, a cujos destinos presidia.

Palmerston satisfazia por esta forma o amor proprio inglês, e a sua permanencia no poder prolongar-se-ia, se a protecção por êle concedida a todos os revolucionarios estrangeiros exaltados, que valera para a Inglaterra o apodo de *laboratorio de assassinos*, não lhe alienasse o favor sempre tão mudavel da opinião publica, principalmente depois do atentado de Orsini, que em Londres vivera durante algum tempo, muito apreciado como orador de conferencias. Assim, a proposito de uma lei contra os conspiradores, a camara pôs o irrequieto chefe politico em cheque numa votação, e Palmerston viu-se obrigado a abandonar o poder, do qual, todavia, não chegou a estar afastado mais dum ano.

Muitas foram as questões europeias em que o novo ministerio teve de intervir, avultando entre elas a da guerra de 1859, que Victor Manuel, apoiado por Napoleão III, fazia contra a Austria, guerra em que Palmerston, com grande patriotismo



e não obstante a sua admiração pelo imperador dos franceses, conseguiu contrabalançar a influencia franceza; as questões da Polonia e a da Dinamarca, nas quais, na opinião dos conservadores, dirigidos por Disraeli, o governo não havia presado muito a honra nacional, afirmação esta filha mais do faciosismo partidario do que da realidade dos factos. Não foi menos digna de aplauso a attitude do governo perante a guerra da *secessão*, que, nos Estados-Unidos da America do Norte arremessára para o campo de batalha os estados do sul, partidarios acerrimos da escravatura, e os do norte, abolicionistas intransigentes. Apesar da delicadeza da situação, a Inglaterra soube evitar e envolver-se numa luta de que só lhe adviriam prejuizo, e esqueceu mesmo os seus interesses industriais de momento, recusando-se a manifestar-se contra os abolicionistas, apesar dos esclavagistas serem os principais sustentaculos, pelo fornecimento da materia prima, das fabricas algodoeiras de Manchester.

Avançado já em idade, Palmerston ia permitindo que o alto valor dum seu colega de gabinete se evidenciasse de dia para dia. Esse era Gladstone, que, como vimos, se estreára na vida publica no partido *tory*, transitára depois para os *whigs*, afirmando-se de altissimo valor como financeiro no ministerio de que fazia parte, e, começava agora a tender cada vez mais para o radicalismo na defesa dos interesses das classes operarias e na simpatia pelos revolucionarios do continente, como provou na recepção entusiastica por ele preparada em honra de Garibaldi na Inglaterra.

A morte de Palmerston, em 1865, deu azo a profundas remodelações nos partidos politicos ingleses, passando Gladstone a fruir a chefatura do partido liberal mais avançado, cuja acção foi sobremaneira favoravel ás classes operarias, aliviando-as de todas as leis de excepção, que ainda vexatoriamente pesa-

vam sobre elas, o que permitiu o largo desenvolvimento das *Trades-Unions*, que, organisadas pelo socialista Robert Owen, puderam agora, ao cabo de quasi vinte anos, sem cairem na alçada da lei, promover a associação dos operarios para defesa dos interesses comuns e sem que nas agremiações operarias, fosse, como até ai, obrigatorio por lei a intervenção do patronato.

Após varios episodios, entre os quais avulta a agitação irlandesa promovida pela associação dos *fenianos*, com grande preponderancia nas camadas populares da Irlanda, região de que Gladstone, com o andar dos tempos, ha-de ser o grande e venerado paladino, tendo os conservadores occupado ainda uma vez o poder, assume a chefia do governo o grande chefe liberal inglês em dezembro de 1868, constituindo o chamado grande ministerio de que, além dele, faziam parte Forster, o seu braço direito, Bright e Clarendon. Uma serie de medidas destinadas a pacificar a Irlanda sem o emprego da violencia, o alargamento do direito eleitoral, a reforma da instrucção primaria e modificações tendentes a moralisar o exercito, como a extinção da venda dos postos, tais foram os resultados da larga iniciativa de Gladstone, que poderosamente contribuíram para a continuação do caminho democratico, que a Inglaterra vinha trilhando, sem desfalecimentos, ganhando de dia para dia novas liberdades e regalias.

A proposta para a criação de uma universidade na Irlanda, em que pudessem ser admitidos catholicos e protestantes, proposta que Gladstone patrocinava, deu azo á primeira votação desfavoravel ao governo, o qual, todavia, embora houvesse apresentado a demissão, teve de continuar a gerencia dos negocios pela recusa dos conservadores em receberem esse encargo. A luta politica continuava, porém, acirrada entre uns e outros, principalmente

a proposito dum projecto apresentado pelo governo contra o alcoolismo e das tendencias pacifistas de Gladstone que se mostrava partidario da não intervenção da Inglaterra na politica da Europa continental, facto que magoava o orgulho inglês, sempre mal disposto contra a Russia, na qual via concorrente para temer na preponderancia do oriente da Europa e uma ameaça para o dominio inglês na grande peninsula gangetica. Aproveitando-se habilmente de todas estas circumstancias, os conservadores, nas eleições de 1874, conseguiram levar á camara maioria de deputados.

Gladstone, respeitando as indicações da opinião, saiu do governo, resolvido a abandonar a politica e a entregar-se aos seus trabalhos literarios, como helenista distinto que era e a cujo saber se devem os *Comentarios sobre Homero* e uma tradução em verso da descrição do *Escudo de Aquiles*. Ao chefe liberal, que havia desistido das funções de leader, para as quais o partido elegeu lord Hartington, succedeu na presidencia do conselho o conservador Disraeli, que, dois anos mais tarde, em 1876 a rainha elevou ao pariato com o título de lord Beaconsfield.

Estavam, pois, novamente no poder os conservadores que, desde 1857, salvo tres pequenos intervalos, que, somados não dão quatro anos, haviam estado dêle afastados, Disraeli, nutrindo poucas ou nenhuma simpatias pelos aristocratas que, no começo da sua vida politica, o haviam melindrado com motejos, vai imprimir ao *torismo* ou conservantismo inglês feição que até então nunca tivera, qual foi a de se apoiar directamente no povo e procurar servir-se deste para engrandecimento do poder real, que, em sua opinião, devia subrepujar o do parlamento. Para realisação dos seus planos politicos Disraeli fez votar o parlamento leis favoraveis ás classes operarias; assim, o dia maximo de

trabalho foi fixado em dez horas para as mulheres e para as crianças, sendo estas obrigadas até os quatorze anos á frequencia escolar. Providencias se tomaram não menos simpaticas para melhorar as condições de salubridade das classes populares, autorizando os municipios a derrubar as casas velhas e doentias dos bairros operarios para edificarem habitações sadias e alegres, que deveriam ser alugadas por preços que não afrontassem a modesta economia das classes trabalhadoras.

Ao contrario de Gladstone, Disraeli interveiu diretamente na politica externa e applicou toda a sua atenção ás colonias. Em 1875, o principe de Galles mais tarde Eduardo VII, visitou oficialmente a India, que, dois anos mais tarde, seria considerada um imperio e daria á rainha Vitoria o titulo de *imperatriz das Indias*; em 1878, as tropas inglêsas invadiram o Afganistão para castigo do seu emir não haver recebido a embaixada inglêsa, ao passo que recebera uma embaixada da Russia, cujo avanço na Asia era pouco animador para a Inglaterra; na Africa os boers haviam-se revoltado e os zulus ofereciam tão grande resistencia á occupação inglêsa que muitos soldados inglêses ai morderam o pó em batalhas sangrentas.

Estas guerras longinquas, tendentes a implantar o imperialismo britanico, acarretaram enorme dispendio de dinheiro e de vidas; o orçamento que a gerencia de Gladstone equilibrara, appareceu novamente com um *deficit* terrivel o que animou os liberaes a encetarem vigorosa campanha contra o governo. Disraeli ou Beaconsfield, porém, apresentava indiferença por toda essa luta exteriorisada em comicios monstros, confiado no apoio popular que êle continuava a manter, adulando-lhe o entusiasmo patriotico e a má vontade contra a Russia.

Na guerra que então ensanguentava o oriente, o governo inglêz manifestava-se a favor da Turquia

fechando os ouvidos a todas as barbaridades pelos turcos praticadas; Gladstone, abandona de vez o alheamento a que se votára e reentra na politica com um brado de indignação contra as atrocidades turcas, vergonha da civilisação. A campanha dos liberaes foi auxiliada pelo agravamento das condições economicas, e as eleições de 1880 deram aos seus candidatos a maioria, em virtude do que o ministerio conservador teve de ceder as cadeiras a um ministerio liberal.

A' frente do novo gabinete encontrou-se, ainda que contra a vontade da rainha, Gladstone, o partidario acerrimo das regalias parlamentares, que iniciou uma politica de pacificação, que immediatamente lhe acarretou a má vontade dos imperialistas. Comtudo o ministerio liberal teve de intervir militarmente no Egipto para proteger os europeus, contra os quais o nacionalismo egipcio, manobrado por Arabi pachá, acabára de se revoltar. Dessa intervenção resultou o bombardeamento de Alexandria e a derrota de Arabi, em 1882, pelas tropas comandadas por Wolseley, e mais tarde o desastre de Gordon em Kartum, devido á morosidade do governo em mandar auxilio ás forças anglo-egipcias, que procuravam esmagar de vez a revolta.

Ao mesmo tempo a questão agraria na Irlanda agravava-se; alem dos *cavaleiros do luar*, que se vingavam dos grandes proprietarios, matando gado e incendiando herdades, os fenianos, cujos recursos pecuniarios provinham dos irlandeses residentes na America do Norte, haviam-se reorganizado e procuravam por todos os meios levantar obstaculos á dominação inglêsa, que a diferença de religião tornava mais odiosa. Abandonados um pouco os processos revolucionarios, os irlandeses, com exceção da região do Ulster occupada por familias inglêsas e escocesas, proclamavam como grito de guerra a obtenção do *Home-Rule* ou governo independente

com um parlamento em Dublin, e mandaram ao parlamento londrino Parnell, que, desde então, foi a alma de todo o movimento de resistencia legal.

No parlamento Parnell fez-se temido e atraiu as atenções pelo obstrucionismo que adotou como tactica, e que impedia, a dentro do regimento da camara, de se tomar qualquer resolução; fóra do parlamento, consegue, com pasmosa e nunca desmentida actividade, congregar todos os irlandeses em prol da sua emancipação e cria o partido do *Home-rule*, que será o porta-estandarte de todas as reivindicações. Em presença da agitação provocada, e persistindo Gladstone em combater as pretensões irlandesas que fossem além das regalias que haviam sido concedidas em 1878 e que, em nada haviam modificado as miseraveis condições dos camponeses da Irlanda, leis de excepção foram votadas pelo parlamento inglês, que provocaram represalias da Irlanda, sendo assassinado, em pleno dia, em Dublin, lord Cavendish, que acabava de ser nomeado secretario principal do governo na ilha tão pouco acomodaticia. Parnell e Davitt, seu ajudante, foram presos, embora declinassem toda e qualquer conivencia com os assassinos de Cavendish, pertencentes á sociedade *Os Invisiveis*, filiados na *Fraternidade republicana irlandesa*, que, ao contrario de Parnell, eram contra qualquer acção parlamentar para a aquisição das regalias a que a Irlanda aspirava.

Após varios episodios, muito deles sangrentos, Parnell toma nova tactica parlamentar, abandonando o obstrucionismo, e intervindo directamente em todas as deliberações com o seu grupo, que as eleições haviam reforçado, fazendo deslocar as votações parlamentares, ora para os conservadores, ora para os liberaes, o que deu azo a que, em quinze meses, houvesse na Inglaterra quatro ministerios.

Todavia, a causa da Irlanda ia ganhando cada

vez mais adeptos, e, por isso, Gladstone, subindo novamente ao poder, em 1886, e tendo Salisbury, chefe conservador, enveredado outra vez pelo caminho da opposição ás exigencias dos irlandeses, apresentou-se francamente partidario do *Home-rule*, o que lhe valeu a perda de Chamberlain, que, com ele, fazia parte do ministerio e representava o elemento radical do partido liberal, adversario da autonomia irlandesa, e a opposição dos *orangistas*, ou protestantes, que, senhores do Ulster, se opunham a todas as concessões que contra a unidade da monarchia inglesa se pudessem fazer.

A adopção do *Home-rule* por Gladstone determinou a saída deste grande homem do poder, succedendo-lhe, como chefe do governo, lord Salisbury, que organisou um ministerio exclusivamente conservador. O novo ministerio, seguindo a tradição do partido que representava, dá novos alentos ao engrandecimento colonial pela aquisição de muitos territorios em Africa, mercê de tratados com a França, a Alemanha e Portugal.

Foi durante a estada de Salisbury no poder, de 1886 a 1892, que Portugal recebeu a afronta do *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, que tão grande indignação levantou em toda a nossa terra e nos privou de grande parte dos nossos territorios da provincia de Moçambique. O abalo produzido na opinião publica portuguesa pela violencia do governo conservador inglês foi tão profundo que as suas consequencias determinaram alterações indeleveis na vida politica de Portugal, alterações que contribuíram para o engrossamento do partido republicano portuguez e foram a causa do movimento revolucionario de caracter republicano da cidade do Porto, em 31 de janeiro de 1891.

Na politica interna inglesa a questão da Irlanda continuou a ocupar o papel primacial vendo-se Parnell, envolvido num caso de adulterio, que lhe ca-

ptou a má vontade dos catolicos e, portanto, da grande força da Irlanda, destituído, ao cabo, da chefatura do partido nacionalista irlandês, ao qual tão grandes e tão assinalados serviços prestára. Todavia, a causa nem por isso deixou de progredir, pois que os elementos liberais avançados da politica inglesa, não obstante a cisão que neles se dera, iam ingressando cada vez mais nas fileiras dos partidarios do *Home-rule*, permitindo a volta ao poder dos liberais, em 1892, num gabinete em que, além de Gladstone, tinha grande preponderancia Roseberry.

Gladstone, avançando sempre no radicalismo, levou a cabo muitas medidas de character accentuadamente democratico, e, convencido de que a camara dos lords era o grande obstaculo para a realisação de muitas das aspirações da opinião liberal, começou de preparar o campo para arrancar a essa camara muitos dos privilegios de que gosava. Trava-se desde então uma luta tenacissima contra a camara alta, que já tem sido ameaçada na sua existencia, luta que tudo leva a crer acabará pela vitoria do espirito democratico, pois que a Inglaterra, ao contrario do que muita gente supõe, é essencialmente progressiva e reformadora, nada havendo já que a possa deter no caminho das conquistas democraticas mais puras e insofismaveis.

Por morte da rainha Vitoria, que, não obstante a sua má vontade contra Gladstone, foi sempre respeitadora dos deveres constitucionais, subiu ao trono, com o titulo de Eduardo VII, o antigo principe de Galles, homem que, pela afabilidade do trato, pelas muitas relações de amizade que mantinha com todos os chefes de estado, contribuiu muito para a marcha serena da politica interna e para a sustentação da paz europeia, que a ambição e o irriquietismo de outros estados muitas vezes ameaçavam. Eduardo VII, animado sempre do mais le-

vantado espirito conciliador, vendo com simpatica benevolencia todas as conquistas de caracter humanitario para o que, sem duvida, concorreu a influencia da orientação maçonica, pois que, Eduardo VII foi um dos maçons mais categorisados do universo, desempenhando durante largos anos as funções de grão-mestre da maçonaria inglesa, envidou constantemente e sem desfalecimentos toda a força de que dispunha em prol da paz e do equilibrio europeu. A' simpatia pessoal que consagrava á França e que esta largamente lhe retribuiu, se deve em grande parte o exito da aproximação das duas nações, que a Mancha separa, e hoje se encontram unidas no campo de batalha contra o imperialismo germanico.

A Eduardo VII succedeu Jorge V, o actual reinante, que segue o trilho do pai, respeitando religiosamente os preceitos constitucionais, não intervindo, de nenhum modo, na luta politica dos partidos, que só á opinião, cada vez mais esclarecida e orientada, do povo inglêz, vão buscar os elementos de prestigio e força indispensaveis para ascenderem á direcção dos negocios publicos. A Inglaterra, mercê de constantes e ponderadas medidas de administração, tem procurado manter a paz no interior, assegurando o barateamento da vida e a consequente melhora das condições da existencia das classes pobres, cujo mal estar constituiu até hoje um dos maiores embaraços para a marcha serena da vida interna inglesa. Tambem, de dia para dia, vem ganhando terreno a ideia de que a Inglaterra, apesar de todas as suas riquezas, não póde viver isolada e soberanamente desdenhosa nas suas ilhas, e d'ai a nova orientação na politica externa de entendimento e de alianças e não, como dantes, de imposições revoltantes e orgulhosas.

Actualmente, o mesmo que pouco antes de estalar a terrivel guerra, a cujo desenlace estamos assistindo, a Inglaterra gosa incontestavel importancia

na politica externa, sendo, com justiça, considerada a nação que, pelo seu largo dominio, mais larga influencia mundial exerce. Na politica interna era, até o dia do rompimento das hostilidades, ainda a questão irlandesa a que maior influencia exercia na vida politica. Parecendo estar definitivamente resolvida pela aprovação do *Home-rule*, que devia ser posto em pratica, os *orangistas* do Ulster, fortemente disciplinados, procuravam, todavia, obstar á sua realisação por todos os meios, recorrendo mesmo ao emprego da força armada. Na attitude dos orangistas, mais uma vez se evidencia o quanto podem desorientar nos problemas politico-sociais, ainda os mais justos, os preconceitos de religião, de raça e de suposta supremacia. Atavismos, sem duvida, mas que a justiça só conseguirá extirpar ao cabo de muito trabalho, de grandes sacrificios e do mais incessante esforço de educação!

A declaração de guerra que a Inglaterra se viu forçada, pelo respeito dos tratados, respeito, neste caso, harmonico tambem com os seus interesses materiais, a notificar á Alemanha, pôs termo ás veleidades belicosas do Ulster, que, patrioticamente e com uma forte compreensão de civismo, pôs de parte as dissidencias internas e se ofereceu para tomar parte na campanha contra o inimigo externo. Muito naturalmente a camaradagem e solidariedade no campo de batalha de todos os ingleses contribuirá bastante para apasiguar as dissidencias que estiveram a ponto de fazer estalar a guerra civil na Irlanda.

Outros factores entram tambem hoje na politica interna inglesa, procurando impeli-la no caminho de dia para dia mais avançado das conquistas democraticas; são eles o partido do trabalho ou partido socialista e as reclamações das sufragistas. Estas, em cuja direcção se tem celebrado a sr.^a Pankurst, tem lançado mão de meios violentos e absoluta-

mente condenaveis para conseguirem o voto politico, aspiração que não é mais do que o alargamento logico da regalia que as mulheres inglesas já gosam de votarem em muitas circunscrições para a eleição das corporações administrativas.

Levadas por uma especie de loucura, que não recua perante nenhum excesso, as sufragistas inglesas, depois da promoção de *meetings* monstros e de cortejos concorridissimos em prol das suas pretensões, convenceram-se de que só pela violencia poderiam obter o tão suspirado direito de voto politico e não hesitaram em apavorar a multidão com atentados contra estabelecimentos publicos e particulares, contra homens politicos que se lhes mostravam mais contrarios, e até contra objectos de arte, numa furia de que os homens nos seus desesperos não seriam, porventura, capazes.

O socialismo de hoje na Inglaterra diverge bastante do espalhado primitivamente por Owen e pelos cartistas de 1848. Começou nesta nova fase a adquirir certa importancia, em 1873, e assumiu mesmo relativa gravidade em 1879, captando tambem, em 1885, a adesão dos radicais que, como Chamberlain, reclamavam a compra pelo estado dos terrenos aos grandes proprietarios para serem distribuidos pelos trabalhadores, que os pagariam em determinadas prestações. Diriamos que com tal pretensão, em pleno seculo xx, os socialistas ingleses querem renovar as lutas agrarias dos velhos tempos da republica romana. E' que, na realidade, á semilhança do que sucedeu no antigo estado do Lacio, a Inglaterra ainda hoje, com grave transtorno para a sua vida economica interna, se vê a braços com o regimen dos latifundios, ao qual Roma, em grande parte, deveu a sua perda.

Como a questão agraria era e é a que mais preoccupa as atenções dos politicos e economistas ingleses, duas ligas se constituíram que procuram

achar a solução do problema. Uma, a *Liga para a nacionalisação do solo*, pugna pelas ideias do grande sabio naturalista Wallace, que propõe o resgate das terras dos grandes proprietarios pelo Estado, que as cederia por tempo limitado aos que as quisessem trabalhar directamente; outra, a *Liga para a restituição da terra*, organizada em 1884, dois anos depois da primeira, quer que o Estado, segundo as teorias mais radicais e intransigentes do economista americano Henry George, chame a si sem nenhuma indenisação todas as terras. Esta corrente de opinião veiu acentuar as tendencias collectivistas do socialismo inglês, que haviam começado a afirmar-se em 1883 com a propaganda de Hyndman, um marxista que, nesse ano, fundára a *Federação Socialista Democratica*. Em 1893 criou-se o *Partido Operario Independente*, que nas urnas manifestou a sua vitalidade em concorrência com a Federação. Dos chefes socialistas os primeiros eleitos deputados foram John Burns, que transitou para o partido radical e era ainda ha pouco membro do governo de que se demitiu por contrario á guerra, e Keir Hardie, hoje dirigente do partido independente, reunião de socialistas cristãos, de filantropos e de membros do exercito de salvação, animados todos dum como que humanitarismo religioso.

Métin caracteriza a evolução da Inglaterra nos ultimos cem anos nas seguintes palavras: «1.º introdução de sufragio mais democratico, em tres fases, 1832, 1862, 1885; 2.º criação da administração local eleita com grandes poderes e sob a fiscalisação muito larga dum ministerio especial, de 1835 a 1894; 3.º organização dos operarios e desaparecimento gradual do *deixa andar* manchesteriano em presença da ideia da intervenção do estado ou das administrações locais, ou o socialismo municipal. A Inglaterra parece menos democratica do que na

realidade é, por isso, que a sua transformação se disfarça, por assim dizer, com a ornamentação das velhas instituições mantidas, monarquia, lords e igreja oficial.»

Indesculpavel seria, num estudo, ainda que rapido, da Inglaterra, não se consagrarem algumas palavras ao seu vasto dominio colonial, adquirido e organizado em obediencia a um plano sistematicamente executado, que lhe deu o primeiro logar de potencia colonial. Toda a expansão colonial inglesa é obra quasi exclusiva do seculo xix, em cujo alvorecer a Inglaterra estava bem longe de ser uma potencia colonial de primeira ordem, reduzidos como eram os seus dominios no Canadá francês, a alguns territorios da baía do Hudson, á Jamaica, a Bengala, a uma parte da costa do Decão e a uma parte da costa oriental da Australia.

Com as guerras sustentadas contra a França da primeira republica e do primeiro imperio adquiriu a Inglaterra alguns territorios que eram pertença da França e da Holanda. Em 1815, pertenciam-lhe já parte da Guiana, Tabago e Trindade, o Cabo, a ilha Mauricia, Ceilão e Malta, além de um alargamento na India. Este dominio foi aumentando no decorrer do seculo dezanove e até nossos dias com a Birmania, em 1885, o Egipto, em 1882, o Suddão, em 1898, o Natal, em 1843, Orange e Transvaal, em 1902, a Nova Zelandia, em 1869, Singapura, em 1819, Malaca, em 1826, Aden, em 1839, o que a tornou senhora das vias comerciais mais importantes e das comunicações maritimas pela posse das chaves de todas as estradas de navegação.

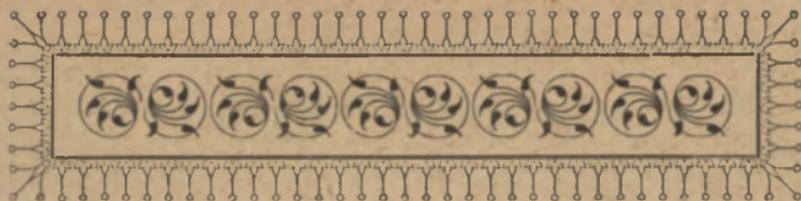
Estabelecendo na mór parte dos seus dominios o *self-government*, a Inglaterra deu ensejo ao desenvolvimento politico e economico das suas colonias, muitas das quais são estados quasi autonomos, ligados á metropole mais pela comunhão de interesses e pela compreensão nitida da convenien-

cia politica, do que propriamente por um laço de estreita e apertada dependencia. A' orientação des-centralisadora, que tão magnificos resultados tem produzido, devem a existencia as federações do Canadá, da Australia, do Sul africano, o imperio da India e a Nova Zelandia, todas elas dotadas de tão rasgada iniciativa e de tanta liberdade de acção que constituem verdadeiros centros de admiravel cultura, promotores de desenvolvimento economico digno de ponderação.

Gosam estas regiões de regalias de estados quasi independentes, com parlamentos e ministerios privativos, fazendo-se representar a metropole apenas por um governador geral, que timbra em não ofender os usos e costumes estabelecidos, permitindo a mais lata liberdade de acção aos governos locais. A Australia, o Canadá e a Nova Zelandia fruem os beneficios de instituições verdadeiramente republicanas, sendo notaveis os progressos que as ideias socialistas tem realisado na Australia e na Nova Zelandia, precisamente as colonias em que a acção altamente civilisadora da Inglaterra mais rapidamente se fez sentir, convertendo-as de colonias penais, cheias de *convictos* ou condenados incorrigiveis, em campos de maravilhosa e honesta actividade, enriquecidos de cidades magnificas que chamam e prendem lisonjeiramente a atenção do viajante e dos homens de rasgada iniciativa.

Na conflagração actual, em que a Inglaterra assumiu papel tão preponderante, as colonias, reconhecendo o muito que devem á metropole, tem manifestado um extraordinario movimento de simpatia pela causa inglesa, disputando como que á compita a honra de melhores e mais relevantes serviços prestarem. São estes os resultados beneficos do *imperialismo* inglês, baseado mais na paz do que na força dos canhões. E' que, para honra da Inglaterra, o *imperialismo* britanico não procura

impôr-se com a brutalidade e o exclusivismo do alemão, muito embora algumas vezes tivesse também recorrido ao emprego de meios violentos, que a opinião publica inglesa, ao contrario do que succede com a alemã, não raro condenou, em nome dos principios de humanidade e de liberdade, de que sempre foi tão ciosa.



LUXEMBURGO

O grão-ducado de Luxemburgo, pequeno estado neutro, de pouco mais de dois mil e quinhentos quilómetros quadrados e cerca de duzentos e cinquenta mil habitantes, encravado entre a Alemanha, a Belgica e a França, foi o primeiro a ser atravessado pelas tropas germanicas, após a declaração da actual guerra. Sem recursos militares de qualquer natureza, o pequeno grão-ducado, embora protegido pelos tratados, viu-se subitamente invadido, limitando, como era de esperar, toda a sua acção a protestar perante as chancelarias contra a violação inaudita de que havia sido victima. Só por este facto lhe cabe um logar na pequena resenha que vimos fazendo da historia europeia dos ultimos cem anos, pois que a sua vida politica tem corrido mais ou menos os tramites dos povos vizinhos com que mais intimas relações tem mantido.

Em 1815, para compensar o rei da Holanda da cedencia de alguns territorios pertencentes á casa de Orange-Nassau á Prussia, o grão-ducado de Luxemburgo foi dado como propriedade pessoal ao rei, passando politicamente a fazer parte, não da Holanda, mas da confederação germanica. A cidade que dava o nome ao grão-ducado era uma praça forte feudal occupada por uma guarnição prussiana, que nela se manteve até 1866.

Quando as provincias belgas, em 1830, se revoltaram contra a junção a que as haviam forçado com a Holanda, os luxemburgueses fizeram causa comum com os revoltosos, á excepção da cidade refreada pelas tropas da Prussia. Ao estabelecer-se definitivamente a paz entre a Belgica e a Holanda, em 1838, o Luxemburgo passou, na sua maior parte, a constituir uma provincia belga, pois que com os belgas os seus habitantes, como catholicos e falando a lingua francesa, tinham mais afinidades que com os holandeses, protestantes e falando um dialéto germanico. O que restava do Luxemburgo, incluindo a cidade, permaneceu na posse do rei da Holanda, constituindo o grão-ducado actual, mas integrado na confederação germanica, cuja hegemonia era attributo da Austria.

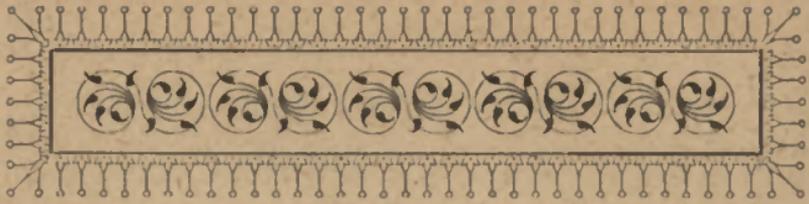
Declarada a guerra entre a Austria e a Prussia, em 1866, em resultado da qual a confederação germanica se dissolveu para se reorganizar em proveito do prussiano vencedor, o grão-ducado de Luxemburgo foi objecto de discussão para se determinar qual a situação em que deveria ficar. Dois problemas se apresentaram então, os quais foram se o Luxemburgo deveria continuar na situação de estado independente e se a guarnição prussiana deveria abandonar a cidade, ou se desapareceria do numero dos estados autonomos. Napoleão III, então no auge da sua vesania de arbitro-supremo da politica europeia, propôs ao rei da Holanda a compra pela França do seu dominio. O rei holandês aceitou a proposta e as negociações entabuladas para o efeito iam seguindo os seus tramites e ter-se-iam concluido, se Bismarck, já então o mentor politico da Prussia, não intervisse, impondo o seu veto ao projectado negocio.

Uma conferencia internacional, reunida em Londres, em 1867, pronunciou definitivamente a sorte do pequeno grão-ducado. Perante ella a Belgica

apresentou o pedido do Luxemburgo lhe ser anexo, como complemento da grande parte que já lhe pertencia. A Prussia já mandára retirar a guarnição da cidade e a conferencia resolveu que o grão-ducado seria um estado independente, *neutral*, sem exercito, nem obras de defesa, para o que todas as obras de fortificação da capital seriam arrazadas, como na realidade foram. Escusado é dizer-se que a Prussia sancionou com a sua assinatura estas resoluções, tornando-se por essa fórmula solidaria com a *neutralidade* estabelecida, que, sem preconceitos, nem considerações, em 1914, violou, guiada pelo principio amoral de que a força é a suprema razão.

A soberania do novo estado continuava apanagio pessoal do rei holandês, devendo transmitir-se por hereditariedade na linha masculina. Em 1890, por morte de Guilherme III, da Holanda, extincta a successão masculina da casa de Orange-Nassau, assumiu o governo do grão-ducado o duque de Nassau Alberto, que, em 1866, fôra esbulhado dos seus estados pela Prussia, mas que mais tarde se reconciliára com a casa de Hohenzollern, captando as boas graças de Guilherme II, da Alemanha, que nenhuma objecção fez á sua ascensão ao poder.

O minusculo estado europeu, hoje completamente occupado por tropas alemãs e cuja grã-duquesa reinante se encontra internada na Alemanha, tendo por homenagem uma praça forte, tem soffrido grandemente a influencia alemã, pois que desde 1843 faz parte do *Zollverein* ou liga aduaneira germanica e os seus caminhos de ferro são propriedade duma companhia alemã. Os seus dias estão, sem duvida, contados, pois que, no final da guerra, ou será integrado na absorptora Alemanha ou, o que é mais para desejar porque representa a vitoria dos aliados contra o kaiser, será anexado á heroica e generosa Belgica.



MONTENEGRO

E o Montenegro ou *Tsernagora* uma região montanhosa da península balcânica, habituada, de longa data, a fruir liberdades que sempre tem defendido com extraordinario ardor. A sua situação, vizinha do Adriatico, a coragem indomita dos seus habitantes, servios ortodoxos, tem-lhe captado um logar de importancia na complicada e instavel questão dos Balcans.

Sujeitos, mais nominalmente do que na realidade, ao sultão da Turquia, os montenegrinos desde o seculo xvi constituíam um principado, cuja direcção superior era confiada a um principe-bispo, o *vladika*, cujas funções eram apanagio duma familia, a dos Niegosch, sucedendo-se regularmente um sobrinho a um tio no exercicio do supremo cargo do principado. A occupação principal dos montenegrinos era a pratica de exercicios guerreiros, podendo dizer-se que na *Tsernagora* os homens andavam constantemente em guerra, deixando ás mulheres o encargo de tratarem das terras e da criação do gado, uma das principais fontes de riqueza do pequeno estado.

A afinidade de religião, de raça e de lingua, levou-os a envolverem-se em todos os conflitos de que a península balcânica tem sido teatro, e a Rus-

sia, julgando-se obrigada pelo tratado de Kainardji, assinado com a Turquia, em 21 de Julho de 1774, a proteger todos os cristãos orthodoxos sujeitos ao dominio turco, encontrando por essa fôrma ensejo permanente para cavar a ruina do imperio islamico, que se opunha á sua expansão, não tardou em chamar para a esfera da sua influencia o grupo não muito numeroso, mas singularmente aguerrido, das povoações montenegrinas, sobre as quais actuava, poderosa ainda que indirectamente, desde 1830.

E' deste ano que data a aliança intima da Russia com o Montenegro, aproveitando o czar o esforço dos governados do *vladika* para fomentar nas regiões balcanicas, especialmente na Herzegovina, o espirito de rebelião contra o sultão de Constantinopola. Em 1851 morreu o *vladika* Pedro II, o ultimo representante do regimen teocratico do Montenegro, e seu sobrinho e sucessor, Danilo, em fevereiro de 1852, levou a efeito uma reforma radical nos costumes politicos do principado, secularisando-o, casando-se e abandonando o titulo de *vladika* para assumir o de principe. A Turquia, vendo neste acto um ataque á sua pretendida suzerania sobre o Montenegro procurou anulá-lo, invadindo o territorio do principado com forças importantes sob o comando de Omer pachá. Danilo, porém, executara os seus planos depois de haver consultado o czar e deste haver sancionado com a sua approvação a reforma, e, por isso, certo de que no caso de difficuldades insuperaveis a Russia o não abandonaria, aceitou ousadamente a guerra e, ao cabo de tres meses de luta, em que os turcos sofreram tres tremendas derrotas, o czar e o imperador da Austria, obrigaram o sultão a suspender as hostilidades e a mandar retirar todas as suas tropas que se encontrassem no Montenegro.

A intervenção das duas potencias serviu neste momento a causa montenegrina, mas foi com o an-

dar dos tempos motivo de grandes embaraços para a politica balcanica. De feito, já então a Russia e a Austria não podiam occultar a rivalidade que as animava pelo antagonismo de interesses na questão do oriente europeu; uma e outra se arrogavam o direito de, em proveito exclusivo, esbulharem a Turquia dos seus dominios europeus; uma e outra se julgavam com direito de subordinarem aos seus interesses privativos os povos balcanicos.

Este duelo entre dois potentados que disputam a preponderancia na peninsula balcanica, tem mais uma das suas fases na luta que, atualmente e para escarneio da civilisação, ensanguenta a Europa.

Não obstante a derrota soffrida e a protecção que os montenegrinos encontravam nos países interessados em diminuir a importancia da Turquia, os turcos porfiavam em considerar o Montenegro parte integrante do imperio otomano. Ali pachá procurou no congresso de Paris fazer aceitar por todas as potencias similhante doutrina.

Contra tais pretensões protestou Danilo e reclamou o reconhecimento official da independencia do principado, rectificação e alargamento de fronteiras e a cessão de Antivari com o seu porto. Para evitar novas complicações, tanto mais que a guerra da Crimeia na qual os montenegrinos haviam conservado habil neutralidade, conseguindo manter-se sem abertamente se manifestarem por nenhum dos contendores nos dois anos que durou, de 1854 a 1856, acabava de ter esgotado muitos recursos e vidas, as potencias aconselharam Danilo a reconhecer a suzerania do sultão. Duas potencias, porém, fizeram sentir a sua simpatia pelo pequeno e revoltado principado, a França e a Russia.

Napoleão em 1857 recebeu oficialmente Danilo nas Tulherias e, para mais alardear a protecção que lhe dispensava, serviu pomposamente de padrinho ao herdeiro presuntivo do hospede; o czar, dese-

joso de mostrar-se em todos os actos o protetor dos orthodoxos balcanicos e muito especialmente dos montenegrinos que, pela valentia nunca desmentida, constituiam excelentes auxiliares, estabeleceu, por seu lado, um subsidio anual ao principe.

Em 1858, os turcos, continuando a considerar-se senhores de Montenegro, invadiram-no para efetivarem o seu dominio, sem que préviamente houvessem feito declaração de guerra por, em seu critério, se julgarem dispensados disso. Os francêses intervieram a favor dos atacados e o almirante Jurien de la Gravière foi bloquear Antivari. Por outro lado os montenegrinos levantaram-se para repelir os atacantes, e, sob o comando de Mirko Petrovitch, irmão de Danilo, a 13 de maio, infligiram tremenda derrota a Hussein-pachá que se encontrava á testa de vinte mil homens em Grahovo.

Forçado por tão grave derrota, em que os turcos perderam tres mil homens e deixaram cair em poder do inimigo toda a artilharia, o sultão aceitou as imposições da conferencia europeia provocada por Napoleão, reconhecendo assim a independencia do principado, pois que nessa conferencia já figurou oficialmente um delegado montenegrino. Grandes serviços prestára, pois, Danilo á sua patria, mas o odio das paixões politicas armou o braço dum inimigo pessoal do habil e patriotico montenegrino, e este caiu assassinado em Cataro a 13 de agosto de 1860, quando ainda a conferencia europeia não havia terminado os trabalhos.

Ao homem que secularisara o governo montenegrino sucedeu, por sua indicação, na falta de um filho, seu sobrinho Nicolau, filho do valente Mirko, que, devido á pouca idade do principe reinante, foi quem, na realidade administrou, por algum tempo, o pequeno estado. Os turcos, persistindo no sistema de vexarem os cristãos que lhe sofriam o jugo, suscitaram novas e sangrentas revoltas dos servios e dos herzegovinos.

Os gabinetes europeus receiando que a intervenção dos montenegrinos viesse alastrar o movimento insurreccional dos povos balcanicos e provocar uma guerra geral, recomendaram ao principe Nicolau que observasse a mais estricta neutralidade no conflito, o que ele, na verdade, fez, chegando mesmo, para satisfazer as potencias, a permitir a passagem pelo Montenegro de comboios turcos de abastecimento, destinados á cidadela de Niktchitch.

Se o governo montenegrino se apresentava neutral, o mesmo não fizeram os seus governados que, em bandos, corriam a combater nas fileiras dos revoltosos. Em presença destes factos, o governo turco bloqueou o principado e, depois de haver esmagado os insurrectos em Piva, intimou o Montenegro a desarmar. Como não fossem obedecidos, os turcos em numero de sessenta mil homens, sob o comando de Osmer pachá, invadiram o Montenegro que durante quatro meses ás ordens de Mirko, *a espada de Tsernagora*, pai do principe reinante, resistiram valentemente no alcantilado das suas montanhas. Impossivel, porêm, era prolongar a resistencia, quando a Europa parecia apostada em abandonar o punhado de energicos montanhesees contra os quais a Inglaterra chegou a declarar, pela voz de Palmerston, que aplaudia o castigo que as tropas do sultão lhes infligissem.

Apenas o papa procurou favorecer a causa dos montenegrinos, expedindo aos bispos da Albania uma enciclica na qual proibia expressamente aos catholicos que prestassem qualquer auxilio aos turcos. Este auxilio, mais moral do que material, pouco valia, e, ao cabo, Mirko viu-se desbaratado em Rieka por Osmer pachá que se dirigia para Cetinhe, onde comtudo não conseguiu entrar. A Turquia impôs ao Montenegro duras condições, entre as quais figurava a expulsão perpetua de Mirko, a occupação por tropas turcas do caminho que, atravessando o Mon-

tenegro, ia da Herzegovina a Scutari, a prohibição de entrada de armas e munições de guerra e da construção de quaisquer trabalhos militares na fronteira. O principe Nicolau aconselhado, pela França, aceitou todas as clausulas impostas sob a forma de *ultimatum*, mas eximiu-se ao cumprimento de quasi todas. A França e a Russia exigiram e alcançaram da Turquia, em 1863, a retirada das tropas que ocupavam o Montenegro e o arrasamento das obras militares que executara na estrada da Herzegovina a Scutari, estrada que deveria manter-se apenas para relações comerciais.

Mais tarde, em 1878, a Russia, para recompensar os serviços que os montenegrinos lhe haviam prestado na campanha de 1877 contra a Turquia, obrigou o sultão a ceder aos seus irriquietos vizinhos que ele teimava em considerar vassallos, uma porção de territorio maior e mais povoada que todo o principado até então, entrando nesses terrenos o porto de Dulcinho sobre o Adriatico, que permitia ao principado ter comunicações maritimas com o resto da Europa. O territorio cedido continha, porém, grande numero de albaneses que seguiam a religião maometana e, por isso, não quizeram submeter-se. Só á custa duma guerra porfiosa que se protelou por tres anos e para cujo termo foi necessaria uma demonstração naval europeia diante de Dulcinho, os montenegrinos conseguiram, em 1881, assenhorear-se dos terrenos que a Russia arrancára aos turcos.

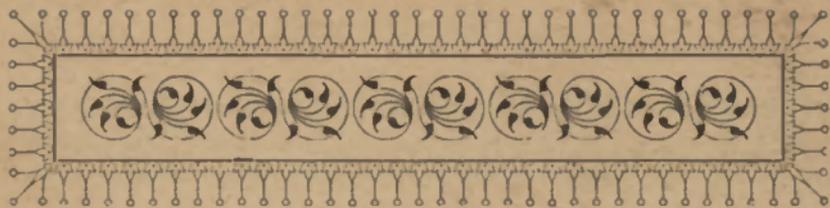
Reconhecida, finalmente, a independencia do Montenegro, o principe chamou a si todos os poderes como soberano absoluto, até que, em 1879, se promulgou o *estatuto administrativo*, que restringiu um pouco esse absolutismo pela criação dum conselho de estado com funções legislativas, constituido por oito membros, quatro nomeados pelo principe e quatro eleitos pelos habitantes. Organizou-se tambem um

codigo civil imitado do francês, tendente a regularisar as relações da vida civil até aí, pelo estado constante de guerra e pelo mais estreito e apertado absolutismo do governante, pouco normais e dirigidas apenas pelo direito consuetudinario. Não obstante estas inovações, o Montenegro tem permanecido fiel á sua antiga organização guerreira, dividindo-se o povo em tribus, cada uma das quais é administrada por um conselho electivo de anciãos, e tem á sua frente um chefe guerreiro. E' esta organização que mantem o espirito belicoso que tem levado o Montenegro a intervir em todas as conflagrações dos povos balcanicos, e o levou, ainda mal descansado da ultima luta contra a Turquia, a pegar novamente em armas na guerra actual, marchando denodadamente ao encontro dos austriacos que, com o pretexto do assassinato do arquiduque Fernando e de sua esposa, em Serajevo, se apressaram a declarar a guerra á Servia, depois de a haver sujeitado a imposições propositadamente vexatorias e inaceitaveis para um pais, que em alguma cousa presasse a sua dignidade de nação autonoma.

Ha poucos anos, o Montenegro foi elevado á categoria de reino, e a familia reinante, por casamentos efectuados nas cortes da Russia e da Italia, aliou-se com duas das casas reais mais importantes da Europa, da qual conseguiu fazer-se notada pela incansavel luta que tem sustentado em prol do engrandecimento do seu dominio. No termo da luta actual, certamente, os montenegrinos verão os seus territorios aumentados, como justa e legitima recompensa dos esforços que tem empregado contra a Austria, obstando, assim, a que esta, em detrimento da Russia, exerça nos Balcans a hegemonia sobre povos que, pela raça e pela religião, se sentem arrastados para a esfera d'ação do imperio moscovita o qual, de longa data, na guerra que tem vindo travando contra a Turquia, assumiu o papel de libertador dos

cristãos ortodoxos sobre os quais os turcos tantas sevícias teem exercido para vergonha e deshonra da Europa civilisada. As suas relações com povos mais avançados tambem contribuirão para arrancar o valente estado balcanico a muitos agravos que, na sua vida interna, a tradição e a pouca cultura da quasi totalidade de seus habitantes teem mantido.

Vizinho lhe fica o fantastico reino da Albania, criado, ha dois anos, pelas habilidades diplomaticas da Europa, mas sempre campo de lutas que lhe causarão rapida desagregação. Conseguirá, após a guerra, o Montenegro alargar-se á custa de alguns cubiçados territorios do irrequieto e, cada vez mais, instavel reino? Os acontecimentos o dirão.



RUSSIA

SANTA Russia lhe chamam os seus filhos e, na realidade, santa é essa enorme região europeia pelas lutas indefessas que, ha um seculo, vem travando em prol da liberdade, sacrificando no altar da emancipação politica e economica o melhor do seu sangue e da sua intelligencia. Todos os povos teem sofrido horrores pela conquista de regalias; mas nenhum, porventura, conta maior numero de martyres caidos victimas da tirania politica e da religiosa. Narremos, pois, ainda que succintamente a vida politica interna e externa do povo que, hoje, mais uma vez faz mover os seus inumeraveis exercitos para intervir na politica europeia.

As campanhas napoleonicas encontraram no trono da Russia Alexandre I, filho de Paulo I, assassinado numa conspiração palaciana a que o proprio filho e sucessor não fôra estranho e que Napoleão, sem dados que o autorizassem a formular semelhante hipotese, attribuiu aos manejos da Inglaterra.

Com a morte de Paulo I, o partido francês perdeu a importancia que gosava na côrte russa, importancia que a Inglaterra soube captar a ponto de Alexandre, versatil, caprichoso e caracteristicamente mergulhado no misticismo que o levava a considerar-se como o escolhido da Providencia para trazer a paz á Europa,

esquecer a admiração herdada do pai pelo audacioso cabo de guerra a quem a França confiara os seus destinos, e colocar-se ao lado dos ingleses, recusando-se terminantemente a fechar os portos russos á navegação inglesa, contra a qual Napoleão decretára o bloqueio continental. Desde então Alexandre I é um dos mais encarniçados lutadores contra a preponderancia napoleonica; é ele quem comanda os coligados que entram em Paris e impõem á França os Bourbons; é ele quem, por intermedio dos seus representantes, salva, no Congresso de Viena, a França de maiores vexames, servindo de apoio a Taleyrand contra as exigencias prussianas, que já então queriam esfacelar a terra mãe da Revolução.

Sobre o seu espirito exerceu, durante alguns anos, poderosa ação Julia de Wittinghof, mulher que, depois duma vida ultra-escandalosa, caíra na devoção e no misticismo, e, metendo-se a profetisa, predissera, em 1812, a queda do *Anjo negro*, Napoleão, e o advento do *Anjo branco*, Alexandre, como inicio duma era de paz e felicidade universal. Foi necessario que Alexandre receasse cobrir-se de ridiculo aos olhos da Europa, para que se afastasse dessa mulher de quem o rei da Prussia dizia que fôra brindada pelo ceu com todos os dons, excepto com o do bom senso.

Deslumbrado com o brilho das vitórias obtidas, Alexandre considerava-se o vencedor dos vencedores, e, ao mesmo tempo, o incontestavel libertador universal, pois que, de facto, nesse tempo, de todos os soberanos coligados contra a França, era ele o unico, não obstante haver patrocinado a Santa-Aliança, que se desvanecia de ser liberal.

Desta fase da vida de Alexandre recebeu a Polonia uma autonomia quasi completa, uma constituição que lhe assegurava o sistema representativo e o direito de só ter como vice-rei um principe da familia imperial ou um polaco de nação. Não foi,

porêm, muito duradouro este amor de Alexandre pelo liberalismo; Metternich, a alma danada da reacção politica, procura e consegue empolgá-lo para o absolutismo, e o czar, que, em Aix-la-Chapelle e em Carlsbad, ainda pusera a sua grande importancia ao serviço da liberdade, manifesta-se, em Troppau e em Verona, inimigo das aspirações liberais que sacudiam os povos da Europa.

Conquistado para a reacção, Alexandre, julgando-se vitima da ingratidão de todos, não recua perante nenhum acto que possa tradusir odio contra o liberalismo. Serve-o magnificamente n'esse objectivo Araktcheef que, auxiliado por Galitsyne e por Serafim, arcebispo de Novgorod e Petersburgo, faz gemer a Russia sob o mais cruciante despotismo.

Estabelecem se, então, as *colonias militares*, por *ukase* de 26 de abril de 1818, contra as quais os camponeses russos, obrigados a sustentarem os *colonos-soldados* e a darem-lhes as filhas em casamento, se revoltaram, provocando rigorosa repressão que ensopou em sangue a terra da Russia. As colonias militares eram obra de Araktcheef, o homem tigrino, que até á morte caprichou em exercer as mais inacreditaveis sevicias sobre os camponeses. Galitsyne, homem devasso, dissipador e preguiçoso, colocado á testa da instrucção publica, depois de, com grande espanto de todos, haver exercido as funções de procurador geral do czar junto do Santo-Sinodo, inicia o periodo do *obscurantismo*, perseguindo veementemente todas as manifestações intellectuais, consideradas o mais pernicioso veículo das ideias nefandas contra os principios da Santa Aliança. Professores suspeitos de sentimentos liberais foram expulsos das universidades; proibiu-se o ensino das doutrinas geologicas de Buffon e das astronomicas de Copernico, Galileu e Newton; ordenou-se aos professores de literatura que demonstrassem a superioridade literaria da Biblia sobre todas as

obras profanas, aos de historia que tomassem por modelo a Historia universal de Bossuet e aos de filosofia que ensinassem que a verdade absoluta estava na revelação de Cristo e as verdades scientificas nada valiam; limitou-se a tresentos o numero de estudantes que cada universidade russa poderia receber e proibiu-se a publicação de quasi todas as revistas russas. O Santo-Sinodo, corporação essencialmente reacionaria e cuja acção sangrenta tão tristemente se tem celebrisado na vida interna da Russia, applaudia e sancionava com o peso da sua autoridade religiosa, todas estas medidas atentatorias da humanidade.

Contra tão deprimente tirania que porfiava *no desprezo da dignidade humana*, no dizer dum dos russos mais notaveis da epoca, não tardou a levantar-se opposição por parte das classes mais illustradas da Russia. As associações secretas, centro da reacção contra o absolutismo imperial, espalharam-se por toda a vasta extensão do territorio russo e recrutaram os mais decididos adeptos entre os nobres que, pela profissão das armas, tinham permanecido alguns anos em França para reprimirem as tendencias revolucionarias dos franceses mal avindos com os Bourbons, e de lá haviam voltado apostolos das ideias da emancipação dos povos. Alguns, entre os quais Pestel, começavam a sua conversão ao liberalismo querendo estabelecer na Russia a monarchia constitucional e chegavam bem depressa a proclamar a necessidade de se implantar a republica.

As mais importantes associações secretas foram a *Sociedade do norte* com a séde em Petersburgo, e a do *sul*, com o centro em Tultchina, ambas provenientes da *União do bem publico* fundada em 1818, pela remodelação da *União da salvação ou dos verdadeiros e fieis filhos da patria*, organizada em 1817, por, entre outros, Nikita, Muravief,

Sergio, principes Elias Dolgorukof, Sergio Trubetskoi, coronel Glinka, Novikof e Paulo Pestel, com o fim de darem á Russia o regimen constitucional.

Pestel, o chefe da *Sociedade do sul*, era o republicano ardente e de acção que, tendo recebido dos seus consocios o titulo de ditador, redigiu a constituição da futura republica e captou para o seu campo os filiados na *Sociedade do norte*, de principio partidarios da monarchia constitucional, e os elementos dos *slavos reunidos*, outra associação secreta, que aspirava a realisar a federação de todas as nações slavas. Homens energicos e decididos não recuavam perante o regicidio e um deles, Zavalichine, propusera mesmo o exterminio de toda a familia imperial, não faltando quem se oferecesse para executar plano tão radical.

Alexandre teve conhecimento pouco antes da sua morte do temeroso plano que contra ele se tramava; mas limitou-se a demittir alguns officiaes, preparando-se, porventura, para medidas mais violentas quando uma febre lhe arrebatou a vida em Taganrog, a 1 de dezembro de 1825. O czar, que, inda nesse ano da sua morte, estava persuadido de que fôra um liberal, pois afirmara que *poderiam dizer o que quisessem, mas fôra sempre e havia de morrer republicanò*, deixava a Russia num estado de inquietação, que não tardaria a produzir movimentos extraordinarios de violencia.

Pela renuncia do grão-duque Constantino, que em Varsovia desempenhava as funções de vice-rei da Polonia, ascendeu ao trono de todas as Russias, Nicolau, irmão mais novo de Constantino e do czar falecido. Os episodios que então se deram, animaram os filiados das associações secretas a executarem o plano que em vida de Alexandre não haviam podido ter posto em pratica. Assim, a 26 de dezembro de 1825, tendo propalado que a renun-

cia de Constantino ao trono era falsa, arrastavam para a frente do palacio de inverno, onde Nicolau estava sendo jurado imperador, grande numero de soldados que gritavam *Viva Constantino!* e *Viva a Constituição!* julgando muitos soldados, na sua crassa ignorancia, que a constituição era *a imperatriz, esposa de Constantino!*

Alguns officiaes que se encontravam no palacio, vieram parlamentar com os revoltosos, mas foram recebidos a tiro, morrendo, entre outros, Miloradwitch, governador da cidade e um dos mais valentes generaes russos; finalmente, o proprio Nicolau desceu para conferenciar com os revoltosos, com o intuito de evitar o derramamento de mais sangue, mas foi recebido hostilmente. Quasi ao cair da noite, esgotados todos os meios suasorios, dispondo já então Nicolau de artilharia, alguns tiros de canhão e uma carga de cavalaria varreram os insurretos, cujos chefes principais não haviam apparecido.

Emquanto estes factos se passavam na capital, no sul era preso Pestel e as tentativas de revolta e de marcha contra S. Petersburgo, para ai se proclamar a republica, foram reprimidas com rapidez e o general Geismar metralhou o resto do regimento de Tchernigof que Sergio Muravief conseguira revoltar. A estes movimentos tão desordenados e a que o povo russo se conservava, pelo estado de servidão em que jazia, absolutamente estranho succedeu a perseguição sem quartel, dirigida pessoalmente pelo novo imperador que teve então conhecimento perfeito da organização das associações secretas e do grande numero dos seus filiados, entre os quais figuravam os nomes mais illustres do seu imperio.

Entre os acusados figuravam sete principes, dois condes, tres barões, dois generaes e vinte e tres coroneis; todos eles foram condenados á perda dos titu-

los de nobreza e a exilio para a Siberia, exceto Ryleef, Kakhwski, Pestel, Sergio, Muravief-Apostolo e Miguel Bestujef-Riumine, que foram enforcados, muito embora a pena de morte houvesse sido legalmente abolida pela czarina Izabel. No momento da execução, Pestel pode ainda proferir estas palavras que a realidade, certamente, confirmará um dia: «Tenho a certeza de que, cedo ou tarde a Russia encontrará na Republica o remedio para todos os seus males. O meu erro foi querer fazer a colheita antes da sementeira.»

Muitos dos que foram exilados para a Siberia, para onde partiram nos dias seguintes ao da execução de seus malogrados companheiros, que se deu a 25 de julho de 1826, só trinta anos depois em 1856, conseguiram voltar, aproveitando a amnistia geral nesse ano promulgada por Alexandre II o successor de Nicolau.

O czar Nicolau, senhor incontestavel do poder, imprimiu ao seu governo o caracter do mais puro e intransigente absolutismo, impondo com toda a força a autocracia que, por vezes, o irmão e antecessor comprometera nas intermitentes veleidades de liberalismo que o atacavam. Tendo esmagado uma revolução, Nicolau, nos trinta anos que governou a Russia, assumiu o papel de subjugador das revoluções, não consentindo nos seus estados a mais pequena discrepância das suas maneiras de vêr e intervindo sempre na politica europeia como campeão do direito divino dos reis. Assim, teve, por momentos, a veleidade de esmagar a revolução de 1830 em França e a sua consequente na Belgica, reprimiu a revolução polaca que nos seus proprios estados rebentara, subjugou em 1848 e 1859 as revoluções hungara e romaica, e manifestou sempre sentimentos hostis contra o governo de Luís Filipe que considerava illegitimo, por haver saído da revolução que ele, o autocrata, quizera inutilisar.

Todavia, não esquecendo que a Turquia era o inimigo natural da Russia, que para a expansão desta era necessario enfraquecer até fazê-la desaparecer, cioso da preponderancia slava nos Balcans, Nicolau I favoreceu a causa da emancipação helenica, muito embora essa causa fosse pouco simpatica aos defensores da Santa-Alliança e, muito especialmente, a Metternich, para quem *trezentos ou quatrocentos mil individuos enforcados, empalados ou decapitados pelos turcos nada valiam*. Ao pedido de desculpas e duma indenisação feito á Russia pelo sultão, desesperado com a perda da esquadra turca em Navarino, a 20 de outubro de 1827, respondeu Nicolau, em abril de 1828, com uma declaração de guerra.

Os russos occuparam rapidamente a Moldavia e a Valaquia, transpuseram o Danubio e, em agosto de 1829, apossavam-se de Andrinopola que lhes abriu o caminho da capital dos turcos, forçando assim estes a pedirem a paz. O sultão teve de assinar com a Russia, a Inglaterra e a França, a 4 de setembro de 1829, o tratado de Andrinopola, pelo qual a Grecia ficava reconhecida como reino absolutamente autonomo e independente. A Turquia obrigava-se a pagar aos russos em dez anos uma pesada indenisação de guerra e permitia, durante esse tempo, aos russos a occupação da Moldavia e da Valaquia, desde então só nominalmente sujeitas ao sultão, mas, na realidade, autonomas e colocadas sob a protecção russa.

Tomando á letra o papel de autocrata de todas as Russias, Nicolau I desenvolveu grande actividade na administração do estado, procurando desenvolvê-lo materialmente e até intellectualmente, criando o *Instituto professoral* para o ensino superior e *Instituto Principal Pedagogico* para o ensino secundario e primario, muito embora, receioso de que as ideias livres que agitavam o resto da Europa

invadissem os seus dominios, limitasse o numero de russos que poderiam ir estudar em universidades estrangeiras, restringisse a admissão de professores e professoras estrangeiras nas familias da nobreza e proibisse o ensino da filosofia nas universidades russas, substituindo-o pelo da teologia. Outras medidas não menos severas, como a exigencia de passaportes dados pessoalmente pelo czar em numero muito restricto, a vigilancia apertada da policia e direitos aduaneiros quasi proibitivos, isolaram por muito tempo a Russia do convívio franco das restantes nações europeias.

Tão grande é, porém, o poder das ideias que a este mesmo czar, personificação do mais intratavel poder pessoal e absoluto, deveu a Russia o seu primeiro caminho de ferro, ligando S. Petersburgo a Moscou, trabalhos idraulicos no Volga, no Don, e no Dnieper, que muito facilitaram as comunicações internas, a publicação, em 1830, da *Coleção completa das leis do imperio*, em 1845, a do codigo penal e a criação de tribunais de commercio. Nicolau favoreceu tambem o desenvolvimento do terceiro estado pela criação dos *burgueses notaveis*, de que podiam fazer parte artistas e diplomados com o ensino secundario ou universitario; estabeleceu nas comunas rurais o escrutinio para a resolução dos interesses comuns nas assembleias dos camponeses, e, se bem que houvesse perseguido os propagandistas da libertação dos servos e obrigasse estes, pela força, a voltarem para o poder dos seus senhores, promulgou algumas providencias favoraveis aos mesmos servos, determinando, em 1842, as condições em que podiam emancipar-se, permitindo aos camponeses e ás comunas a aquisição de bens de raiz e estudando os meios de resolver a questão social, que ele reputava grave. Era a obsessão do poder pessoal que o levava a não consentir, que, iniciativas, por mais simpaticas que fossem, saíssem

dalguem que não fôsse êle, o senhor, o pai, o protector natural e divino de todos os russos!

Até o fim da vida e do reinado, Nicolau I manteve o papel de servo da Santa-Aliança, procurando manter a Europa na imobilidade a dentro do quadro que Viena lhe havia marcado em 1815. Foi essa obstinação que o levou ao despotismo nos seus estados, mandando para a Siberia todos os que, como o grande escritor Dostoieoski, tinham a veleidade de pensar e querer reformas para a Russia, e á intervenção politica nos outros estados. Mas nada poudes contra a onda revolucionaria que no seu tempo parecia querer alagar toda a Europa. Assim, querendo arrastar a Prussia e a Austria contra a França que, pela revolução de fevereiro de 1848, havia proclamado a republica, não poudes levar á pratica os seus planos porque, em Berlim e em Viena, nesse mesmo ano, rebentaram movimentos revolucionarios, com os quais os respectivos reinantes tiveram de transigir.

Nas lutas que já então se travavam bem acentuadamente entre a Prussia e a Austria, a proposito da hegemonia imperialista da Alemanha, Nicolau I, patrocionando ora a causa duma, ora a causa doutra, no intuito de as subordinar ambas á sua influencia, nenhuns resultados positivos conseguiu, e, ao cabo, quando se julgava o arbitro supremo da Europa, pois, que, no dizer dos seus afeiçoados, a Austria era um instrumento do czar, a Prussia era vitima de burla, a França estava anulada e a Inglaterra valia menos que zero, Nicolau viu-se batido nos campos de batalha, sofrendo a mais cruel das desilusões para a sua megalomania.

Continuando a tradição russa da protecção a todos os cristãos ortodoxos do imperio turco e, querendo de vêz subordinar este á sua influencia, Nicolau enviou a Constantinopola, como embaixador extraordinario, o principe de Montchikof, para propôr ao

sultão uma aliança ofensiva e defensiva com a Rússia, reconhecendo a esta o tão suspirado direito de protecção aos cristãos. A proposta foi apresentada sob a forma violenta dum *ultimatum*.

Apoiado pela França e pela Inglaterra o sultão recusou-se a aceitar as imposições que atacavam os direitos soberanos da Turquia; o czar lançou mão das armas, desencandeando-se a guerra, que ficou conhecida na historia pelo nome de guerra da Crimeia. A Turquia, mal preparada, embora houvesse prégado a *guerra santa*, teria succumbido, se a França e a Inglaterra não houvessem corrido em seu auxilio, receiosas da preponderancia russa no oriente.

As batalhas de Balaklava e de Inkermann e o cerco e tomada de Sebastopol, em que os francezes se cobriram de gloria, foram os episodios mais salientes desta guerra, cuja marcha produziu tão grande abalo em Nicolau que a morte o arrebatou em 1855, estando ainda os beligerantes em armas, ficando ao filho e successor os encargos que da luta proviriam para a Russia. O congresso de Paris, inaugurado a 26 de fevereiro de 1856, sob a presidencia do conde Walewski, ministro dos negocios estrangeiros de Napoleão III, veiu regular por algum tempo a sempre irriquieta e tormentosa questão do oriente europeu.

Os congressistas, representantes da França, da Austria, da Inglaterra, da Sardenha, que na guerra andára aliada aos franceses e mandara um corpo das suas tropas para o teatro das operações, e, mais tarde, depois do congresso aberto, da Prussia, admitidos a instancias de Napoleão, affirmaram peremptoriamente que a nenhuma das potencias, individual ou colectivamente, assistia o direito de intervenção nas questões suscitadas entre o sultão e os seus vassallos, affirmação essa que salvaguardava a independencia da Turquia, cuja integridade territorial

tambem ficava assegurada. Ratificou-se, nesse mesmo congresso, a convenção de 1814 referente aos estreitos; neutralisou-se o Mar Negro, no qual nem a Russia nem a Turquia poderiam ter navios de guerra, sendo-lhes tambem vedado o estabelecimento de arsenais nas costas do mesmo mar; a navegação no Danubio foi declarada livre, ficando a vigilancia da sua foz confiada a delegados das potencias sinatarias; a Russia perdeu na Europa a Bessarabia, que passava a pertencer á Moldavia e reconheciam-se os privilegios e liberdades dos principados danubianos que, todavia, continuavam sob a suzerania do sultão, desde este momento mais nominal que efectiva. Foi ainda neste congresso que as potencias resolveram a abolição do corso, e o respeito pelas mercadorias do inimigo, desde que não constituissem contrabando de guerra, conquistas verdadeiramente humanitarias que, contudo, na guerra actual tem sido completamente postas de parte, muito embora as nações beligerantes se encontrassem todas reunidas no congresso em que foram sancionadas e a cujo cumprimento ligaram a responsabilidade das suas assinaturas.

Foi com tão grande desastre para os interesses da Russia que Alexandre II iniciou o seu governo. Era natural, porque o facto muitas vezes se tem dado, que as condições desastrosas sofridas pela nação, determinassem da parte do czar uma modificação profunda nos processos até então seguidos na politica interna; o novo czar, porém, só algum tempo depois e forçado pelas circunstancias enveredou pelo caminho das reformas que a todos os que um pouco pensavam, se impunham. De começo, ao receber os cumprimentos officiais dos embaixadores pela sua ascenção ao trono, Alexandre declarou solenemente que seguiria as pisadas do pai e do avô, consagrando-se, portanto, a continuar a politica da Santa Aliança, que no resto da Europa, o esforço

popular já anulára e, a proposito da guerra, com cujos desastres tinha de arcar, confessou que desejava a paz, mas em condições honrosas, eufemismo feliz para exprimir que, apesar de todos os destroços sofridos pela Russa, continuaria a esgotá-la até que uma vitoria, como a tomada de Kars, lhe satisfizesse o amor proprio.

A guerra da Crimeia foi severa lição para a autocracia russa que, escarmentada, perdeu a vesania da intervenção constante na politica dos outros povos, sobre os quais pertendia exercer acção, apoiando os principios absolutistas. Os desastres causados despertaram novamente o ardor da parte consciente da nação e a onda dos reformistas engrossou tanto que galgou até os degraus do trono imperial, avassalando tudo para a realização de reformas internas, que elevassem a Russia ao nivel das outras nações europeias. *O Kolokol*, *O Sino*, impresso em Londres por Herzen, um emigrado politico, entrava clandestinamente, no imperio, aos milhares d'exemplares, vergastando todos os abusos da crapulosa administração imperial e acendendo o entusiasmo nas fileiras dos *slavofilos* e dos *zapadniki*, divergentes é certo, na concepção das reformas que deviam introduzir-se na Russia, desejando os primeiros a regressão a uma Russia mística e nebulosa do passado, e os segundòs a adaptação aos costumes occidentais, mas, neste momento, unidos na luta contra o existente. E foi devido á intensidade da luta que Alexandre II, cujos sentimentos estavam bem distanciados do liberalismo, entendeu que lhe convinha ir ao encontro dos acontecimentos, e, para isso, além das promessas de renovações pacificas e liberaes na Russia, revogou as condemnações que pesavam sobre os decembristas de 1825, amnistiando-os, e chamou para o seu lado homens novos, que nenhuns compromissos tinham com a politica seguida pelo czar Nicolau, seu antecessor e pai.

Após largos trabalhos para se vencer a resistência, por vezes tenaz, da nobresa russa, Alexandre II, conseguiu, ao cabo de seis anos, em fevereiro de 1861, decretar a abolição da servidão, um dos cancrios da organização social da velha Russia. A reforma não agradou tanto quanto os seus mais apaixonados defensores esperavam, porque, deixando resentimentos em muitos nobres que intimamente se consideravam esbulhados, trazia aos camponeses apenas uma liberdade pessoal relativa, por isso que economicamente continuavam em dependencia absoluta, se não dos antigos senhores, da comunidade ou *mir*. Assim os *dvoroge* ou escravos domesticos só dois anos depois da abolição decretada seriam livres, e os servos adscritos á gleba, embora não mais podessem ser vendidos pelos senhores, deviam pagar a estes indemnisação pelas terras recebidas, que passavam a ser propriedade do *mir*, reconhecendo-se aos *mujiks*, que, espantados, perguntavam desiludidos que liberdade lhes fôra concedida, o direito de propriedade individual e familiar sobre as suas modestas cabanas e o terreno que as cercava. No entanto foi deste ensaio de libertação que surgiram aspirações mais latas de modificação da vida economica dos campos, aspirações que ainda hoje se encontram longe de ser uma realidade pela resistencia dos elementos tradicionalistas e retrogradados.

Consequencia da nova ordem de cousas estabelecida pela abolição da servidão foi a reforma judiciaria, em cuja elaboração o czar se deixou guiar, principalmente, pelos defensores das civilizações occidentais. A venalidade da justiça slava era tradicional e a reforma judicial procurou, quanto possível, opôr-lhe um dique, estabelecendo, á semilhança da França e da Inglaterra, a separação dos poderes administrativo e judicial, a independencia dos magistrados, o desaparecimento da distincção de clas-

ses nos tribunais e a constituição do juri. Esta ultima conquista era verdadeiramente notavel para o estado politico da Russia. O principio electivo foi tambem introduzido na organização judiciaria, a qual estabelecia em cada comuna um tribunal eleito pelos camponeses, julgando, não segundo leis escritas, mas conforme o direito consuetudinario. Seguiase a esta magistratura a dos juizes de paz, eleitos pelos *zemstvos*, ou conselhos provinciais, d'entre os proprietarios rurais, que tivessem um certo rendimento e possuisessem alguma instrução; estes juizes reuniam-se mensalmente nas capitais dos respectivos distritos e constituiam um tribunal de segunda instancia, subordinado, todavia, ao senado. Ao lado da magistratura electiva continuou a existir a magistratura official, que podemos chamar de carreira, a qual tomava conhecimento de causas cuja importancia fosse superior á da jurisdição dos tribunais electivos.

Em 1864, o ministro do interior, Lanskoi, que trabalhava sob as ordens de Milutine, apresentou a reforma administrativa em que vinha trabalhando havia quatro anos. Por esta reforma foram criados os *zemstros* ou assembleias distritais e de governos, nas quais devia haver representantes de todas as classes sociais, desde o nobre ao camponês, e ás quais, e muito especialmente á sua comissão executiva, incumbia a nomeação ou escolha dos juizes de paz, a repartição de impostos, a conservação de estradas e a administração de beneficencia, da hygiene e d'algumas escolas. Todas estas attribuições que parecem traduzir o mais largo espirito descentralizador, eram, porém, na pratica, quasi irritas, pois que aos governadores assistia o direito de *veto* com o qual anulavam ou retardavam a maior parte das resoluções das novas corporações administrativas. Outras medidas ainda foram tomadas por Alexandre II ácerca das universidades e da imprensa,

que aliviaram um pouco a pressão esmagadora, que pesava sobre as inteligencias russas.

Embora mais teoricas que praticas, as reformas levadas a cabo na Russia propriamente dita, tiveram influxo benefico na Polonia, a qual, de resto, Alevandre II já em 1856, prometera o esquecimento do passado, e, ainda que vagamente, a outorga duma constituição. A opinião russa mostrava-se tambem favoravel a uma politica de conciliação para com a Polonia, considerada já como um povo irmão que deveria servir de sentinela avançada da Russia sobre a Europa, no dizer de Ivan Aksakof. Os polacos, porém, encontravam-se divididos em dois partidos, *vermelhos* e *brancos*, uns obedientes aos conselhos dos polacos que estanciavam pelos paises occidentais da Europa, outros guiados pela nobreza e clero nacionais, mas todos desejosos de que a Russia e a Polonia ficassem politicamente separadas, embora, na opinião dos menos intransigentes, com um chefe d'estado comum. Em 1860, a sociedade d'agricultura, presidida pelo conde André Zamoycki, procurou levar a efeito a melhoria das condições dos camponeses e a união de toda a Polonia para um movimento patriótico. O director dos negocios internos, Mulinavof, proibiu, porém, a Sociedade de continuar a sua obra, e esse procedimento, considerado arbitrario pelos associados, provocou enorme agitação que se manifestou claramente em 29 de novembro de 1860 e em 25 de fevereiro de 1861, anniversarios respectivamente da sublevação de Varsovia em 1830 e da batalha de Grochovo em 1831. Cargas de cavalaria dispersaram a multidão na qual causaram bastantes baixas entre mortos e feridos, repetindo-se as mesmas scenas a 27 de fevereiro de 1861. Gortchakof, o vice-rei da Polonia, para evitar maior derramamento de sangue, mandou recolher as tropas a quartéis e consentiu não só que se procedesse solenemente ao

enterro das victimas, mas que se recolhessem assinaturas para uma representação ao czar, na qual se lhe pedia o restabelecimento dum governo mais em harmonia com as tradições populares polacas.

Em S. Petersburgo as alterações polacas despertaram simpatias, mercê das quais um *ucáse* de 26 de março de 1861 concedia á Polonia um conselho d'estado privativo, direcção igualmente privativa para os cultos e para a instrução publica, e mais algumas regalias que muito se aproximavam das franquias decretadas, mas nunca postas em execução, no estatuto de 1832. Ao passo, porém, que se faziam estas concessões, decretava-se a dissolução da Sociedade d'agricultura, facto que produziu novas alterações de ordem e mortandades escusadas. A Polonia viu-se a braços com as mais terribes repressões, e a 15 de outubro de 1861, na celebração de exequias em honra de Kosciusko, as tropas russas invadiram as igrejas para delas violentamente fazerem sair os manifestantes; a insurreição estalou então e manteve-se até 1864, depois do que a repressão inda, se possivel era, mais violenta foi, procurando apagar na Polonia tudo que representasse sentimentos polacos, impondo-se o uso da lingua russa e sujeitando o culto catolico, o mais espalhado e o mais simpatico aos polacos, a vigilancia rigorosa e extremamente vexatoria.

A' politica de repressão adoptada para a Polonia correspondeu na Russia uma orientação reaccionaria em politica, que tirou todas as illusões que os reformistas ainda afagavam. Os tempos de Nicolau, o autocrata por excelencia, pareciam haver voltado e Tchernychesvoki pagou com o exilio na Siberia a audacia de haver escrito um romance que não se coadunava com a orientação das estações officiais. Eram inumeras as prisões e deportações; a fobia das reformas havia-se apoderado do governo e nada havia que o sustasse na perseguição insana

em que se lançara. Mas, se na física se afirma que uma acção solicita sempre uma outra igual e contraria, em sociologia a existencia de tal lei não é menos verdadeira, e, por isso, á acção cada vez mais brutal do governo e dos elementos reaccionarios, responderam os partidarios das reformas e da emancipação do espirito russo com o *nihilismo*, doutrina que sustentava que só a sciencia era verdadeira, e que devia ser destruido pela força e brutalmente tudo que ela condenasse, e, portanto, o erro e a tirania deste a mais intratavel expressão. Entre as classes mais ilustradas o nihilismo conquistou immediatamente grande quantidade de fervorosos adeptos, todos elés prontos para as maiores audacias e dispostos para os maximos sacrificios.

A 16 de abril de 1866, Dmitri Karakozof, um estudante excluido das universidades de Kazan e de Moscou, por não lhe ter sido possivel pagar as matriculas, disparou um tiro contra o czar no jardim de verão. Tanto bastou para que se remodelasse o ensino em sentido mais retrogado, acabando quasi com o ensino das sciencias exatas e das naturais, que, no quadro dos estudos, tiveram de ceder o logar ás linguas mortas. Em 1867, encontrando-se o czar Alexandre II em Paris, de visita á exposição universal, que então aí se realisava e para a qual fôra convidado por Napoleão III, Berezowski, um polaco, leva a efeito um novo atentado contra o czar que, todavia saiu incolune. Este novo atentado acaba com os fracos vestigios que do liberalismo ainda, porventura, se poderiam encontrar nas regiões officiais russas e o czar, abraçando, de vez e sem hesitações, a politica aberta e francamente repressiva, trava com o nihilismo um terrivel combate sem treguas nem quartel, que se protelou até 1881, até o momento em que os seus adversarios conseguiram matá-lo, a 1 de março, quando ele ia a entrar no palacio, de regresso duma revista militar.

Longa é a lista de todos os jovens dum e d'outro sexo que, filiados no *nihilismo*, designação criada pelo notavel escritor Turguenief, sacrificaram a vida pela liberdade numa nação, cuja maioria era incapaz de apreender-lhes as ideias, que eles haviam haurido na frequencia das universidades do ocidente europeu, principalmente nas de Zurique e de Genebra, e na assistencia ás cenas da Comuna de Paris, que nêles infundiram o amor louco até o fanatismo pelas ideias socialistas e anarquistas. O bando desses jovens russos, que um *ucáse* de Alexandre II obrigara a regressar á terra patria, era um verdadeiro bando de apóstolos, de iluminados, que a propria morte não faria recuar. Primeiro tentaram a propaganda pacifica; mas a policia do czar, envolvendo a Russia na mais densa atmosfera de perseguições e vexames, preparou contra os inovadores dois processos monstros: o dos *cento e noventa e tres* e o dos *cincoenta*, que, em 1877, em S. Petersburgo e Moscou, seguiram os seus tramites, não tão sangrentos, todavia, como o governo esperava. A 24 de janeiro de 1878, dia immediato ao da sentença proferida contra os cento e noventa e tres, Vera Zassulitch mata Trepof o famigerado e brutal chefe da policia de S. Petersburgo, que contra os nihilistas se mostrara de insaciavel rancor; Mezenstof foi apunhalado em S. Petersburgo por um nihilista que quis vingar o seu companheiro Kovalski, preso por suspeito em Odessa e mandado executar pelos tribunais de exceção, já então criados, que dispensavam a intervenção do juri, nos tribunais dos governos, juri já considerado, assás benevolo, embora constituido pelos representantes das classes mais conservadoras e reacionarias; o principe Krapotkine, irmão dum dos mais entusiastas dirigentes do movimento revolucionario, é assassinado em Kharkof, de que era governador, para espiar o feito de haver entregado ao conselho

de guerra um nihilista; o coronel Knoop, o policia secreta Reinstein, o general Drenteln e tantos outros caíram condenados pela comissão executiva dos nihilistas, que ás perseguições respondiam com o terror, provocando da parte do governo inda mór numero de represalias, como sentenças de morte e deportações para a Siberia dos simplesmente suspeitos de revolucionarismo.

Os atentados passaram a visar directamente o proprio czar, a quem a sorte livrou em 1 de dezembro de 1879 duma explosão de dinamite, que fez voar em estilhas o comboio em que se supunha que viajava, e em 17 de fevereiro de 1880 duma outra explosão paciente e demoradamente preparada no Palacio de inverno de S. Petersburgo. Tanta pertinacia da parte dos revolucionarios, tamanhos sacrificios por uma ideia á qual sacrificavam honorarias, dinheiro, comodidades e a propria vida, abalaram fortemente os espiritos de muitos reaccionarios que começaram de pensar que tal estado de cousas não podia continuar e urgia fazer algumas reformas que viessam satisfazer, até certo ponto, as aspirações dos porfiosos lutadores dos principios liberaes.

Acentuando-se cada vez mais esta corrente, a propria côrte se deixou empolgar um pouco por ela e, numa reunião de governadores geraes, o armenio Mélikof, governador de Kharkof, o unico que conseguira não ser incluído na lista dos condenados pela direcção suprema dos nihilistas, conseguiu vêr aprovado o seu plano de satisfazer, pouco que fosse, as aspirações nacionaes, embora se continuasse a luta contra os elementos revolucionarios.

Mélikof, nomeado *presidente da comissão executiva suprema*, foi investido de poderes quasi discricionarios, que o fizeram uma especie de ditador. Espirito subtil e astuto, procurou aparentemente satisfazer as reclamações liberaes, dissolveu a poli-

cia secreta, reorganizando-a, porém, de forma mais segura e menos afrontosa, ainda que igualmente perseguidora e vexatoria, e concebeu o plano da organização duma comissão composta de grandes dignatários do imperio e de delegados dos *Zemstvos*, que seria encarregada de estudar as reformas que se deveriam introduzir no funcionamento do organismo politico. Esta comissão era mais uma das manifestações das habilidades de Mélikof, porque, parecendo uma satisfação ás exigencias da opinião, era, no fundo, mais uma dependencia absoluta do governo e, portanto, da autocracia do czar contra a qual o astuto primeiro ministro nenhum golpe queria vibrar.

No entanto, os nihilistas ou terroristas, como ultimamente lhes chamavam, persistiam na intenção de liquidarem o czar a quem tantas e tão violentas perseguições deviam.

A policia teve conhecimento de que um novo atentado se preparava e prendeu Jéliabof, um dos membros da comissão executiva dos nihilistas, dispondo-se a lançar a mão a mais alguns. Foi então que o czar morreu despedaçado por uma bomba, quando, depois de haver escapado duma outra que primeiro lhe fôra arremessada, ia dirigir-se aos feridos que esta fizera na sua escolta.

Subindo ao trono imperial, Alexandre III, filho do antecedente czar, quis, perturbado pelo terror que se assenhoreara de momento de todos os que mais de perto viviam com a côrte, realisar as reformas que o pai, cansado já da luta, nos ultimos tempos procurava levar a effeito, aconselhado por Mélikof; mas bem depressa lhe passou a veicidade, porque não faltou quem lhe fizesse vêr que o facto representava uma capitulação que poderia supôr-se arrancada pelo medo. Alexandre III, pois, em vez de promessas reformistas, declarou ser sua vontade manter integralmente o poder absoluto, que os

seus antepassados lhe legaram. Mélikof demitiu-se, e todos aqueles que no governo ou até mesmo nos palatinos eram suspeitos da mais tenue simpatia pelas ideias liberais, foram substituídos por partidários já experimentados do absolutismo. O novo czar mostrava-se bem o discípulo de Pobiedonostsef que de seu professor passara a procurador geral de Santo Sinodo e era o mais decidido defensor da autocracia imperial. Entrou-se francamente num período de reação anti-liberal, que, por prudencia, forçou Alexandre III a recolher-se com toda a familia em Gatchina, residencia que fôra do czar Paulo I, e só bem difficilmente seria acessivel para quem quer que pretendesse praticar qualquer atentado.

Após alguns assassinatos que num ou noutro ponto do vasto imperio moscovita faziam cair representantes do governo, e d'algumas execuções desses atentados derivadas, entre as quais a de Sukhanof, official de marinha, entrou-se numa epoca de acalmção, consequencia forçada do desaparecimento pela morte e pelo exilio da quasi totalidade dos terroristas e do desanimo produzido nas camadas intellectuais pelas perseguições cada vez mais desumanas e insaciaveis. Não tendo já pessoas contra que exercer a sua furia indomavel, a reação derivou para outro objectivo e applicou toda a sua sanha na revogação de algumas disposições do ultimo czar, que se lhe afiguravam haverem contribuido para a difusão das ideias liberais. Deste novo aranco dos reacionarios, senhores absolutos do campo, resultou a extinção da liberdade de imprensa, que já bem mesquinha e irrisoria era, o depuramento dos corpos docentes das universidades e, em 1890, a expulsão em massa dos estudantes da Academia de agronomia de Moscou e das universidades desta mesma cidade e de S. Petersburgo.

Tambem, ainda como consequencia da orientação reaccionaria que presidia a todos os actos da vida

oficial da Rússia, se entrou decididamente na politica de russificação de todos os povos que a sorte das armas colocara sob o dominio do czar, politica que lisongeava bastante o espirito nacional e as circunstancias aconselhavam como a derivação benefica para a autocracia doutros problemas que mais pudessem apaixonar as massas populares. A Finlandia e as provincias do Baltico, ainda mais duramente que a sempre perseguida Polonia, sentiram duramente os efeitos da russificação, arrancando-se aos finlandeses todas as regalias que até então fruíam e lhes davam os fóros de quasi absolutamente autonomos. Por outro lado a reação politica era acompanhada da reação religiosa, sustentada por Pobiedonostesf e aplaudida pela esmagadora brutalidade da ignorancia do povo russo. A preponderancia da igreja ortodoxa impôs-se com requintes de intolerancia, que, fazendo-se sentir sobre todas as outras religiões, mais pesadamente incidiram sobre os judeus que, em grande numero, se encontravam em muitas provincias do vasto dominio dos czares. O anti-semitismo estúpido e fero correu então á solta do Artico ao Mar Negro e da Siberia ás provincias balticas e polacas, e, com grande aplauso de todos os representantes da igreja oficial, quasi tão estúpidos como a massa dos camponeses que eles haviam bestializado, inumeras familias judaicas pagavam com a morte o professarem religião diferente, quando não conseguiam, abandonando haveres e saudades, transpôr as fronteiras duma terra que, tendo servido de berço a muitos dos seus membros, se convertera para elas no mais atormentador logar de sofrimento.

Em 1894, a morte levou Alexandre III, um dos mais conscientes e pertinazes fautores do reacionarismo russo; para os que gemiam e sofriam nessa Rússia convertida numa lugubre prisão do pensamento, pareceu sorrir a esperanza de que o novo

czar, aquele que ainda hoje se encontra á testa do grande estado europeu, enveredaria por trilho diferente, abrindo o seu coração de homem novo a sentimentos mais humanitarios para com os seus vassallos. Essa esperança desvaneceu-se como tenue coluna de fumo, que uma forte lufada de vento desfizesse; o czar, na proclamação dirigida aos seus subditos ao subir ao trono, annunciou desde logo que seguiria as pisadas do pai. E, de feito, as perseguições contra as tendencias liberais continuaram, e a obra de russificação, ferindo antecipadamente os mais profundos sentimentos nacionais das regiões anexadas, redobrou de intensidade. Não ha, porém, tirania nenhuma, por mais forte que se suponha, capaz de resistir ao embate das ideias emancipadoras, e Nicolau II, forçado pela pressão cada vez maior da opinião russa e pela opinião europeia com a qual hypocritamente parecia querer transigir, cedeu e, mercê dessa cedencia, decretou a organização dum regimen constitucional, cuja expressão no conjunto politico seria a *Duma* ou parlamento nacional.

A cedencia era, porém, mais uma ardilosa e capciosa manigancia da autocracia russa, e aos primeiros actos de autonomia e de intervenção eficaz nos negocios publicos que a *Duma* manifestou, iludida com os sentimentos aparentados pelo czar, respondeu este, como supremo senhor, com as dissoluções, com a deturpação do constitucionalismo já de si bem restrito, e com a perversão do sistema eleitoral, arrancando de vez a mascara e mostrando-se, tal qual era, o digno representante dos seus mais despoticos e autoritarios antepassados. Fingindo de liberal para as nações europeias, cujas graças e simpatias lhe convinha utilizar para melhor combater o espirito reformista dos russos, Nicolau II a dentro dos seus enormes estados tem caprichado em esmagar todas e quaisquer veleidades de progressos politicos e sociais. É, precisamente, como

os seus antepassados mais reacionarios, o *paisinho* que aos filhos só concede o direito de serem severamente castigados, sempre que isso apeteça á sua vontade soberana e indiscutivel.

Ao rebentar a actual conflagração, o czar prometeu á Polonia a concessão de muitas regalias destinadas a satisfazer as justas e sempre reprimidas, aspirações de tão infeliz quão simpatica nacionalidade. Nenhuma originalidade tem semelhantes promessas, pois, como vimos, muitas vezes tem sido feitas e esquecidas; mas os desastres soffridos nas lutas anteriores não levarão agora a luz aos empedernidos cerebros das regiões officiais russas, levando-lhes o convencimento de que a Russia só poderá ser considerada potencia europeia, quando entre rasgada e sinceramente no campo das grandes conquistas do mundo moderno? Cremos bem que sim e isso nos leva a pensar que as promessas imperiaes não representarão desta feita mais um ludibrio não só para os russos como para o resto da humanidade.

Tracejada como foi a vida politica interna da Russia, completemos o quadro da sua actividade com uma revista rapida da suas relações internacionais, de que já démos alguma noticia, frisando a monomania de preponderancia na politica europeia de alguns dos czares. Toda a politica internacional da Russia tem girado em torno das ideias de expansão para o oriente na Asia e de supremacia no oriente europeu em detrimento dos povos vizinhos, e da aspiração do esmagamento do poderio turco.

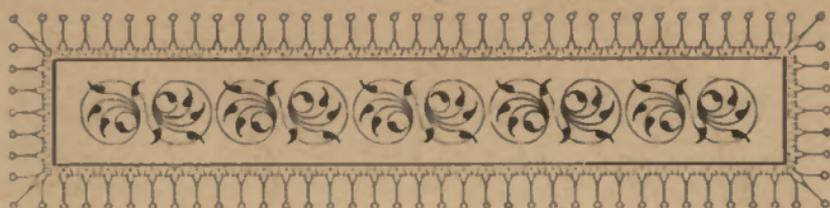
A' mercê das fases apresentadas por estes tres objetivos a Russia fez e desfez alianças. Agora inclinava-se para a Prussia contra a Austria, logo entrava em entendimentos com a corte de Viena para contrariar a politica de Berlim, hoje se armava contra a Turquia para amanhã procurar atraí-la por concessões ficticias, num momento se apresentava de

ponto em branco a ameaçar a expansão inglesa na Asia para imediatamente recuar e estabelecer planos comuns de acção nas regiões por uns aos outros disputadas, um dia se afastava da França, contrariando-a em todas as suas pretensões, ancila submissa da politica astuta dos gabinetes prussianos, para depois se entender com o gabinete de Paris e angariar na rica nação latina os recursos materiais para o empreendimento de muitas obras e para as despesas duma organização militar, que lhe permitisse o alargar a area dos seus dominios, numa ansia de expansão e de preponderancia a que o Japão teve de aplicar severo, mas justo, correctivo.

A Turquia tem sido o alvo supremo de toda a politica externa dos russos, e a esse objetivo os povos balcanicos muito devem na obra de libertação a que se votaram contra os seus antigos e pouco amaveis dominadores. Aproveitando todos os pretextos, servindo-se habilmente das dissensões religiosas e das irreductibilidades nacionais, muitas vezes acirradas pelo seu dinheiro e pela propaganda dos seus emissarios, a Russia tem gradualmente e com persistencia inexcedivel restringido cada vez mais o dominio turco, que, dentro em pouco, se verá relegado da Europa para a Asia.

Hoje, a Russia bate-se nos campos de batalha, contra a Alemanha, a Austria e a Turquia, dando o seu concurso para uma obra em que igualmente andam empenhados o Japão, seu adversario de hontem, a Inglaterra contra a qual pugnou com as armas na mão, e a França cujas aspirações e engrandecimento tanto procurou contrariar. Util deverá ser a sua acção, talvez involuntariamente o seu governo venha a servir a causa da justiça e da humanidade no esmagamento não da Alemanha, mas do torpe e infame espirito militarista que avassalou a gente d'Além-Rheno. Não devemos, por isso, calar o que os factos asseveram no seu testemunho

irrefutavel. A Russia entrou e persistirá na vergonha maxima do nosso seculo que é a guerra feroz e bestial a que estamos assistindo, porque esta serve maravilhosamente os seus interesses. Esmagada a Turquia, enfraquecida a Alemanha, esfacelada a Austria-Hungria, a Russia terá realisado, emfim, o sonho mais querido de potencia hegemonica em todo o oriente europeu e subordinará á sua influencia todos os povos que a afinidade de crenças e de sangue subordina ao slavismo, cuja direção suprema a terra de Rurique e de Pedro o Grande tem procurado, através de toda a sua vida historica, assumir. Deste facto que os acontecimentos, sem duvida, farão uma realidade, hão de provir para a autocracia russa modificações tão profundas que a sua existencia pouco mais além irá, cedendo de vez o logar a uma Russia progressiva, liberal e santamente humana, que coroará o edificio tão dolorosamente delineado pelos seus martyres. E, desde esse momento, a humanidade contará mais um campeão denodado e consciente para a sua dolorosa mas ininterrupta perfectibilidade.



SÉRVIA

DAS regiões balcánicas foi esta a primeira que conseguiu sacudir o ominoso domínio turco, devido á energia e á pertinácia com que o seu valente e destemido povo soube repelir uma das mais sangrentas perseguições de que ha memoria nos tempos modernos. Andava ainda a Europa envolta nas temerosas campanhas desencadeadas pela ambição insaciavel do primeiro Napoleão, quando a Servia procurou aproveitar-se da instabilidade geral para afirmar a autonomia, pela qual havia muito vinha combatendo.

A Turquia para sufocar os sentimentos de revolta, cada vez mais manifestos dos povos balcánicos que, resistindo á ação assimiladora dos maometanos, haviam mantido as suas crenças e se refugiaram nas montanhas para fruirem a liberdade sempre ameaçada, dividira as regiões mais irriquietas em pachalícos sujeitos a rigorosa fiscalisação militar, lançando sobre elas a horda dos seus janisaros, autores de tantas e tamanhas barbaridades e selvajarias, que despertavam a condenação de alguns turcos mais moderados e mais ou menos sequazes duma remodelação em sentido progressivo dos processos que, com grave escandalo da Europa humanitaria e extra-official, constituíam a norma da administração turca.

+

Os assassinatos, por vezes, de aldeias inteiras, os roubos, de dia para dia mais audaciosos, praticados pelos janisaros que nenhuma autoridade respeitavam, nem eram acessiveis a sentimentos de humanidade, fizeram trasvasar a taça da amargura dos servios, e uma insurreição geral estalou não propriamente contra o sultão, a quem os insurrectos protestavam a mais indefetivel lealdade, mas contra as quadrilhas de bandoleiros que os perseguiram como a caça de mór preço. A' testa dos revoltosos collocou-se Kara-Jorge, ou Jorge o Negro, camponês abastado, que, em tempos, servira como official inferior nas fileiras do exercito austriaco, homem rude, sem cultura, mas dotado de energia e bravura sem par.

O furor e o desespero ministraram aos servios as armas mais invenciveis, e os janisaros, acoçados por toda a parte como feras, foram mortos sem compaixão, sancionando o proprio governo turco a morte dos chefes que em Belgrado haviam sido feitos prisioneiros. Julgando que os servios se considerassem satisfeitos com a mortandade feita nos seus opresores, o sultão intimou-os a que regressassem ás suas aldeias e se mantivessem quietos. A isto responderam eles pedindo que lhes fosse permitido conservarem em seu poder as armas, para poderem repelir qualquer tirania ou violencia, que de futuro contra eles se pretendesse exercer. Um ano se passou em negociações e, ao cabo, recusando o sultão aceder ao pedido, os servios recommçaram com mais ardor a insurreição, proclamando agora, em vez dum governo autonomo a dentro do imperio turco, a sua absoluta independencia.

O sultão, em presença da attitude de tão pouco acomodaticios subditos, mandou prégar contra eles a guerra santa e pôs em campanha tres exercitos. Só a atividade incansavel e a energia indomavel de

Kara-Jorge salvaram então a Sérvia pela vitória de Michar, em que, a 13 de agosto de 1806, o denonado chefe sérvio com a pequena força de nove mil homens e dois canhões esmagou trinta mil turcos, que se faziam acompanhar por muita e grossa artilharia. Querendo a todo o custo emancipar-se da afrontosa dominação turca, os sérvios solicitaram o apoio ora de Napoleão, ora da Austria ou da Russia, mas o jogo dos interesses, extremamente complicados e divergentes em que todos andavam, só lhes trouxe o apoio do czar, nessa ocasião. em guerra com a Turquia.

O tratado de Bucarest, assinado em 1812 pela Turquia e pela Russia, assegurava aos servios o estabelecimento da autonomia sob o regimen constitucional; os acontecimentos, porém, obstaram a que a clausula que tal segurança dava, fosse cumprida. A Russia, a braços com a invasão napoleonica, que tão bravamente repeliu, esqueceu-se dos servios, e a Turquia, tendo conseguido desembaraçar-se de Kara-Jorge, exerceu sobre a Sérvia violencias que quasi faziam passar a segundo plano as exercidas pelos janisaros de sanguinaria memoria. De cada lado duma estrada que se dirigia a Belgrado, os turcos haviam exposto, segundo um testemunho da epoca, sessenta a setenta sérvios empalados, cujos corpos eram devorados por cães famintos; as execuções sumarias haviam novamente voltado e todos os implicados no movimento caíam victimas da sanha turca, se não tivessem a ventura de se esconderem nos mais ignorados recessos das suas montanhas onde os turcos, apesar do seu numero, não ousavam aventurar-se. A torre dos cranios em Nich, formada por cranios de servios trucidados pelos turcos, lá se encontra, ha mais dum seculo na Servia, a atestar o quanto póde a besta humana em ferocidade.

Comtudo, tão grande é a coragem que o amôr

à liberdade infunde ainda nas circunstancias mais criticas, a 25 de abril de 1815, na aldeia de Tokovo nova insurreição surge, capitaneada por Miloque Obrenovitch, um antigo criador de porcos, que na luta anterior se mostrara um dos mais denodados combatentes pela independencia patria.

Obrenovitch, astuto, ambicioso, desprendido de quaisquer escrupulos, não trepidara em se desfazer, ainda que criminosamente, de Kara-Jorge, cuja audacia e cujo prestigio lhe poderiam fazer sombra; mas, neste movimento, cuja direção tomou, foi tão rapido, tão violento e decidido contra os turcos que, apanhando-os, por assim dizer, de surpresa, os levou de vencida, obrigando-os a entram em negociações, das quais resultaram para a sua pessoa o reconhecimento pelo sultão da dignidade de *Knez* ou chefe supremo dos sérvios, que os partidarios lhe haviam conferido.

Miloque Obrenovitch desenvolveu todos os recursos da astucia de que era dotado, para firmar cada vez mais o seu poder e conseguir a tão suspirada independencia, servindo-se muito habilmente das difficuldades em que a Turquia se via envolvida, derivadas do movimento emancipador da Grecia e da intervenção em favor desta da Inglaterra, da Russia, e da França. Por outro lado, lisonjeando o amor proprio do czar que chamara a si o papel de defensor de todos os orthodoxos, Miloque conseguira que Nicolau I impusesse, pelo tratado de Akkerman, á Turquia a obrigação de conceder á Sérvia uma constituição que lhe reconhecesse os direitos seguintes: eleição livre dos chefes, autonomia administrativa, liberdade de culto, unidade de imposto, liberdade de commercio, estabelecimento de escolas, criação de hospitais e proibição de quaisquer muçulmanos, exceto os que fizessem parte das guarnições militares, se estabelecerem ou permanecerem em territorio sérvio.

Só em 1830, como consequência do tratado de Andrinopola assinado no ano anterior, um *Hatti-xerife* legalisou por parte do governo turco os privilegios concedidos á Sérvia, a qual, embora tivesse de consentir a permanencia duma guarnição turca em Belgrado, como testemunho duma vassalagem meramente nominal, passou, desde então, a gosar da autonomia em todos os ramos da administração; em 1833, o sultão reconheceu ainda mais a Miloque o titulo de principe herdeiro da Sérvia, completando assim as concessões feitas tres anos antes.

Senhor do poder supremo, o antigo criador de porcos, agora reconhecido oficialmente como principe, deu largas ao temperamento ambicioso, autoritario e delapidador que o caracterisava, aproveitando pessoalmente todas as vantagens que a nova situação lhe proporcionava. Julgava-se senhor absoluto e, como tal, com o direito de dispôr de todos os terrenos para as suas culturas e criações de gado, do povo como servo sem direitos, nem mesmo o do gozo dos seus bens, dos quais ele avaramente não raro se apossava. Desta forma, o homem que conseguira realisar a independencia da Sérvia, que trinta anos de lutas sucessivas custára, tornou-se absolutamente impopular, e foi forçado a abdicar em 1836 por uma revolta de boiardos ou nobres, cujos privilegios ele se comprazia em desprezar.

Em 1842, após algumas complicações em que a Russia se mostrava favoravel aos Obrenovitch, os sérvios elegeram para principe o neto de Kara-Jorge, Alexandre, confirmado por nova eleição, em 1843, e contra o qual nada poude uma conspiração inspirada pela Russia, receiosa de perder a preponderancia de que até então gosara em Belgrado. Despeitado com a opposição que a Russia lhe fizera, o novo principe Alexandre Kara-Jorgevitch inclinouse para a Austria e para a Turquia o que contribuiu bastante para despertar a animosidade dos patriotas

sérvios contra a sua pessoa, por isso que, se a nação via com certo agrado a attitude do principe para com a Austria, não lhe perdoava a transigencia quasi subserviente para com a Turquia, por todos a considerarem como que uma abdição dos seus mais queridos interesses. Enquanto os patriotas protestavam, Alexandre recebia do imperador da Austria e do sultão as mais altas distincções; o primeiro brindou-o com as mais apreciadas condecorações austriacas por *ele haver contribuido para a manutenção da dinastia dos Hapsburgo, e para a integridade do imperio*, o segundo conferiu-lhe a grand-cruz do *Nicham-Iftikar* e a dignidade de *muchir* ou marechal do exercito turco.

Ao estalar a guerra da Crímeia, a Sérvia, depois de haver soffrido alguns vexames da Russia, como a intimação brutal de Menchikof para que Garaschanine, homem de grande valor, fosse demittido de ministro dos estrangeiros, em cujas funções habilmente procurava libertar o seu país da influencia dos tres poderosos vizinhos, russos, turcos e austriacos, apoiando-se na França, o principe Alexandre manifestou-se neutral e manteve durante toda a guerra a mais absoluta imparcialidade, o que lhe valeu grandes beneficios, pois que, no tratado de Paris, obteve para a Servia a confirmação de todas as liberdades e garantias, muitas delas até então meramente nominais, eximindo-se ao protectorado tantas vezes brutal que a Russia pretendia exercer para contrariar a acção austriaca e turca. Não foi, porém, este facto que representava, sem duvida, uma grande conquista diplomatica, o bastante para anular a má vontade contra o principe. É que este, libertando se da influencia da Russia, entregava-se completamente á vontade do governo austriaco e, seguindo a orientação absolutista e reaccionaria que foi sempre a característica mais saliente de Francisco José, manifestava o mais absoluto desprezo

pelas regalias populares, não convocando a assembleia nacional e resolvendo todos os negocios pela sua vontade pessoal.

A má vontade contra o principe levou os sérvios para o campo das conspirações, descobrindo-se em 1857, uma em que entravam os presidentes do senado e do supremo tribunal. Contra os conspiradores, que Alexandre poude haver ás mãos, foi dada a sentença de morte que, por imposição da Turquia, instigada pela França e pela Russia, foi comutada em trabalhos forçados e, ao cabo, em exilio. Um atentado dum turco contra o consul da Inglaterra em Belgrado determinou a reunião da *skupktina* ou assembleia nacional, que ficou conhecida na historia da Sérvia pelo nome de *skupktina* de Santo André, por haver celebrado a sua primeira reunião a 30 de novembro de 1858, dia consagrado pela igreja á comemoração de Santo André. A assembleia era, na sua quasi totalidade, inimiga de Alexandre, e, por isso, os seus primeiros cuidados foram a redacção dum libelo contra o principe e a nomeação duma comissão composta de dezasete membros, encarregada de *velar pela salvação da Patria*.

Esta comissão intimou Alexandre a abdicar e, acolhendo-se este á protecção dos turcos que occupavam a cidadela de Belgrado, a assembleia decretou a destituição do principe, proclamando em seu lugar Miloque Obrenovitch com o direito de successão por hereditariedade, o que representava o derradeiro golpe na dependencia, ainda que fraca, em que até então a Sérvia se conservava da Turquia. Miloque, ao tempo em Bucarest, foi immediatamente reconhecido pela França e pela Russia; em seguida, a Turquia acompanhou estas duas nações e só a Austria mostrou desejos de contrariar a resolução do povo sérvio, proibindo a *Companhia danubiana* de pôr qualquer dos seus barcos á disposição do novo principe, medida esta verdadeiramente irrisoria e pue-

ril, que não impediu que Miloque, esquecidos os agravos da sua antiga tirania, fosse recebido triunfalmente em Belgrado, no dia 2 de janeiro de 1859. No porfiado jogo balcanico mais uma vez a Russia ganhava a partida, arrancando á Austria a influencia que ai pretendia exercer e prestando todo o auxilio moral e material aos sérvios, para de vez quebrarem os já bem tenues laços que os prendiam ao dominio turco.

A Sérvia ia procedendo á sua organização sem consultar o governo de Constantinopola, limitando-se apenas a pedir a este a sanção das resoluções tomadas. Miloque, interpretando perfeitamente as aspirações nacionais, ousou reclamar dos turcos o cumprimento integral e rigoroso do *hatti-xerife* de 1830, que não permitia a permanencia de otomanos em territorio sérvio; o sultão recusou aceder a semelhante pedido, que mais parecia uma intimação, e á sua recusa, Miloque respondeu altivamente, que nem ele nem o povo sérvio consentiriam que se desrespeitassem as mais pequenas regalias estabelecidas para os sérvios no documento de 1830. Esta declaração equivalia a um rompimento formal, e andava Miloque envolvido na discussão do caso quando a morte o postrou a 26 de Setembro de 1859.

Sem que ninguém na Sérvia se importasse com a suzerania do sultão, o trono sérvio, vago por morte de Miloque, foi imediatamente occupado por seu filho Miguel, em obediencia ás prescripções legais, que a *nação sérvia* estatuiu neste mesmo ano de 1859. O novo principe, experimentado nas agruras dum exilio de dezaseis anos, durante os quais, se imbuira das ideias occidentais do mundo europeu, lançou-se denodadamente ao complemento da obra de emancipação da Sérvia, que só seria insofismavel quando as guarnições turcas houvessem abandonado as cidadelas que, a titulo de suzerania, ainda occupavam, e procurava ao mesmo tempo recons-

tituir o antigo reino da Sérvia, chamando para esta os herzegovinos e bosnios, gente sérvia que ainda estava sob o dominio absoluto do sultão. A insurreiçãõ da Bòsnia e da Herzegovina em 1862 teria servido magnificamente os planos de Miguel, se este tivesse á sua disposiçãõ um exercito regular capaz de sustentar uma campanha prolongada e sangrenta. Não o tendo, o príncipe reinante da Sérvia mostrou toda a simpatia pelos revoltosos, abrindo-lhes no principado asilo seguro contra as barbaridades turcas. Para prevenir acontecimentos futuros, Miguel remodelou o exercito, criando a milicia nacional como reserva do exercito activo. A Turquia, apoiada pela Inglaterra, protestou contra as deliberações do príncipe sérvio, que, certamente, se veria forçado a ceder, se a Russia e a França não o escudassem com toda a decisão.

Desordens constantes surgiam, todavia, entre os sérvios e as guarnições turcas das cidadelas, e a 16 de junho de 1862 o assassinato duma criança sérvia por um sargento turco da guarnição da cidadela de Belgrado, foi o rastilho que fez explodir a colera dos belgradinos, que pegaram todos em armas, dispostos a liquidar de vez a guarnição turca. A intervençãõ de Garaschanine e de Tastu, consul da França, obstou a que a guarnição turca fosse trucidada, assinando-se uma convenção entre as duas partes inimigas. Os turcos, porém, com incrível aleivosia, responderam a este acto de generosidade encurralando-se na cidadela e bombardeando d'ahi horrivelmente, durante cinco horas, a cidade. Tão grande vilania precipitou os acontecimentos, determinando a reuniãõ duma conferencia diplomatica em Constantinopola para regularisar a situaçãõ. A França, apoiada pela Russia e pela Italia, exigia o abandono pelos turcos de todas as cidadelas; a Austria, para contrariar a Russia, opôs-se a esta sensata e humanitaria exigencia, e a Inglaterra, ciosa da preponde-

rancia internacional da França e desejosa de criar embaraços á Rússia, sua rival na Asia, levou mais longe a opposição e chegou a propôr um protocolo que não só legitimava e justificava o brutal bombardeamento de Belgrado, mas autorisava todos os actos brutais que de futuro a Turquia entendesse necessarios para a afirmação da sua suserania. Felizmente a violencia inglesa não vingou, e, após transigencias mutuas, a conferencia de Constantino-pola assinou o protocolo de 8 de setembro de 1862 que ordenava a destruição das cidadelas de Sokol e de Ujitzá e mandava que os otomanos abandonassem o territorio sérvio, recebendo do governo do principado uma indenisação pelos bens de raiz, cuja propriedade perdiam. Continuavam, porém, nas outras cidadelas as guarnições turcas, o que, no dizer da *skuptkina* sérvia, era o bastante para *obstar a qualquer progresso e para manter a população do principado em sobresaltos constantes.*

Cinco anos de negociações foram necessarios para que o territorio da Servia se visse liberto da soldadesca turca, pois que só em 1867 a Austria consentiu em que se effectuasse a saída desses soldados, que para os servios representavam a mór das afrontas. No entanto ainda na cidadela de Belgrado, como estigma de dependencia, a bandeira turca continuaria arvorada ao lado da servia. Miguel, persistindo na obra de resurgimento nacional, dava largo desenvolvimento á instrucção, fundando caixas escolares para a difusão do ensino primario, organisando o ensino secundario e o profissional, remodelando o superior e promulgando codigos que regulassem a vida civil do seu principado. O que mais carinho lhe merecia, contudo, por considerá-la como condição indispensavel para o desenvolvimento e robustecimento da Patria, era a organisação militar. Assim, desenvolvendo a escola militar criada em 1853, criando em 1861 o ministerio da

guerra, instruindo e disciplinando os soldados, Miguel conseguiu, com as disposições de 1861 e de 1864, que a Servia, com pouco mais, ao tempo, dum milhão de habitantes, pudesse apresentar um exercito de cento e cincoenta mil homens, sempre que houvesse necessidade duma mobilisação completa. Era verdadeiramente a nação armada, e só assim ella poderia manter-se no meio de vizinhos tão irrequietos e temerosos.

Preparava-se o principe Miguel para a execução do seu plano de anexação da Bosnia e da Herzegovina, que os acontecimentos ainda lhe não haviam permitido realisar, quando caiu vitima dum atentado a 10 de junho de 1868. O atentado foi, ao que parece, planeado por elementos que se entendiam com Alexandre Kara Jorgevitch, se bem que na instrução do processo contra os implicados o seu chefe haja declarado terminantemente que apenas tivera em mira a proclamação da Republica. O certo é que, não tendo Miguel Obrenovitch descendente directo, da sua morte poderia aproveitar-se Alexandre para readquirir o poder de que fôra expulso. Mas, para mais uma vez provarem quanto prezavam a sua independencia, os servios, respeitando a sua lei nacional, que na questão da sucessão não fôra sancionada pelo sultão, proclamaram principe o parente mais proximo de Miguel, um primo deste, Milão Obrenovitch, rapaz de quatorze anos, que então se encontrava em Paris como aluno do liceu Luis-o-Grande.

Devido á minoridade do novo principe, a *skupt-kina* nomeou uma regencia composta do general Blasnovats, Gavriloitch e Ristitch, e exprimiu o desejo de que *se organisasse o poder legislativo por forma que a nação tomasse parte activa e legitima na direção dos seus negocios*. Da satisfação deste desejo proveiu a constituição de 29 de junho de 1869, que confiava o poder executivo ao principe, irres-

ponsavel, e a ministros por ele nomeados e responsaveis para com a skuptkina, á qual pertencia o poder legislativo tambem partilhado pelo principe a quem cabia o direito de nomear um terço dos deputados. A constituição regulava tambem o processo de eleição de deputados, determinando que todos os contribuintes de trinta anos de idade, que não fossem empregados publicos, advogados ou professores, seriam eleitores e elegiveis.

A regencia durou até 22 de agosto de 1872, dia em que Milão atingiu a maioridade, tendo os regentes, durante os quatro anos da sua administração, promulgado algumas providencias de carater economico bastante uteis, desenvolvido a instrução e decretado a obrigação do serviço militar para todos os servios, se bem que, sob o ponto de vista militar, a sua acção não houvesse sido tão proficua e previdente como seria para desejar num país cuja situação geografica e cuja expansão natural ameaçavam de proximas e porfiosas lutas.

Com a intervenção direta e pessoal do principe Milão na vida politica do país, e mercê das disposições constitucionais que afastavam dos negocios publicos os homens de maior cultura, estes organizaram partidos politicos, que, a todo o transe, procuravam terminar com o ostracismo a que a lei os votava. Obedecendo a duas correntes, uma essencialmente centralista, outra firmemente comunalista esses homens constituíram dois partidos; os da primeira corrente o *progressista* ou *naprednjak*, e os da segunda o radical. Todavia, em vez de se degladiarem, conjugaram os esforços para a consecução dum objetivo comum, qual era o da revisão constitucional.

A maioria da nação sérvia, incapaz ainda, por constituida na sua totalidade de camponeses, de acompanhar os seus concidadãos mais ilustrados, manteve-se até 1880 estranha ás lutas destes que

formavam uma opposição brilhante ao estabelecido, mas opposição apenas provida de chefes que nenhuns soldados tinham ao seu dispôr. Continuavam, pois, no poder os constitucionais, presididos pelo antigo regente Ristitch, em quem Milão confiava, por ser esse homem de feição autoritaria e a quem o povo apoiava pela orientação intransigentemente russofila que imprimia á politica externa.

Acontecimentos de gravidade, porém, se iam passando que, embora em parte desastrosos para os sérvios, muita popularidade grangearam a Ristitch. Se as guerras de 1876 e 1877, em que os servios pretenderam apoiar os seus irmãos, que na Bosnia e Herzegovina, num arranco de desespero, se haviam revoltado mais uma vez contra as exações e crueldades do governo turco, apoiado decididamente pela Inglaterra que aplaudia ás mãos ambas as atrocidades turcas, foram infelizes para a Sérvia, algumas compensações, porém, esta obteve como a da aquisição de Nich, assegurada pelo tratado de Berlim, o reconhecimento da absoluta independencia por toda a Europa e a proclamação, em 1879, da autonomia da igreja nacional sérvia.

A harmonia entre Milão e Risticht ia terminar devido a divergencias suscitadas entre os dois, a proposito dum tratado de commercio, que a Sérvia andava negociando com a Austria. Esta, querendo abusar da situação de potencia mais forte, pretendia impôr clausulas bastante gravosas para a outra parte contratante, ameaçando-a, em presença da tenaz resistencia de Risticht, dum bloqueio commercial e economico. Milão, assustado com as consequencias que o facto poderia acarretar, deu a demissão a Risticht, substituindo-o por um dos chefes da opposição, o *progressista* Pirotchanats, partidario, portanto, do fortalecimento do poder central e do empreendimento de grandes obras, cuja execução servisse de justificação a tresloucadas despesas, que

pudesse também satisfazer a insaciável sede de dinheiro do príncipe, que da sua educação em França recebera o influxo dos desperdícios e delapidações do segundo império francês.

Milão e o seu novo ministro entregaram-se então á mais delapidadora gestão dos dinheiros públicos, chegando ao excesso de alienarem em bancos estrangeiros todas as fontes de receita da Sérvia e de quadruplicarem as contribuições. E, como se isto não bastara para trazer os sérvios descontentes, Milão obrigou o ministério a manter entendimentos cordiais com a Austria, que os sérvios odiavam de morte por ocupar militarmente a Bosnia e a Herzegovina, que eles justamente consideravam deverem ser parte integrante da sua patria. O descontentamento trouxe para o partido radical, que abandonara o progressista, logo que este subira ao poder, um grande numero de elementos, que se organizaram fortemente, em janeiro de 1881, tomando para modelo da sua organização o partido socialista alemão e reclamando, além da mais lata autonomia comunal, a mais rigorosa economia na administração.

A 6 de março de 1882 o principado foi elevado á categoria de reino, mas Milão como rei porfiou em continuar na senda de delapidações e de poder pessoal, que trilhara emquanto príncipe. Em 1883 os radicais recorrem á violencia para salvar o país, mas foram reprimidos com toda a crueldade e só mais tarde puderam reconstituir-se, mercê de novos erros de Milão, entre os quais a guerra afrontosa que, em 1885, fez contra os bulgaros e os escandalos da sua vida privada, que tão falados foram por toda a Europa, enchendo colunas das secções dos jornais mais dados á exploração de casos íntimos, cujo palco é muitas vezes o recesso das alcovas matrimoniais.

Milão casára em 1875 com a russa Natalia Kechko, que grangeara a afeição dos sérvios. Doze

anos depois do seu casamento, em 1887, sem que justificasse a razão do seu procedimento, quis o rei divorciar-se, e, vendo-se abandonado da opinião e dos proprios progressistas, que tanto o haviam apoiado, decretou ele mesmo o divorcio, desprezando assim todos os preceitos da igreja da qual devia ser, por dever de cargo, o legitimo defensor. Tão grande foi a reprovação pelo povo sérvio manifestada contra este acto brutal e violento, que o rei Milão, dois dias depois, no intuito de apaziguar os animos, prometeu a reunião proxima duma assembleia constituinte e a convocação immediata duma comissão, composta de representantes de todos os partidos, para elaborar o projecto da nova constituição.

As eleições para a Constituinte levaram á assembleia quinhentos radicais, setenta e nove liberais e um progressista, o que representava maioria esmagadora para os radicais, aqueles precisamente que mais atacavam o rei e a sua administração perdularia. De 21 de dezembro de 1888 a 2 de janeiro de 1889 a assembleia discutiu e votou a constituição, a qual estabelecia uma camara unica, eleita quasi por sufragio universal e sem nenhuma intervenção do rei, e assegurava a liberdade individual e as liberdades de imprensa, de reunião e de associação.

O rei, pouco disposto a cumprir os preceitos constitucionais e aproximando-se cada vez mais da Austria, criou uma situação insustentavel, que o levou, em 6 de março desse mesmo ano de 1889, a abdicar em favor do filho, Alexandre, uma creança de doze anos, a quem foram dados como regentes Risticht, novamente valido de Milão, e os generais Protitch e Belimarkvoitch. A politica interna da Sérvia, dirigida pelos radicais, correria serena no desenvolvimento da obra, que iniciára e proseguia, de equilibrio financeiro e de aproximação com a Russia, se Milão, que renunciára a todos os seus direitos, inclusivamente ao de ser considerado mem-

bro da familia real e até servio, a troco duma grande soma de dinheiro, dada a titulo de indenisação, não instigasse Risticht a dar um golpe de estado, expulsando os radicais do poder e dissolvendo a camara.

O novo ministerio, obedecendo servilmente ás ordens de Risticht, iniciou um periodo de perseguições sangrentas, ás quais ia responder uma insurreiçãõ, quando o rei Alexandre, tendo apenas dezasseis anos de idade, foi ao encontro dos acontecimentos e, num banquete, mandou prender regentes e ministros, decidido firmemente a tomar as redeas do governo, confiando a direcção dos negocios publicos a um ministerio de coligação radical-progresista. Parecia que a paz entraria na vida servia, que dela tanto carecia para poder tratar a sério dos problemas que á sua conservação mais interessavam.

Estava, porém, escrito que Milão seria um causador constante e consciente de alterações e desordens. Não obstante a lei lhe proibir a entrada na Servia, Milão, nos começos do ano de 1894, apresentou-se em Belgrado, e, captando a vontade do filho, foi por este reintegrado em todos os direitos e prerogativas de que desistira anos antes. Não tardou que a acção nefasta de Milão se fizesse sentir; o rei, seu filho, a 21 de maio de 1894 deu um novo golpe de estado, pôs de parte a constituição de 1889 para restaurar a de 1869, e aboliu a liberdade de imprensa e todas as providencias legais, que asseguravam a liberdade individual. Enveredando por este caminho, Alexandre nomeou, em 1897, o pai generalissimo do exercito servio e deu-lhe carta branca para dirigir os negocios do estado conforme melhor entendesse. Não houve então loucura ou violencia que Milão não praticasse; leis despoticas pesaram sobre a imprensa e sobre as associações e o regimen eleitoral foi remodelado,

arrancando o direito de voto a todas as classes ilustradas, jornalistas, funcionarios publicos, medicos, advogados e professores, aquelas que mais reagiram contra as suas loucuras e crimes. Os chefes radicais foram perseguidos, attribuindo-se-lhes uma conspiração que a policia forjára por ordem de Milão, e fazendo-os julgar por juizes absoluta e cegamente submissos á vontade despotica do pai do rei.

Foi necessario que Milão se opusesse ao casamento do filho com Daga Machin, que fôra dama de honor da rainha Natalia, para que Alexandre se libertasse da tutela paterna, e, casando-se, demittisse o ministerio e o substituisse por outro que, não reconhecendo nenhuma autoridade a Milão, abrandasse o rigor das medidas que tanto afrontavam os servios, muitos dos quais haviam procurado no exilio a segurança pessoal, que na patria não podiam ter.

As complicações politicas continuaram, todavia, e as escandalosas questões entre Milão e a rainha Natalia traziam muitas vezes referencias á Servia nos noticiarios da imprensa mais lida de todo o mundo. O rei, por seu lado, era fraco em demasia para poder impôr-se ás circumstancias criticas que a Servia ia atravessando e que a sua simpatia pela Austria mais agravava, por isso que os russofilos engrossavam de dia para dia as suas fileiras. Intrigas palacianas vieram a lume e a rainha Daga foi apontada como uma das causadoras dos males que todos sofriam, por se lhe attribuir influencia decisiva no espirito do rei e marido.

Fôra da Servia, sofrendo as amarguras do exilio, vivia, lutando, por vezes, com graves embarços economicos, um representante de Kara-Jorgevitch, Pedro Kara-Jorgevitch, que, em Paris, blasonava de adepto fervoroso das ideias mais avançadas, não desdenhando mesmo a convivencia e a intimidade com os anarquistas mais exaltados. Para este repre-

sentante do mais antigo defensor da independencia servia começaram de lançar os olhos, os descontentes que na Servia queriam destronar Alexandre e Daga. Teriam chegado a entender-se? Sem duvida, muito embora Pedro negasse e negue inda hoje que tivesse sido ouvido sobre o movimento que o elevou ao trono.

O que é certo é que, uma noite, estando já Alexandre e Daga recolhidos nos seus aposentos particulares, o palacio foi invadido por um bando de conspiradores, entre os quais figuravam muitos officiais do exercito, que assassinaram o rei e a rainha. A Europa mostrou-se indignada contra o crime de Belgrado e viu com maus olhos a ascensão de Pedro ao trono que um duplo assassinato deixára vago, e forçou-o a castigar os principais responsáveis do hediondo feito o que ele, na verdade fez, ainda que morosamente e dando a perceber claramente quanto isso o penalisava.

Pedro, mais habil e experimentado que o seu antecessor, tem procurado conquistar as simpatias de todos os servios, e na politica internacional estabeleceu a aproximação intima com a Russia, resistindo sempre ás veleidades de supremacia que a Austria, agora apoiada pela Alemanha, tem pretendido impôr-lhe, procurando ter ingerencia em todos os negocios internos do movimentado reino vizinho. Os servios ainda não esqueceram a aspiração da Grande-Servia pela anexação da Bosnia e da Herzegovina, a que as potencias, receiosas de mais complicações na tão confusa questão do oriente europeu, e especialmente a Austria, que ocupa militarmente essas duas provincias de gente servia, se teem oposto.

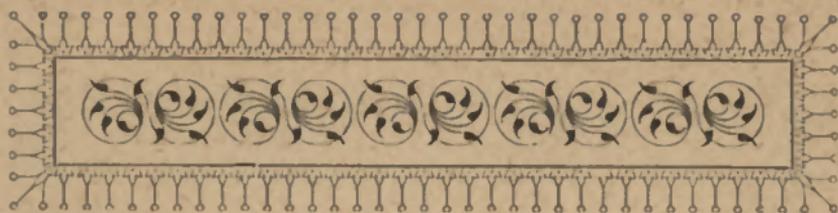
A ocupação austriaca não tem sido, porém, mais simpatica aos bosnios e aos herzegovinos do que fôra o brutal dominio turco; as duas provincias anelam pela independencia e, não podendo con-

quistá-la por uma revolução armada, que a soldadesca austriaca feramente sufocaria, recorrem, sempre que podem, aos atentados pessoais. Os servios, como sempre, favorecem as aspirações dos seus irmãos subjugados pela côrte de Viena, procurando pela propaganda tornar cada vez mais intenso o espirito separatista das duas províncias.

O arquiduque herdeiro da Austria e sua esposa caíram este ano em Sarajevo vitimados por um atentado, que a Austria imediatamente atribuiu aos servios. O gabinete de Viena, com a arrogancia dos que, fortes, se supõem com direito a inflingirem as maiores afrontas aos fracos, imputou ao governo servio a responsabilidade moral do atentado e exigiu-lhe o julgamento dos supostos culpados por fórma tão vexatoria, que representava um ataque às regalias de nação independente que o povo servio tanto presa. Não houve justificações razoaveis nem transigencias quasi excessivas do governo de Belgrado que satisfizessem os austriacos, e o velho imperador, a quem a morte não tardará a fechar o ciclo da vida e do poder, não sentiu paralisarem-se-lhe as mãos tremulas e engelhadas ao assinar a declaração de guerra contra um povo, cujo unico crime era e é amar as suas regalias de nação autonoma. E' que a Alemanha lá estava por detraz do velho e decrepito Francisco José a segurar-lhe e a guiar-lhe a mão que com uma penada desencadeou a temerosa guerra a que estamos assistindo.

A Servia, que a Russia animava, aceitou o repto e denodadamente vai nos campos de batalha repelindo as arremetidas feras do inimigo tradicional e irreductivel da sua expansão. Virá a vitoria coroar os esforços do pequeno mas valente povo e dar-lhe, como compensação de tantos sacrificios, a posse das duas provincias irmãs de que a diplomacia eu-

ropeia até hoje a tem esbulhado? Eis o que todos os que amam a liberdade e respeitam os direitos legítimos dos povos devem desejar, mas o que só as combinações diplomaticas, depois de calado o ultimo canhão, poderão converter em realidade. E, como a experiencia tão irrefragavelmente nos ensina, a diplomacia, no agasalho pomposo dos seus salões, onde se não sente o troar dos canhões nem o estertor dos que caem nos campos da batalha, tem, por vezes, caprichos tão inverosímeis, que mal irá quem sobre tão importante e complicado assunto se aventure a avançar hipoteses, que os factos poderão desmentir.



TURQUIA

I NCONSCIENTEMENTE, como pobre louco que se arremessa a um abismo, do qual não ha salvação possível, o escalavrado imperio turco acaba de entrar no conflito europeu, após hesitações e habilidades estultas com que pretendeu manifestar-se neutral. Se a Turquia estivesse apostada em lançar-se na perda irremediavel, certamente não teria procedido doutra fôrma para apressar o momento fatal, que, de ha um seculo a esta parte, tem vindo preparando. Vejamos, pois, a prolongada agonia duma organização politica, que, estabelecida na Europa pelas armas a que o fanatismo religioso dava poder quasi invencivel, não soube nunca apreender o espirito europeu, aquele precisamente que lhe asseguraria o desenvolvimento e a vida.

Ao reunir-se o congresso de Viena ainda a Turquia era senhora de larga extensão territorial, mas a ninguem já escapavam os prodromos iniludiveis da sua dissolução e ruina. Por toda a parte o descalabro se acentuava; a Argelia e a Tunisia apenas nominalmente dependiam do sultão, o pachalicado de Bagdad, podia dizer-se independente, Mehemet-Ali dirigia o Egito como soberano que não reconhecia autoridade superior á sua, a Bosnia era um foco de

alterações e revoltas, e em Constantinopola, na capital de tão combalido estado, os janisaros impunham a sua vontade despotica e sangrenta, tendo em pouca ou nenhuma conta o poder do *soberano senhor dos crentes*.

As populações cristãs, sempre prontas a revoltarem-se contra o governo turco, mais aumentavam a obra de dissociação do imperio, animadas não só com as dissensões dos muçulmanos, mas tambem com o incitamento da Rússia que, perseverante no plano de extinção do imperio turco, patrocina a causa dos cristãos orthodoxos dos quais, com intuitos politicos de preponderancia, se arvorara defensora. O ano de 1814 vira constituir-se em Atenas, o centro de atração da gente helénica, a sociedade dos *Philomusas*, amigos das musas, que, salvaguardados por um programa exclusivamente literario, iam elaborando o seu objetivo de independencia politica da Grécia, objetivo franca e denodadamente abraçado pela *Etéria amigavel*, *Etairia philiké*, associação secreta, que impunha aos filiados o dever de propugnarem até o sacrificio da vida pela *união armada não só dos gregos, mas de todos os cristãos do imperio turco, para se alcançar a vitoria da cruz sobre o crescente*.

A Rússia era o refugio de todos os que na Turquia se viam perseguidos por quererem levar a cabo o desmembramento do imperio muçulmano; aí se encontravam Ypsilanti, hospodar da Valaquia, e seus dois filhos, Alexandre e Demetrio, que, em 1821, soltaram o grito de independencia da Grécia; o ministro mais estimado do czar era um grego, Capo d'Istria, cegamente dedicado á causa da emancipação helénica e presidente dos philomusas; em Odesa tinha a séde principal a *Etéria* que de dia para dia mais alargava a sua acção. Por tudo isto, a Turquia, ainda que apoiada pela Austria e pela Inglaterra, anciosas por obstarem ao engrandecimento

moral e material dos russos, não poude, no Congresso de Viena, no qual a vontade do czar Alexandre se impunha, obter nenhuma vantagem, nem sequer a afirmação de que a sua existencia e integridade seriam respeitadas. Tão critica era a situação turca perante as ameaças cada vez mais formais do senhor de todas as Russias, que o sultão Mahmud, aconselhado pelos austriacos, houve de aceitar como legitimo o protectorado inglês sobre as ilhas Jonias, para assim ter um auxiliar poderoso contra qualquer ataque do insofrido vizinho, cujas exigencias mais afrontosas mal ousava repelir, apesar do seu temperamento altivo e belicoso.

A revolta de Ali-pachá, senhor de Janina, mais veiu complicar a vida interna do imperio; Mahmud, querendo acabar de vez com vassalo tão irrequieto e incomodo, declarou-o, em abril de 1820, rebelde e fóra da lei, e, após alguns desastres soffridos pelas tropas fieis, confiou o comando das operações contra Ali a Kurchid-pachá, o mais habil dos generais turcos, aureolado com as vitorias que, não muito antes, alcançára contra Kara-Jorge, o valente e destemido caudilho servio. Kurchid, que nada poude fazer vantajoso para a causa turca, viu-se forçado, para assumir o comando que lhe fóra confiado, a abandonar o Peloponeso, em cujo governo, pouco havia, fóra investido. Os revolucionários gregos, habilmente trabalhados pela *Eteria*, aproveitaram o ensejo da saída de Kurchid para activarem a obra que procuravam realizar; a Valáquia, á voz de Teodoro Vladimiresco, revoltava-se em março de 1821, caindo Bucarest em poder dos revoltosos; Ypsilanti, pondo de parte as hesitações, até então manifestadas, deixa a Russia, atravessa o Pruth e procura levantar todos os principados danubianos em seu favor. Inabil e supondo-se abandonado da Russia, incapaz de captar a simpatia dos revoltosos que alienára com alguns actos de escusada cruel-

dade, como o que vltimou Vladimiresco, Ypsilanti, depois do combate de Dragatschan contra o pachã de Viddin, a 19 de junho de 1821, procurou, oito dias depois, na fuga a salvação, alcançando as regiões revoltadas apenas a recrudescencia da tirania turca, que, por um largo periodo de tempo, se manifestou pelas mais infames violencias e pelos mais cruciantes horrores que, em toda a Europa, fizeram surgir justas e clamorosas indignações.

A Grécia aproveitou comtudo o momento para ousadamente levantar o estandarte da insurreição pelo braço forte dos *Cleftas* ou salteadores, e obteve algumas vantagens contra as tropas encarregadas de sufocarem o movimento. A 1 de janeiro de 1822, a assembleia nacional dos gregos, reunida em Epidaurro, annunciava á Europa que a Grecia queria ser independente e proclamava, numa constituição que provisoriamente adoptara, a soberania nacional, a igualdade perante a lei e a liberdade de cultos.

Dias de dolorosissimo sofrimento e das mais duras provações, estavam, porém, ainda reservados á Grécia, até que pudesse obter a tão suspirada independencia.

O fanatismo muçulmano cevou-se brutalmente em todos que poudé haver ás mãos, e suspeitasse de favoraveis á causa dos revolucionarios. A represão era por toda a parte violenta, parecendo que os turcos desejavam afogar-se no sangue inimigo, ebrios de mortandade e expandindo toda a crueldade de que eram capazes. O patriarca de Constantinopola fôra enforcado, revestido de habitos pontificais, oitenta bispos ou arquiemandritas pagaram com a vida o serem cristãos; as igrejas eram roubadas e arrazadas; os cristãos eram mortos aos milhares principalmente nas ilhas de Chipre e de Creta; Kara-Ali devastou Chios e, não contente em haver passado a fio de espada vinte e tres mil dos seus habitantes, vendeu como escravos mais de quarenta

mil; Kurdisch-pachá, subjugado o terrível Ali de Janina, cuja cabeça mandára ao sultão, caiu com todo o peso das suas tropas sobre os gregos, pondo a ferro e fogo a Tessália, a Beócia e a Atica.

A Grécia podia considerar-se irremediavelmente perdida, tanto mais que a diplomacia europeia, sob a pressão da Austria e da Inglaterra, a abandonava e condenava os seus generosos e legítimos esforços, se não fôra o heroísmo quasi sobrehumano dos seus defensores, entre os quais avultavam Mavrocordato, Botzaris, Kolokotronis, Kanaris, Miauli e lord Byron, o grande entusiasta da emancipação helénica á qual consagrou a grande força do seu talento e a propria vida. Só em 1829, depois de haver sofrido os horrores de Ibraim-pachá, filho do quediua do Egipto, que na sua sanha parecia não querer deixar pedra sobre pedra na Grécia, as potencias europeias, levadas de vencida pela opinião publica, que associações filohelénicas haviam conquistado em todos os países, impuseram á Turquia, pelo tratado de Andrinopola, o reconhecimento da autonomia e independencia dos gregos.

Assinado o tratado de Andrinopola para impedir o avanço dos russos, já quasi ás portas de Constantinopola, o sultão Mahmud, escarmentado pelas derrotas turcas, que só a indisciplina poderia justificar, procurou completar a serie de reformas militares que iniciára, tendentes a exterminar os janisaros, elemento dissolvente, que levaria os turcos á ruina, e a organizar, tanto no mar como em terra, forças regulares que pudessem constituir elemento valioso de combate quer offensivo, quer defensivo. Os janisaros, á excepção do seu estado maior, que o sultão captara, revoltaram-se; mas Mahmud, declarando contra eles a guerra santa, mandou-os metralhar e mais de seis mil deles morreram no mesmo dia, 15 de junho de 1826, em que a revolta se declarára. Aos janisaros seguiram-se os *beghtachi*, ou

derviches, bandos de fanaticos que se haviam unido aos revoltosos e foram expulsos de Constantinopola em numero de mais de vinte mil.

Ao passo que procurava introduzir todos os melhoramentos possíveis na força armada turca, Mahmud tentava tambem remodelar todas as instituições, para que a Turquia pudesse entrar nas conquistas da civilisação europeia por ele muito admirada, embora imperfeitamente comprehendida. Afrontando as crenças dos muçulmanos, julgando que poderia trazê-los para a civilisação do ocidente da Europa apenas com os seus decretos e a sua boa vontade, Mahmud viu-se, ao cabo, a braços com mais alterações internas, que o levaram, pelo tratado de Unkiar-Skélessi, assinado com a Russia em 1833, a aceitar a protecção do czar Nicolau. Os vassallos mais poderosos como o quediua do Egipto, revoltaram-se contra a sua autoridade; os *velhos turcos*, aqueles para quem qualquer falta de rigor no cumprimento das perscrições do Alcorão era crime inexpiable, apresentavam o sultão como o modelo completo da impiedade, pois que ousára, afrontando todos os preceitos religiosos, mandar cunhar moeda com a sua effigie e expôr o seu retrato nos quarteis. De todas as suas reformas a que não presidia um plano reflectido e inteligente, Mahmud, sem que pudesse sustar a marcha para a decadência do estado, que uma revolução lhe dera a governar, apenas tirou como resultado o ser odiado pelos turcos, sem que, ao menos, como compensação, obtivesse a boa graça dos cristãos quer dentro, quer fóra das fronteiras do imperio.

Atravessando dificuldades e tormentas, Mahmud, que sonhára imprimir ao imperio turco feição europeia, via contudo esse imperio esboroar-se de dia para dia pela rebelião das mais importantes dependencias, e, a 30 de junho de 1839, seis dias depois da desastrosa batalha de Nesib, em que o seu exer-

cito ficára completamente esmagado pelos egipcios, morria subita e inesperadamente, deixando o trono a seu filho Abdul-Medjid o qual contava apenas dezesais anos de idade.

O novo sultão, apesar da pouca idade, mostrava-se, como o pai, partidario de reformas que levantassem o prestigio turco tão abalado interna e externamente; mas, fraco, sujeito por isso ao jogo de interesses e paixões contrarias, que em torno da sua pessoa se degladiavam, procurou quem o amparasse e pudesse realizar as reformas que trazia em mente. Entrega-se então a Reschid-pachá, homem esclarecido, que da longa residencia que tivera em França e na Inglaterra, trouxera sentimentos reformadores e o desejo de introduzir equidade e regularidade na caótica administração turca.

Foi devido á influencia de Reschid que o sultão promulgou em 3 de novembro de 1839 o *hattixerife* que serviria de lei fundamental do imperio e seria o eixo da *Tanzimat* ou reforma geral. Por esse documento o sultão comprometia-se a assegurar a todos os seus vassallos, sem distincção de crenças, administração justa e benefica, protegendo-lhes a vida e a honra, regularizando o serviço militar, extinguindo os monopolios, fiscalizando as despesas publicas, harmonizando as contribuições com os rendimentos dos contribuintes, introduzindo regularidade em todos os actos judiciaes, assegurando a cada um a posse plena e livre dos seus bens, acabando com os confiscos e procurando melhorar por uma reforma inspirada nas ideias europeias a instrução.

Era, como se vê, uma Turquia nova a que o sultão com Reschid queriam realizar no terreno movediço da monarchia. Por isso contra eles, como, anos antes contra Mahmud, se levantou temerosa a reacção dos ulemas, dos velhos turcos e de todos os funcionarios publicos habituados de longa data

á pratica dos mais escandalosos abusos. Contra tão forte corrente foi impossivel resistir e Reschid teve logo em 1841, quando a sua acção benéfica e progressiva, ainda mal começava a fazer-se sentir, de abandonar o poder, em que o foi substituir Riza-pachá, o chefe dos reaccionarios, a quem o fanatismo muçulmano prestava o mais decidido apoio. Até 1845 se manteve Riza á testa do governo e esses quatro anos foram para a Turquia o predominio de todas as irregularidades administrativas, em que as autoridades e os monopolistas tripudiam, uns sobre as bem parcas regalias de que o povo turco gosava, outros sobre a derrancada economia nacional. Apenas o exercito foi objecto de atenção por parte de Riza, a quem, por sua vez, foi substituir na direcção dos negocios o intelligente Reschid, que conseguiu manter-se no poder até 1852, promovendo alguns melhoramentos nos processos administrativos e politicos da Turquia, melhoramentos esses que, todavia, não puderam travar a marcha vertiginosa da Turquia para o descalabro.

Acompanhando o movimento que a revolução de 1848 imprimira a toda a Europa, a Moldavia e a Valaquia revoltaram-se, sendo bastante graves os acontecimentos que se desenrolaram nesta ultima, onde a mocidade que se organisára em partido politico, queria, a todo o transe, libertar-se da influencia russa, fortemente apoiada pelo principe Jorge Bibesco, entrando para isso em relações sinceras com o governo turco. Esgotados os meios legais, os partidarios do entendimento leal com a Turquia, sua suzerana, promoveram uma revolução destinada a impôr a Bibesco uma constituição que, efectivamente, foi proclamada em Islaz, a 28 de junho de 1848, no *campo da regeneração*.

A Russia, levada pelo horror que o czar nutria pelo espirito revolucionario e ainda porque os revolucionarios vitoriosos lhe eram desafectos, mandou

avançar contra a Valaquia um corpo de tropas, cuja marcha foi sustada pelos protestos do governo otomano e pela intervenção diplomatica da França e da Inglaterra; a Turquia, não desejando romper abertamente com a Rússia, obedeceu ás solicitações desta, não quis reconhecer o governo provisório que os valaquijs haviam organizado e encarregou Solimão-pachá, homem moderado e prudente, de restabelecer a ordem, o que elle, na realidade, conseguiu, satisfazendo muitas das justas aspirações dos liberaes valaquijs.

O governo russo, porém, não podendo conformar-se com o bom entendimento que a attitude de Solimão estabelecera entre turcos e valaquijs, obrigou o sultão a demittir o seu representante, que foi substituído por Constantino Cantacuzeno cuja acção se fez desde logo sentir pela prisão e exilio dos chefes liberaes, todos elles adversarios da Russia. A convenção de Balta-Liman, assinada a 1 de maio de 1849 pela Russia e pela Turquia, veio regularisar a situação dos dois principados danubianos, em harmonia com os interesses russos, ficando os moldo-valaquijs privados de todas as liberdades, até mesmo das que o tratado de Andrinopola lhes havia outorgado. A Russia vibrava, pois, mais um golpe tremendo na Turquia, cerceando-lhe a influencia até nos povos que dela procuravam aproximar-se.

Todavia, Abdul-Medjid e o seu grão-vizir Reschid procuravam fortalecer-se para futuros acontecimentos, e de feito, quando a Bosnia e a Bulgaria se revoltaram e a Russia tentou intervir na sequencia do seu plano de vir a herdar os estados do *homem doente*, nome com que o sultão era designado pelo czar, este teve de recuar perante a attitude energica do governo de Constantinopola não só contra elle, mas contra a Austria que exigia a entrega dos húngaros que, para escaparem á sanha

austriaca, se haviam refugiado em territorio turco. Despeitada, a Russia aguardou ensejo mais propicio para fazer sentir o seu peso á inimiga cuja perda queria levar a cabo, ensejo que a questão dos logares santos lhe veio proporcionar.

Após muitas peripecias, em que a deslealdade diplomatica frequentes vezes se manifestou, o czar *sentindo*, segundo a sua expressão, *nas faces os vergões dos dedos do sultão*, rompeu a guerra, que ficou conhecida na historia pelo nome de guerra da Crimeia. A França e a Inglaterra, a cujos interesses convinha contrariar a expansão da influencia russa, correram em auxilio dos turcos que, assim, puderam levar de vencida os russos e conseguir no tratado de Paris, de 30 de março de 1854, algumas recompensas, entre as quais a *integridade do imperio turco* e a *sua independencia interna*, concessões estas que passaram a ser consideradas dogmas do direito internacional e da diplomacia, muito embora, como todos os dogmas, estejam condenados a desaparecer, logo que isso convenha ás nações, ás quais a vitoria nos campos de batalha venha dar a preponderancia.

Não obstante as vantagens adquiridas e a obra de progresso que Abdul-Medjid e Reschid iam realizando, os *velhos turcos*, tradicionalistas irreductiveis, continuavam a levantar todos os embaraços á introdução dos novos processos na vida politica e administrativa do imperio. Quando, em 1861, Abdul-Medjid morreu, os *velhos turcos* reanimaram-se e cheios de esperanza aguardavam que o novo sultão Abdul-Azis encetasse um governo de franca reacção contra a obra levada a cabo pelo seu antecessor Abdul-Medjid. Deu-lhes, porém, a mais formal desilusão porque se deixou guiar pelos partidarios das reformas ou da *Joven-Turquia*, confiando a direcção dos negocios publicos, primeiro, a Fuad-pachá e, depois, a Ali-pachá, ambos *jovens-turcos*,

que procuravam melhorar as condições financeiras do imperio, cada vez mais agravadas, e efetivar muitas das reformas de carater liberal. Fuad morreu em 1869 e Ali em 1871, e com êles apagaram-se as esperanças que muitos tinham de que a Turquia entrasse rialmente e sem reбуço na civilização europeia, contra a qual o fanatismo muçulmano cada vez se mostrava mais irreductivel. As complicações produzidas na politica internacional europeia pela guerra franco-prussiana permitiram á Russia impôr-se mais uma vez ao inimigo de sempre, conseguindo que a conferencia de Londres, em 13 de maio de 1871, abolisse as clausulas do tratado de 1856, que neutralisaram o Mar Negro, e substituindo a sua influencia pela da França até então preponderante sobre o governo otomano.

Em 1875, a Bosnia e a Herzegovina revoltam-se mais uma vez contra o dominio turco, proclamando a sua união á Sérvia e declarando, para justificação do movimento, num manifesto, publicado em 29 de julho, que: *só quem conhecesse a barbaridade dos turcos, quem tivesse sido testemunha dos sofrimentos e das torturas da população cristã, é que poderia fazer ideia aproximada do que éra o raia, criatura muda, inferior ao animal, uma especie de homem nascido para a escravidão eterna. Não havia na Bosnia e na Herzegovina uma só polegada de terreno que não estivesse ensopada no sangue e lagrimas dos velhos sérvios, bosnios e herzegovinos. Por isso o raia resolvera combater pela liberdade enquanto houvesse um homem dos seus com vida.* Os turcos, dispondo então de fracos recursos militares nas duas provincias revoltadas, foram facilmente batidos pelos insurrectos; mas a Austria, receiosa de que o movimento alastrasse e ganhasse a gente sérvia que tinha sob o seu dominio, resolveu intervir, oferecendo-se ao sultão e aos revoltosos para, por seu intermedio, se estabelecer um en-

tendimento definitivo entre as duas partes combatentes.

Acompanharam a Austria nessa intervenção a Russia e a Alemanha, e, ao cabo, os insurrectos apresentaram as exigencias seguintes, como clausulas para a depisição de armas: plena liberdade religiosa para os cristãos, que seriam admitidos a serem ouvidos nos processos judiciaes, em igualdade de circunstancias com os muçulmanos; organização dum corpo de policia de bosnios e herzegovinos; fixação da natureza e coeficiente dos impostos que não mais poderiam ser aumentados arbitrariamente.

O sultão, aconselhado pela Inglaterra, cujo primeiro ministro era Disraeli, não só aceitou essas condições, mas annunciou que iria proceder a uma reforma geral do imperio. Então, convencidos de que o acto do sultão não passava duma burla audaciosa com que se pretendia mistificá-los, os governos que haviam servido de intermediarios às negociações, apresentaram em 1876 ao governo turco uma nota energica, exigindo *actos claros, indiscutíveis e praticos e especialmente capazes de melhorarem a situação da Bosnia e da Herzegovina. Actos e não palavras*, acrescentava a nota. Os turcos acataram a nota e as potencias comprometeram-se a conseguir o desarmamento dos insurrectos. Estes, porém, ainda mais escarmentados do que as potencias pela felonía turca, exigiam a retirada das tropas do sultão, o direito de conservarem as suas armas e a cessão dum terço das terras de que haviam sido espoliados, devendo as potencias assegurar todas estas concessões. A Austria achou exageradas estas pretensões que a Russia, auxiliada pela Alemanha, apoiava, e o entendimento até então existente entre as três côrtes imperiaes ter-se-hia certamente desfeito, se novas atrocidades praticadas pelos turcos, principalmente na Bulgaria, não levassem as potencias interessadas a en-

viarem ao sultão, a 13 de maio de 1876, o celebre *memorandum de Berlim*, no qual chamavam a si todas as exigencias formuladas pelos bosnios e herzegovinos.

A Italia e a França declararam aceitar os principios gerais do *memorandum* e só faltava a Inglaterra para que uma acção colectiva da Europa se fizesse sentir em nome da humanidade contra a Turquia, evitando-se, sem duvida, conflitos bastante sangrentos, que mais uma vez trariam os povos balcanicos a ferro e fogo. A Inglaterra, porém, declarou perentoriamente que não acompanhava as restantes potencias e o governo turco, vendo bem nesse procedimento um incentivo, julgou-se no direito de não atender nenhuma reclamação. Abdul-Azis, pouco affecto aos exageros dos fanaticos e resolvido porventura a entrar em negociações, foi preso no palacio e deposto, na noite de 29 para 30 de maio, na vespera do dia em que a nota das potencias devia ser entregue oficialmente ao seu governo. Dois dias depois, o sultão era assassinado e subia ao trono da Turquia Murad V, instrumento docil dos muçulmanos intransigentes e dos partidarios da guerra, a cuja frente se encontrava Midhat-pachá, um ambicioso, como ha tantos, mesmo fóra da Turquia, aparentando de liberal, mas, fundamentalmente, cheio de odios e rancores pela civilisação europeia.

A guerra estalou, pois, como era de prevêr, e os povos balcanicos, principalmente os servios e os montenegrinos, viram-se a braços com tão grandes forças inimigas que a Europa, embora diplomaticamente apenas, interveiu em favor dos perseguidos e vexados pelo fanatismo turco, não faltando desta feita a Inglaterra, sacudida no seu torpor egoista pela voz autorisada e justa de Gladstone, o *grande homem*, que, enojado, havia anos abandonara a politica e só agora voltava a ela em defeza da civili-

sação e da humanidade. Os turcos, contudo, esperançados em que a intervenção europeia seria meramente platónica, pouco tempo depois da suspensão das hostilidades, ensobrecidos por a vitória lhes haver sorrido nos campos da batalha, lançaram-se novamente na violencia e na guerra.

Murad fôra deposto e substituído por Abdul-Hamid II e a guerra foi imediatamente iniciada pelos turcos que inflingiram uma tremenda derrota aos servios em Kruchevats. Em presença destes factos, a Russia, depois de infructivamente ter procurado a colaboração de outras potencias, resolveu assumir só a responsabilidade da intervenção contra a Turquia, mobilizando desde logo seis corpos d'exercito. Não obstante estes preparativos e da tentativa de negociações para a neutralidade da Alemanha, no caso da Austria intervir a favor dos turcos, a Russia preferia uma solução pacifica, e, por isso, aceitou as propostas da Inglaterra para uma conferencia que devia realisar-se em Constantinopola em dezembro do ano de 1876, que ia correndo.

De feito, a 23 desse mês e ano a conferencia teve a sua primeira sessão plenaria e, ao inaugurar definitivamente os seus trabalhos, uma salva de artilharia estrondeou festivamente na capital do imperio turco. Então Savfet-pachá, um dos representantes da Turquia, levantou-se e, solenemente, disse: «A salva que estais ouvindo, anuncia a promulgação da constituição que o sultão, meu senhor, outorga ao imperio. Este acto extingue uma forma de governo, que durou seiscentos anos, e inaugura uma era nova de prosperidade para os povos otomanos.» Era o cumulo do cinismo e da audacia de que Midat-pachá era capaz nas suas constantes zombarias da diplomacia europeia, e foi por entre froixos de riso escarninho que os turcos viram encerrar-se a conferencia a 28 de janeiro de 1877.

A constituição era uma burla, a camara dos deputados por ela criada uma irrisão que apenas servia para o governo turco apresentar como um espantalho para responder, em nome da *representação nacional*, a quaisquer reclamações que as potencias lhe apresentassem.

A Russia porê m não se dava por satisfeita e, após várias negociações com a Inglaterra e a Alemanha, determinou sem detença fazer guerra à Turquia. Os turcos bateram as palmas de contentamento, porque esperavam derrotar os russos, confiando em que pelo seu lado mais uma vez teriam a acção combinada da França e da Inglaterra, como sucederana guerra da Crimeia. Tão grandes eram as suas ilusões a respeito da attitude provavel da Europa que um jornal de Constantinopola dizia, a proposito da guerra, que, dentro em pouco, ia estalar, *que a Alemanha parecia estar ao lado da Russia, e a Austria se mantinha em neutralidade benevola. Todavia era certo, acrescentava, que, apenas se disparasse o primeiro tiro, a Austria seria a primeira a implorar a proteção da Turquia e a Alemanha compreenderia que o unico meio de salvar-se seria o declarar-se contra a Russia.*

A 24 de abril de 1877 chegava a Constantinopola a declaração de guerra do czar e, mais uma vez, os turcos pretenderam abusar da Europa solicitando-lhe a intervenção e invocando o tratado de Paris, que lhes assegurava a integridade territorial. Os russos, porê m, atacaram os turcos pela Europa e pela Asia, sendo rapidas e brilhantes as vantagens adquiridas nesta ultima. A 3 de março de 1878 assinava-se o tratado de S. Stefano, que punha termo à guerra e arrancava à Turquia muitos dos territorios sujeitos ao seu dominio. Mais tarde, em junho e julho do mesmo ano, o Congresso de Berlim remodelou muitas das clausulas do tratado de S. Stefano, que haviam desagradado ás potencias,

especialmente á Inglaterra e á Austria. Esta adquiriu na reunião diplomatica de Berlim a occupação militar da Bosnia e da Herzegovina, a que a Russia em boa razão, embora isso fosse contrario aos seus interesses, não se podia opôr, pois que, antes de começar a guerra, lhe reconhecera esse direito, por uma convenção secreta, a troco da neutralidade. Do tratado de Berlim data tambem a aproximação da Austria e da Alemanha e o afastamento desta da Russia que se julgava ludibriada pela diplomacia alemã.

A perda successiva de territorios pela Turquia fez com que as populações muçulmanas expulsas das regiões perdidas se concentrassem nos restos de terra turca da Europa e, muito especialmente, nos da Asia. Os desastres soffridos irritaram os animos e os turcos adoptaram como sistema politico o exterminio completo dos cristãos que ainda estivessem sob o seu dominio e que julgassem inassimilaveis aos seus processos e crenças. A esta orientação, rude e francamente aceite pelos *jovens turcos*, que a defenderam no seu orgão *Itihad*, ou a União, convertido a um nacionalismo intransigente, se deveram, entre outras, as mortandades da Armenia, em 1894 e 1895, que tanto agravaram a opinião europeia, despertando uma extraordinaria corrente de simpatia pelas victimas da incorrigivel brutalidade turca.

Contra tão brutal intransigencia brotou na propria Turquia um movimento hostile, que, por vezes, conseguiu sustar o sanguinarismo insaciavel dos exaltados. A Albania foi o centro dessa reacção que, proclamando como conquista a realisar a autonomia albanesa, conseguiu fundar uma liga constituída por muçulmanos e cristãos, liga que data de 1878 e a cuja acção se deve em grande parte o actual reino da Albania, vitima, apesar de tudo, das dissensões dos seus membros, fomentadas principal-

mente pelos turcos que constantemente provocam lutas entre cristãos e muçulmanos e procuram suscitar a animosidade dos albaneses contra os vizinhos de familia slava. Tambem na Asia os curdos se manifestaram a favor dos armenios de quem se dizem afins pela lingua, procurando á sombra d'isso afirmar a sua autonomia. Contra estes o governo empregou meios de suborno, que fariam honra a muitos politicos da Europa civilisada: os turcos permitiram-lhes o saquearem os armenios que diziam querer defender, e organisaram-nos militarmente fazendo concessões especiais aos seus regimentos que, em honra do sultão, passaram a ter o nome honorifico de *hamidiés*.

Ao passo que estes factos se davam, o parlamentarismo turco caía no mais completo descredito; os partidarios da Joven Turquia scindiam-se em dois grupos irreconciliaveis, um partidario de reformas sem quasi nenhum apoio nas massas populares, outro, nacionalista ferrenho, defendendo o panislamismo e o califado e adoptando como divisa *a Turquia para os turcos*, com raizes profundas no povo, ainda que os seus representantes mais ilustrados não desdenhassem, nem inda hoje desdenhem, da civilisação oriental, cuja evolução literaria e scientifica procuram conhecer e assimilar.

Nada, porêm, podia sustar o trabalho de desorganisação que carcomia o gasto travejamento do caduco imperio turco. A Bulgaria, depois de, sob a politica de Stambulof, haver mantido com a Turquia as melhores relações, deixa-se conquistar pela influencia russa; Creta revolta-se a cada momento para afirmar a sua autonomia e arrasta a Grecia a uma guerra com a Turquia, em 1898, guerra essa em que os turcos, dotados já duma organisação militar muito regular, bateram facil e rapidamente os gregos que, supondo-se perdidos e sujeitos a gra-

ves vexames e dolorosas pressões do inimigo, apellaram para a intervenção das potencias, ao verem grande parte do seu pais em poder do inimigo. A Turquia, porêm, apesar das vantagens obtidas no campo da batalha e do desejo de as fazer valer para reconquistar a perdida influencia, teve de ceder ás imposições das potencias, reconhecendo, finalmente, a Creta a ambicionada autonomia.

Longo e sangrento tem sido o periodo da agonia turca; lutas quasi ininterruptas tem êle causado nos ultimos tempos, andando ainda ha dois anos o territorio balcanico quasi todo envolvido em guerra de que a Turquia não conseguiu levar a melhor contra os seus incansaveis inimigos, que só se sentirão satisfeitos quando conseguirem expulsar de Constantinopola o desconjuntado trôno em que se senta o sultão aos baldões dos caprichos da diplomacia europeia.

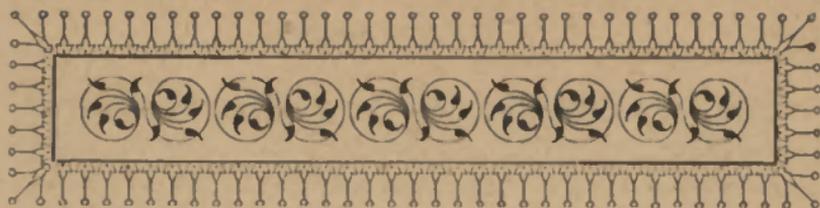
Ao cabo de muitas hesitações mais ficticias e arditosas do que reais, a Turquia entrou francamente na guerra actual, collocando-se ao lado da Alemanha e da Austria, ás quais, desde o começo da guerra, favorecia aparentando neutralidade que só aos positadamente ingenuos poderia iludir. Que razões aconselharam similhante attitude á Turquia? Muitas são elas, se bem que, ao cabo da guerra, pela vitoria dos aliados, muito provavelmente os turcos sejam forçados a abandonarem para todo o sempre o seu dominio politico na Europa. Entre as razões determinantes da intervenção turca, não são, sem duvida, de menos peso a má vontade contra a Russia e os povos balcanicos subordinados á influencia slava, a qual só pôde firmar-se em detrimento da Turquia, a preponderancia que nos ultimos tempos a Alemanha adquiriu em todo o imperio turco, fornecendo-lhe dinheiro e officiais que adestraram as tropas do sultão no manejo das armas germanicas e na adopção da tão afamada estrategia teutonica,

e, finalmente, o fanatismo religioso e o espirito nacionalista afervorado pelos *jovens-turcos* sequiosos sempre de sangue cristão.

Em 29 de maio de 1453 entrou Mahomet II triunfalmente em Constantinopola, á frente dos seus turcos; é licito perguntar-se agora quando atravessará para sempre o apertado estreito que separa a Europa da Asia, o estandarte do Islam, que na sua longa permanencia no oriente europeu serviu de guia a tantos barbaros sanguinarios, que só na carnificina e no roubo podiam satisfazer-se? Os acontecimentos o dirão, se bem que se nos afigure que as negociações diplomaticas, que hão de seguir-se ao termo da guerra, ainda conseguirão protelar a existencia do dissolvente e dissoluto dominio turco na Europa, causa permanente de lutas e conflagrações entre povos cuja prosperidade só a paz duradoura poderá assegurar.

Com a Turquia terminámos o bosquejo da vida historica dos ultimos cem anos dos povos europeus, que nos campos da batalha se degladiam com requintes de ferocidade que parecem querer desmentir as conquistas do homem no campo do humanitarismo. Concluiremos, todavia, o nosso despretencioso o desluzido trabalho com a narração sucinta dos mesmos cem anos na vida das nações que, não estando ainda envolvidas na luta armada, embora sofram bem-duramente as consequencias funestas que dela derivam, amanhã, porventura, se verão forçadas a quebrar a neutralidade que procuram manter. A Portugal cabe o primeiro logar nessa resenha, porque é a nossa Patria cuja honra e cuja integridade nos devem ser mais caras que a propria vida, porque, mercê da marcha dos acontecimentos, enviará amanhã, talvez, o esforço da sua mocidade para os campos da Europa, como já o tem mandado para os nossos territorios africanos, onde a cubiça teutonica parece ter querido ferrar pé.

Quaisquer que sejam os incidentes que a luta nos depare, por mais duras provações que tenhamos de sofrer, o que é necessario é que todos quantos em alguma cousa estimem a terra que os viu nascer e adorem a lingua que aprenderam a balbuciar por entre os beijos sem par de mães carinhosas, se unam como um só homem na afirmação da dignidade da Patria. Até o momento de termos resolvido coparticipar na guerra era justo que todos apresentassem os seus argumentos, pró ou contra a nossa intervenção; uns e outros, sem duvida, se sentiam animados do mesmo sentimento de amor pela Patria. Declarada a beligerancia, já não póde haver discussões, que seriam criminosas. Todos, mas todos, entenda-se bem, devem formar um bloco e levantar tão alto o estandarte verde e vermelho que se, por desgraça, caísse, a queda fosse de tão alto, que eterna gloria dele irradiasse!



PORTUGAL

A politica dubia do governo do regente D. João, mais tarde D. João VI, em presença dos acontecimentos que a Revolução desencadeava em França e por toda a Europa, levou Portugal a sofrer não poucos vexames, em que o seu nome andou exposto á irrisão e ao escarneo de todo o mundo, a vêr-se por três vezes invadido pelas tropas napoleonicas, a servir de magnifico ponto de apoio ás forças inglêsas, que combatiam a França com encarniçamento inexcedivel, e a envolver-se nas guerras em que o resto da Europa andava empenhada, sem que dos muitos sacrificios que fez, entre os quais não foi o menor o arrazamento das suas industrias e do seu commercio promovido em grande parte pelos aliados de Além-Mancha, obtivesse qualquer compensação, pois nem sequer conseguiu alcançar a reentrega de Olivença e do termo desta formosa terra que, contra a letra expressa de todos os tratados e combinações diplomaticas, ficou para sempre em poder da vizinha Espanha. Tal foi a miseravel situação preparada a Portugal por um governo medroso, fraco e inepto, que, incapaz de arcar com as difficuldades de tão terrivel momento historico, como foi o do estremeção revolucionario partido de

França, procurou, em vez de situações claras e definidas que aos aliados infundissem confiança e aos adversarios respeito, atitudes vagas, duplicês e que só nos acarretaram desprezo e desprestígio.

No Congresso de Viena, Portugal só conseguiu vêr os seus representantes a muitas instancias da Inglaterra; mas o nosso papel nessa reunião de importancia capital para os destinos dos povos europeus, não obstante a boa vontade e o patriotismo dos nossos enviados, foi absolutamente secundario, para não dizermos apagado, pois que aos olhos da Europa passavamos apenas como auxiliares submisos dos inglêses. De feito, estes, tendo encontrado a nação abandonada dos seus mais altos dirígentes, a quem um fraco e imbecil conselho de regencia substituia, chamaram a si a direcção efectiva de todos os negocios publicos e procuraram refazer o desmantelado exercito portugûes que, pelo valor pessoal indomavel e inexcedivel dos seus bisonhos soldados, muitos deles arrancados á ultima hora aos trabalhos extenuantes dos campos, havia mostrado nas ultimas campanhas de quanto era capaz, cobrindo-se de gloria imorredoira no Bussaco, nas linhas de Torres, em Talavera, Baiona e Tolosa.

O chefe inglêz, verdadeiro rei de Portugal, omnipotente, inflexivel e rigido, foi Beresford. Disciplinador por excelencia, mas rispido como o mais rispido, Beresford, patenteando o maximo desdem pelos portugûeses, entendeu governá-los a chicote como quem, em vez de homens, tivesse de dirigir um rebanho de gado despresivel. Os officiais portugûeses, por mais distintos, eram acintosamente preteridos pelos inglêses nos postos mais elevados e de mór confiança; os soldos, que para os inglêses eram fartos e pagos em dia, andavam mesquinhos e atrasados para os portugûeses, muitos dos quais haviam contribuido com o seu generoso sangue para

assegurarem á Inglaterra o predomínio mundial, que Napoleão esteve prestes a arrebatá-lhe.

O excessivo da dôr e da vergonha fez despertar energias que muitos, e mais que ninguem o brutal Beresford, julgavam não adormecidas, mas para sempre extintas. O descontentamento, de começo vago e surdo, começou de acentuar-se e tomar consistencia, firmando-se no espirito dos portuguezes a ideia de que, expulsos os francêses que aqui haviam vindo como invasores, forçoso era expulsar o dominio dos inglêses que para cá tinham passado como amigos e libertadores.

Para Gomes Freire de Andrade, militar valente e denodado, que na legião portuguesa, forçadamente integrada nos exercitos napoleonicos, honrara sobremaneira o heroismo portuguez, carater diamantino e impoluto que se erguia impavido e imaculado no meio de tanta desvergonha e ignominia, começaram de olhar os que sentiam a necessidade de pôr termo a tanta vilania e ignavia. Os mastins de Beresford, porém, vendo na figura austera de Gomes Freire a nuvem que despediria o raio vingador duma nacionalidade contra o intruso amo e senhor, assaltaram o nobre patriota com a sua dentuça maldita e entregaram-no á infamia dum carrasco, sem que, ao menos, se provasse que ele andasse envolvido em qualquer conspiração. Foi a 18 de outubro de 1817 que o odio de Beresford se despejou contra Gomes Freire e mais doze de seus presumidos cúmplices, que na força pagaram, apesar de militares, o crime de serem julgados capazes de redimirem uma patria que todos porfiavam em aviltar. A fogueira consumiu os cadaveres, cujas cinzas foram arremessadas ao mar com medo de que, ao contacto com a terra patria, elas pudessem reanimar-se e estampar na face rubra do sanguinario bretão o estigma indelevel da infamia.

O sentimento de revolta ganhava comtudo, de

dia para dia, maior numero de animos; Beresford, o tetrico senhor mandão que a Inglaterra pusera à testa de Portugal, sentia o terreno fugir-lhe e a terra escapar-se-lhe debaixo dos pés, em abalos de quem o queria engulir ou expulsar. Vendo em sonhos a figura serenamente altiva e vingadora de Gomes Freire e seus infelizes conpanheiros, não achando bastante o poder de que usava e abusava, Beresford, como todos os criminosos que se arreceiam da justiça dos homens, vai ao Rio de Janeiro, onde então residia o rei de Portugal com toda a sua corte, buscar mais força, arrancar mais discricionarios poderes, como se tudo isso pudesse fazer calar a voz da consciencia que lhe bradava, pelas horas mortas da noite *assassino! assassino!* ou pudesse esmagar a vontade dum povo que a todo custo queria viver e desafrontar-se.

Ao chegar ao Tejo, de regresso da sua viagem ao Brazil, Beresford já não pode sequer desembarcar nesta boa e desgraçada terra, que ele tanto e tão conscientemente ofendera em seus brios e regalias. É que, a 24 de agosto de 1820, o Porto, á voz de Fernandes Tomaz, de Borges Carneiro e de tantos outros, soltara o grito de libertação, que ecoou bemdito e sacrosanto por toda a terra portuguesa.

Não mais escravos nem protegidos gritava o Porto, e os ecos respondiam reforçados por todos os montes e vales, e a nação, após um letargo, que muitos supunham a morte, proclamava o seu direito de viver independente e de se guiar por si, conscia dos seus direitos e deveres, capaz de arcar com as responsabilidades da sua função social.

Rapido e fugaz foi, porém, este despertar, tão profundamente o mal nos havia atacado. Não tardou que a inexperiencia dos homens de 1820 e a incompreensão da Constituição de 1822, que do movimento resultara, permitissem que um ambicioso, acerrimo defensor da Santa Aliança, então prepon-

derante na politica official europeia, vibrasse contra o incipiente regimen liberal portuguez o golpe traiçoeiro da Vila-Francada, que restaurou o absolutismo logo em 1823, golpe que pretendeu repetir para melhor se assegurar da vitoria, com a *abrilada* de intenções e execução tão malevolas que a propria Santa-Alliança se viu forçada a condená-la.

Mais tarde, outorgada a Carta Constitucional, a 29 de abril de 1826 e jurada, por imposição de Saldanha, no Porto, a 31 de julho do mesmo ano, o ambicioso sem escrupulos de Vila-Franca, o criminoso que não trepidara pela *abrilada* em ir, porventura, ao extremo dum regicídio que, *oficialmente*, representaria tambem um parricidio, volta do forçado exilio que passara em Viena, acarinhado por Metternich, a alma danada ao serviço do direito divino dos reis contra o direito dos povos, e conseguiu, por processos legitimos e legais, assumir, como regente, em nome da sobrinha Maria da Gloria, as redeas do governo.

Conquistado o poder, que, por direito de hereditariedade a outro pertencia, D. Miguel desafivela de vez a mascara que temporariamente se vira forçado a pôr, e, revogada a Carta, faz-se proclamar á moda antiga, pelos tres estados, rei absoluto de Portugal. Desde então a mais infame tirania corre por todo o pais; as perseguições mais atrozes contra todos os que suspeitos fossem de liberaes, eram a occupação mais querida do rei, dos seus validos e da turba-multa desesperada dos partidarios do antigo regimen. A forza e o cacete trabalhavam sem descanso, obrigando a fugir de Portugal os que, mais felizes, conseguiam, através de mil sobresaltos e perigos, escapar-lhes á furia. E a Europa, esmagada pela vontade omnipotente da Santa-Alliança, batia palmas de contentamento ao vêr como, no seu extremo occidental, os *cães danados* do liberalismo tambem eram acossados como feras.

Portugal sossobraria, se não houvesse um termo a estado tão violento em que o delírio da perseguição ia ganhando forças na própria furia. Os emigrados sonhavam nas suas longas e desagasalhadas noites d'exílio com a pátria distante e anelavam por libertá-la; mas, a não ser noutros tão infelizes e desgraçados como eles, que também procuravam levantar-se contra o absolutismo por toda a parte dominador, nenhum amparo encontravam, nenhum incentivo recebiam. A revolução de 1830, que da França expulsou os Bourbons restaurados e com eles o absolutismo e o espirito nefasto dos políticos da Santa-Aliança, mudou, como tivemos ocasião de vêr, a fisionomia politica da Europa. Por toda a parte o liberalismo ganhou alento e provocou movimentos que, se nem todos vingaram, vibraram, todavia, a machadada mortal na famigerada e ultramontana Santa-Aliança que nunca mais conseguiu impôr-se.

Portugal pôde então estabelecer definitivamente o regimen constitucional, ainda que a troco duma guerra civil sangrenta, em que as mais ruins paixões andaram á solta, perpetrando-se atrocidades que macularam grandemente a terra portugêsa, porque o absolutismo nas vascas da agonia, tomado de epilepsia, redobrou a barbaridade dos processos de que sempre se servira. Os liberais, passados os horrorosos meses do cerco do Porto, conquistada Lisboa pelo punhado de valentes que, sob o commando do duque da Terceira, nela entraram a 24 de julho de 1833, encontraram-se senhores do governo do país, e os mais exaltados e intolerantes não quizeram privar-se do triste e vil prazer de exercerem vinganças, atrozes umas, mesquinhas outras, contra os senhores de hontem e vencidos de agora. Muitas e muitas vilanias se praticaram, não poucos odios pessoases se saciaram acobertando-se com a capa de paixão politica e dedicação partidaria.

Grandes eram as divergencias que já no tempo da emigração e da luta separavam os liberais; a necessidade, porém, da defesa contra um inimigo comum e que não perdoava, as fizera calar ou, pelo menos, atenuara-lhes o efeito dissolvente. Derrotado o inimigo, estalaram elas com mais intensidade e os homens que, dias antes, tinham nas mesmas fileiras, hombro a hombro, afrontado a morte, degladiavam-se como inimigos acerrimos e irreconciliaveis. Os ambiciosos sem escrúpulos assaltavam todos os lugares, uns os mais rendosos, outros os de maior representação, repelindo os honestos, esmagando os modestos, que se envergonhavam de lutar contra tão insofridos assaltantes do governo. Mousinho da Silveira, o maior, o mais honrado e o mais intelligente de todos eles, o liberal que com as suas medidas no tempo das privações proporcionara elementos preciosissimos para a formação dum Portugal novo, foi posto de parte e apontado como um maniaco, um doido cuja ação se não poderia aproveitar. E os habilidosos, impando com o auxilio que os adversarios da vespera lhes vinham trazer para á sua sombra tambem se saciarem, formavam como que *camorras*, para, em seu exclusivo proveito, explorarem o país, não hesitando mesmo em recorrerem aos serviços mercenarios de assassinos arvorados em autoridades e influentes politicos, que os livravam dos adversarios mais incomodos por menos acomodatícios. Foram tempos de vergonhas os primeiros do constitucionalismo triunfante; contra tanto desvario e contra a obra do despotismo que claramente vinha a acentuar-se na orientação do novo regimen, mais ainda do que contra a delapidação dos dinheiros publicos, começou de levantar-se alterosa corrente que, pela revolução de setembro de 1836, consegue expulsar do poder aqueles que tanto o desonravam.

Os setembristas, cuja alma era a figura emi-



nentemente patriótica de Passos Manuel, postergam a carta constitucional em que a soberania da nação era quasi um mito, e dão ao país a Constituição de 1838 moldada na de 1822. Os partidarios do cartismo não sossegavam, antes procuravam por todos os meios criar embaraços á marcha regular dos negocios publicos, e só se deram por satisfeitos quando, por uma ardilosa manobra, levada a efeito por um ministro seu cúmplice, Costa Cabral, conseguiram em 1842 abolir a Constituição e restaurar a Carta, mercê dum movimento militar preparado nas antecamaras do paço. As lutas politicas atingiram nesta conjuntura uma intensidade até então nunca vista, e Costa Cabral, senhor do poder por uma traição que nunca o ilibará, embora alguns serviços houvesse prestado, da macula de renegado, toma a peito impôr o poder pessoal da rainha que ele tanto guerreara em nome do povo. Tão grande e tão vincadamente pessoal era a acção de Costa Cabral na luta contra os seus amigos da vespera, cujas simpatias o haviam levado ás cadeiras do poder, que todo este periodo agitadissimo da politica portugueza, toda esta epoca em que as perseguições se renovaram constituindo norma de governo, ficou conhecido pelo nome, ainda hoje odioso ás massas populares, de cabralismo.

Quando este se supunha absolutamente triunfante, quando, sem duvida, se considerava a nação impossibilitada de qualquer ato de força, os pronunciamentos, prodromos de factos mais graves, começaram de surgir aqui e ali, primeiros avisos do violento incendio que já estava lavrando a ocultas. Em 1846 a revolução estala no Minho e, como incendio devorador que uma forte coluna de vento ativasse, alastra-se por todo o país. A Patuleia e a Maria da Fonte levam de vencida o valido regio, o renegado setembrista, que na fuga teve de procurar a salvação da vida. O trono oscilou bastante

e a rainha ter-se-ia visto forçada a fugir da ira popular e a abandonar a corôa que o sangue generoso de muitos liberais lhe colocara na cabeça, se a intervenção solicitada á Inglaterra e á Espanha, que deu em resultado a entrada da força armada espanhola em terras portuguezas, não viera afogar os gritos de revolta, que dum extremo a outro do país se faziam ouvir em nome da liberdade ultrajada e das regalias populares despresadas. Apesar de tudo, a liberdade alguma coisa ganhou e, depois da Convenção de Gramido, que pôs termo ás lutas civis, a Carta constitucional foi modificada pela promulgação do Acto adicional de 1852, que passou tambem a ser lei basica da nação.

Serenados um pouco os animos, suavizadas as mais truculentas paixões e postos de parte alguns odios pessoais, entrou-se na *regeneração*, cujo programma inscrevia como objetivo capital a realisação immediata de melhoramentos materiais de que o país se encontrava completamente desprovido. Inicia-se então o periodo febril das obras publicas, que teve como consequencia indispensavel o regimen dos emprestimos, muitos deles negociados em condições tão onerosas que comprometeram a vida financeira do estado, arrastando este, com o andar dos tempos, á mais precaria das situações. O país enche-se de estradas, a viação acelerada estabelece-se, as industrias procuram desenvolver-se; mas gastou-se em tudo perdulariamente, de maneira que se obteve o minimo resultado com o maximo dispendio.

As lutas civis terminaram, por assim dizer, pois que apenas, em 1870, no reinado de D. Luis, o marechal Saldanha com alguns regimentos da capital fez, em maio, uma demonstração militar contra o paço, que outras consequencias não teve mais que a queda do ministerio que foi substituido por um do já velho e sempre irrequieto mas valente soldado

das campanhas liberais. Por toda a Europa começaram por essa época a despertar interesse as questões coloniais, e Portugal, possuidor dum dos maiores dominios ultramarinos, não podia nem devia pôr de parte tão momentoso assunto, tanto mais que olhos avidos fitavam com ansia muitos dos terrenos que constituíam patrimonio português.

De feito, se a nossa acção diplomatica nem sempre foi feliz, o esforço de alguns particulares, os *sertanejos*, que na Africa iam espalhando o nome português, e algumas viagens patrocinadas pelo estado mostraram quanto desejavamos assegurar o que o esforço dos nossos maiores nos legara. Os nomes de Anchieta, Paiva de Andrade, Capelo e Ivens, Serpa Pinto e, mais tarde, Mousinho de Albuquerque ficaram indissolúvelmente ligados á nossa acção em Africa determinada pelo intuito de a livrarmos das garras rapaces dos que tanto a ambicionavam. Todavia, como o fraco ha de sempre ser vitimado pelo mais forte, em 1881, a Inglaterra tentou aposar-se de Lourenço Marques, sendo necessario um movimento unanime da opinião para que ella desistisse da empresa para a qual contava já com a aquiescencia do governo português.

Em 1885 a conferencia de Berlim, para servir os interesses duma companhia, talha, á custa dos territorios que cabiam na nossa esfera de influencia, o Estado livre do Congo de que devia sair, anos andados, o Congo belga; em 1890, um *ultimatum* brutal da Inglaterra, conhecido em Lisboa a 11 de janeiro, arrebatou-nos, apesar de toda a justa indignação que dum extremo a outro de Portugal se levantou, um grande e bom quinhão da nossa antiga provincia de Moçambique; mais tarde, Cecil Rhodes, o audacioso filibusteiro, mancomunado com o governo inglês, combate por toda a Africa meridional a influencia portugueza, que a tradição secular aí havia estabelecido; a Alemanha arrebatou-

nos Keonga e procura alargar os seus dominios na Africa occidental á custa dos territorios do sul da nossa vasta provincia de Angola, invadindo terrenos que todos sabiam ser nossos e levantando contra a nossa suzerania alguns povos indigenas, quasi sempre dispostos á rebelião. E, como se isto não bastara, ainda nos ultimos tempos a imprensa de quasi toda a Europa, especialmente a inglesa, manteve contra Portugal a mais violenta das campanhas, acusando-nos de negreiros com o intuito apenas de sermos esbulhados de S. Tomé, a riquissima e modelar colonia portuguesa, que póde atestar ao mundo quanto vale a nossa iniciativa ainda quando, como em S. Tomé, completamente desajudada do incentivo official.

Tão appetitoso é o nosso poderio colonial que muito tempo não vai decorrido que entendimentos se estabeleceram entre a Inglaterra e a Alemanha para se levar a cabo o esbulho de todas as colonias portugesas da Africa, em obediencia a determinadas esferas da influencia que essas nações aí pretendiam estabelecer, zombando dos direitos historicos e do trabalho civilizador de seculos, que um pequeno povo como o nosso apresentava com justo desvanecimento.

Felizmente nem sempre os poderosos acicitados pela mais insaciavel cubiça conseguem harmonisar-se, e Portugal, fraco, tendo apenas por escudo os seus direitos historicos, escudo bem fraco, como os factos todos os dias nos provam, pode conservar intacto o seu dominio d'além-mar, no qual tantos e tão grandes serviços tem prestado á humanidade e á civilisação, desbravando terrenos inóspitos, abrindo estradas pelas regiões mais agrestes e remotas.

Se a vida das nossas colonias tem sempre caminhado por entre sobresaltos e receios, a vida politica da metropole tambem, passado um curto in-

tervalo de quietação, não tem corrido serena nem inspirada pelos sentimentos do mais acrisolado patriotismo. Iniciado, como dissemos, o regimen dos grandes melhoramentos materiais e dos grandes e onerosos empréstimos, o suborno e a intriga politica, não raro exercida por homens sem escrupulos, arvoraram-se em processos governativos. Os caracteres abastardaram-se e, quando as primeiras manifestações do republicanismo despido já da roupagem romantica e simplesmente doutrinaria e ideologica começaram de afirmar-se, os partidarios da monarchia, os unicos que até então haviam disposto a seu talante da vida politica nacional, de que o povo andava absolutamente divorciado, prevendo que o terreno lhes fugiria, enveredaram pelo peor dos caminhos e procuraram, incapazes de virem até o povo despertá-lo e chamá-lo para as grandes lutas da regeneração patria, fortalecer o poder rial, fazendo do rei a única força nacional perante cujos interesses todos se deviam calar e submeter. Com desdem se dizia que em Portugal o povo nada era, a opinião publica nada valia, e que só o rei tinha poder e força, podendo, por isso, quando muito, na opinião dos que entendiam no campo monarchico que os negocios publicos iam mal e nos arrastavam a perda certa, fazer-se uma revolução que, ao inverso de todas as verdadeiramente emancipadoras, viesse de cima para baixo. A este modo de vêr se deveu entre nós a teoria politica do engrandecimento do poder pessoal do rei, defendida por alguns homens que, como Oliveira Martins e Lobo d'Avila, gozavam grande prestigio pelas suas incontestaveis e brilhantes qualidades intellectuais. A tão desorientada maneira de vêr cujas consequencias deveriam ser a perda da monarchia para salvamento da nacionalidade, acresceu ainda como elemento dissolvente a expansão do ultramontismo religioso, favorecido pelas classes altas da sociedade portu-

guêsa, pela mór parte do alto clero português, cegamente subordinado ao Vaticano que se deixara empolgar pelos elementos mais retrogradados do catolicismo, e por pessoas altamente colocadas na corte, que exerciam poderosa e decisiva influencia sobre os homens publicos, os quais, divorciados da opinião publica cuja fraquesa eles porfiavam em asseverar, se acercavam do paço dispensador de todas as honras, de todas as benesses e estímulo de toda a corrupção.

No entanto, o fogo de revolta, que começava a lavrar nas camadas mais profundas da sociedade portugueza, naquelas, precisamente, em que, por causas muito complexas, o sentimento nacional permanecera incorruptível, ia ganhando de dia para dia mór incremento, e não tardou que as suas primeiras e iniludíveis faúlhas irrompessem á vista de todos. O *ultimatum* violento da Inglaterra em 1890, a que o tratado de agosto do mesmo ano apresentado pelo ministerio Hintze Ribeiro viera dar solução bem pouco harmonica com os interesses nacionais, mas, porventura, imposta pelo governo inglês do tempo e pelas conveniencias dinasticas da casa de Bragança que mais uma vez procurava sustentar-se com o apoio do estrangeiro, suscitou, como dissemos, em todo o país as mais energicas indignações que afastaram do campo monarchico muitos dos homens que até então nele haviam militado.

O divorcio dos monarchicos e da nação que, desde 1881, por motivo da celebre questão de Lourenço Marques, vinha acentuando-se, manifesta-se agora ruidosamente pela primeira tentativa de caracter francamente revolucionario para a proclamação da Republica. Na madrugada de 30 para 31 de janeiro de 1891, a ano e dias andados do *ultimatum* inglês, a maioria da guarnição militar da cidade do Porto, auxiliada por elementos civis a cuja frente se encontrava o dr. Alves da Veiga, pro-

clamou a monarquia extinta em Portugal e o estabelecimento da Republica. Muitos filhos do povo regaram com o seu sangue generoso e bom o pavimento das ruas do Porto, outros tiveram de pagar no degredo, na prisão ou no exilio, o crime de quererem levantar uma Patria, por isso que o movimento, por desordenado e pela cobardia treda de muitos, fôra abafado dentro de poucas horas.

Desde então, porêm, o republicanismo alastrou-se por fôrma que nada se lhe podia opôr ao desenvolvimento. Ao desanimo dos primeiros momentos, produzido pelo mau exito do movimento do Porto, seguiu-se um periodo de activa e intensa propaganda legal, a que a monarquia com os seus erros e desvarios vinha dar toda a legitimidade. Por outro lado, a propaganda legal, a que se associaram muitas das mais altas intellectualidades e dos mais integros caracteres, era acompanhada e completada por organizações revolucionarias promovidas por associações secretas, que traziam a vida politica em instabilidade constante e sobresaltos permanentes. As condições economicas e financeiras agravavam-se cada vez mais e o convenio de 1901 foi a confirmação da falencia.

Os republicanos, cuja preponderancia na Maçonaria era já nesta epoca indiscutivel, puseram de parte, neste momento, com o mais acendrado patriotismo, as suas aspirações politicas e prestaram ao país relevante serviço, embora toda a sua obra altamente patriótica passasse despercebida da grande massa, mas não das regiões officiais.

Perdidos, tendo obliterada a noção do que deviam á Patria, pois que Hintze Ribeiro em pleno parlamento declarara que *estava ali para proteger os seus amigos e o seu partido*, os monarchicos lançaram-se no caminho das mais acintosas perseguições pessoais e do mais completo desprezo pelos mais rudimentares principios de honestidade politica e

de regalias populares. O ministerio João Franco chegou ao estado morbido do delirio do personalismo no poder e da defesa do rei. Aos atentados contra os direitos dos cidadãos expressamente estabelecidos na Carta Constitucional, mas a toda a hora amarfanhados pelo poder central que, para alijar responsabilidades, punha francamente a descoberto a pessoa do rei, respondeu a indignação popular, primeiro com a revolução de 28 de janeiro de 1908, facilmente esmagada pela precipitação com que se manifestara, tres dias depois com o regicídio de que foram vítimas o rei e o principe herdeiro, no regresso de Vila Viçosa.

O pavor apoderou-se, nesse momento, de todas as camadas dirigentes da politica monarchica e a queda do ministerio João Franco e a revogação das medidas mais atentatorias das liberdades publicas, por ele decretadas, foram as consequencias imediatas desse acto violento de que os republicanos não puderam, não quizeram ou não souberam aproveitar-se. Nas camadas populares era, porém, cada vez mais intenso o espirito revolucionario e as primeiras eleições do novo reinado, ás quais mandou proceder um ministerio presidido pelo sr. Ferreira de Amaral, ministerio chamado de acalmção, ficaram tristemente celebres por escusadas e brutais violencias da força armada de que resultaram algumas vitimas em Lisboa. Nada havia já que pudesse obstar ao avanço da acção revolucionaria, tanto mais que dos monarchicos se havia apoderado o terror que os impedia, por um lado, de recorrerem a quaisquer meios de defesa, por outro lado de se entregarem a uma obra de administração salutar e honesta, e de se regenerarem pela adopção de medidas rasgadas e sinceramente liberais, unico meio de poderem afastar das instituições que diziam defender, o raio que deveria arrasá-las.

Na madrugada de 3 para 4 de outubro de 1910,

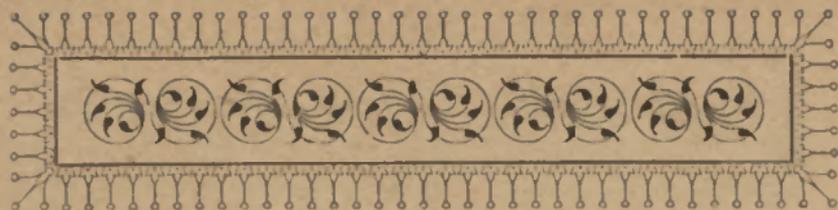
um grupo de populares, saindo do Centro Republicano de Santa Isabel, hoje Centro Republicano Democrático de Campo de Ourique, dirigiu-se ao quartel de infantaria 16 e fez sair este regimento aos gritos de Viva a Republica; a estes elementos veio juntar-se artilharia 1; no Tejo e no quartel de marinheiros, toda a marinha secundava poderosamente o movimento revolucionario, de que foram alma Miguel Bombarda e a estoica e inegualavel figura de Candido dos Reis. Na manhã de 5 de outubro a Republica estava finalmente proclamada, tendo a familia real fugido precipitadamente de Lisboa para ir embarcar furtivamente na Ericeira, abandonada de todos os que inda na vespera mais a haviam bajulado. Em todo o país não se ouviu uma só voz discordante; todos, ainda os que mais dedicados pareciam dever ser ás instituições derrubadas, porfiavam em patentear o seu entusiasmo ou, pelo menos, a expectativa benevola para com o novo regimen, tamanho era o descredito em que a monarchia caíra por culpa e estupidez dos seus serventuarios, e tão generosa se mostrava a Republica que, tirante um ou outro desvario no mais aceso da luta, não exerceu, por sua honra, a mais pequena represalia contra os vencidos, alguns dos quais, ainda não muitos dias eram passados, haviam epileticamente pedido contra os vultos mais importantes do republicanismo terriveis repressões que não deviam sequer recuar na applicação da pena de morte.

Ainda é cedo para se fazer a apreciação da obra republicana, da qual, todavia, se pôde dizer com justiça que tem sido guiada por integros principios de honestidade administrativa e pelo desejo ardente de bem servir a Patria, levantando-a do marasmo em que as antigas instituições, gastas, desacreditadas e, principalmente, divorciadas da opinião, a haviam mergulhado. E' certo que, num ou noutro

pormenor, nesta ou naquela particularidade, tem havido, porventura, defeitos ou menos felicidade; mas isto em nada prejudica a obra de conjunto, que, analisada desapaixonadamente, resulta grandemente patriótica nos intuitos e largamente prometedora em consequencias benéficas não muito distantes. A Republica tem tido de lutar, na sua enorme e gloriosa empresa de resurgimento patrio, com muitos vícios que no meio politico os processos monarchicos inocularam e que só uma larga e persistente acção educativa poderá ir debelando, e com as lamentaveis divergencias dos seus mais dedicados defensores na epoca em que o ser republicano em Portugal exigia grande espirito de abnegação e não menor desprendimento de quaisquer comodidades pessoais. A estes factores se devem em grande parte, senão no todo, as diversas tentativas de restauração monarchica, todas ellas facilmente vencidas, por não terem a animá-las nem o sentimento patriótico, nem um alto espirito de moralidade.

A conflagração europeia, como um grande polvo, veio enlear-nos em seus tentaculos, e as circunstancias forçaram-nos a tomar parte activa no conflito para obtemperarmos ás desastrosas consequencias que do nosso alheamento nos poderiam provir. Na nossa Africa já os soldados portuguezes, com o seu inimitavel ardor e o seu acrisolado patriotismo, para o qual não existem limites no sacrificio, se tem batido com tropas germanicas, que aleivosamente invadiram em tom de guerra territorios portuguezes; amanhã teremos de bater-nos na Europa, ao lado da Inglaterra e da França, pela aliança que nos liga á primeira destas nações. Teremos nós agravos da nossa tradicional aliada? Evidentemente temo-los; mas, precisamente, por isso, é que redundam mais nobre e mais levantada a nossa attitude. A honra impõe-nos o dever de prestarmos o auxilio que nos seja solicitado pela nação aliada; o nosso interesse

como nação exige-nos que marchemos a ocupar o lugar que as circumstancias nos determinarem; vamos, pois, e que a Patria mais uma vez seja honrada e os seus filhos se dignifiquem perante o mundo, assegurando, pelo respeito e admiração que com o seu esforço para Ela captarem, o direito de continuarmos a ser um povo livre, uma nação honesta, uma Patria gloriosa, que a Republica, debeladas as dificuldades dos primeiros anos, impila num caminho cada vez mais desbravado e franco de progresso, liberdade, ordem e paz!



ESPAÑHA

ABANDONAREMOS agora a ordem alfabetica que adoptámos para as nações beligerantes e seguiremos a geografica, caminhando pelo sul no sentido do oriente, para traçarmos o resumido complemento do nosso modesto trabalho, destinado tão sómente a dar um conhecimento singelo da agitada vida politica europeia nos ultimos cem anos. Assim, cabe agora a vez á nossa vizinha Espanha, como nós, vitima de não pequenos desastres, devidos tambem a causas quasi identicas ás que produziram os nossos.

A corte espanhola do principio do seculo XIX, aparentada intimamente com a portugueza, dava tambem ao mundo o espectaculo degradante duma politica duplice e refalsada, dirigida por um aventureiro feliz, Manuel Godoy, o principe da Paz, que do facto de compartilhar do thalamo rial, num adulterio escandaloso e sem rebuço, tirava todo o seu poder do qual se servia para satisfazer toda a sua insaciavel e nada escrupulosa ambição. Julgando possivel a submissão de Portugal de cuja partilha um quinhão lhe pertenceria, a Espanha, arrastada pelo seu governo ou, melhor, pelo valido Manuel Godoy, atrelou-se ao carro triumphal de Napoleão, até que as consequencias da entrevista de Baiona, em

que a corte espanhola ficou *respeitosamente* prisioneira do audacioso corso, que de modesto official chegára a cingir a coroa imperial, abriu os olhos á nação espanhola e a levou, num arranco de indomita coragem, a expulsar os francêses a quem fornecera tropas para esmagarem o vizinho e amigo povo português, a proclamar, em 1812, o regimen constitucional pela revolução de Cadiz, e a juntar o seu esforço militar ao do exercito anglo-luso que de vencida procurava levar para além dos Pirineus a altaneira aguia napoleonica.

Mergulhada na mais crassa ignorancia e absolutamente dominada por um clericalismo intransigentemente reaccionario, a Espanha não sustenta por muito tempo a constituição de 1812, pois que, a 4 de maio de 1814, Fernando VII declarou abolido tão notavel documento da vitalidade de seu povo e os decretos promulgados pelas cortes nulos, e sem valor, e na noite de 10 para 11 do mesmo mês e ano o general Eguia, capitão-general da Nova Castela, prendeu em Madrid os chefes do partido liberal. Restabelecido o absolutismo, a reacção não encontrou peias para exercicio das mais atrozes vinganças; restabeleceu-se a Inquisição, em cujas resoluções o rei tomava parte pessoalmente, as prisões atulharam-se de partidarios do liberalismo e a *camarilha* de que o rei se cercara, não hesitou na pratica dos mais vis e infamantes escandalos e na delapidação dos dinheiros publicos.

Apesar da baixesa a que a Espanha se deixara reduzir, aqui e ali iam aparecendo manifestações de revolta que o rei esmagava com crueldade; assim, em 1817, Lacy e Milaus, dois veteranos da guerra da independencia, procuraram revoltar a Catalunha e foram vitimas da sua dedicação pelas liberdades patrias; em 1818 o general Porlier proclamava a constituição na Corunha, mas, vencido e perseguido e, finalmente, preso, foi condenado á

morte; em 1819, Valença organisa uma conspiração, mas os conjurados, caindo em poder dos representantes do rei, foram enforcados, sem que, ao menos, se houvesse procedido a um julgamento em fôrma; em seguida, Cadiz levanta-se á voz de Quiroga, mas mais uma vez as tentativas dos liberaes foram sufocadas.

As perseguições, porém, não faziam esmorecer o ardor patriótico dos liberaes e, a 1 de janeiro de 1820, Riego proclamou em Cadiz a Constituição, juntando-se-lhe immediatamente Quiroga. Os absolutistas, porém conseguiram manter-se em Cadiz, e tudo estaria mais uma vez perdido para os liberaes, se a Corunha, Ferrol, Vigo, Saragoça e Barcelona não houvessem secundado o movimento, de que saiu uma Junta provisoria de governo, que desenvolveu a mais extraordinaria actividade na administração até a abertura das Cortes em 9 de Julho de 1820. No entanto, os absolutistas não desarmavam, auxiliados, ainda que a ocultas, por Fernando VII que só forçado aceitara as novas instituições. E as divergencias cada vez mais acentuadas entre os chefes liberaes faziam prevêr que graves acontecimentos se iriam passar dentro em breve.

De feito, a guerra civil estalou com crueldade espantosa saciando os absolutistas os seus instintos de selvajaria; mas a causa da liberdade conseguiria, apesar de tudo, sair vencedora em Espanha, se o absolutismo espanhol, esquecendo o que devia á patria, para apenas satisfazer os seus rancores e odios, não houvesse apelado para a intervenção estrangeira.

Foi no Congresso de Verona que a Santa Aliança, inda no auge do prestigio, por instigações de Alexandre da Russia e solicitações de muitos absolutistas espanhoes, resolveu que a França invadissee a Espanha para restabelecer o absolutismo. Para esta guerra que desonrava a França, muito

contribuiu o partido clerical francês, um dos mais entusiastas defensores das doutrinas internacionalistas da Santa-Alliança, não sendo, sem duvida, estranho ás suas maquinações o clericalismo espanhol, um dos mais reaccionarios e vingativos da Europa. Depois de varios combates, em que os liberais foram batidos, restabeleceu-se o absolutismo e Fernando poudo entrar triunfalmente em Madrid como rei absoluto, tendo a satisfação de vêr o seu coche á similhaça do que acontecera em Portugal com D. João VI, depois da Vila Francada, puchado, em vez de bestas, por vinte e quatro possantes mancebos da mais nobre e fidalga estirpe. A reacção foi ferocissima, requintando a sociedade do *Anjo exterminador* e os voluntarios realistas nas sevicias que exerciam sobre os liberais a que caçavam como animais ferozes.

A revolução de 1830 em França animou os liberais espanhóis que, andando carpindo amarguras do exilio, tentaram entrar armados em Espanha para esmagarem o absolutismo; mas, batidos em Urdax e Vera, Fernando levou contra eles a crueldade ao extremo de mandar fuzilar os prisioneiros. Em 1831, o general Torrijos tenta sublevar Algeciras, mas é fuzilado com mais cinquenta e dois partidarios. Por morte de Fernando VII, em setembro de 1833, assumiu a regencia a rainha viuva Maria Cristina, que teve de combater as pretensões do infante D. Carlos, seu cunhado, chefe do partido absolutista, que á rainha disputava a regencia, e mais ainda pretendia esbulhar da corôa a Isabel II, sua sobrinha, em nome de quem Maria Cristina exercia a regencia. O carlismo, senhor das provincias do norte, desfraldou, mais uma vez, o estandarte da guerra civil que durante sete anos ensanguentou a Espanha até que em 1837, depois da revolta da guarnição militar da Granja, se restabeleceu a Constituição e Espartero conseguiu

dominar o carlismo e afirmar-se como o elemento mais prestigioso de todo o exercito. Espartero, elevado á honraria de duque da Vitoria, envolve-se completamente nas intrigas politicas da corte, e, chamado á presidencia do governo, coage Maria Cristina a abandonar a regencia e a retirar para França, depois da destituída haver confiado á sua honra de militar e espanhol os interesses da rainha sua filha.

Elevado por seu turno á regencia por uma votação das cortes de 1841, Espartero teve de reprimir violentamente algumas rebeliões contra o seu predominio, suprimindo os *fueros* das Vascongadas e mandando fuzilar tres generais e alguns officiais de menor patente. Por outro lado, nas relações externas, o regente contrariava os desejos da Inglaterra, recusando-se terminantemente a ceder-lhe as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom e agravava a França, impondo-lhe o levantamento do hospital que nas Balears essa nação havia estabelecido para os seus doentes de Africa, onde então andava preocupada com a submissão e conquista da Argelia. A proposito dum tratado de comercio com a Inglaterra, os adversarios de Espartero conseguiram agitar a opinião e, em julho de 1842, uma sedição estalou em Barcelona com tanta intensidade que o regente cometeu a loucura de mandar bombardear a capital catalã. Tudo parecia indicar que o regente queria impôr á Espanha uma ditadura militar, e, por isso, O'Donnell, Narvaez e Prim pegaram em armas contra o *arraçador de Barcelona*, que, vendo, de dia para dia, diminuir as suas fileiras, abandonou o poder e embarcou com alguns dos seus partidarios no vapor inglês *Malabar*.

Os que esperavam que uma epoca de francas liberdades iria começar para a Espanha, em breve perderam as suas mais queridas illusões, pois que o senhor da situação ficara sendo Narvaez, elevado

já a duque de Valencia, homem retintamente reaccionario, que enveredou pelo caminho da repressão e levou a efeito a reforma da constituição de 1837 em favor das regalias regias e detrimento das liberdades publicas.

Isabel II, completamente dominada por padres, frades e freiras, procurava por todos os meios impedir a marcha das ideias liberais; os ministerios pouco se demoravam no poder e as desordens e rebeliões militares, ou *pronunciamentos*, eram constantes, continuando tambem os carlistas a levantar todos os embaraços possiveis á marcha regular dos negocios publicos, a cuja frente se encontrava uma rainha para eles intrusa. Todavia, mercê da febre dos melhoramentos materiais, que então atacara toda a Europa, a Espanha, não obstante a confusão politica cada vez maior de que era teatro, conseguiu sob a administração de O'Donnell construir muitos quilometros de caminhos de ferro, desenvolver a sua exploração mineira, melhorar os portos e aumentar a marinha mercante. O'Donnell procurou tambem, além do desenvolvimento material da Espanha, fazer o país conhecido e respeitado como potencia militar, cooperando com a França no extremo-orientes asiatico na tomada de Saigon, reconquistando a republica de S. Domingos e declarando a guerra a Marrocos, apesar de saber que nenhuma conquista de terreno ali poderia efetuar, que perdurassem, por a isso se opôr a Inglaterra. A guerra de Marrocos serviu, pois, apenas, para provar a valentia do exercito espanhol e para iniciar um periodo de lutas permanentes, em que a Espanha até nossos dias tem empregado grandes capitais e sacrificado inumeraveis vidas dos seus soldados.

O'Donnell governava, porém, a Espanha sem respeito nenhum pelas regalias civicas e, muito embora se chamasse chefe e aparentasse apoiar-se no agrupamento politico denominado *União liberal*, acercou-se

da rainha cujos favores mendigava, e, para lhe captar o animo, não só desistiu da venda dos bens do clero que prometera quando fóra do poder, mas instalou pomposamente os jesuitas no mosteiro de S. Marcos de Leão, permitiu a fundação de inumeros conventos, acompanhava as procissões empunhando uma vela e recusou-se em 1861 a reconhecer Vitor Manuel como rei de Italia, unicamente para ser agradavel ao papa. Este mesmo homem, tão condescendente e benevolo para com tudo que tivesse o sinete clerical e reaccionario, foi de excessiva crueldade para com os democratas, fazendo condenar á morte o republicano Camara e mandando para as galés quatrocentos camponêses andaluses, que haviam procurado produzir um movimento communalista, ao passo que manifestou a maior benignidade para com D. Carlos e D. Fernando, irmão deste, que haviam tentado, mais uma vez, insurreccionar o exercito em pròl da sua causa e que, feitos prisioneiros, foram pouco depois postos em liberdade e atenciosamente postos na fronteira.

Depois de O'Donnell, falecido em 1867, Narvaez continuou a politica de repressão até que, levando-o a morte em 1868, o poder com grande satisfação da rainha foi cair nas mãos de Bravo, igualmente reaccionario confesso e homem capaz de todos os atentados contra a liberdade. Rumores de sublevação começavam de fazer sentir-se e a rainha acirrava-se com o facto, que ao seu temperamento excitado por profundo ardor mistico mais sorria a ideia duma revolução que lhe permitisse *apunhalar* a incomoda liberdade de seus subditos do que pequenas desordens e insignificantes motins.

Na rialidade, a 18 de setembro de 1868, a esquadra espanhola em Cadiz sublevou-se ás ordens do almirante Topete e aos gritos de *Viva a soberania nacional*; o movimento alastrou-se com incrível rapidez e a vitória alcançada em Alcolea pelo

marechal Serrano contra as tropas da rainha comandadas por Novaliches obriga Isabel II que se encontrava a banhos em S. Sebastian, a internar-se em França, onde Napoleão III lhe cedeu para residencia o palacio de Pau. Vago o trono, Serrano foi elevado pelas cortes á categoria de chefe do poder executivo e a 6 de junho de 1869 foi promulgada a nova constituição que, não obstante todos os esforços empregados pelos ultramontanos, estatua para a Espanha a liberdade de cultos, facto este que representava uma das mais ousadas afirmações do liberalismo, quasi inconcebivel para os que bem conheciam o fanatismo espanico.

Começa então para a nação nossa vizinha um periodo agitadissimo, em que os homens preponderantes de nova situação, especialmente Prim, andaram em demanda dum rei que quisesse vir sentar-se no trono, até que, após muitas negociações infructiferas, nas quais Portugal tambem se viu envolvido, e posto de parte Leopoldo de Hohenzollern cuja candidatura serviu de pretexto para a guerra franco-prussiana de 1870, Amadeu de Saboia foi eleito pelas cortes rei constitucional da Espanha. Prim pagou com a vida a tenacidade de querer impôr ao seu país um senhor estrangeiro.

Curto e agitado foi o reinado de Amadeu, homem, todavia, muito simpatico pelas qualidades pessoais que o distinguiam, mas incapaz de poder trazer a conciliação a um povo em que as lutas politicas eram cada vez mais irritantes e rancorosas. Vendo a inutilidade dos seus esforços, depois duma votação das cortes na qual se considerou directamente visado, Amadeu abdicou em 11 de fevereiro de 1873, deixando aos espanhoes plena liberdade d'acção.

Da abdição de Amadeu resultou a proclamação da Republica, cuja existencia devia ser efemera porque a nação não estava preparada para a receber, o clero a combatia com toda a veemencia e os

republicanos, apesar de poucos e só podendo impôr-se, portanto, pela união, se degladiavam, preparando por essa fôrma a queda rapida das instituições que lhes cumpria defender. Pavia, general partidario duma republica militar e dedicado extremamente ao 'governo de Castelar, dissolveu as cortes que se manifestavam contra o grande orador que se encontrava á testa dos destinos da Espanha, e, caída esta na maior desordem, assolada no norte pelos carlistas, na Andaluzia pelos cantonalistas, Martinez Campos, a 26 de dezembro de 1874, em Sagunto, proclamou rei de Espanha Afonso, filho de Isabel II, cuja politica era defendida por Canovas del Castillo, que, embora, por o julgar extemporaneo, houvesse rejeitado a sua participação no movimento de Martinez Campos, assumiu a presidencia do conselho do novo governo monarchico.

A obra do novo reinado, durante o qual a influencia de Canovas foi incontestavel, teve por objectivo a pacificação do país, exausto por tão prolongadas lutas civis e o levantamento economico da nação que se via a braços com dificuldades quasi insuperaveis. Materialmente a Espanha, durante o governo de Afonso XII, levantou-se, sendo digno de registro o extraordinario desenvolvimento industrial que, especialmente a Catalunha, atingiu; moral e politicamente, porém, os males continuaram a manifestar-se, preponderando o clericalismo, arvorando-se a perseguição e as tendencias para a reacção politica em norma governativa, apenas uma ou outra vez interrompida pela acção ainda que fraca dos liberaes, a cuja frente se encontrava Sagasta, antigo ministro da efemera republica. Tambem os republicanos, apesar de scindidos em grupos que se afirmavam cada vez mais irreduti-veis, recorriam duma ou outra vez, aos *pronunciamientos* militares, como o de 1883, cujo primeiro grito foi solto em Badajoz e repetido em San Do-

mingos de la Calzada, em San Martin e em Seo d'Urgel. Em 1886, na regencia da rainha-mãe do actual reinante, o brigadeiro Villacampa procurou sublevar em favor da Republica a guarnição de Madrid, mas pagou com a vida a patriotica tentativa, facilmente sufocada como as que a precederam.

Afonso XII teve em mira na politica internacional uma aproximação com a Alemanha, para cujo efeito fez uma visita official á côrte germanica, visita que depois foi retribuida pela vinda a Madrid do principe imperial alemão, o imperador d'hoje, a cuja vesania se deve a grande guerra que ensanguenta a Europa e cujas funestas consequencias economicas por dilatado tempo se hão de fazer sentir. A aproximação de que deveria resultar uma aliança que colocaria a Espanha na esfera da influencia alemã, não teve então essa consequencia porque o povo de Madrid, a proposito das ilhas Carolinas de que os alemães ilegitimamente haviam tomado posse, deixando-se arrebatado pelo amor proprio nacional ofendido, se dirigiu em massa à embaixada alemã, arrancou o escudo e a bandeira teutonica que nela se arvoravam, arrastando esses emblemas alemães pelas ruas ao som de vaias, gritos e imprecações contra a Alemanha e entusiasticos vivas á França. Passavam-se estes factos em 1885 e Afonso XII morria em novembro desse mesmo ano, deixando a rainha gravida do futuro rei e actual monarca. A Espanha continuava, como inda hoje continua, a braços com a mais terrivel crise politica, mergulhada ainda na submissão completa ao militarismo e ao clericalismo, dois cancrios vorazes do seu organismo, contra os quais pouco tem podido os elementos avançados, cujo objectivo é arrancarem o país aos defeitos e males atavicos de que enferma.

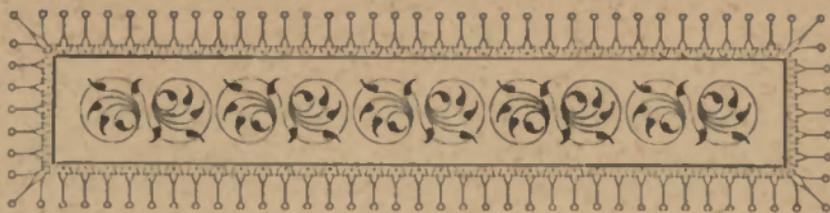
Ao rigorismo de cima tem correspondido, como em todos os tempos e povos tem sucedido, o rigo-

rismo de baixo e, durante uma certa epoca, os atentados pela dinamite eram frequentes em Espanha, principalmente nos meios mais industriais em que a instrução popular mais progredira. O governo, tomado do delirio da perseguição, arremessava para o forte de Montjuich todos os suspeitos de ideias avançadas, e tão crueis eram os tratos aí dados que toda a Europa, numa onda irreprimivel de indignação, se revoltou contra a infamia, cujo ultimo arranco foi, porventura, o assassinato legal de Francisco Ferrer nos fossos da fortaleza maldita.

As desditas da Espanha não encontravam, porém, aqui o seu termo. Os restos do seu outrora tão grande dominio colonial perdeu-os pela incuria quasi criminosa de maus governantes, que a opinião acusava de quererem apenas servir as suas clientelas. Em 1895, Cuba, a mais rica das Antilhas e a mais bela das colonias que ainda restavam á Espanha, revolta-se mais uma vez contra os seus dominadores que acintosamente lhe negavam a satisfação de justas e legitimas aspirações; em 1896, as Filipinas, vitimas do mais desenfreado despotismo exercido por frades e funcionarios civis e militares, revoltam-se tambem contra a metropole. Esta procurou esmagar a ferro e fogo esses movimentos libertadores; mas a intervenção dos Estados Unidos da America do Norte fá-la pedir a paz que só é obtida á custa da perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas, ultimos despojos do grande imperio ultramarino da velha Espanha. Não serviu o tremendo desastre de escarmento á nossa vizinha; o militarismo levou-a novamente para os campos de batalha, pois só assim póde justificar a sua razão de ser, e Marrocos, alvo das suas façanhas e dos seus mais modestos sonhos de conquista, vai devorando sistematica e diariamente o sangue da mocidade espanhola e o melhor de dinheiro, e recursos de quem o quer avassalar, sem que a tantos sacrificios cor-

responda, ao menos, um pequeno aumento territorial, ou um feito glorioso para as suas armas, que se esgotam e inutilizam em escaramuças com inimigos que tão depressa se espalham e desaparecem como voltam á carga mais audaciosos e decididos.

Nação mediterranea e com veleidades de exercer preponderancia e até, n'alguns assomos de vaidade, com pretensões a ser considerada potencia de primeira ordem, a Espanha, não obstante a neutralidade em que se mantem, não póde de nenhum modo assistir com indiferença ao desenrolar dos acontecimentos da guerra europeia, que muito podem contrariá-la ou favorecê-la na tão ambicionada expansão marroquina. E, de feito, por mais que as conveniencias politicas se esforcem em fazer crer o contrario, a verdade é que a Espanha se inclina muito para a Alemanha, cuja aproximação tem novamente procurado e de cuja amisade se jacta na esperanza de assim poder levar de vencida ou, pelo menos, contrabalançar a acção francêsa em Marrocos, cada vez maior e mais forte. Quiçá mesmo pelo cerebro dos mais assomadiços e fantasiosos passará a ideia, tantas vezes preconizada pelo general Weyler, dum passeio militar até Lisboa; mas, sem duvida, a parte consciente e pensante da nação bastará para refrear arrancos de tal ordem, porque o *passeio triumphal* redundaria na mais cruel e desabalada fuga por onde quer que a nossa fronteira permitisse o regresso.



ITALIA

VITIMA de lutas constantes e seculares, subjugada pelos vizinhos, principalmente pelos austriacos que nela exerceram dominio despotico, a Italia que, desde longos seculos, vinha elaborando a unidade politica, tantas vezes sonhada pelos seus filhos mais illustres, desde Petrarqua até Foscolo e Silvio Pelico, só já bastante adiantado o seculo XIX poude vêr rialisada essa suprema aspiração. Objecto de disputas encarniçadas durante as guerras napoleomicas, a Italia saiu ainda do Congresso de Viena retalhada nos seguintes estados: o reino da Sardenha, constituido pela Sardenha e pelo Piemonte, pertencente á casa de Saboia, tambem senhora do condado de Nice; o reino Lombardo-Veneziano, apanagio do imperador da Austria; os ducados de Modena e Parma e o grão-ducado da Toscana, subordinados á influencia austriaca, por pertencentes a principes austriacos; os Estados da Igreja governados pelo papa e o reino das Duas Sicilias cujo trono era occupado por um ramo dos Bourbons.

Em todos estes estados a Santa-Alliança, exercendo por intermedio da Austria o grave peso da sua nefasta influencia, fazia incidir o mais rude absolutismo que condenava os espiritos, no dizer

dum personagem da época, a *cativoiro perpetuo e a prisão celular*. As ideias de emancipação, fortalecidas com o concurso de generosas inteligencias que deram á Italia muitos dos seus mais notaveis escritores, e com os principios recebidos pelos italianos no contacto com os francêses saídos da revolução, iam adquirindo adeptos, e, embora sem unidade de acção, manifestavam-se aqui e ali em movimentos revolucionarios provocados pela *Carbonaria*, a associação secreta italiana por excellencia, que, em 1820, nas Duas Sicilias e no Piemonte e, em 1831, em Modena, Parma e Estados da Igreja, levantou os primeiros brados contra o estrangeiro, facil mas cruelmente reprimidos pelo austriaco brutal, que prendia em massa, fuzilava a esmo e parecia querer reduzir a Italia á mais completa sujeição, ermando-a.

Saindo do campo restrito das sociedades secretas para a luta desassombrada e franca, Mazzini, um genovês, prêga a necessidade e urgencia da *Risorgimento* italiano por uma insurreição geral, que, derubando todas as monarquias estabelecidas na península dos Apeninos, proclamasse a unidade italiana sob a égide da Republica. Mazzini é a alma ardente de cidadão que insufla entusiasmo e patriotismo em todos elementos da *Jovem Italia*, sociedade politica que ele conseguira constituir e cujas ramificações se alastraram por toda a Italia; Gioberti, partidario de processos mais suaves, chefe dos *reformistas*, aspirava a reunir todos os estados italianos numa Confederação, cuja direcção moral coubesse ao papa, e ao rei da Sardenha a politica e militar, devendo todos os principes reinantes relegar completamente o regimen absolutista e aceitar constituições, obedecendo, assim, á ordem de ideias que a revolução de 1830 viera propagar no mundo europeu. Uns e outros, porém, aceitavam como principio indiscutivel que a unidade ou, me-

lhor, a emancipação só poderia ser uma realidade quando os austriacos tivessem sido forçados a abandonar o ultimo palmo de terra italiana. Contra a Austria, pois, dirigiam os seus ataques, procurando encontrar entre os reinantes italianos um que melhor pudesse servir a causa comum.

Pio IX, eleito papa em 1846 e gosando da reputação de homem liberal e até mesmo de filiado na maçonaria, foi o centro para que convergiram as atenções dos patriotas italianos e mais particularmente ainda as dos reformistas. De feito, Pio IX iniciara o seu pontificado por uma serie de medidas liberais, que lhe captaram grande popularidade e forçaram o grão-duque da Toscana e o rei da Sardenha a entrarem no campo das concessões de regalias e liberdades politicas e civis, embora não abdicassem completamente dos seus principios absolutistas, pela outorga de cartas constitucionais que só tempo depois e forçados aceitariam sem restrições.

Nas Duas Sicílias, porém, Fernando II negou-se terminantemente a quaisquer concessões, provocando com essa attitude uma revolução que lhe impôs, em janeiro de 1848, pela violencia, a constituição que ele se recusara a conceder pela brandura. Então o papa, o grão-duque da Toscana e o rei da Sardenha, receosos de que a exaltação dos sicilianos alterasse tambem os seus estados, vendo os liberais animados pela marcha rapida do revolucionarismo francês que estava em vesperras de expulsar Luís Filipe e de proclamar a segunda republica, deram-se pressa em conceder constituições que lisonjeassem os seus governados.

De toda a Italia só a parte submetida á Austria ficava jazendo sob a pata ferrea do absolutismo de que Metternich era o apostolo; excitados, porém, pelo exemplo dos *seus irmãos* do resto da peninsula e sabedores de que o espirito liberal tambem havia

penetrado na Austria o bastante para derrubar o tetrico sustentaculo do despotismo, o inimigo irreconciliavel do direito dos povos, os lombardos-venezianos revoltaram-se e obrigaram os seus dominadores a abandonar Milão e Veneza. Então por toda a Italia houve um fremito de entusiasmo e Carlos Alberto, o rei da Sardenha, reforçadas as suas tropas com contingentes dos Estados da Igreja, toscanos e sicilianos, parte, em tom de guerra, contra os austriacos, obtem algumas vitorias e consegue que a Lombardia e o Veneto votem a sua anexação ao reino da Sardenha.

Infelizmente, porém, a Austria empenha maior numero de forças na luta, ao passo que Fernando das Duas Sicilias, havendo feito triunfar uma contra-revolução absolutista em Napoles, enfraquece o exercito aliado dos italianos pela retirada das tropas que aí mantinha, e Carlos Alberto a 24 e 25 de julho de 1848, é batido em Custoza, vendo-se forçado a recuar e pedir um armisticio que, de feito, é assinado a 9 de agosto. Os venezianos recusam-se a respeitar o armisticio negociado e, proclamando a republica, cuja direcção foi confiada a Manini, conseguem manter-se durante um ano contra os seus opressores.

Em resultado da derrota de Custoza, attribuída pelos patriotas a felonía dos principes reinantes que só contrariados haviam aceitado nos seus estados o regimen constitucional, deu-se na maior parte da Italia uma movimentação republicana, que saiu vencedora em Roma, onde Pio IX perdera completamente a popularidade por, *como vigario de Cristo na terra se recusar* a declarar guerra aos austriacos, e no grão-ducado da Toscana.

Os piemonteses, entusiasmados com a attitude dos romanos e dos toscanos, que se mostravam decididos a tudo para a libertação italiana, forçaram Carlos Alberto a romper novamente as hostilidades.

A campanha encetou-se a 20 de março de 1849; mas, três dias depois, o exercito de Piemonte foi completamente esmagado em Novara e o rei sardo abdicava em favor de seu filho Vitor Manuel II que, para evitar novos danos, se apressou a pedir um armistício pelo austriaco orgulhoso só concedido a troco de duras condições, como o pagamento de uma pesada indenisação e a occupação de parte do Piemonte.

A derrota de Novara trouxe uma suspensão, ainda que pequena, para a obra de emancipação italiana. De feito, os austriacos occuparam grande parte da Italia, não poupando os Estados da Igreja, as republicas toscana e romana desapareceram e a propria cidade de Roma não foi occupada simplesmente devido á intervenção da França que mandou para a cidade tiberina tropas auxiliares sob o comando do general Oudinot. Este, indo além da missão que lhe fôra confiada, não só aboliu o regimen republicano, mas estabeleceu o poder temporal do papa, facto este que provocou o mais veemente protesto dos republicanos francêses, embora Napoleão, então chefe do poder na Republica francêsa, e os seus apaniguados, já então empenhados em levar a cabo o criminoso golpe d'estado de 2 de dezembro, o aplaudissem. Nas Duas Sicilias, Fernando II implantara o mais descabelado absolutismo, perseguindo sem descanso os liberais que, em numero superior a quinze mil, foram arremessados para lobregas enxovias, onde os obrigaram a conviver com a escoria social de ladrões e assassinos.

No meio deste descabro e desta repressão só Vitor Manuel, o novo rei da Sardenha, se mostrava digno de sustentar a causa da independencia italiana, atraindo para a sua pessoa as simpatias dos italianos e o respeito de todo o mundo liberal, por ser o unico soberano da Italia, que manteve o regimen constitucional e fez dos seus estados o asilo dos

liberais, no resto da Italia acintosamente perseguidos, recusando-se terminantemente a aceitar as propostas dos austriacos, que lhe ofereciam o ducado de Parma e a restituição da indenisação que a Sardenha fôra obrigada a pagar, se restabelecesse nos seus estados o regimen absolutista. Vitor Manuel não iludiu, em verdade, as esperanças que nele depositaram os patriotas italianos e, auxiliado por Cavour, o mais habil de todos os politicos da península transalpina, e por Garibaldi, a mais valente, a mais generosa, republicana e humanitaria espada do seculo XIX, conseguiu converter em realidade o sonho por tão longo tempo acalentado da unidade italiana.

Desenvolvendo todos os recursos materiais do reino, consagrando a maior atenção ao elemento militar, entendendo-se com Napoleão III, que se vangloriava de ser o mais estrenuo defensor do *principio das nacionalidades*, Vitor Manuel, após varios episodios, entrou, finalmente, em Roma, a tradicional capital da Italia. Desses episodios, ainda que fugidamente, enumeraremos alguns. Na guerra da Crimeia, em virtude da aliança da Sardenha com a França, um corpo de tropas de Vitor Manuel tomou parte na campanha e tão brilhante foi o seu concurso que Cavour, como representante da Sardenha, tomou parte no Congresso de Paris de 1856 destinado a regular a questão do oriente, e obteve que esse mesmo congresso, por instigações da França, declarasse, embora o assunto estivesse fôra do objecto para que fôra convocado, que *o estado da Italia era mau* e que ás grandes potencias se impunha o dever de por ele olharem, dando-lhe a solução mais harmonica com as justas aspirações que todos os italianos acariciavam. Em 1859, depois de profundamente meditado o plano entre Napoleão e Cavour, na celebre entrevista de Plombières, rebentou a guerra com a Austria, propositadamente ofendida em discursos officiaes para romper as hostilidades.

Magenta e Solferino foram os dois combates notáveis desta campanha de meses, em que a Austria ficou vencida e a que o armistício de Vila Franca e o congresso de Zurique vieram pôr termo, concedendo ainda á Austria algumas vantagens que mais tarde perderia completamente.

Contra o que as negociações diplomaticas haviam estabelecido em Zurique se levantou a má vontade de todos os italianos, instigados pela habilidosa politica de Cavour e sustentados denodadamente pela espada fulgurante de Garibaldi. Assim, a seguir ao armistício de Vila Franca, os parlamentos constituídos da Toscana, de Modena, de Parma e da Romanha, não consentiram na restauração dos seus antigos soberanos e votaram a sua anexação ao reino da Sardenha; mas, declarando Vitor Manuel que só poderia aceitar a anexação com o consentimento da Europa e mostrando-se Napoleão disposto a respeitar as estipulações do armistício, Modena, Parma e a Romanha uniram-se, constituindo a Republica de Emilia, elegendo para regente um parente do rei da Sardenha, adoptando as moedas sardas e extinguindo as alfandegas nas regiões fronteiriças do Piemonte, o que tudo representava um grande avanço no sentido da unidade. Os toscanos seguiram a mesma corrente e, após um plebiscito, processo insinuado por Napoleão, a Toscana, e a Republica da Emilia votaram em 11 e 12 de março de 1860, por 792:000 votos contra 16:000 a anexação. A 2 de abril desse ano os deputados dos três antigos estados reúnem-se em Turim, constituindo o *parlamento nacional italiano* e as potencias acataram os factos consumados.

Os sicilianos, por seu lado, haviam-se revoltado contra Francisco II, que, por morte de Fernando II, subira ao trono e continuava a politica absolutista do seu antecessor. Garibaldi, á frente dos seus heroicos e destemidos mil companheiros que em

todas as lutas da liberdade se teem affirmado contra a tirania, desembarca em Marsala a 13 de maio de 1860, e, numa campanhã de poucas semanas, assenhorea-se da Sicilia que anexa á Sardenha, passa á região napolitana e com o auxilio de Vitor Manuel derrota em Capua os napolitanos fieis a Francisco II obrigando este a encerrar-se em Gaeta, onde, finalmente, se rendeu a 13 de fevereiro de 1861, depois de haver sustentado um cerco de três meses. Em seguida cabe a vez aos Estados da Igreja, á excepção de Roma, que tropas francêsas occupavam desde 1849, defendendo o papa e impondo-o a seus subditos que ansiavam por unir-se á Sardenha. A 13 de março de 1861 o *Parlamento italiano* conferiu a Vitor Manuel o titulo de rei de Italia e, em 1865, a capital do novo reino é transferida de Turim para Florença.

Em 1866, Vitor Manuel alia-se com a Prussia contra a Austria e, embora os italianos houvessem sido batidos, a derrota dos austriacos em Sadova por Guilherme da Prussia obriga o imperador Francisco José a solicitar a intervenção de Napoleão III, cedendo-lhe o Veneto para que o imperador dos francêses por seu turno o cedesse á Italia. Em 1870, finalmente, envolvida a França em guerra com a Prussia, e tendo os francêses abandonado Roma, os italianos, a 20 de setembro, apossam-se da cidade papalina de que fazem a capital de todo o reino e extinguem o poder temporal do papa, personagem que, protestando em nome do que julgava direitos inaufereveis, desde então se considera prisioneiro no Vaticano, enquanto os reis de Italia occuparem o Quirinal.

Nem todos os povos que falavam italiano passaram, porém, a fazer parte do novo reino; Trento Tirol e Trieste continuaram em poder da Austria e este facto deu azo á formação em toda a Italia do *irredentismo* ou agrupamento de partidarios da

anexação dessas porções de terra italiana, que jazem ainda sob o dominio dos antigos dominadores. Outros, *os italianissimos*, vão ainda mais longe nas suas aspirações, querendo que da Italia façam parte a Dalmacia que se encontra sob a dependência da Austria, a ilha de Malta dominio da Inglaterra, Nice e a Corsega pertencentes á França.

Obtida a unidade, tanto quanto era possivel nas condições politicas da Europa, os italianos dedicaram-se á organização interna do novo estado, cujas condições economicas e financeiras estavam bem longe de ser prosperas, e ao estabelecimento de relações de amizade com outros povos, tanto mais que as até então mantidas com a França haviam resfriado bastante. Devido ás instancias de Minghetto, presidente do conselho de ministros, Vitor Manuel, apesar dos protestos dos irredentistas, visita oficialmente Viena e Berlim, começando desde então a falar-se numa Aliança austro-alemã, que foi objecto já nessa epoca de larga discussão na qual os partidarios e adversarios dessa ideia apresentaram grande copia de argumentos pró e contra. Em abril de 1875 o imperador da Austria, Francisco José, vai oficialmente a Veneza retribuir a visita do rei de Italia e, em outubro do mesmo ano, Guilherme I da Alemanha comparece em Milão para o mesmo fim e é aí recebido com entusiasmo delirante, que maguou bastante os francêses, por sangrarem ainda muito as feridas da guerra de 1870. Nessa ocasião, tambem, as legações de Roma e de Berlim foram pelos respectivos governos elevadas á categoria de embaixadas, facto este que indicava bem quanto os dois países procuravam aproximar-se para assentarem uma aliança, que Vitor Manuel não poudo concluir por a morte o haver arrebatado em 1878.

Ao rei que vira realisada a unidade italiana succedeu o filho Umberto que, ao ascender ao trono,

declarou haver de seguir as pisadas do pai, procurando servir lialmente as instituições livres da Italia, em harmonia com a Constituição. A menos de um mês da morte Vitor Manuel faleceu Pio IX, o papa que tanto se opusera á unidade italiana, depois de haver sido uma das suas esperanças, e que tanto offendera os espiritos liberais de todo o mundo com a publicação do celebre *Syllabus*. No solio pontifical sentou-se Leão XIII, cuja actividade inteligente e cujo espirito aberto a algumas reivindicações de character social, vieram dar brilho desusado ao catolicismo que, pelo esclarecimento do seu chefe, adquiriu incontestavel preponderancia e respeito em todos os meios, ainda nos mais adversos.

A Italia animada de intenso espirito progressivo foi remodelando as suas condições de vida interna, reorganizando as suas finanças gravemente comprometidas, remodelando o exercito e marinha para conquistar o logar de uma das primeiras potencias europeias a que aspirava, alargando os direitos politicos a grande numero de seus filhos deles excluidos pelo elevado censo que se exigia para eleitor. O irredentismo continuava agitando os espiritos, o republicanismo afirmava-se cada vez mais vigoroso principalmente na Romanha, o socialismo criava de dia para dia maiores alentos e a Sicilia e o sul da Italia foram, durante algum tempo, theatros de verdadeiros actos de bandoleirismo praticados por sociedades rigorosamente organizadas e a que não eram estranhos alguns politicos bastante cotados. Foi contra os republicanos que Crispi, antigo revolucionario e agora vulto preponderante da politica italiana, dirigiu os mais rudes golpes por os considerar os adversarios mais de temer para as instituições.

Não poudo tambem a Italia escapar á febre, que atacava os povos europeus, de se firmarem na Africa. As suas vistas lançaram-se para a costa fronteira e vizinha, procurando firmar-se na Tunisia para, as-

sim, poder exercer supremacia no Mediterraneo, nesse mar, que, depois do rasgamento do istmo de Suez, readquirira grande parte da importancia que o descobrimento do caminho maritimo para a India pelos portuguezes lhe arrancara. A França, porêm, obstou a essa expansão italiana, estabelecendo o protetorado na região desejada, o que deu azo a grandes manifestações anti-francêsas na Italia e a negociações desta para definitivamente entrar em entendimentos com a Alemanha e a Austria, com as quais, de feito, em 1883, constituiu a chamada triplice-aliança que, convencionada por cinco anos, tem sido renovada até nossos dias com o intuito de subordinar aos seus interesses a politica europeia.

Para compensar a desilusão sofrida no desejo de se assenhorear da Tunisia, a Italia, que persistia em querer ser uma potencia colonial, lançou-se em outras aventuras para 'se estabelecer no mar Rôxo, a chave do Mediterraneo, no dizer de Mancini, um dos politicos italianos mais acerrimo partidario da triplice-aliança e da expansão colonial. Assim, em janeiro de 1885, desembarcou em Massuá um corpo de tropas italianas, que inicia a marcha para o interior e vai envolver-se na politica interna da Abissinia que os politicos italianos julgavam ser facil presa, tanto mais que a Inglaterra parecia apoiar esse movimento que em nada contrariava, antes podia favorecer, os seus planos de occupação no Egito e regiões adjacentes. Derrotas sobre derrotas inflingidas pelos abissinios ás tropas italianas foi o que os politicos italianos prepararam ao seu país, cujas condições financeiras, que quasi se haviam equilibrado, sofreram grande abalo.

Por odio á França, na qual viam o maior embaraço ás suas aspirações coloniais, os italianos, á frente de cujo governo se encontrava Crispi, denunciaram o tratado de commercio que, em 1881, haviam celebrado com a Republica francêsa, e, para darem

mór solenidade á renovação da triplice-aliança, aplaudiram sem restrições a conferencia que, em setembro de 1887, o seu presidente de conselho de ministros foi ter em Friedsichsrue com Bismarck. Em outubro de 1888, receberam com extraordinarias manifestações de simpatia o imperador Guilherme II da Alemanha, o habil politico, que, para lisonjear o amor proprio dos italianos, foi o primeiro chefe d'estado europeu que oficialmente foi a Roma visitar o rei da Italia. A entrada na triplice-aliança obrigou a Italia oficial a adoptar medidas rigorosas contra o *irredentismo*, como a dissolução em 1896 de todas as sociedades que propagassem essas ideias, o que equivalia á desistencia da Italia da anexação das povoações italianas que continuavam fóra do seu dominio, para não agravar a Austria sua aliada de agora, e a aumentar ainda mais os seus recursos militares terrestres e maritimos.

A' triplice-aliança, cujas intenções começaram a despertar suspeitas nas outras potencias da Europa, responderam a França, a Russia e a Inglaterra com a chamada *triplice-entente*, destinada a estabelecer um nucleo de resistencia contra as tendencias de predominio já claramente manifestas da triplice-aliança em todas as questões de character internacional. Foram estas duas combinações que forçaram a Europa a gemer sob o peso esmagador do regimen da paz armada, que por toda a parte agrayou as condições de vida, subordinando toda a actividade economica ás exigencias brutais dum militarismo insaciavel, verdadeiro cancro do trabalho moderno e tremenda zombaria de toda a obra da civilisação.

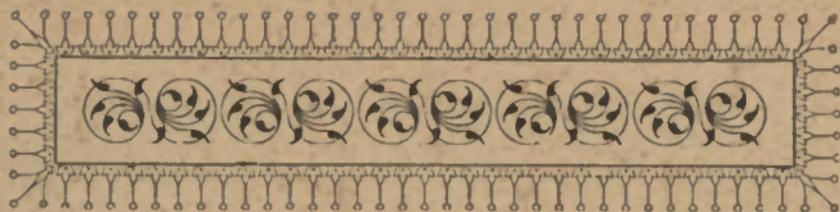
O rei Umberto que, ultimamente enveredara por caminho menos em harmonia com as aspirações liberais, sancionando algumas perseguições realizadas por Crispi, já completamente esquecido dos seus tempos de revolucionario e conspirador, foi vítima dum atentado que levou a ocupar o trono o seu pri-

mogenito Vitor Manuel, o actual reinante. Este, melhor orientado, tem imprimido á monarquia de que é o mais alto representante, uma orientação assás liberal, procurando captar a cooperação de todos os elementos, ainda os mais avançados, em vez de os guerrear acintosamente, e conseguindo intelentemente fazer esquecer os resentimentos contra a França da qual sinceramente se tem aproximado, sem que, todavia, se desligasse da triplice-aliança, cujos encargos recebera do reinado anterior.

Ultimamente, a Italia apoderou-se por meio das armas da Tripolitana, para ter mais um ponto de apoio no Mediterraneo, mar em que, com razão, julga dever fazer sentir tambem a sua influencia, pois que, sendo o unico que lhe oferece o meio de desenvolver as suas relações maritimas, readquiriu, como já tivemos ensejo de dizer, grande parte da importancia militar e estrategica doutros tempos.

Na conflagração actual a Italia tem até agora mantido uma linha de absoluta neutralidade com a qual a Alemanha e a Austria, certamente, não contavam. Mas tantos são os interesses em jogo que affectam directamente os interesses italianos, que, sem duvida, não vem longe o momento em que essa neutralidade, quasi inconcebivel, desapareça. Para que lado, porém, se inclinará a nação italiana, cujos elementos militares são tão importantes que a sua intervenção poderá concorrer para um desenlace rapido do conflito? Acederá ella, finalmente, ás solicitações que, até hoje sem resultado, lhe tem sido dirigidas pelas suas aliadas Alemanha e Austria, ou declarar-se-ha abertamente pela *triplice-entente*, aproveitando o ensejo para vibrar um golpe na Austria, que o povo, não obstante todas as delicadezas e subterfugios das estações officiais, considera a inimiga tradicional que tanto e tão generoso sangue italiano fez correr? Dilema de difficil, se não impossivel reposta, por isso que, desaparecido para sem-

pre o sentimentalismo das relações internacionais, a Italia só procurará tirar do conflito a maxima vantagem a trôco dos menores sacrificios. Já as suas tropas assentaram arraiais em territorio da turbulenta Albania, ocupando Valona a capital do fantastico estado; já os seus olhos se fixam ávidos no litoral dalmatico, cuja posse lhe dará o dominio exclusivo e incontestavel do Adriatico; amanhã, provavelmente, lançará a sua espada no prato da balança da *triple-entente*, fazendo inclinar para esta a vitoria, contanto que lhe assegurem o poder partilhar no esfacelamento do disparate politico que é o dualismo austro-hungaro, esfacelamento em que a propria Alemanha, se as circunstancias o permitissem, se não importaria de tomar parte.



GRECIA, BULGÁRIA E RUMÉNIA

São três potencias balcanicas, cuja intervenção, principalmente depois da Turquia, sua antiga e despotica dominadora, se haver manifestado, não se fará certamente demorar. Demais, os interesses balcanicos estão demasiado em jogo para que qualquer destes três estados assista impassivel até o termo dos acontecimentos. Vejamos, pois, em rapido esboço os ultimos cem anos de vida historica dos gregos, dos bulgaros e dos rumenos, cem anos que para todos eles não foram dos menos agitados nem menos ferteis em acontecimentos de ordem politica.

Sujeitos ao dominio turco, os gregos, dotados de grande astucia e dedicando-se a operações commerciaes e maritimas, gosavam a dentro do imperio otomano situação mais suportavel que a dos outros povos cristãos subordinados ao jugo dos mesmos senhores. Muitos gregos se encontravam, tambem, espalhados pela Europa, adquirindo grossos cabedais no trafico commercial a que se consagravam, e, sofrendo a acção das ideias que agitavam todo o mundo occidental e central europeu, ideias que pareciam moldadas para despertarem neles o sentimento do orgulho de pertencerem a um país que outrora produzira civilisação tão brilhante que todos os pensadores e artistas

ainda a contemplavam, extasiados com a fulgurante luz que dela irradiara e que os seculos não haviam conseguido ofuscar. Foi, pois, entre estes gregos que primeiro nasceu a ideia da independencia para cuja realisação se fundou, em 1815, em Viena, precisamente no foco da resistencia a qualquer remodelação na organização politica da Europa, a sociedade secreta, intitulada *Eteria*, aparentemente dedicada ao estudo das antigas maravilhas helenicas, mas, no fundo, essencialmente politica, associação que, no curto praso de cinco anos, adquiriu extraordinario desenvolvimento em toda a Grecia.

Na parte referente á Turquia tratámos já dos episodios que se deram na emancipação grega, a qual, iniciada em 1821, só foi incontestavel em 1829, mercê da intervenção das potencias que, instigadas pela Russia, se impuseram aos turcos, inflingindo-lhes a memorável derrota naval de Navarino em 20 de outubro de 1827, e da tomada de Andrinopola pelos russos a 20 de agosto de 1829, obrigando o sultão a aceitar o tratado assinado na mesma cidade a 4 de setembro de 1829, pelo qual a Grecia era reconhecida, sob a segurança da Inglaterra, França e Russia, como estado absolutamente independente de fôrma monarchica. Posta de parte a candidatura, patrocinada pela Inglaterra, de Leopoldo Saxe-Coburgo para o trono do novo reino, em virtude das exigencias feitas por Leopoldo para aceitação da corôa, permaneceu á testa da administração grega Capo d'Istria, um dos heroes da emancipação.

Capo d'Istria caiu, porém, na impopularidade pelo despotismo e opressão de que se servia e pela amizade e quasi subserviência que manifestava pela Russia, a cuja politica se subordinava tanto que os seus concidadãos o consideravam um agente do czar. Por isso, em 1831, os hidriotas revoltam-se contra ele, adquirindo para a causa da insurreição quasi todas as ilhas. Capo d'Istria solicitou e obteve so-

corros do czar; mas a 9 de outubro caía assassinado em Nauplia ás mãos de Jorge Mavromiqualis e de Constantino, irmão deste. A luta civil atingiu então a maxima intensidade, chegando a estabelecer-se dois governos: um em Nauplia, a cuja frente se encontrava um irmão de Capo d'Istria, e outro em Mégara constituído pelos revoltosos, contrarios á influencia russa. Este ultimo, dispondo da cooperação de quasi todos os gregos, acabou por triunfar, conquistando aos adversarios, em abril de 1832, a propria cidade de Nauplia, seu ultimo reducto.

Finalmente, na conferencia de Londres, reunida em 1832, a Inglaterra, a França e a Russia, ouvindo préviamente a Turquia, deliberaram, para terem um termo as rixas dos gregos que obstavam a qualquer organização no novo estado, escolher um rei para a Grecia, recaíndo a escolha em Otão da Baviera, filho do rei Luís I da Baviera, monarca muito conhecido pela sua simpatia pela causa da emancipação helenica. Otão, de feito, desembarcava em Nauplia a 6 de fevereiro de 1833, para iniciar o seu reinado, sendo acompanhado de um conselho de regencia, que governaria até á maioridade do rei que só se daria em 1835, e por três mil quinhentos soldados bavaros, que foram substituir as tropas francêsas que inda ocupavam a Morea.

O reinado de Otão foi um longo periodo de lutas internas provocadas pelos países que haviam contribuido para assegurar a independencia grega e que uns aos outros disputavam sanhudamente a preponderancia do novo estado, explorando para o efeito o descontentamento que lavrava entre os gregos, descontentamento motivado pela permanencia no seu territorio das tropas bavaras. Assim, em 1843, a Inglaterra e a Russia provocaram na Grecia uma crise financeira, que forçou Otão a mandar retirar as forças bavaras, dando assim ensejo a que o exercito grego se revoltasse e forçasse a rei a con-

vocar uma assembléa nacional encarregada de elaborar e aprovar uma constituição.

Estabelecido definitivamente o regimen parlamentar em 1844, nem por isso as lutas internas e as rivalidades das potencias deixaram de manifestar-se, cabendo, até 1847, a preponderancia ao partido francês, que a Inglaterra e a Russia combatiam com tanta tenacidade que as maquinações do governo inglêz provocaram primeiro, em 1846 e 1847, a sublevação da Acaia, da Messenia e da Eubea, e, em 1850, tomando por pretexto a pilhagem de que, durante um motim popular, fôra vitima o judeu portuguez Pacifico, o bloqueio pela esquadra inglêsa do porto do Pireu, apesar das relutancias manifestadas pela França contra semelhante violencia. Em 1853, a Russia, por seu turno, fomentou contra o rei Otão um novo movimento de revolta, na Morea, dirigido por um frade fanatico Cristoforo Papulaquis, sustentado por agentes russos. A guerra da Crimeia acarretou novos desastres para os gregos que viram o seu pequeno territorio occupado por tropas francêsas de 1854 a 1857. De dia para dia, em resultado de todos estes acontecimentos, a nação mais hostile se mostrava contra o rei cuja incapacidade para manter a ordem e assegurar a paz era manifesta.

A hostilidade contra o rei exteriorisava-se por todo o reino, e, ao cabo de algumas insurreições militares, numa das quais os soldados foram ao extremo de invadirem e pilharem o palacio real em Atenas, Otão abdicou, em 26 de outubro de 1862, e abandonou a Grecia em cujo trono se sentara por mais de trinta anos.

Ficou então á testa da nação um governo provisório, constituído por Canaris, Bulgaris e Rufos, que convocou uma assembléa constituinte na qual figuraram tambem deputados eleitos pelos gregos residentes no estrangeiro. Rejeitada por grande

maioria de deputados a ideia do estabelecimento da Republica, os gregos andaram pela Europa em demanda dum rei que os fosse governar, preferindo aquele que mais agradasse á Inglaterra com o intuito desta nação lhes ceder as ilhas Jonicas que, por mais duma vez, haviam pedido a anexação. A desordem infrene andava á solta por toda a Grecia sacudida por constantes insurreições militares e pela audacia do banditismo que reapareceu com toda a intensidade doutros tempos; no entretanto, rejeitadas as candidaturas do principe Alfredo, filho da rainha Vitoria, e do principe de Leuchtenberg, parente da mesma soberana, em virtude do protocolo de Londres de 1830, que estatuiu a exclusão do trono da Grecia de principes pertencentes ás casas reinantes das três potencias protectoras da Grecia, não tendo sido aceite a oferta da corôa por D. Fernando, pai do rei de Portugal, ao tempo D. Luís I, os gregos elegeram para rei, com a aprovação do governo inglêz, Guilherme Jorge, sobrinho do rei da Dinamarca e cunhado do principe de Gales. O eleito declarou aceitar a corôa a 18 de junho de 1863, a quasi três meses depois da eleição, e a Inglaterra cedeu, pelo tratado de Londres desse mesmo ano, as ilhas Jonicas.

O rei Jorge que chegou ao seu reino a 30 de outubro de 1863, viu-se de principio a braços com a desordem que se afigurava já impossivel de debelar; mas, ao cabo, de quasi um ano de esforços, consegue impôr-se ao parlamento, onde os deputados apareciam armados de pistolas e punhais, e faz com que a constituição seja votada por grande maioria a 28 de outubro de 1864.

A constituição helénica inscrevia os principios mais avançados ao tempo em direito publico, assegurando a mais absoluta liberdade de associação e de imprensa, criando apenas uma camara, a *Bule*, eleita por quatro anos e por sufragio universal e

estatuindo a responsabilidade dos ministros perante a camara. Num pais, como a Grecia, falho ainda de educação politica, eivado do espirito de desordem e de facção, a constituição só serviu para transferir para a vida parlamentar a instabilidade e a desordem da vida da praça publica. Assim, em vez de partidos, criaram-se clientelas, cada uma das quais procurava servir os seus apaniguados, e os ministerios mudavam quasi de mês a mês, tendo havido cinco de maio a dezembro de 1865. Parecia tambem que os dinheiros publicos andavam a saque, á mercê das ambições insaciaveis dos bandos que disputavam o poder, o que produziu uma crise financeira pavorosa, mal este que, agravado com a indisciplina cada vez maior do exercito, que se envolvera apaixonadamente na politica, causou tão graves perturbações que as potencias interessadas ameaçaram intervir para porem termo a tamanho descabro.

Em 1866, a ilha de Creta, sempre desejosa de sacudir o dominio turco, revolta-se contra a sultão e, a 23 de setembro desse ano, a assembleia geral dos cretenses, reunida em Spakia, proclamou a *união indissoluvel de Creta á Grecia sua mãe*. As tropas turcas foram batidas em varios recontros pelos cretenses que, no recesso das suas montanhas, se batiam valentemente; os gregos, com o intuito de auxiliarem os revoltados, acabaram com as suas lutas internas, forneciam para a luta armas e munições e enviavam bandos sobre bandos de voluntarios, provocando, por parte da Turquia que via as potencias europeias divididas a proposito da attitude que deviam tomar perante a questão cretense, uma declaração de guerra a que a Grecia ia responder, quando as potencias intervieram impondo aos gregos, na conferencia de Paris em 1869, clausulas a que os irrequietos e belicosos helénos tiveram de submeter-se.

Os cretenses obtiveram algumas concessões que aliviaram o regimen despótico que até então a Turquia sobre eles exercera, se bem que se houvessem visto forçados a depôr as armas pela inopia de recursos a que se viram reduzidos. Na Grecia, porém, as desordens internas, suspensas durante a revolução cretense, renovam-se com maior intensidade, desenvolvendo-se com tanta audacia o banditismo que, em 1870, em Maratona, os salteadores aprisionaram nove pessoas, entre as quais os secretarios das legações inglêsa e italiana, matando quatro dos seus infelizes prisioneiros. A brutalidade do caso provocou grande indignação não só na Grecia como no estrangeiro, o que deu ensejo a que o ministerio presidido por Comunduros apresentasse uma série de propostas tendentes a assegurar a ordem publica e os haveres de nacionais e estrangeiros.

Conseguida a ordem publica e extinctos os actos de banditismo, que faziam da Grecia vasto teatro de operações para os salteadores, a desordem foi refugiar-se no parlamento, onde partidos sem programas nem idiaes, constituindo verdadeiras camorras em torno dos audaciosos que chamavam a si a direcção dos dandos, se degladiavam cavando a ruina do pais, incapazes de atenderem ao que não fossem interesses pessoais ou de facção. Assim, a Grecia sofreu grandes desastres financeiros, vendo-se obrigada a aceitar o curso forçado do papel moeda, mal pagando aos crédores, aumentando os *deficits* e tudo isto sem que qualquer obra util se tivesse levado a efeito no mais modesto ramo de administração publica.

Da malfadada politica em que os homens dirigentes da Grecia se haviam envolvido, só males resultaram para a causa nacional. No congresso de Berlim, em 1878, pretenderam os gregos obter uma rectificação de fronteiras na Tessalia, mas as poten-

cias nada mais lhes deram que promessas falazes e o conselho de se entenderem directamente com a Turquia sobre o assunto. Tal é a sorte que espera todos os povos em que a falta de disciplina social, resultante da preponderancia no poder de imbecis, ambiciosos e de falhos de escrupulos, promove a orientação e dá vitalidade a grupos pseudo-politicos sem ideal, que não seja o servilismo para com o chefe que, pela audacia, os subordina e, pela liberalidade á custa do tesouro, os sacia.

No meio de tanta desorganisação e imoralidade, um sentimento havia comtudo partilhado por todos os gregos, e orientador da sua politica externa, tantas vezes desastrada e desastrosa, qual era o do alargamento da Grecia pela anexação de Creta e da Macedonia. Para a consecução desse objectivo as reformas militares succediam-se com a mira de se organisarem forças que pudessem sustentar a guerra contra a Turquia, chegando em 1878 a fazer-se a mobilisação do exercito para se romper a luta, de que os gregos por então desistiram em virtude da declaração, feita por intermedio da França, de que as potencias se desinteressariam do resultado da campanha, se, porventura, esta chegasse a iniciar-se. Todavia, em 1881, com os bons serviços da Inglaterra, a Grecia, conseguiu obter, sem dificuldade, um aumento territorial de treze mil quilometros quadrados.

Em 1882, Comunduros foi substituido na presidencia do ministerio por Tricupis que se entregou denodadamente á obra da pacificação interna, do desenvolvimento material e, para não descontentar os que aspiravam á constituição da *Grecia maior*, á empresa da formação dum exercito digno desse nome e da marinha de guerra, servindo-se para isso de elementos estrangeiros, principalmente francêses, o que provocou a sua queda do poder, em 1885, pelo descontentamento dos *policaros*, avessos a quaisquer

interferencias das nações ocidentais. A Tricupis seguiu-se no poder Delyannis que apenas se manteve de agosto de 1885 a maio de 1886, época em que, novamente, foi chamado o seu antecessor. Este conservou-se á testa do governo até 1891, e, continuando os seus planos, fez recommençar obras publicas interrompidas, como o rasgamento do istmo de Corinto, trabalhos de dissecação na Tessalia e construção de novas linhas ferreas.

Em 1889, Creta revolta-se mais uma vez contra a Turquia, e Tricupis, em vez de, como os seus concidadãos queriam, mandar reforços aos revoltados, procurou obter a intervenção das potencias, o que não conseguiu, não obstante o casamento do duque de Sparta, herdeiro do trono, com Sofia da Prussia, irmã do imperador da Alemanha, haver feito crer aos gregos, o que os factos desmentiram, que teriam a faverecê-los em suas pretensões o apoio alemão. O espirito belicoso continuava, porém, a acicatar os gregos, obrigando-os a despesas loucas, que chegaram a despertar nas nações que haviam concorrido com o seu dinheiro para os empréstimos do governo grego, a ideia de se impôr á Grecia uma fiscalisação financeira internacional. A agitação guerreira era sustentada pela *Etnique Eteria*, associação bastante poderosa e influente, que, em 1897, forçou o governo helenico a mandar um corpo de tropas em auxilio dos cretenses que, mais uma vez se haviam revoltado, e a fechar os olhos á constante saída de bandos armados para a Macedonia que tambem se sublevara contra os turcos.

A opinião publica, pertinazmente trabalhada pelos partidarios da guerra, forçou o ministerio grego, ao tempo presidido por Delyannis, a declarar guerra á Turquia. A luta durou algumas semanas apenas; a derrota dos gregos foi estrondosa e a Grecia ter-se-ia visto seriamente comprometida, se as potencias, para evitarem conflagração maior, não hou-

vessem intervindo, impondo a paz ás duas nações beligerantes. Mais tarde, a questão de Creta foi provisoriamente solucionada pela concessão de autonomia á ilha tão disputada, dando-se-lhe como chefe do poder um príncipe da casa real da Grecia, solução que não tem obstado ás desordens que só terão termo quando se resolver definitivamente a anexação pura e simplez dos cretenses ao reino helenico.

O sonho de engrandecimento territorial da Grecia encontra-se irrealizado ainda hoje que a mór das guerras da humanidade está cevando os instintos de feresa. Deste facto resultará, sem duvida, a movimentação da Grecia para os campos da batalha, desfraldando a sua bandeira no campo dos que lutam contra a Austria e a Alemanha, que assim parecem exigir os seus interesses, desde que a Turquia, sua tradicional inimiga, se incorporou no campo germanico, e a Russia, embora com o intuito de alastrar a sua esfera de influencia no continente europeu, se bate ao lado da França e da Inglaterra no duelo temeroso de que ha-de sair, ao cabo, quaisquer que sejam os seus resultados apparentes e immediatos, a vitoria do espirito democratico e progressivo sobre o autoritarismo imperialista e reaccionario por mais que este, estrebuchante e vendo a condenação irremediavel na propria obra, procure apoiar-se no bem fragil escudo de mercenarias doutrinas pseudo-scientificas.

Passada em rapida revista a vida historica da Grecia nos ultimos cem anos, ocupemo-nos agora da Bulgária, mais um dos estados constituídos á custa do ininterrupto esfacelamento do imperio turco. Acicatados pelo exemplo dos servios, seus vizinhos e irmãos em crenças, os bulgaros foram elaborando gradualmente os elementos da sua emancipação, a qual só no ultimo quartel do seculo findo seria um facto consumado.

Um frade, Paisii, que se entregara de alma e co-

ração ao estudo da historia bulgara, um bispo, Spohnii, e um russo Veneline, aquele cultivando a lingua e dando-lhe os foros de literaria, este compondo um trabalho interessantissimo ácerca dos antigos e novos bulgaros, foram os cabouqueiros do edificio que deveria albergar uma nova nacionalidade, despertando entre todos os bulgaros os, havia muito, obliterados sentimentos duma patria livre e independente. Condições especiais do territorio, ao norte constituido por planices abertas, ao sul muito vizinho de Constantinopola e sempre ocupado por numerosas forças turcas, não permitiram aos bulgaros acompanhar as revoltas com que os servios e os gregos iam enfraquecendo o dominio islamico. Se a sua acção, porém, se não fazia sentir nos campos de batalha, era, todavia, poderosa no emprego de elementos de ordem moral, proprios para fazerem surgir o sentimento colectivo, orientando-o no caminho da liberdade.

Emquanto os outros povos balcanicos se batiam nos campos da batalha, os bulgaros procuravam instruir-se, e, assim, fundavam escolas secundarias, como a de Gabrovo, em 1835, difundiam a instrução primaria, popularisavam o livro e criavam uma literatura nacional, que os foi libertando da influencia mental helenica a que até então haviam estado subordinados. Em 1844 a imprensa adquire grande vitalidade e Rakovski, um agitador, dotado de varias aptidões, pois que era simultaneamente poeta, historiador, filologo e etnografo, consegue imprimir, pela influencia sempre crescente da sua obra, unidade ás aspirações bulgaras, que o despertar intelectual dos seus compatriotas haviam vindo formulando.

A' semilhança dos restantes povos balcanicos vergados ao peso do dominio turco, os bulgaros começaram de olhar para a Russia como a nação que eficazmente os poderia auxiliar na constituição

da nacionalidade, e, foi com entusiasmo e sinceridade que, em 1828, receberam enviados do czar e serviram com o exercito russo que, numa das muitas contendas com a Turquia, penetrara nas regiões da Bulgária. A Russia, em obediencia ao plano politico que desde o seculo dezoito vinha seguindo com tenacidade, animava os bulgaros, incitava-os e fomentava entre eles a animadversão contra o turco, a ponto de, eles, em 1841, tomando por pretexto as violencias exercidas sobre eles por um pachá que os governava, como os turcos costumam governar os seus dependentes, se revoltarem. Este foi o seu primeiro movimento armado, que os turcos rapidamente dominaram, afogando-o em ondas de sangue que, como sempre acontece, só serviram para acirrar os vencidos e incitá-los a persistirem no caminho encetado até que a vitoria viesse coroalhes os esforços. Assim, de 1849 a 1857, os bulgaros, aproveitando a sublevação da Bosnia, lançaram-se outra vez na revolta, proclamando a *confederação slava*, esperançados em que a Russia interviria em seu favor. O movimento não vingou porque os servios, para contrariarem a Russia, em vez de auxiliarem os insurrectos, se manifestaram a favor dos turcos que tiveram tambem a servi-los os montenegrinos os quais, por odio religioso, se arremesaram contra os bosnios e, portanto, contra os bulgaros cooperadores destes.

A repressão turca far-se-ia sentir com todos os horrores e barbaridades costumadas, se Omer-pachá, para tirar á Russia o mais pequeno pretexto de intervenção nas questões internas do imperio turco, não houvesse concedido a todos os insurrectos a mais ampla amnistia, assegurando á Bulgária as regalias expressas no celebre *tançimat* ou conjunto de reformas de sentido liberal, que os mais esclarecidos turcos queriam impôr no imperio convulsionado constantemente por sedições e revoltas.

Não foi, porém, muito duradoura para os bulgaros a paz que lhes parecia sorrir com a attitude dos politicos turcos, porque, destes, os sinceramente partidarios de reformas que beneficiassem os cristãos sujeitos ao dominio do sultão, não tardariam a ser levados de vencida. De feito, em 1876, como consequencia da sublevação do ano anterior na Bosnia e na Herzegovina, alguns bulgaros, não podendo suportar as exações e violencias dos turcos, tentaram resistir. Tanto bastou para que a Turquia, forte com o apoio da Inglaterra que, *com todo o seu apregoado humanitarismo*, dava carta branca ao sultão para proceder tão despoticamente como entendesse contra os cristãos, assolasse a Bulgária, incendiando 79 aldeias e massacrando mais de vinte mil dos seus habitantes, atrocidades estas que, como já tivemos occasião de dizer, fizeram voltar á actividade politica o grande Gladstone, o homem que mais ardentemente se manifestou em nome da humanidade contra as atrocidades que o governo do seu país aplaudia a mãos ambas.

O tratado de S. Stefano que, em 1878, pôs termo á guerra dos Balcans, estatuiu a criação da Bulgária como estado independente constituído pela Bulgária propriamente dita, pela Rumelia oriental e pela Macedonia; mas, por ser obra da Russia, o congresso europeu, reunido nesse mesmo ano em Berlim, resolveu, por proposta de lord Salisbury, representante da Inglaterra, que a *Grande Bulgária* se não constituísse, passando a Macedonia novamente para o dominio directo do sultão, formando a Rumelia uma provincia autonoma do imperio turco com um governador cristão nomeado pelo governo de Constantinopola, e sancionada a nomeação pelas potencias, e fazendo da Bulgária um principado vas-salo da Turquia que daria o necessario assentimento á escolha do principe que a eleição dos bulgaros designasse para seu chefe. O congresso de

Berlim, contrariando bastante as aspirações dos povos balcanicos, mais veio complicar a questão do oriente europeu, desde então ameaça permanente duma conflagração geral, que, após muitos conflitos locais, veio finalmente a estalar, fazendo-nos hoje assistir á mais terrivel das mortandades de que ha memoria na historia guerreira do mundo.

Os bulgaros, em 1879, na assembleia de Tirnovo, votaram a sua constituição, na qual se estatua que á testa do estado estaria um principe cujas funções se transmitiriam por hereditariedade na linha masculina, e que o poder legislativo seria exercido pela *Sobranie*, ou representação nacional, constituida por deputados eleitos por sufragio universal e directo. Nesse mesmo ano, a 27 de agosto, os bulgaros elegeram para principe Alexandre de Battenberg, candidato patrocinado pela Russia e sobrinho da czarina esposa de Alexandre III.

A Russia, tendo levado a cabo a emancipação dos bulgaros, julgava-se com o direito de nela mandar, subordinando-lhe toda a vida politica interna e externa á sua acção. Este facto representava para a Bulgária apenas a mudança dum senhor por outro; e, por isso, não tardou que o sentimento nacional começasse a manifestar-se abertamente contra a influencia russa, dando o facto azo a grande agitação em que russofilos e antirussos se degladiaram a ponto de permitirem que o principe Alexandre de Battenberg dêsse um golpe de estado, mercê do qual suspendeu a constituição e expulsou do parlamento os deputados liberais, que reagiam contra a obra de russificação continuada pelos generais russos Remlingen, Sobolef e Kaulbairs, que se encontravam á testa do exercito bulgaro e que os conservadores senhores do poder apoiavam decididamente. Tão grandes eram, porêm, as exigencias da Russia que os proprios conservadores reconheceram a necessidade de aconselharem o principe

a resistir e a chamar a cooperação dos liberais para a organização dum ministerio nacional, que reagisse aberta e intransigentemente contra a absorpção que o czar maquinava. O principe, cujas simpatias pelo czar eram nulas, assim fez; mas um outro acontecimento veio complicar a situação.

A Rumelia, que os russos occupavam provisoriamente, em virtude duma clausula do tratado de Berlim, revoltou-se proclamando a sua anexação á Bulgária, em harmonia com o que o tratado de S. Stefano estabelecera. O movimento, a que a Inglaterra não foi estranha para guerrear a influencia russa, por isso que os russos a elle se opunham, rebentou em 1885, e, embora não fosse esperado tão cedo pelo principe Alexandre de Battenberg, obrigou este a pôr-se em campo e a assumir o titulo de principe das duas Bulgárias. Em presença destes factos, o czar mandou retirar todos os officiaes russos que se encontravam no exercito bulgaro, e declarou que nada faria a favor da Bulgária enquanto Alexandre de Battenberg a governasse; por outro lado, a Servia, vendo na expansão da Bulgária grave perigo para o equilibrio politico dos estados balcanicos, apressou-se a declarar a guerra e a invadir o territorio bulgaro, mas foi completamente desbaratada em Slivnitza, sendo, por seu turno, invadida. A Austria, cuja ambição de arbitro na questão balcanica tinha ensejo para se exercer, impôs um armistício aos dois beligerantes, do qual resultou a paz assinada em Bucarest a 8 de março de 1886.

Por proposta da Turquia e aquiescencia das outras potencias europeias, com excepção da Russia, Alexandre de Battenberg foi nomeado governador da Rumelia, o que equivalia a realisar a união das regiões bulgaras. O czar não desistia, porém, de apoiar Alexandre de Battenberg, e, por isso, não obstante o prestigio de que este gosava, urdiu contra elle uma conjuração que o forçou a abdicar e a

sair do principado. Os conjurados não contavam, todavia, com a adesão da maioria dos bulgaros, polo que, dez dias depois da façanha, que haviam levado á pratica, a 1 de setembro de 1886, o principe reentrou na posse da soberania de que o haviam esbulhado, e Stambulof, assumiu a direcção dos negocios publicos. Dois dias depois Alexandre de Battenberg, tendo, sem resultado, procurado captar a boa vontade do czar, abdicou definitivamente confiando o governo a uma regencia presidida por Stambulof, homem publico cuja divisa era a *Bulgária para os bulgaros*.

Stambulof exerceu a mais rigida ditadura que é possivel conceber-se, não hesitando nunca em mandar matar todos os que tivessem a veleidade de se opôr aos seus actos. Para obstar a que a Russia impusesse um principe da sua feição, Stambulof, fez eleger principe a Valdemar, filho do rei da Dinamarca, e, como o eleito não aceitasse o encargo, fez com que a assembleia nacional dos bulgaros votasse por unanimidade em Fernando de Saxe-Coburgo o qual, aceitando o encargo, a 23 de agosto de 1887, dava entrada em Sofia, jurava a constituição e iniciava o seu governo, contando com a simpatia e, em caso de necessidade, com o auxilio da Inglaterra, da Austria e da Italia, para contrabalançar a má vontade da Russia e da Turquia, que não queriam reconhecer a validade da sua eleição.

Fernando, embora se sentisse animado do desejo de exercer a sua acção pessoal no governo do estado, teve de submeter-se á vontade de Stambulof que, até 1894, continuou á testa do governo, fazendo sentir com mão de ferro a sua indomavel ditadura que só tinha a justificá-la o grande amor patrio que a inspirava, e o largo desenvolvimento intelectual e material que proporcionava á Bulgária. Mas todos os ditadores, ainda os que mais levantados serviços prestem, acumulam contra as suas pes-

soas odios que só a morte pode saciar, e, assim, Stambulof, que, filho de um estalajadeiro de Tirnovo, chegara ás culminancias do poder, caiu assassinado a pouco mais dum ano da sua saída do ministerio.

A Bulgária continuou progredindo e procurava captar as simpatias da Austria e da propria Turquia, de que se servia como escudo contra a má vontade da Russia. O exercito foi sériamente reorganizado, sendo chamados officiaes francezes para o instruirem e adquirindo-se magnifico material de guerra, que, na ultima campanha sustentada contra a Turquia, provou bem quão util era, pois que assegurou aos bulgaros a vitoria.

O rei Fernando que, por morte do absorvente Stambulof, teve ensejo de imprimir á politica bulgara a sua orientação, dedicou-se a uma obra de pacificação interna e externa. Assim, ao passo que annistiou todos os perseguidos pelo antigo e tenaz dictador, procurou alcançar da Russia o reconhecimento do seu governo, pertinazmente negado por Alexandre III. Por morte deste, seu filho e sucessor Nicolau II, o actual czar de todas as Russias, prestou-se de boa mente a essa aproximação, condescendendo em ser padrinho de batismo do principe Boris, filho de Fernando da Bulgaria, em 1896, ano em que a Turquia, tambem, por seu lado, convencida de que, por esta fórma, melhor servia os seus interesses, confirmava, finalmente, a eleição de Fernando como principe e o nomeava ao mesmo tempo governador da Romelia.

Mais tarde, a Bulgária foi elevada á categoria de reino e tem continuado a desenvolver todos os seus recursos, procurando realisar a Bulgária do tratado de S. Stefano pela occupação da Macedonia, o que a levou a bater-se, não ha muito, com a Turquia.

No actual conflito, a Bulgária tem, como todos os outros povos balcanicos, muitos interesses em jogo. Diminuida e quasi extinta, em favor da Rus-

sia, a influencia que a Austria por muitos anos gozou entre os bulgaros, havendo-se manifestado pelos austro-alemães os turcos que constituem o grande embaraço á posse da Macedonia pela Bulgária que, todavia, póde encontrar a Grecia a disputar-lhe, pelo menos, parte dessa região, parecidos verosimil que os bulgaros, a não persistirem na neutralidade até agora mantida, mas que lhes poderá ser bastante prejudicial, juntarão os seus esforços nos campos da batalha aos exercitos russos, montenegrinos e servios, seus irmãos em crenças, com um inimigo comum a combater, por muito que as vicissitudes e alternativas da vida politica e os antagonismos de interesses de momento os hajam, por vezes, separado.

Quem da Bulgária atravessar da margem direita para a esquerda o Danubio, encontrar-se-ha na região rumena, cuja vida historica ora vamos traçar. Constituida pela Moldavia e pela Valaquia, a Rumania dos nossos dias continuou pelo congresso de Viena na posse da Turquia, cujo governo sobre ela exercia as mesmas sevicias que sobre os outros povos cristãos sujeitos ao seu dominio. Por isso, tambem, as primeiras manifestações de resistencia e a organização do movimento separatista foram provocadas pela *Eteria*, a celebre associação secreta patrocinada pela Russia, que em Bucarest estabelecera uma das suas sucursais e, dentro em pouco tempo, ganhara inumeros adeptos até entre os que constituíam o circulo intimo dos *hospodares* ou governadores.

Em fevereiro de 1821, Teodoro Vladimiresco, um dos filiados da *Eteria*, aproveitando a morte de Alexandre Sutzo, hospodar da Valaquia, levantou o grito de insurreição contra a Turquia e, a pouco mais dum mês do inicio da luta, assenhoreava-se de Bucarest. Nesta conjuntura, Ypsilanti, chefe dos eteristas, transpõe o Pruth, entra na

Rumenia, declarando que o fazia apenas para se dirigir á Grecia a levar elementos ao separatismo, e capta para a sua causa Miguel Stuzo, o hospodar da Moldavia, que estanciava em Jassy.

Continuando a marcha, Ypsilanti dirige uma proclamação aos rumenos, incitando-os a juntarem-se-lhe para a conquista da independencia de todos os povos balcanicos; mas, chegando a Colentina, nas visinhanças de Bucarest, viu que a sua proclamação não excitara os rumenos e que o proprio Vladimiresco estava pouco disposto a prestar-lhe auxilio, por isso que o chefe romaico desejava aproveitar-se dos acontecimentos, apenas em proveito pessoal e no da Rumenia, não ocultando a má vontade que o animava contra os gregos. A attitude de Vladimiresco desagradou em extremo a Ypsilanti que, homem de poucos escrupulos, conseguindo apossar-se, por traição, do chefe romaico o mandou matar, sem sombra sequer de julgamento, violencia esta que acabou de lhe alienar algumas simpatias de que, porventura, inda dispusesse entre os romaicos.

Os rumenos, irritados com a vilania de Ypsilanti, contrariaram então quanto possível a insurreição grega, o que lhes valeu por parte da Turquia o restabelecimento da autonomia administrativa, que lhes fôra tirada quando se haviam revoltado, e a nomeação de novos hospodares, não já gregos como os antigos, mas escolhidos entre os boiardos ou nobres romaicos. A pouco e pouco, sob a acção dos dois novos hospodares, a tranquillidade foi-se restabelecendo nos dois principados rumenos que, todavia, continuavam occupados pelas tropas turcas.

Foi contra este facto que a Russia protestou alegando, em virtude de tratados anteriores, pertencer-lhe o protetorado dos rumenos. Desse protesto resultou o tratado de Akkerman, assinado em

1826, com a Turquia que reconheceu aos moldo-valaquios novas regalias e isenções, que muito atenuavam a sua dependencia do governo do sultão.

Ao dominio turco, porém, succedeu o da Russia, cujo protetorado assumiu as proporções do mais vexatorio jugo, exercido pelo general Kisselef que com um corpo de tropas russas occupava e governava a Rumenia. Do protetorado quiseram os russos passar á posse directa, pedindo, em 1833, á Turquia que lhe cedesse a soberania dos dois principados danubianos, a troco da indenisação de guerra de que ainda lhe era devedora. A Turquia, cuja soberania nos principados era já mais nominal que efetiva, cedia de boa mente ás imposições russas, que tiveram, porém, de recuar em presença da opposição da França, da Inglaterra e da Austria, opposição de que resultou o tratado de Viena, de 1834, em virtude do qual as tropas russas abandonaram os territorios romaicos.

Durante a occupação, porém, os russos tinham organizado a vida politica dos rumenos em harmonia com o que mais convinha ás suas aspirações de dominio. Assim, em 1831, duas assembleias gerais, reunidas em Buzarest e em Jassy, haviam aprovado o estatuto ou regulamento organico dos rumenos, previamente aprovado pelo governo russo. O estatuto, agora lei geral para a Moldavia e para Valaquia, entregava exclusivamente o governo aos boiardos, individuos de casta nobre afeiçoados aos russos, que não só eram os unicos elegiveis para hospodares e deputados, mas tambem os unicos que gosavam das prerogativas de eleitores. Além disso, os boiardos ficaram isentos de todos os impostos, recaindo estes só sobre os *mosnani* ou pequenos proprietarios e sobre os camponêses que, na sua maioria, ainda viviam como servos adscritos á gleba.

Nestas condições os rumenos continuavam sob

a pressão da Rússia, da qual os seus novos hospo-
dares, Miguel Sturdza para a Moldavia, e Alexan-
dre Ghika para a Valaquia, não eram mais que sim-
plez mandatarios, cuja insubmissão, por mais
modesta que fosse, lhes acarretaria castigo severo,
como aconteceu a Ghika a quem, por haver auxi-
liado o governo turco a esmagar, em 1841, a insur-
reição bulgara, protegida ás ocultas pelos russos,
foi arrancado o poder para ser dado a Jorge Bibesco,
protegido do czar. Era, portanto, bem deprimente
a situação da Rumenia, sujeita simultaneamente
á acção de dois vizinhos poderosos, a Rússia e a
Turquia, que um ao outro procuravam prejudicar-se
num duelo a que só a queda dum deles poderá pôr
termo.

E', pois, o desejo de sacudir a tutela do directo
senhor, o turco, e a não menos vexatoria do prote-
tor russo, que anima os patriotas romaicos a pro-
pagarem com inexcedivel tenacidade a ideia do re-
surgimento nacional. Os oradores e escritores toma-
ram a peito a empresa, proclamando que a Moldavia
e a Valaquia deveriam constituir um só estado, por
isso que tinham origem, lingua e costumes comuns.
Mais sustentavam que a Transilvania, a Bucovina
e a Bessarabia, em poder da Austria e da Rússia,
por povoadas de rumenos, deveriam fazer parte da
grande nação romaica, para cuja constituição con-
vergiam os esforços da sua actividade.

Para que o sentimento nacional mais se fortale-
cesse, os romaicos consagravam-se á popularisação
das velhas tradições nacionais e ao aperfeiçoamento
literario da lingua, a unica latina do oriente, pro-
curando nestes dois factores a resistencia contra
o slavismo que os assoberbava. Para a futura na-
cionalidade autonoma preconisavam os entusiastas
propagandistas, na organização interna, a emanci-
pação dos servos, a abolição dos privilegios que
faziam dos boiardos uma casta em tudo superior

ao resto da nação, e um governo essencialmente livre e democratico. Sociedades se fundaram para levarem a todos recantos da Rumania a doutrina da libertação, sendo as mais notaveis a *filarmónica*, fundada, em 1835, por Campimani, e a *dos irmãos*, a cuja frente se collocaram, em 1844, epoca da sua organização, Balcesco, José Ghika e Tell. Com a mais nitida comprehensão dos meios a empregar para suscitarem um movimento nacional consciente, os rumenos procuravam e conseguiram derramar em todos os meios a instrução e organisaram uma imprensa essencialmente patriotica, que mantinha a mais persistente e levantada campanha em prol da liberdade nacional.

A revolução de 1848, em França, animou os rumenos a tentarem a realisação das suas aspirações. Assim, na Moldavia, a 27 de maio de 1848, efectuou-se uma reunião pacifica, que apresentou ao hospodar Miguel Sturdza um projecto de constituição que ele prometeu tomar em consideração no primeiro momento, mas do qual nenhum caso fez, pois que, na noite desse mesmo dia, mandou prender os chefes do movimento, reentrando immediatamente tudo na ordem anterior. Na Valaquia, porém, houve complicações mais graves, que determinaram a intervenção da Russia, por isso que contra a sua influencia era principalmente dirigido o movimento que, a 21 de junho do mesmo ano de 1848, proclamara, no *campo da regeneração*, em Islaz, uma constituição que o proprio exercito aceitou por *não querer bater-se contra irmãos*. A Russia arrastou a Turquia a intervir tambem, muito embora os valaquios procurassem estabelecer um entendimento sincero com os turcos, e as duas potencias que se arrogavam o direito de dispôr dos rumenos, assinaram, em 1849 a convenção de Balta-Liman, que, inspirada no espirito reaccionario do czar Nicolau, arrancou aos

valaquios todas as liberdades e regalias politicas, que até então haviam fruido.

O tratado de Paris de 1856, consequencia da guerra da Crimeia, abolia a convenção de Balta-Liman, dando azo a que a questão dos principados danubianos fosse objecto das atenções da politica europeia. A França, a Russia e a Prussia manifestaram-se a favor da união dos dois principados, combatida pela Turquia, Austria e Inglaterra. Estas duas ultimas nações, tomando mais a peito a questão, negociaram um tratado secreto com o fim de por todos os meios se impedir a desejada união da Moldavia e da Valaquia; a Austria, receiosa de que lhe escapasse a Transilvania, a Inglaterra temendo que o novo estado se aliasse com a Russia e auxiliasse esta na luta contra o imperio turco, cuja integridade então muito convinha á Inglaterra para o transformar em elemento poderoso que obstasse á expansão dos russos, os quais para ela constituíam já ao tempo, um pesadelo na Asia.

A attitude decidida da França e da Russia determinou, porém, a reunião duma conferencia em Paris, em 1858, da qual resultou que a Moldavia e a Valaquia, designadas desde então oficialmente por *Principados Danubianos*, teriam hospodares privativos, eleitos entre naturais de cada um dos principados por assembleias gerais privativas, concedendo-se-lhes, além disso, uma comissão central e um supremo tribunal de justiça comum, o que representava uma vitoria, ainda que parcial, para os partidarios da união. A' sombra das disposições desta conferencia, os moldavios e os valaquios, em 1859, elegeram o mesmo hospodar, o coronel Cuza, facto contra o qual protestou, mas sem resultado, o governo turco. Finalmente, de cedencia em cedencia, a Turquia consentiu que as duas assembleias dos principados se fundissem, em 1861, dizendo então Cuza, numa proclamação dirigida

a todos os rumenos, que *estava fundada a nação romaica.*

A 15 de fevereiro de 1862 reunia-se, pela primeira vez, em Bucarest, elevada á categoria de capital, o parlamento comum dos rumenos. Cuza, encetou então um governo pessoal, assumindo as funções de ditador, facto este de que resultaram diversas alterações nas quais figura como episodio sangrento o assassinato de Barbo-Catardji, presidente do ministerio. Esta violencia redundou em proveito de Cuza, a quem o parlamento concedeu poderes ditatoriais, pelo espaço de seis menses. Em 1866, depois de lutas porfiosas entre o ditador, que, em 1864, com o aplauso de Napoleão III e da Turquia, déra um golpe d'estado, favoravel ás classes populares, e os boiardos que constituíam a quasi totalidade do parlamento, Cuza, surpreendido no leito por um bando de conjurados, a cuja frente se encontrava o deputado Rosetti, foi obrigado a abdicar.

Como um dos incentivos do movimento, fôra a inveja dos nobres da Rumenia, que, não se conformavam com a ideia dum dos seus haver sido elevado á categoria de principe, resolveram os dirigentes da politica romaica que o novo principe deveria ser um estrangeiro, e escolheram para essas funções o conde de Flandres, que, a instancias de Napoleão, se negou á aceitação da corôa que lhe ofereciam. Recaiu, então, a escolha sobre Carlos de Hohenzollern, a quem Bismark aconselhou a aceitação, á qual se mostrava pouco favoravel o rei Guilherme da Prussia, tio do eleito.

Em 22 de maio de 1866, entrava em Bucarest o novo principe que, em outubro desse mesmo ano, foi a Constantinopola receber do sultão, seu suzerano, a investidura dos dois principados, que ficavam hereditarios na sua familia. Nesse mesmo ano entrou em vigor a nova constituição, que estabele-

cia o regimen parlamentar com duas camaras, o senado e a camara dos deputados, nas quais lutavam pela preponderancia três partidos, o *branco* ou conservador, constituido pelos grandes proprietarios e affecto á aliança com a Russia, o *vermelho* ou liberal, constituido pela burguesia, partidario da aliança com a Alemanha e com a Austria, o mais simpatico ao principe e dirigido por Bratiano, o *Bismarck romaico*, e a *direita joven*, acerrima adversaria de Bratiano. A vida politica interna correu, pois, agitada nos primeiros anos do governo do principe Carlos e os preparativos militares, as tentativas duma aproximação com a Russia, algumas hostilidades contra os judeus e a organização de bandos de insurrectos bulgaros em Giurzevo, fizeram nascer suspeitas de que a Rumenia se preparava para um ataque contra a Turquia, o que levou esta potencia, auxiliada pela França, pela Inglaterra e pela Austria, todas interessadas em combater o predominio russo, a imporem a Carlos de Hohenzollern a demissão do gabinete então presidido por Bratiano e a imprimir outra orientação á politica exterior.

A guerra franco-prussiana deu azo na Rumenia a grandes alterações, que estiveram a ponto de tornar definitiva a abdicación do principe, que a chegou a pedir, por, partidario acerrimo da Prussia, a cuja familia real pertencia, estar em completo desacordo com a opinião nacional que, em pleno parlamento, forçou o ministerio a declarar que, *onde quer que flutuasse a bandeira da França, ai se encontrariam os interesses e as simpatias da Rumenia.*

A questão judaica continuou a agitar-se, porque os judeus, bastante numerosos na Moravia, dedicavam-se á usura, explorando as tristes condições economicas dos pequenos proprietarios, de cujas terras se iam apropriando. Movimentos anti-semitas

se produziram, revestindo, por vezes, tão grande encarniçamento e crueldade, principalmente na Besarabia, que a Inglaterra tomou a iniciativa de obrigar a Turquia a intervir eficazmente na Rumenia, o que não chegou a dar-se, pela recusa formal da Russia, de se associar á manifestação. Na guerra dos Balcans, apesar dos esforços em contrario de Bratiano, a Rumenia interveiu, e, pelo tratado de S. Stefano, confirmado pelo Congresso de Berlim, de 1878, obteve o reconhecimento pleno da sua independencia, a posse de Dobroudja e do delta do Danubio, tendo, porém, de ceder á Russia a Besarabia.

Finalmente, em 1887, as potencias reconheceram a elevação do principado a reino. A' falta de descendencia directa do rei Carlos, escolheram as camaras romaicas para herdeiro da corôa o principe Fernando que hoje se encontra no trono, por morte de seu tio e antecessor em 1914. Desde a elevação a reino, a Rumenia procurou afirmar a sua importancia entre os estados orientais da Europa, procurando desenvolver todas as suas fontes de riqueza, entre as quais a agricultura é uma das mais importantes, abstendo-se de conflitos que possam agravar-lhe as condições economicas cujo equilibrio conseguiu á custa de grandes esforços. Na politica exterior, para se libertar um pouco da influencia decisiva que a Russia sempre tem procurado exercer, e atendendo ás simpatias pessoais do rei, aproximou-se bastante da Austria e da Alemanha, embora essa aproximação nunca obtivesse o apoio da massa nacional, que, desvanecendo-se de representante da gente latina no oriente, tem mantido sempre vividos e entusiasticos os sentimentos de simpatia e affecto pela França.

Tudo parece, pois, indicar em que não vem longe o dia em que a Rumenia tambem faça entrar nos campos de batalha os seus soldados, cujo numero

se conta por algumas centenas de milhar de homens bem armados e equipados. Os seus interesses historicos e actuais, a simpatia pela França que os rumenos não esquecem, a influencia, apesar de tudo, grande da Russia, a inimizade contra o turco e a esperança de que, numa, porventura, bem proxima remodelação do mapa da Europa, algumas vantagens possa auferir, as manifestações que ultimamente se teem dado no proprio parlamento romainco, levam a crer que a Rumenia enfileirá ao lado dos aliados, juntando aos deles os seus esforços para o esmagamento do imperialismo austro-alemão, que, numa luta de vida ou de morte, pretende afirmar a sua hegemonia em toda a politica europeia, ainda que, para tanto, haja de esmagar os mais rudimentares direitos dos povos, haja de arrazar cidades e regiões inteiras, haja de chacinar, num desprezo revoltante do mais elemental humanitarismo, velhos, mulheres e crianças.¶



As nações escandinávicas:

SUÉCIA, NORUEGA e DINAMARCA

NA remodelação geral do mapa europeu, levada a efeito no congresso de Viena, as tres nações escandinavas tambem sofreram as consequencias da grande conflagração em que toda a Europa andara empenhada para pôr termo á vesania imperialista de Napoleão. A Suecia, por influencia de Bernadotte, o palavroso e irrequieto marechal francês elevado á categoria de principe herdeiro do rei Carlos XIII, tomara posição ao lado dos que combatiam a França, e, por isso, embora os diplomatas reunidos em Viena lhe arrancassem a Finlandia para a darem á Russia, recebeu a Noruega que até então nadava ligada á Dinamarca.

Por morte de Carlos XIII, em 1818, Bernadotte, o antigo jacobino e ministro da guerra no tempo do Directorio, pôs sobre a sua cabeça as corôas da Suecia e Noruega, adoptando o nome de Carlos XIV. Dominado apenas pelo desejo de conservar a situação que alcançara, e convencido de que a sua

acção na politica europeia só lhe poderia acarretar complicações, o novo rei tomou por norma não se envolver em questões internacionais, mantendo apenas as mais firmes relações de amizade com o czar Alexandre I, a quem muito devia, e com o sucessor deste Nicolau I. Por muito, contudo, que a Suecia, seguindo as tendencias do soberano, se alheasse dos assuntos internacionais, os acontecimentos que na Europa se iam desenrolando na reacção liberal contra o absolutismo imposto pela Santa-Aliança, também aí se fizeram sentir.

A revolução de julho de 1830, em Paris, que tão grande resonancia teve, como já mais duma vez temos dito, em toda a Europa, animou os suecos a organisarem contra o rei um forte partido de opposição visando o seu governo voluntarioso, exclusivamente favoravel á nobrêsa, cujos interesses servia sem descanso para lhe captar simpatias que julgava não possuir. Longa foi a luta entre o rei e os liberais, representados na imprensa por Hierta e Cru-senstolpe, não faltando por parte do rei perseguições, traduzidas em suspensões de jornais e prisões dos oposicionistas mais em evidencia, nem por parte destes a mais tenaz resistencia, que chegou a ponto de se pensar em substituir o rei por seu filho e herdeiro o principe Oscar. Carlos XIV teve, porém, um rasgo de bom senso e, em 1840, cedeu a algumas das reclamações dos liberais, o que lhe permitiu congraçar-se com a nação e o viver em sossego até á morte que se deu no ano de 1844.

A Noruega, desejando afirmar a sua autonomia em presença da Suecia, que tinha veleidades de intervir, como fiscal, em todos os actos da administração norueguêsa, organisava, também, um partido de opposição ao governo rial, tanto mais que este investia sempre nas funções de governador geral da Noruega suecos, como os condes de Essen, Mórner e Platen. A opposição era, porém, absoluta-

mente legalista e exercia-se quasi exclusivamente a dentro do Storting, ou parlamento, e apaziguou-se, logo que, á similhaça do que fizera para a Suecia, o rei concedeu algumas regalias de caracter liberal e proporcionou o ensejo de providencias de natureza económica, que vieram restaurar as condições financeiras muito agravadas em qualquer dos estados da peninsula escandinavica.

A ascensão ao trono de Oscar I foi recebida com entusiasmo por todos os elementos liberaes, que viam no novo rei um afeiçoado das suas ideias a quem o pai, por esse facto, conservara sempre afastado dos negocios publicos. Oscar, de feito, mostrava-se liberal, mas a seu modo, isto é, como sabem mostrar-se aqueles a quem o berço destinou um trono. Com effeito, tendo chamado para o seu lado os representantes do partido liberal, Oscar I, vendo que nos seus estados a revolução francêsa de 1848^a tambem fizera repercutir muitas das suas aspirações, abandonou o liberalismo e confiou o governo aos conservadores, pretendendo fazer prevalecer sempre a sua opinião pessoal, o que veio agravar a chamada questão constitucional, em que o rei intervinha directamente a favor da nobresa e do clero, questão que o rei deixou sem solução quando em 1859 morreu.

Nas relações externas, durante o governo de Oscar I, a Suecia e a Noruega viram-se envolvidas na grave questão dos ducados, que a Dinamarca teve de sustentar em 1848 com a confederação germanica da qual faziam parte os ducados de Hols-tein e de Lauenburgo, governados pessoalmente pelo rei dinamarquês a quem tambem cabia o governo do ducado de Schleswig o qual, todavia, não fazia parte da confederação. Declarada a guerra os voluntarios suecos e noruegueses corriam em numerosos bandos a engrossar as fileiras das forças dinamarquesas e o sentimento de solidariedade para com os seus irmãos

da Jutlandia foi tão intenso por parte dos escandinavos da fronteira península que o governo sueco foi forçado a intervir oficialmente acompanhando assim a corrente da opinião publica. Após curta luta a questão dos ducados ficou tal como estava antes da guerra, permanecendo, portanto, latente o conflicto que só anos mais tarde, como veremos, teve solução pelo esbulho de que a Dinamarca, ao cabo, foi victima. Em seguida houve ameaças sérias de conflictos com a Russia, motivados por pescadores laponios-noruegueses que, costumados a hibernar em territorio russo, deram ensejo a que o governo do czar exigisse da Suecia o direito dos laponios-finlandeses pescarem em aguas da Noruega. Em 1863 o governo sueco, a instancias do rei, já então Carlos XV, fez com a Dinamarca um tratado de aliança ofensiva e defensiva; mas, por morte do rei dinamarquês, Frederico VII, o tratado não teve consequencias, nem, mais tarde, quando Carlos XV pretendeu renová-lo, foi aceite pela Dinamarca por d'ele serem excluidos por parte da Suecia os três ducados que os dinamarqueses disputavam ás ambições austro-prussianas.

A Noruega continuou sob o governo de Carlos XV a elaboração pacifica dos seus recursos, tendente a assegurar-lhe de maneira incontestavel a autonomia e a independencia nos negocios internos, em que, por mais duma vez, os suecos tentaram intervir. O rei, assim como na Suecia se não opôs á evolução pacifica e progressiva das ideias liberais e do regimen parlamentar, tambem não procurou contrariar as afirmações do sentimento nacional norueguês, nem as manifestações de character liberal. Todavia, apesar dos seus bons desejos e esforços, a questão norueguesa continuava, pois que a separação dos dois reinos era, como rialmente foi, apenas uma questão de tempo.

Por morte de Carlos XV subiu ao trono um seu

irmão Oscar II, pai do actual rei sueco. Oscar viu-se em presença de duas questões graves, que haviam, desde o tempo do seu antecessor, scindido os suecos em dois grandes grupos, quasi irreconciliaveis. Essas questões foram a reforma militar e a revisão dos impostos que muito agravavam a pequena e a media propriedade. Uma e outra absorveram bastantes anos a atenção da Suecia, mais preocupada já com assuntos de ordem meramente economica do que com os de restricta indole politica. Cria-se então um partido, o agrario; as opiniões scindem-se entre proteccionistas e livre-cambistas, mas o rei, com senso pratico digno de todos os encomios e não usando dos latissimos poderes que a Constituição lhe conferia, consegue estabelecer um entendimento entre os grupos adversos, do qual resultou a reorganisação do exercito de molde a transformá-lo num elemento de valor perante o estado de paz armada que a Europa adoptara, e a modificação do sistema fiscal, que, aliviando a pequena propriedade e seguindo ponderado meio termo entre o livre-cambismo e o protecionismo, proporcionou á Suecia condições economicas tão desafogadas como nunca até então haviam sido conhecidas.

Ao passo, porém, que estes factos se iam dando, acompanhados de igual desenvolvimento economico na Noruega, a questão das relações entre os dois estados ia agravando-se de dia para dia, não obstante a boa vontade do rei comum pretender chegar a um accordo cada vez mais difficil, senão já de todo impossivel. Dois eram os pontos litigiosos em que os noruegueses, entre os quais o chamado partido radical engrossava de momento para momento as fileiras, firmavam a resistencia contra as pretensões de predominio sueco: o da bandeira nacional privativa da Noruega e o da representação diplomatica e consular que, estipendiada pelos dois estados,

era apenas desempenhada por suecos e dirigida superiormente pelo ministerio da Suecia.

Os conservadores extremos e intransigentes da Suecia procuravam impelir Oscar para o campo das resoluções violentas, ao que o monarca sempre resistiu. Um facto, porém, veio então agravar as relações já bem tensas entre os dois reinos. Por ocasião da exposição universal de Paris de 1889, a Noruega, ao contrario da Suecia, fez-se representar oficialmente nesse certamen do trabalho mundial; mas a legação sueca, que deveria representar os dois reinos, absteve-se de comparecer á inauguração das instalações norueguesas, o que não só ofendeu o amor proprio da Noruega, mas veio demonstrar quanto a Suecia se considerava senhora unica da representação diplomatica.

A poucos anos andados do seculo que vai correndo, serenamente, sem a mais pequena alteração da ordem publica, por uma votação parlamentar, apenas sancionada por um plebiscito liberrimo, a Noruega proclamou a sua completa separação da Suecia, sem que esta, respeitando agora religiosamente os direitos que assistiam á nação vizinha e irmã, pensasse em contrariar ou anular a resolução do parlamento norueguês. Era este constituido na sua maioria por elementos republicanos; mas, atendendo ás complicações e embaraços que a proclamação da Republica poderia acarretar pela má vontade com que as nações europeias, principalmente a Russia, a Alemanha e a Inglaterra, receberiam essa solução, não hesitou em votar a forma monarchica, chamando a ocupar o trono um membro da familia real dinamarquesa que, sob o nome de Haakon VII, ainda hoje, como rei constitucional, se encontra á frente dos destinos da nação.

Pouco importante foi, como acabamos de vêr, a vida internacional da Suecia e da Noruega nos

ultimos cem anos; outro tanto se dá com a Dinamarca cuja historia no mesmo periodo de tempo vamos sucintamente expôr. Privada da Noruega que a diplomacia europeia, no tantas vezes citado Congresso de Viena de 1815, fizera juntar á Suecia como compensação da Finlandia cedida á Russia, a Dinamarca, recebeu como dominio privativo do principe reinante os três ducados de Schleswig, de Holstein e de Lauenburgo. Governava então a Dinamarca Frederico VI que consagrou grande parte da sua actividade a melhorar as condições economicas e financeiras do seu estado, bem precarias em virtude do prolongado periodo de guerras em que a Europa andara envolvida, e em promover sem grandes abalos as modificações politicas, que se lhe apresentavam como inadiaveis para se obstar a graves conflagrações entre a corôa e o pais.

Das três nações escandinavicas era a Dinamarca a unica que, em 1815, se encontrava sob o regimen da monarchia absoluta, não obstante as ideias liberais haverem captado a adesão de muitos dinamarqueses. O rei, porém, opusera-se systematicamente a quaisquer innovações até que, verificando quanto a corrente liberal se fortalecera pelo influxo da revolução de 1830 em França, se resolveu a ceder um pouco das suas regalias de rei absoluto, instituindo, em 1834, os *Estados consultivos*, em numero de quatro, formados por individuos nomeados uns pelo rei e outros por eleitores que pagassem uma determinada soma de impostos. Corporações consultivas, como o proprio nome estava indicando, não deixaram, porém, os estados de propugnar pelo alargamento das suas funções, pretendendo chamar a si a fiscalisação das receitas e das despesas, ao que Frederico VI se opôs terminantemente até á morte que se deu em 1835.

A falta de filhos do falecido rei, subiu ao tro-

no um seu sobrinho Cristiano VIII. Recebido com entusiasmo por todos os elementos liberais que acreditavam firmemente que o novo monarca seria absolutamente favorável às suas aspirações, tudo parecia indicar que as lutas de natureza política não assumiriam nunca importância grave. Os entusiasmos, porém, bem depressa esfriaram e cederam o lugar á mais rigorosa das oposições, porque o rei apenas prometeu e realizou reformas de caracter administrativo, negando-se terminantemente a quaisquer modificações de indole politica. Tama- nha, comtudo, foi a campanha dos liberais que o rei, apesar da sua administração ser extremamente be- nefica e animada de espirito conciliador e equita- tivo, sentiu a necessidade de ceder e preparou uma constituição que estava a ponto de promulgar quando a morte o veio surpreender em janeiro de 1848. A Cristiano VIII succedeu no trono seu filho Frede- rico VII, homem de largas vistas, que se deu pressa em satisfazer os desejos dos seus subditos, tomando a iniciativa duma serie de medidas de caracter po- litico, que terminaram pela promulgação, em 1849, duma constituição rasgadamente liberal, que inda hoje se mantem nos seus pontos essenciaes.

Além da questão constitucional a que Frede- rico VII deu solução tão rapida como satisfatoria, uma outra bem mais grave recebera o rei com a corôa, qual era a dos ducados, complicadissima porque o de Holstein, embora governado pessoal- mente pelo rei da Dinamarca, fazia parte da confe- deração germanica. A obra de germanisação vinha sendo feita de longa data nos ducados, até mesmo na região do norte do Schleswig em que prepon- derava o elemento dinamarquês, sendo o ensino, tanto nas escolas primarias como na Universidade de Kiel, feito em lingua alemã. O partido germa- nista nos dois ducados tinha por chefe o duque de Augustenborg que, não esperando o regresso duma

deputação dos dois ducados que ao rei dinamarquês fôra pedir a incorporação do Schleswig na confederação germanica, amotinou alguns regimentos e, estabelecendo um governo provisorio em Kiel, a 23 de março de 1848, apoderou-se da fortaleza de Rendsborg.

A Dinamarca, em presença da revolta que campeava á solta nos dois ducados, mandou avançar dez mil homens que, dias depois, derrotavam, em Bov, as forças dos ducados em numero de cerca de sete mil combatentes. O duque de Augustenborg, porém, entendera-se já com a dieta germanica de Francfort e com Frederico Guilherme, rei da Prussia. Este, sem que previamente houvesse declarado a guerra á Dinamarca, manda penetrar nos ducados forças prussianas destinadas a apoiarem os revoltosos, deliberação que, embora pouco correta e lial, é imediatamente seguida por outros estados alemães. Tão poderosa conjunção de forças ocasionou a derrota em terra dos dinamarqueses, forçados a combater contra inimigos três ou quatro vezes superiores em numero. No mar, porém, a Dinamarca apoiada pela Suecia que lhe mandava voluntarios, conseguia impôr-se e bloqueiava os portos alemães do Baltico, paralisando-lhes o commercio.

A Dinamarca, reconhecendo a impossibilidade de poder manter-se, recorreu á intervenção das potencias, e estas, principalmente a França, a Inglaterra e a Russia, receiando as complicações que a questão dos ducados poderia acarretar, conseguiram que os beligerantes contratassem em Malmoe, na Suecia, um armisticio de três meses, que Wrangel, general chefe das tropas prussianas, foi o primeiro a desrespeitar. Esta attitude inesperada, por deslial, originou uma nova campanha com fortuna varia para um e outro dos contendores, e á qual vieram pôr termo os tratados de Berlim de 1849 e de 1850, para os quais contribuíram não pouco os bons

serviços da Inglaterra e a decisão da Rússia que se manifestou resolvida a dar todo o apoio à Dinamarca.

Não mais, porém, a questão dos ducados deixou de estar na ordem do dia, apagando todas as desinteligencias que na politica interna pudessem dividir os dinamarqueses, para, como um só homem, se levantarem contra as pretensões manifestamente absorptoras do germanismo. Em 1863 Frederico VII morreu e deixou ao seu successor Cristiano IX, a quem o duque de Augustenborg, não obstante a renuncia que a troco duma soma importante fizera, disputava por intermedio do filho a administração dos ducados, o encargo de dirigir as negociações, cada vez mais complicadas referentes ao Schleswig e ao Holstein, em que a dieta de Francfort intervinha arrogando-se direitos impugnaveis.

Em 1864 a Austria e a Prussia reúnem as suas forças contra a Dinamarca, conseguindo, o que era de esperar da superioridade numerica com que entravam em campanha, derrotar o exercito dinamarquês, que solicitou um armistício e teve, finalmente, de consentir que os três ducados passassem para a soberania da Prussia e da Austria pela abdicção pura e simples que, pelo tratado de Viena desse mesmo ano, fizera o rei Cristiano IX em favor dessas duas potencias.

Estava, portanto, terminada para a Dinamarca a questão dos ducados, a qual, todavia, ainda seria pretexto para nova luta. De feito, pela convenção de Gastein, em 1865, o ducado de Lauenburgo fôra desde logo anexado á Prussia, e os dois restantes, o Schleswig e o Holstein, ficaram sob o dominio comum dos dois aliados contra a Dinamarca; mas, logo em 1866, Bismarck que vinha maquinando a perda da Austria na confederação germanica, acusa os austriacos de não respeitarem o convencionado

em Gastein e declara a guerra, esmagando os inimigos em Sadova e anexando definitivamente pela paz de Praga, que pôs termo á guerra no mesmo ano em que começara, os dois tão ambicionados ducados.

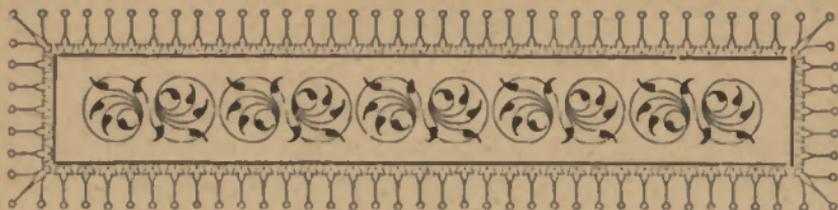
A Dinamarca, liberta das preocupações internacionais, entregou-se ao seu desenvolvimento interno e tem procurado, através de muitas lutas em que o rei e o seu primeiro ministro Estrup por vezes recorreram a meios violentos, fortalecer as regalias de nação insofismavelmente constitucional e parlamentar. Sem intuitos belicosos, mas obedecendo apenas á corrente da paz armada, a Dinamarca, para melhor se precaver contra qualquer possível surpresa, reorganizou o exercito e melhorou a marinha de guerra, constituindo com eles dois importantes nucleos para uma campanha defensiva.

Tendo sempre, através de todas as vicissitudes e contratempos, olhado com carinho para a instrução popular, as três nações escandinavicas podem orgulhar-se de serem em todo o mundo aquelas em que o analfabetismo apresenta percentagem menor. Entregando-se á cultura das belas letras, os escandinavos, em qualquer dos três reinos que hoje constituem, têm atingido largo desenvolvimento adquirindo, entre outros, os nomes de Andressen, Björnson e Ibsen reputação universal.

Respeitadores da autonomia respectiva, os três estados escandinavos tem, comtudo, procurado afirmar cada vez mais o *escandinavismo* que, desde 1829, tem sido preconisado por poetas e pensadores para o estabelecimento da mais estreita solidariedade entre suecos, noruegueses e dinamarqueses, ligados por tradições, costumes e, hoje, tambem, por interesses comuns. Esse espirito do escandinavismo triunfante foi, sem duvida, o que determinou ha poucos dias a reunião em Malmoe dos três monarcas dos países escandinavicos para combinarem

qual a acção comum, que deverão tomar no conflito europeu, que gravosamente já os afecta nos interesses comerciais e, amanhã, póde desrespeitar-lhes a neutralidade até agora mantida.

Na verdade, banhadas pelo Baltico e pelo mar do Norte, a Dinamarca, a Suecia e a Noruega, estão, por assim dizer, a dentro do teatro da guerra. O que em torno d'elas se passa, e tão perto que podem ouvir o estrondear dos canhões nos campos de peleja, não as póde deixar indiferentes e vê-se-hão, porventura, dum momento para outro, obrigadas a intervir para fazerem respeitar os seus direitos. Para que lado se inclinarão os três estados, cuja população total pouco mais irá além de doze milhões, os quais, todavia, se encontram perfeitamente apercebidos para qualquer surpresa? Sem duvida para o campo em que a aliança anglo-franco-russa procura esmagar a austro-alemã, que tanto sangue já fez derramar aos dinamarqueses para a realização de conquistas cuja justiça era assás litigiosa. E, assim, para o desenlace mais um punhado de combatentes generosos, trabalhadores e ilustrados, virão pugnar contra as tendencias absorptoras do imperialismo, cujo dogma unico e intangivel é o direito da força.



HOLANDA

Os artigos 55 e 56 do Acto final do Congresso de Viena reconhecia definitivamente a criação do reino dos Países-baixos em favor da casa de Orange, cujo chefe, Guilherme, se fizera representar no mesmo congresso pelos barões de Gagem e de Spaen. O novo reino, cujas bases haviam sido lançadas no tratado de Paris de 1814, assinado pelas potencias coligadas contra Napoleão, tinha como principais partes componentes a Holanda e a Belgica.

Obra especialmente da Inglaterra, o novo reino era destinado pela diplomacia europeia a servir de muralha contra futuras e possiveis tentativas de expansão da França, que os monarcas temiam pelas tendencias proseliticas contra a tirania dos reis, que a caracterisavam. O principe Guilherme d'Orange, para assegurar as boas graças dos que mais haviam contribuido para a formação do seu novo estado, assinou com a Inglaterra o tratado de Londres de 13 de agosto de 1814, em virtude do qual os ingleses cediam á Holanda todas as colonias que lhe haviam conquistado desde 1803, com excepção do Cabo na Africa e de grande parte da Guiana

na America. Ceilão que havia passado para o dominio inglês em 1802 não precisara entrar no tratado para ser considerada possessão da Inglaterra. A Holanda, além das ilhas da Sonda, ficava de todo o seu vasto imperio colonial, que havia constituido á custa de Portugal, apenas com algumas das pequenas Antilhas e com a parte da Guiana, que ficou sendo chamada Guiana holandesa.

Formado de elementos heterogeneos o novo reino só apresentava condições de viabilidade, se á sua frente se encontrassem homens que, pela larguesa de vistas, pela equidade e justo equilibrio entre os factores antagonicos que se chocavam, soubessem limar arestas, respeitassem o amor proprio dos anexados e fossem gradualmente preparando uma união que só o tempo poderia tornar firme e segura. Já, porém, ao tratarmos da Belgica, tivemos occasião de expôr a desastrada orientação politica seguida por Guilherme I e pelos politicos holandeses a respeito das provincias belgas, sendo ora escusado insistir nesse ponto, bastando lembrar que de tão pouco sensato criterio politico resultou, como reflexo da revolução de 1830 em França, a insurreição de Bruxelas, que, secundada por toda a Belgica, deu azo á formação do reino belga que, após lutas porfiosas só foi definitivamente reconhecido pela Holanda em 1838.

Terminada a disputada contenda com a Belgica, os holandeses entregam-se denodadamente á remodelação das suas condições politicas internas. Sendo, de feito, uma monarquia constitucional pela *lei fundamental de 1815*, que continuava em vigor, a verdade, contudo, é que o rei representava a unica entidade politica de valor, pois que o exercito, a concessão de monopolios, a administração colonial, a nomeação e demissão de ministerios eram funções exclusivas da sua vontade, contra a qual os estados gerais não tinham sequer o direito de protestar.

Opondo-se a esta organização, avessa o mais possível ao liberalismo que então sacudia fortemente todos os povos europeus apparecera na Holanda o partido liberal dirigido por Thorbecke, professor de direito publico na Universidade de Leyde, que, em 1844, publica as *Observações á lei fundamental* indicando as modificações que o liberalismo holandês pretendia introduzir no direito publico patrio.

Mercê da activa propaganda em que se lançaram, os liberaes ganhavam cada vez mais terreno; mas, não querendo ir além da luta no campo legal, encontravam no rei o mais poderoso obstaculo á realisação das reformas que pretendiam levar a cabo. A revolução de fevereiro de 1848, que, em França derrubou Luís Filipe, deu, porém, animo ainda aos mais prudentes e irresolutos liberaes da Europa e, porventura, o partido liberal holandês ter-se-hia tambem lançado nessa occasião em movimentos revolucionarios, se o rei, impressionado com o incremento dos liberaes e com o vento de republicanismo que soprava impetuoso por toda a Europa, não houvesse ido ao encontro dos acontecimentos, nomeando uma comissão de que faziam parte quatro liberaes, entre eles Thorbecke, encarregado de proceder a uma revisão constitucional. Dos trabalhos dessa comissão resultou a nova *lei fundamental* holandesa, que, promulgada em novembro de 1848, cerceava grande numero das prerogativas regias, reformava o sistema eleitoral e o parlamentar, estabelecia a liberdade de imprensa e assegurava o mais amplo gozo dos direitos de reunião e de associação, prometendo tambem a generalisação do ensino primario.

Inicia-se, assim, o regimen parlamentar na Holanda, constituindo-se nesse momento quatro partidos, o liberal, o conservador, o cristão-historico formado por calvinistas e o catolico, partidos que uns aos outros disputarão o poder. Os dois primeiros

constituíam as mais fortes e regulares organizações políticas e por elles foi occupado alternadamente o poder, com maior permanencia, porém, para os liberaes a quem os catholicos, preponderantes no Brabante e no Limburgo, davam em regra os votos de que dispunham no parlamento, em numero bastante para inclinar a votação para um ou para outro lado. Em 1857 vota-se a lei escolar, que, desde 1848, era objecto das mais acaloradas discussões e, contra vontade dos conservadores e dos cristãos historicos, que a todo transe queriam escolas confissionais, os liberaes conseguem, ao cabo de incansaveis esforços e de activa propaganda, que as escolas não pertençam a nenhuma determinada confissão religiosa, muito embora depois calvinistas e catholicos se houvessem servido delas para a proselitica expansão das suas crenças.

Por esta epoca tambem as questões coloniais atraem as atenções da politica holandesa, e os liberaes, a partir de 1853, reclamam insistentemente a abolição da escravatura, a fiscalisação parlamentar do orçamento das colonias e a abolição do sistema das culturas nas ilhas de Sonda e nas Molucas.

Ferindo muitos interesses, representando mais um golpe nas attribuições régias, estas reformas exigiram durante alguns anos a boa vontade e a pertinácia dos liberaes contra os quais a antipatia do rei, especialmente contra Thorbecke, era bem manifesta. Finalmente, os liberaes conseguem a approvação parlamentar das suas medidas colonias e o rei, depois de querer impôr um ministerio conservador presidido por Van Zuylen, para o que dissolveu por duas vezes as camaras, viu-se forçado a entregar o governo aos liberaes a quem as eleições de 1868, mais uma vez, haviam conferido a maioria.

Alheios das grandes complicações internacionais, apesar do seu grande dominio colonial, os

holandeses teem continuado a sua evolução politica interna, na qual quasi ininterruptamente tem preponderado o partido liberal, muito embora haja perdido o apoio dos catholicos que, a partir de 1878, se uniram aos calvinistas para levarem de vencida o liberalismo, o qual, fiel aos principios que sempre defendera a todo o transe, pretendia manter a neutralidade nas escolas, combatendo denodadamente por essa conquista até que, ao cabo, teve de ceder, em parte, reconhecendo o direito ás escolas de confissões religiosas poderem ser sustentadas por corporações com existencia legal que aceitassem os programas de ensino organisados pelo governo. Novos factores, porém, entraram na vida politica holandesa, que modificaram os antigos partidos e deram ensejo ao aparecimento de dois novos, o radical e o socialista, destinados a exercerem larga influencia. Os radicais, vendo nos socialistas os seus mais serios competidores, teem procurado aproximar-se dos liberais; os socialistas que começaram a manifestar-se de 1864 a 1872, por ocasião do estabelecimento da *Internacional*, exercem a sua acção principal nas cidades, muito especialmente em Amsterdam, e teem procurado arrancar aos radicais as populações rurais da Frisia.

Em 1879, o pastor calvinista Domela Nieunhis, abjura e consagra-se á propaganda e organização do partido socialista holandês, cujos rapidos progressos e tendencias revolucionarias obrigaram os liberais e os conservadores, quando no poder, a tomarem contra eles graves medidas repressivas. Hoje, os socialistas encontram-se divididos em dois grupos, um partidario dos meios violentos, outro da acção parlamentar, desenvolvendo ambos tão grande actividade na propaganda que os governos, impelidos não meos pela *esquerda liberal*, se hão visto forçados, desde 1887, á promulgação de leis protetoras das mulheres e crianças empregadas na

industria, e melhoradoras das condições de vida dos operarios.

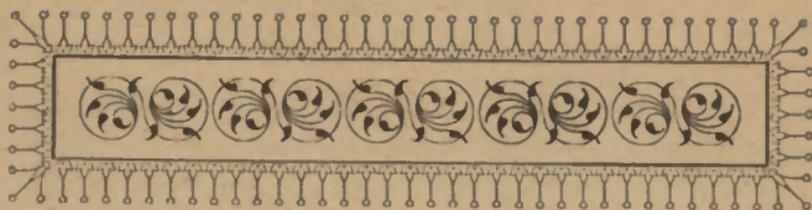
Grande tem sido tambem o desenvolvimento material da Holanda que, em luta constante contra a propria natureza, tem conseguido valorisar os seus terrenos disputados a todos os instantes ao mar. Explorando habilmente as suas colonias, para cujo fomento teve, no começo da nova fase dos seus processos de administração colonial, de recorrer a empréstimos e de desequilibrar os seus orçamentos, a Holanda organisou a sua marinha mercante, enriquecendo-a de magnificos barcos que servem de veiculo e incentivo poderoso ao seu importante commercio exterior. Avesa, até bem tarde, a complicadas organizações militares, não poude, todavia, a Holanda escapar á corrente geral europeia e, desde o ultimo decénio do seculo findo, tem consagrado as suas atenções aos problemas militares, decretando, apesar da opposição dos catholicos e calvinistas por um lado, e dos socialistas por outro, o serviço militar obrigatorio.

Em 1890 morreu o rei Guilherme III que desde 1849 occupava o trono e tomara parte, ora activa, ora meramente espectante, em todo o periodo movimentado da vida politica do seu reino. Sobee então ao trono Guilhermina, a actual reinante, que só oito anos depois atinge a maioridade e assume definitivamente a direcção suprema dos negocios. Data de 1890 a separação do grão-ducado de Luxemburgo, cuja soberania só era transmissivel aos representantes masculinos da casa real da Holanda.

Por interferencia da rainha Guilhermina, animada de sentimentos generosos e de sonhos que a sua mocidade lhe afigurava côr de rosa, reuniu-se em Haia o primeiro congresso da Paz, a que concorreram todos os governos, até mesmo os que já então maquinavam a guerra, espreitando anciosos o momento propicio de soltarem as torrentes impetuosas

dos seus exercitos que a toda a parte levassem a devastação, o luto e a dor. Ai, na mesma cidade de Haia, teem continuado a reunir-se as platonicas conferencias da paz, que representam, todavia, um generoso esforço para a aceitação universal do principio de arbitragem nas questões internacionais; ai se ergue majestoso, custeado por todos os povos civilizados dum e outro emisferio, o palacio da mesma paz. E, contudo, irrisão suprema, dos terraços do sumptuoso edificio veem-se, para além da bem vizinha fronteira, as ruinas fumegantes, os escombros das fabricas, os campos talados e os regatos ensanguentados da Belgica trabalhadora e pacifica, sacrificada aos impetos brutais da soldadesca teutonica!

O que fará a Holanda? Conservar-se-ha numa neutralidade quasi difficil de manter, ou inclinar-se-ha para qualquer dos partidos beligerantes, levando o seu contingente á grande carnificina? Quem poderá dizê-lo? A identidade de raça, o parentesco de lingua, a afinidade religiosa, o parentesco da rainha com a casa imperial alemã, são factores poderosos, que parecem impelir a Holanda para os acampamentos germanicos; mas a causa suprema da sua autonomia, contra a qual a aguia germanica lança cubicos olhos e afia as garras aduncas, o interesse comum a todas as nacionalidades pequenas de se oporem, por todos os meios, ao avanço do imperialismo absorvente e brutalmente dominador, indicam aos holandeses, no caso de se verem forçados a quebrar a neutralidade, o incorporarem-se ao lado dos anti-germanicos que, ao menos, proclamam como principio de luta o direito sagrado da autonomia dos povos. Mas as surpresas são tantas!...



SUIÇA

Do congresso de Viena, em que se fizera representar, saiu a Suíça com o aumento do bispado de Basileá, do Valais, de Genebra e com o reconhecimento da sua neutralidade, devido aos esforços patrióticos de Pictet de Rochemont e á influencia de la Harpe sobre o czar Alexandre seu antigo discipulo.

Embora organisados em confederação, os vinte e dois cantões que então, como hoje, constituem a Suíça, sendo, a dentro dos seus limites territoriais, absolutamente soberanos, tinham orientações politicas bem diferentes. Assim Berne, Lucerna, Solane e Friburgo, confiavam a direcção dos negocios publicos ao patriciado, Zurique, Basilea e Schaffhouse deixavam-se governar por uma oligarquia comercial e industrial, Uri, Schwitz, Unterwald, Zug, Glaris e Appenzell, embora celebrassem assembleias gerais anuais em que o espirito democratico parecia preponderar, viram a formação de castas governamentais, que, em seu exclusivo proveito, dispunham dos negocios publicos, á semilhança do que acontecia em Argovia, Turgovia, São Gall, Tessino e Vaud. Os Grisêes, o Valais, o principado de Neuchâtel,

cujo soberano era o rei da Prussia, e a republica de Genebra, incorporados pelo congresso de Viena na Confederação, mantinham igualmente as suas constituições particulares, representando, portanto, o Acto federal de 7 de agosto de 1815 apenas um mero tratado de aliança entre pequenos estados independentes, aos quais se reconhecia até o direito de fazerem isoladamente convenções particulares com o estrangeiro, sem que os restantes elementos confederados para isso fossem ouvidos, embora existisse o *Vorort* ou Conselho do cantão director, que se encontrava alternadamente confiado a Berne, a Zurique e a Lucerna.

Toda a obra politica da Suiça no futuro deveria, pois, ter por objectivo supremo a constituição federativa, como unico meio de se organizar uma nação forte e homogenea, que pudesse impôr-se, apesar de pequena, ás impertinencias de vizinhos poderosos, prontos a desrespeitar a neutralidade que lhe haviam concedido, sempre que isso conviesse aos seus interesses. O problema era tanto mais difficil quanto é certo que na confederação figuravam elementos de bem diversas origens, alemães, franceses, italianos, com confissões religiosas opostas e instituições diferentes, que iam desde a republica democratica de Uri e Appenzell, por exemplo, até á republica aristocratica de Genebra e á monarchia de Neuchâtel. Todas as difficuldades, porém, foram levadas de vencida pela acção combinada dos elementos liberais de todos os cantões.

Mercê da influencia nefasta da politica da Santa-Aliança, a Suiça soffreu, tambem, nos anos que mais de perto se seguiram a 1815, os males da reacção politica; mas a consciencia da necessidade de mudar de rumo foi despertando energias, desenvolvendo o commercio e a industria, derramando a instrução que tinha ao seu serviço homens da envergadura de Pestalozzi e de Fellenberg como pedagogistas, e

uma falange de sabios de valor incontestavel, como Muller, Bluntschili, Pictet e Sismondi, a que sociedades scientificas, como as das *Sciencias naturais* e a *das Artes*, vinham trazer inestimavel concurso.

As questões religiosas, contudo, quer despertadas pelos protestantes, quer pelos catholicos, trouxeram graves perturbações. Os catholicos, principalmente, com o desenvolvimento dos conventos, com a entrada dos jesuitas e a intervenção do nuncio pontificio, que aos caprichos da sua vontade queria subordinar a autoridade civil, deram ensejo a um mal estar que, de agravamento em agravamento, chegou aos extremos da guerra civil.

A partir de 1840, o radicalismo consegue apoderar-se do poder, tornando definitivas muitas aspirações liberais, que imprimiram á Suíça feição caracteristicamente democratica e lhe permitiram poder ser o asilo seguro e sagrado de todos os que nas suas patrias eram perseguidos pelas ideias liberais que professavam.

Em 1846, os catholicos de Lucerna, Uri, Schwytz, Unterwald, Zug e Friburgo, aos quais se juntaram depois os de Valais, tomando por pretexto a extinção dos conventos no cantão de Argovia, sancionada pela maioria radical de Diéta federal, organisaram a *Sonderbund* ou liga católica, que, excitada mais ainda com a expulsão dos jesuitas, provôcou a guerra civil para cuja sustentação contava com o auxilio do estrangeiro e de Metternich, muito especialmente, a alma negra de todos os movimentos contra a liberdade quer religiosa, quer politica. As tropas federais bateram, porém, as forças da *Sonderbund* e a 24 de novembro de 1847 entraram vitoriosas em Lucerna, ultimo reduto dos que, sendo minoria, não hesitaram em, apoiados no estrangeiro, quererem pela violencia impôr a sua vontade.

Animados pela vitória, os liberais julgaram azado o momento para anularem o Acto federal de

1815, substituindo-o por uma constituição que dêsse ao poder federal acção mais lata e substituisse a antiga Diéta por uma Assembleia federal, na qual todos os cantões se encontrassem igualmente representados. De feito, em 1848, pôs-se em vigor a nova Constituição, aprovada por três quartos dos cantões e dois terços da população total da Suíça. Nesse mesmo ano entrou em funções o Conselho federal, criado pela constituição, conselho de que fizeram parte, entre outros, os radicais Ochsenbein, Drucy e Franscini, sendo dada a presidencia do Tribunal federal, também agora criado, a Kern que fôra o relator da comissão encarregada de elaborar a nova lei fundamental.

Desde a execução do novo estatuto federal, a Suíça tem-se entregado ao desenvolvimento de todos os seus recursos e tem procurado avançar no aperfeiçoamento de todas as suas instituições. Não tem sido, comtudo, a marcha incontestavelmente ascensional da Suíça tão serena que, de quando em vez, uma ou outra alteração não haja vindo perturbar a sua vida interna. Assim, Neuchâtel, querendo seguir o exemplo de Paris que, em 1848, se revoltara contra Luis Filipe, proclamou a republica a 1 de março dêsse ano. Mais tarde, em 1856, na noite de 2 para 3 de setembro, os monarchicos conseguiram restaurar o poder da raleza, que durou o curto espaço dum dia, pois que a 4 do mesmo mês e ano os republicanos reconquistaram o governo. Este acontecimento esteve a ponto de provocar uma guerra entre a Prussia e a Suíça, o que obstou a intervenção de Napoleão III. O incidente terminou pela renúncia do rei da Prussia de todos os direitos de soberania sobre Neuchâtel. A manutenção intransigente da neutralidade, também, por vezes, tem envolvido a Suíça em dificuldades com as nações vizinhas, sendo notavel a tenacidade e altivez com que se portou durante a guerra franco-prussiana de 1870,

não obstante os enormes sacrificios pecuniarios, que teve de suportar.

As circunstancias que iam atravessando, aconselhavam os suíços a promoverem a revisão da constituição de 1848, para organisarem uma outra que sancionasse as ideias de concentração governativa, que cada vez ganhavam mais terreno, devido especialmente á influencia de sociedades patrioticas, como a *Helvecia*, que desenvolviam uma larga propaganda intercantonal. Uma só escola, um só direito e um só exercito! era a divisa dos revisionistas e, posto de parte, por extremamente radical, um projecto constitucional apresentado em 1872, votase, finalmente, em 31 de janeiro de 1874 a nova Constituição que obteve a sanção de trezentos e quarenta mil cento e noventa nove votos contra cento e noventa e oito mil e treze, e a de quatorze cantões e meio contra sete e meio.

Esta constituição que representa indubitavelmente um progresso da democracia e da concentração, restringiu extraordinariamente as atribuições dos governos cantonais para alargar as do poder federal, unificou o exercito que, por condições muito especiais, algumas até de natureza historica, é um dos melhores do mundo, estabeleceu o principio altamente democratico do *referendum* popular, bem como o de iniciativa constitucional reconhecido aos eleitores para as questões cantonais, primeiro, e alargado, a partir de 1891, para as federais.

O socialismo tem feito progressos extraordinarios na Suíça, devendo-se aos seus esforços não só leis protetoras das classes proletarias, mas o avanço, cada vez mais acentuado, da exploração por conta do estado e, portanto em proveito comum, das grandes fontes de receita, outrora monopolizadas por grandes companhias ou por particulares.

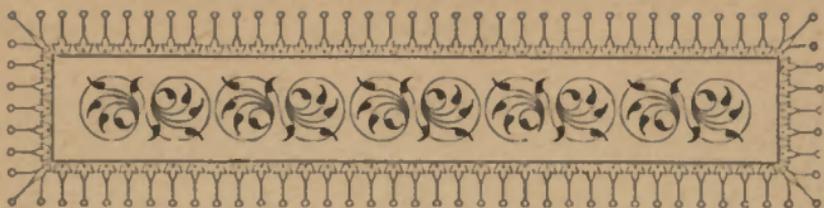
Não é menos de notar a vasta e fecunda cultura scientifica de que a Suíça inda hoje é teatro, sendo

extensa a lista dos seus cidadãos que em todos os ramos de saber gosam de bem merecida fama no mundo intelectual.

Por outro lado, ideias verdadeiramente benemeritas ai surgiram e foram levadas á pratica, impondo o nome da Suíça, esse pequeno país que os maiores podem sem desdouro tomar por modelo, á consideração do mundo. Assim, por iniciativa de Henri Dunant, cidadão de Genebra, criou-se nesta cidade, em 1863, uma comissão internacional de socorros aos feridos, da qual foi primeiro presidente o general Dufour, um dos homens que mais contribuíram para a organização do exercito suiço, uma das mais perfeitas da Europa e a mais digna dum povo sincera e conscientemente democratico. Dessa comissão resultou no ano seguinte a Convenção de Genebra, assinada por muitos estados logo no inicio e, mais tarde, por todos os que presam o nome de civilizados, convenção essa a que deve a existencia a Sociedade da Cruz Vermelha, cujos humanitarios serviços em tempo de guerra não podem esgotar os louvores de que são dignos. Foi tambem em Genebra que, em 1867, se reuniu um congresso da paz e da liberdade, que manifestou o doce e sonhador desejo de se extinguir a guerra; em Berne estabeleceu-se em 1891 a secretaria internacional da paz, a que se seguiu, em 1892, a das conferencias interparlamentares do pacifismo, que com admiravel constancia vão propagando a ideia dos conflitos internacionais serem resolvidos pela arbitragem.

Sente-se a Suíça ameaçada pela presente guerra? Sem duvida; mas as suas montanhas e o esforço dos seus cidadãos mais uma vez lhe hão-de proporcionar os elementos bastantes para fazer respeitar a sua neutralidade, que tão prodiga tem sido em resultados beneficos para a humanidade, ora transformando esse pequeno rincão do solo europeu em asilo sacratissimo para os perseguidos contra os quais

a tirania nos outros povos aguça os seus dentes mortíferos, ora levando ao mundo as mais generosas idéias de redenção e procurando provar pela pratica a superioridade das instituições democraticas. E, se, porventura, a sua neutralidade tivesse de quebrar-se, estamos certos de que o seria para do alto das suas montanhas despedir o raio que fulminasse de vez a tirania, qualquer que fosse a mascara que esta afivelasse, e proclamasse a vitoria da liberdade e da democracia pura e insufismavel, dessa democracia que tantos malsinam, fingindo ignorar que ela até hoje sobre a terra não tem sido mais que uma generosa aspiração dos filantropos e dos sedentos de paz e de amor, que só um futuro, talvez ainda bem longinquo, poderá trazer aos homens, quando a manha ardilosa não usurpe o logar do talento, o coração danado não envenene a vida social e a liberdade não seja uma mentira de que os despotas se servem para saciarem a sua vesania de mando e de megalomania de arbitros e senhores dos destinos dos povos!



CONCLUSÃO

TERMINADA a sucinta narrativa historica dos ultimos cem anos da vida politica da Europa, resta-nos lavrar o nosso platonico mas sincero protesto contra as brutalidades e violencias da guerra, a suprema vergonha da humanidade. Poderá parecer este protesto risivel aos olhos dos praticos, para quem a força estúpida, brutal e féra, é a expressão do mais puro direito; mas, apesar disso, queremos guardar no sacrario intimo da nossa consciencia a crença inabalavel de que um dia a humanidade redimida amaldiçoará a memoria daqueles que deseneadearam as temerosas tempestades que subvertem povos, arrasando cidades, talando campos e devorando vidas.

Para que tambem possamos apreciar quanto a guerra perverte as mais nobres qualidades do homem, publicamos, como fecho do nosso modesto e despretencioso trabalho, a tradução dum documento que pelo correio nos foi enviado de Berlim, a pouco mais de um mês do começo da guerra que continua e continuará

cevando a sua hedionda brutalidade até que alguns ou todos os beligerantes caiam exaustos. Ei-lo, embora já conhecido, em parte, pela publicação feita em jornais.

«Apêlo ás nações civilisadas!»

«Na qualidade de representantes da sciencia e da arte alemães nós, abaixo-assinados, protestamos solenemente perante o mundo civilisado contra as mentiras e calúnias com que os nossos inimigos procuram macular a justa e boa causa da Alemanha na luta terrível, que nos foi imposta e ameaça nada mais nada menos do que a nossa existencia. A marcha dos acontecimentos tem-se encarregado de refutar a propaganda mentirosa, que só anunciava derrotas alemães; mas, apesar disso, não se deixa de trabalhar, cada vez com mais ardor, na adulteração da verdade e em nos tornar odiosos. E' contra maquinações tais que protestamos em voz bem alta, sendo essa voz a da verdade.

E' falso que haja sido a Alemanha quem provocou esta guerra. O povo, o governo e o imperador alemães, não a quiseram. Até o ultimo instante, até os limites do possivel, a Alemanha lutou pela manutenção da paz. Bastantes vezes, durante o seu governo já de vinte e seis anos, Guilherme II foi o escudo da paz, facto este que não menor numero de vezes os nossos proprios inimigos reconheceram. Esquecem-se elles hoje de que esse imperador que ousam comparar a Atila, foi prolongados anos o alvo das suas zombarias provocadas pelo amor inabalavel que êle nutria pela paz. Só no momento em que foi primeiro ameaçado e imediatamente atacado, de embuscada, por três grandes potencias, é que o nosso povo se levantou como um só homem.

E' falso que tenhamos violado criminosamente a neutralidade da Belgica. Possimos a prova irrecusavel de que a França e a Inglaterra, certas da cumplicidade da Belgica, estavam resolvidas a violar essa neutralidade. Seria da parte da nossa patria um suicídio o não nos anteciparmos em semelhante feito.

E' falso que os nossos soldados tenham atacado a vida ou os bens dum eidadão belga que fosse, sem que a tanto se houvessem visto forçados pela cruel necessidade da legitima defesa. Na realidade, não obstante as nossas advertencias, a população belga nunca deixou de traiçoeiramente disparar sobre as nossas tropas, de mutilar feridos e de matar medicos no exercicio das suas funções humanitarias. Seria a maior das infamias passar em silencio as atrocidades desses assassinos e classificar de crime dos alemães o justo castigo que estes se viram forçados a aplicar a bandidos daquele jaez.

E' falso que as nossas tropas hajam destruido brutalmente Lovaina. Assaltados perfidamente nos seus arraiais por uma população furiosa, os nossos soldados tiveram, bem contra vontade sua, de usar de represalias e bombardear uma parte da cidade. A mór parte de Lovaina ficou intacta. Os celebres Paços do Concelho foram absolutamente salvos; com grave risco de vida, os nossos soldados defenderam-nos das chamas. — Se nesta terrivel guerra, obras darte já tem sido destruidas e outras o vierem a ser, os alemães lamentam e lamentarão sinceramente o facto. Embora contestemos que somos inferiores a qualquer nação no amor pela arte, recusamo-nos, todavia, energeticamente a comprar a conservação duma obra darte pelo preço duma derrota das nossas armas.

E' falso que façamos guerra desprezando o direito das gentes. Os nossos soldados não praticam actos de indisciplina nem crueldades. Em opposição a isto, no oriente da nossa patria, a terra bebe o sangue de mulheres e crianças massacradas pelas hordas russas, e nos campos de batalha do ocidente as balas *dums-dums* dos nossos adversarios despedaçam os peitos dos nossos valentes soldados. Os que se aliam com os russos e com os servios e não temem excitar os mongois e os negros contra a raça branca, dando, por essa fórma, ao mundo civilisado o mais vergonhoso espectáculo que seria possivel imaginar-se, são, sem duvida, os ultimos a quem assistia o direito de se fazerem passar por defensores da civilisação europeia.

E' falso que a luta contra o que se chama o nosso militarismo não seja dirigida contra a nossa cultura, como pretendem fazer crer os nossos hypocritas inimigos. Sem o nosso militarismo já ha muito a nossa cultura teria sido aniquilada. Foi para a proteger que esse militarismo nasceu no nosso pais, exposto, como nenhum outro, a invasões que se tem repetido todos os seculos. O exercito e o povo formam um todo na Alemanha; é nesse sentimento de união que fraternisam hoje setenta milhões de alemães, sem distincção de cultura, de classe ou de partido.

A mentira é a arma envenenada que não podemos arrancar das mãos dos nossos inimigos. Só podemos declarar em voz bem alta perante o mundo inteiro que eles levantam falsos testemunhos contra nós. A vós que nos conheceis e que tendes sido, como nós, os guardiães dos bens mais preciosos da humanidade gritamos: Acreditai-nos! Acreditai que nesta luta iremos até o fim com o povo civilisado, como povo para quem a herança dum Goethe, dum Beethoven e dum Kant é tão sagrada como o seu solo e o seu lar. Comprometemo-nos a isso pelo nosso nome e pela nossa honra. * Adolf von Bayer, *professor de quimica, Munich*. Wilhelm von Bode, *director geral dos Museus reais, Berlin*. Prof. Peter Behrens, *Berlin*. Alois Brandl, *professor da Sociedade Shakspeare, Berlin*. Emil von Behring, *professor de medicina, Marburgo*. Lujo Brentano, *professor d' economia politica, Munich*. Prof. Justus Brin-

knamm *director dos museus, Hamburgo.* Richard Dehmel, *Hamburgo.* Friedrich von Duhn, *professor de arqueologia, Heidelberg.* Karl Engler, *professor de quimica, Karlsruhe,* Herbert Enlenberg, *Kaiserswerthe,* Wilhelm Foerster, *professor de astronomia, Berlin.* J. J. de Groot, *professor de etnografia, Berlin.* Max Halbe, *Munich.* Karl Hauptmann, *escritor.* Andreas Heusler, *professor de filologia escandinavica, Berlin.* Engelbert Humperdinek, *Berlin.* Fritz Aug. v. Haulbach, *Munich.* Max Klinger, *Leipsic.* Paul Lahand, *professor de direito, Strasburgo.* Maximilian Lenz, *professor de historia, Hamburgo.* Joanes Conrad, *professor d'economia politica, Halle.* Adolf Deissemann, *professor de teologia protestante, Berlin.* Prof. Paul Ehrlich, *Francfort-am-Main.* Gerhard Esser, *professor de teologia catolica, Bonn.* Heinrich Finke, *professor de historia, Friburgo.* Ludwig Fulda, *Berlin.* Fritz Haber, *professor de quimica, Berlin.* Prof. Adolf von Harnack, *director geral da Biblioteca Rial, Berlin.* Gustav Hellmann, *professor de metereologia, Berlin.* Adolf von Hildebrand, *Munich.* Leopold Graf Kalekreuth, *presidente da Sociedade dos artistas alemães, Eddelsen.* Theodor Kipp, *professor de direito, Berlin.* Alois Knoepfler, *professor de historia eclesiastica, Munich.* Karl Lamprecht, *professor de historia, Leipsic,* Max Liebermann, *Berlin.* Franz von Defregger, *Munich.* Prof. Wilhelmi Dörpfeld, *Berlin.* Albert Ehrhard, *professor de teologia catolica, Strasburgo.* Rudolf Eucken, *professor de filosofia, Iena.* Emil Fischer, *professor de quimica, Berlin.* Eduard von Gebhardt, *Dusseldorf.* Ernst Haeckle, *professor de zoologia, Iena.* Gerhart Hauptmann, *Agustendorf.* Wilhelm Herrmann, *professor de teologia protestante, Marburgo.* Ludwig Hoffmann, *arquiteto da cidade de Berlin.* Arthur Kampf, *Berlin.* Felix Klein, *professor das matematicas, Goettingue.* Anton Koch, *professor de teologia catolica, Tubingue.* Philippe Lenard, *professor de fisica, Heidelberg.* Franz von Liszt, *professor de direito, Berlin.* Ludwig Manz, *presidente da Academia de Sciencias das Belas Artes, Berlin.* Sebastian Merkle, *professor de teologia catolica, Wurtzburgo.* Friedrich Naumann, *Berlin.* Wilhelm Ostwald, *professor de quimica, Leipsic.* Albert Plehn, *professor de medicina, Berlin.* Alois Riehl, *professor de filosofia, Berlin.* Max Ruhner, *professor de medicina, Berlin.* August Schmidlin, *professor de historia eclesiastica, Munster.* Martin Spahn, *professor de historia, Strasburgo.* Hans Thoma, *Karlsruhe.* Richard Voss, *Bercktesgaden.* Wilbellin Waldeyer, *professor d'economia, Berlin.* Theodor Wiegand, *diretor de museu, Berlin.* Richard Willsättre, *professor de quimica, Berlin.* Joseph Mausbach, *professor de teologia catolica, Munster.* Eduard Meyer, *professor de historia, Berlin.* Albert Neisser, *professor de medicina, Breslau.* Bruno Paul, *director da Escola de Artes e Oficios, Berlin.* Georg Reicke, *Berlin.* Karl Robert, *professor de arqueologia, Halle.* Fritz Schaper, *Berlin.* Gustav von Schmoller, *professor d'economia politica, Berlin.* Franz von Stuck, *Munich.* Wilhelm Triibner,

Karlsruhe Karl Vossler, *professor de filologia românica, Munich.* August von Wassermann, *professor de medicina, Berlin.* Wilhelm Wien, *professor de física, Wurtzburgo,* Wilhelm Windelband, *professor de filosofia, Heidelberg.* Gerg von Mayr, *professor de sciencias politicas, Munich.* Heinrich Morf, *professor de filologia românica, Berlin.* Max Planck, *professor de física, Berlin.* Prof. Max Reinhardt, *director do deutscher Theater, Berlin.* Wilhelm Röntgen, *professor de física, Munich.* Adolf von Schlatter, *professor de teologia protestante, Tubingue.* Reinhold Seeberg, *professor de teologia protestante, Berlin.* Hermann Sudermann, *Berlin.* Karl Vollmöller, *Stuttgart.* Siegfried Wagner, *Bayreut.* Felix von Weingartner, *Ulrich von Wilmowitz-Moellendorff, professor de filologia, Berlin.* Wilhelm Wundt, *professor de filosofia, Leipsic.*

Tal é o documento curioso, que, não obstante a respeitabilidade scientifica, literaria e artistica dos seus signatarios, é o mais extraordinario testemunho de quanto as paixões podem cegar os espiritos de quem todos tinhamos o direito de exigir o escrupuloso respeito da verdade. De feito, em tão interessante instrumento publico, espalhado largamente por todo o mundo, não se nega uma só das atrocidades atribuidas á sanha belica dos alemães; pretendem apenas justificar-se, como se o crime, por mais autorizado espirito que o sancione, deixe de ser um crime. A Belgica foi invadida porque... não quizeram que outros a invadissem primeiro; Lovaina foi bombardeada... porque ousou defender-se contra as arremetidas inesperadas do inimigo; mulheres, velhos e crianças foram massaerados... porque um ou dois tiros, sabe-se lá donde, soaram contra os alemães! Como tudo isto seria ridiculo, se não fôra horrivelmente tragico!

Apelam os representantes da sciencia e da arte alemães para o mundo civilizado. Este já os julgou e condena-os em nome da Humanidade, alguma coisa mais alta e mais nobre que a sciencia e a arte, desde que estas não tenham por objetivo supremo a dignificação do homem na conquista e realisação da mór soma possível de bens e de sentimentos dignos. Que importam a sciencia e a arte, desde que elas preguem a destruição e a morte, e aplaudam a vilania ou a supremacia da violencia? Nada; porque, em caso tal, essa sciencia e essa arte, seriam a negação absoluta da sciencia e da verdadeira arte nas suas funções humanitariamente emancipadoras.

Bem sabemos que pode argumentar-se haverem sido praticados, por parte dos aliados, actos de barbaridade e selvajaria iguais aos que os alemães, no documento que fielmente traduzimos, confessam, embora eufemisticamente, haverem consumado. Concedamos que assim seja; mas, ao menos, milita em honra dos aliados o pudor de o não virem confessar, nem jactar-se da façanha. O crime nunca foi acção que nobilitasse, para que aqueles que o pratiquem venham a terreiro blasonar de o haverem levado á execução. E na ocultação vergonhosa do crime vai já uma boa parcela de arrependimento de quem o praticou e de condenação e repudio do feito.

Os antigos punicos e os seus adversarios

romanos de não melhor fé, Machiavello, Talleyrand, Bismarck e todos os que ficaram amarrados ao pelourinho da historia com a grilheta de tredos e ardilosos nas manhas diplomaticas, não se envergonhariam de haver redigido um documento como o subscrito pela fina flôr da mentalidade alemã na segunda decada do seculo XX. Apenas tem a atenuá-lo, um pouco, o incontestavel patriotismo que traduz da parte dos signatarios; mas o patriotismo não basta para justificar todos os actos, tanto mais que o povo alemão não chegou ao desespero de vêr os seus campos aleivosa e inesperadamente talados pelas hordas famintas de ruinas e sedentas de sangue.

Dois pontos ha em que o documento insere verdades incontestaveis. Um é aquele em que se revolta contra o qualificativo de Atila dado a Guilherme II, ao Kaiser, pelos aliados, no dizer dos sinatarios; outro aquele em que se afirma que os setenta milhões de alemães estão unidos como um só homem. Na rialidade, Atila, o *flagelo de Deus*, aquele que fazia tremer a terra sob as patas do seu cavallo, á testa das hordas desenfreadas dos hunos, cujo só aspéto gelava de terror, designava como logares de refugio, como asilos sagrados contra os quais ninguem se atreveria, os templos cristãos; Guilherme II manda bombardear catedrais e escolhe para pontaria dos seus canhões muitos edificios sobre cujo cimo flutua, bendito simbolo

de paz e de humanidade, a bandeira branca no fundo da qual assenta a Cruz vermelha. Os alemães estão unidos dizem, e ninguém o pode pôr em duvida. Igualmente o estão todos os outros povos, quer os beligerantes, quer os que, em presença do perigo da actual conflagração, se solidarisaram, esquecendo agravos, abatendo as bandeiras dos partidos e fações, unindo-se os elementos mais heterogeneos e antagonicos. O proprio instinto de defesa da vida a isso os levou.

Dissémos todos; enganámo-nos! E com quanto confrangimento de coração, com quanto luto na alma o declaramos. Ha no mundo um povo que nenhum outro momento achou, mais azado do que este, para a explosão dos mores ódios, para a exteriorisação das maís intrataveis irreductibilidades. E' que, oh dolorosa irrisão, por esse mundo em fóra só ha nulidades e inimigos dos interesses das suas patrias, e só nesse país pulnam, como cogumelos em terreno humido, os patriotas, os intellectuais e os homens de vistas profundas e largas. Estadistas grandes, inexecdiveis e inegalaveis, só florescem nessa terra; no resto do mundo governam e mandam *dentistas* que não vão mais além do acanhado horisonte das suas vaidades e dos seus caprichos ístéricos de mandões ambiciosos! Que tristeza e que mágua!



INDICE

	Pag.
Introdução.....	VII
Alemanha.....	4
Austria.....	29
Belgica.....	44
França.....	57
Inglaterra.....	90
Luxemburgo.....	117
Montenegro.....	120
Russia.....	128
Sérvia.....	155
Turquia.....	175
Portugal.....	195
Espanha.....	213
Italia.....	225
Grécia, Bulgaria e Ruménia.....	239
As nações escandinavicas: Suécia, Noruega e Dinamarca.	266
Holandá.....	278
Suiça.....	285
Conclusão.....	292

H. G.
28728

Manual de Requerimentos Cerca de 200 modelos para petições; assistência judiciária; contribuição industrial; conciliações; arrestos; pequenas dividas, acusação e defesa; senhorios e inquilinos; promoção do despejo e defesa do inquilino; queixas de delitos; folha corrida; atestados das juntas de paróquia; reclamações; recenseamento eleitoral; jurados; minas; Arbitros Avindores, etc. **Preço: 25 cent.**

Manual das Juntas de Paróquia Legislação vigente, lei n.º 88 sobre organização e atribuições dos corpos administrativos, promulgada em 7 agosto 1913, contendo: Modelos e fórmulas para actos da sua competencia e em apêndice um Manual do Regedor de Paroquia. **Preço: 25 cent.**

Manual Pratico para Solicitadores de falencias e escriptvães. Habilitação para solicitadores; caução; escripturação; penalidades; contas com as constituintes; decisões. Administradores de falencias, legislação. Escrivães dos julgados de paz; processo desde a petição; cobrança de pequenas dividas; coimas; transgressões; recursos; agravos; apelações; arrestos, etc. **Preço: 25 cent.**

Contribuição Industrial Lei de 31 de Março de 1896 e Regulamento de 16 de Julho de 1896; diplomas referentes a esta contribuição; bases da contribuição; lançamento; ordem de terras; juntas dos repartidores; louvados; juntas centrais; formação da matriz; reclamações; lançamento; convocação de gremios; recursos; cobranças; decretos 2 dezembro 1910, 5 e 30 janeiro, 14 março, 25 abril e 27 julho de 1911; tabelas do selo e taxas da contribuição industrial, etc. **Preço: 25 cent.**

Os menores perante as leis Filhos legítimos e ilegítimos; perfilhações; reconhecimentos e legitimações; casamentos validos, nulos e anulaveis; patria poder e suas inibições; Direitos e deveres de pais e de filhos, etc., etc. **Preço: 25 cent.**

Leis da República Portuguesa *Resumo dos principais* *folhetos publicados:* Direito de testar; inquilinato; separação da igreja do Estado; código eleitoral; recrutamento militar; registro civil; modelos do registro civil; direito à grève; constituição politica; instrução militar preparatória; atentados à República; descanso semanal; reorganização serviços de instrução primaria; lei da caça; accidentes no trabalho; contribuição de registro; sociedades anonimas; lei de imprensa; reforma ortográfica; modelos para actos eleitorais; remissão de fóros; expropriações, etc.

Preço de cada folheto: 5 centavos

Recomenda-se esta casa por ser a que está publicando em folhetos todas as leis da Republica desde a sua implantação. Envia-se catalogo.

A Mulher perante as

Divorciada, Viuva, Binva; cções; convenções e bens ternal; interrupção conjugal de pessoas; regimen dot. ção das viuvas; segundas filhos legitimos ou perfilhamentos; a mulher comercian casada com falidos. Adulterio; mia; Interdição, etc. **Preço: 25 c**

Leis da Familia Casamento civil sua celebração; casamento nulo e anulavel; destino dos filhos menores; casamento dos portuguezes no estrangeiro ou de estrangeiros em Portugal; filhos legitimos; prova da filiação; filhos perfilhados; investigação; socorros as mães; direito dos filhos nulos perfilháveis direito de testar; socorros as mães; assistência, etc. **Preço: 10 cent.**

Lei do Divorcio (Decreto de 3 de novembro de 1910) *Alimentos, Divorcio, Separação de pessoas e bens, Direitos dos conjugues, Destino dos filhos, etc.* Seguido de varias formulas. **Preço: 10 cent.**

Contribuição Predial Incidência da contribuição e taxas a aplicar, decreto de 4 de maio de 1911 e lei de 5 de fevereiro de 1915. Avaliação da propriedade rustica e urbana e seu regulamento, decretos de 9 e 13 de maio de 1912. Relaxe das contribuições, decreto de 4 de janeiro de 1913. Prazos dos relaxes, portaria de 29 de janeiro de 1913. Alterações ao decreto de 4 de maio de 1911, decreto de 25 de março de 1913, decreto de 29 março 1913. **Preço: 10 cent.**

Cobrança de pequenas dividas Despejo de predios urbanos. **Preço: 10 cent.**

Guia dos Funcionarios Civis Efectivos, adidos, aposentados e em disponibilidade. *Encartes, Licenças, Substituições, Domicilio e Exames de Sanidade.* Seguido do *Regulamento disciplinar dos mesmos funcionarios, Conselho Superior da Magistratura e Regulamento do Direito de Encarte* (Decreto n.º 257 de 31 de Dezembro de 1915). **Preço: 10 cent.**

PREZA DA BIBLIOTECA D'EDUCAÇÃO NACIONAL

Sob a direção do distinto professor e sociologo Agostinho Fortes

COLEÇÃO DA BIBLIOTECA

I	— Sociologia, por G. Palante	(2. ^a edição)	1	vol.
II e III	— As Mentiras Convencionaes, por Nordau 2. ^a edição		2	»
IV	— A Psicologia das multidões, por Le Bon (2. ^a edição)		1	»
V	— O futuro da caça hearea, por Novicow		1	»
VI	— Habitantes dos outros mundos, por Flammarion		1	»
VII	— Celso unaca existiu, por E. Bossi	(3. ^a edição)	1	»
VIII	— O que é o Socialismo, por Georges Renard. (2. ^a edição)		1	»
IX	— Economia Política, por Stanley Jevons		1	»
X	— O Anacisismo, pelo Dr. Ellzbacher		1	»
XI	— A Emancipação da Mulher, por J. Novicow		1	»
XII	— { Riqueza e Felicidade, por Adolphe Coste		1	»
XIII	— A Cética científica, por Emitio Hermequin		1	»
XIV	— Educação e Hereditabilidade, por M. Guyau		1	»
XV	— Pelasão, Pollela e Castigos, por E. Carpenter		1	»
XVI	— Letra psicologicas da evolução dos povos, por Gustavo Le Bon		1	vol.
XVII	— Almas Indulgias, Drama de Iese, em 4 atos em prosa, por Paul Loison, prefacio de Agostinho Fortes		1	vol.
XVIII	— As Doenças da vontade, por Th. Ribot		1	»
XIX	— O Helenismo, Original de Agostinho Fortes		1	»
XX	— As origens do socialismo contemporaneo, por Paul Janet		1	vol.
XXI	— O Capital, por Carlos Marx		1	»
XXII	— { Classes pobres, por Alfredo Niceforo		1	»
XXIII	— { O Tolentismo, por M. J. — G. Frazer, M. A.		1	vol.
XXIV	— { As Focunções Natucals na Filosofia biológica, por Dr. Almachio Diniz		1	vol.
XXV	— O Mualcipo no Seculo XIX, por J. F. Noqueira		1	»
XXVI	— Ralos violetas e nlica violetas, por J. Bethencourt Ferreira		1	vol.

No preço. . . { A 2.^a edição da: **ECONOMIA POLITICA**, revista e anotada por Agostinho Fortes

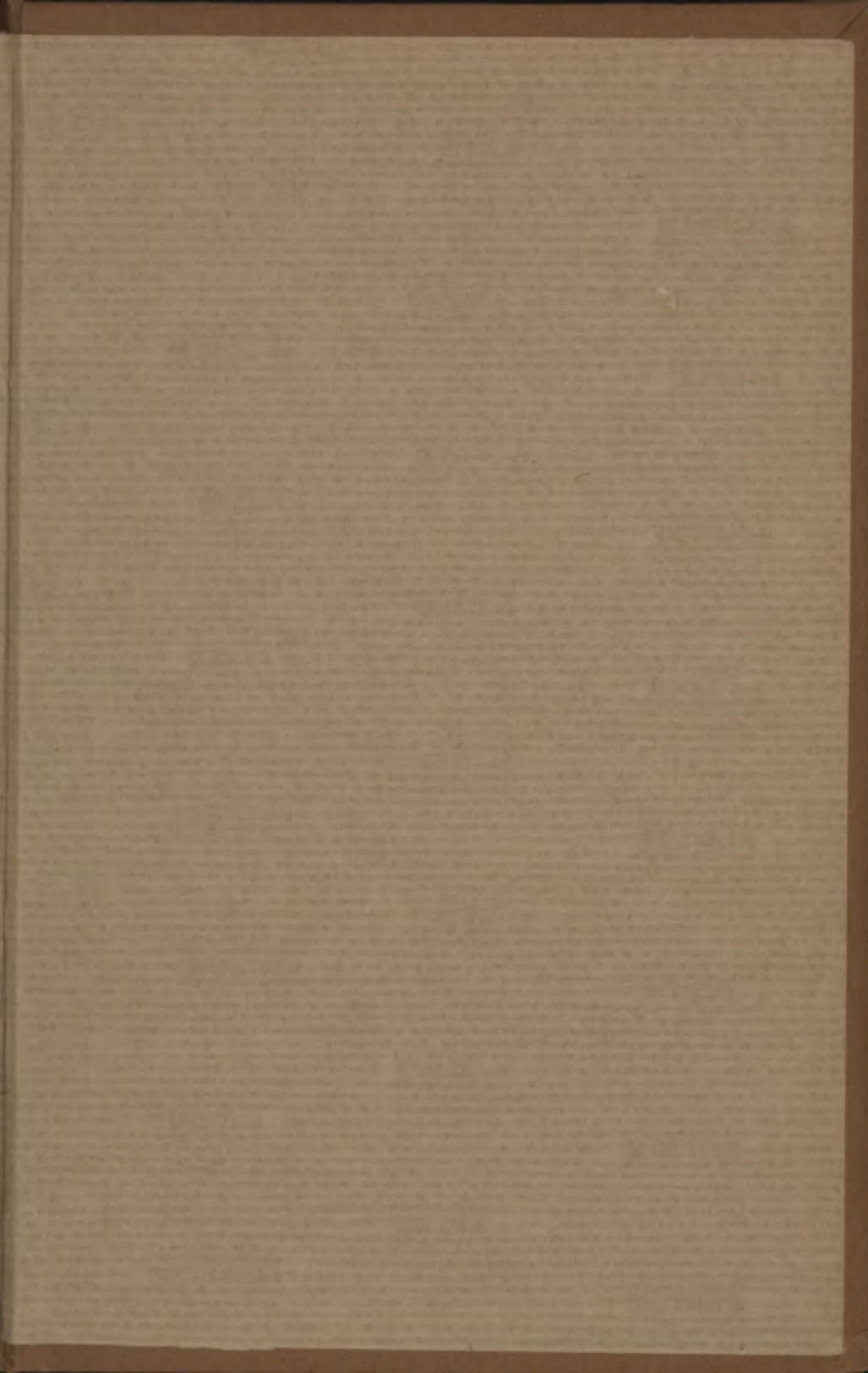
Volume brochado 20 cent. — Cartonado em percalina 30 cent.

A melhor publicação ilustrada da actualidade é a

História da Guerra Europeia, POR M. A. da Silva Ferrelra. Ilustrada com: Mapa da Europa, impresso a côres, com os retratos e descrições dos chefes dos Estados, área e suas populações, mapa das fronteiras dos beligerantes; retratos dos principais vultos de destaque no teatro da guerra; monumentos, aeroplanos, zepelins, couraçados, etc., etc. Publicação aos tomos de 32 paginas, com 2 gravuras de pagina. A' venda o 9.^o tomo.

Distribuição aos tomos de 32 pag. ao excepcional preço de 5 cent.

Pedidos á Tipografia GONÇALVES — 12, Rua do Mundo, 14 — Lisboa



NB



•EFG0000259345•